

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

**Ao derramar os santos óleos: propriedade, família e
compadrio de escravos em Porto Alegre (1810-1835)**

Roger Sauandaj Elias

Porto Alegre, setembro de 2013

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

**Ao derramar os santos óleos: propriedade, família e
compadrio de escravos em Porto Alegre (1810-1835)**

Roger Sauandaj Elias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Helen Osório

CIP - Catalogação na Publicação

Elias, Roger Sauandaj

Ao derramar os santos óleos: propriedade, família e compadrio de escravos em Porto Alegre (1810-1835) / Roger Sauandaj Elias. -- 2013.
245 f.

Orientadora: Helen Osório.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. escravidão. 2. população. 3. propriedade de escravos. 4. família. 5. compadrio. I. Osório, Helen, orient. II. Título.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

**Ao derramar os santos óleos: propriedade, família e
compadrio de escravos em Porto Alegre (1810-1835)**

Roger Sauandaj Elias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Helen Osório (Orientadora - UFRGS)

Prof. Dr. Fábio Kühn (UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UNISINOS)

Prof^ª. Dr^ª. Regina Célia Lima Xavier (UFRGS)

Resumo

O presente trabalho de dissertação é um exercício de demografia histórica que examina a população, a configuração dos fogos e a família escrava em Porto Alegre entre 1810 e 1835. Utilizamos fontes primárias de caráter seriado: o rol de confessados de 1814 e os registros de batismo de escravos de 1810 a 1835, ambas alocadas no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). No contexto das primeiras décadas do século XIX, marcado pelas dinâmicas sociais e econômicas de uma zona de fronteira, a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, examinamos a população de Porto Alegre considerando a estrutura da propriedade escrava e a configuração dos fogos. Encontramos um grande percentual de população escrava frente à população total. Esses escravos estavam dispersos em fogos chefiados por homens casados, homens não-casados e mulheres, totalizando quase 2/3 dos fogos de Porto Alegre, o que demonstrava o forte vínculo da capital sulina com a escravidão, no período estudado. Ao procurarmos a família escrava, quer sacramentada quer consensual, investigamos as cores e as origens dos pais e das mães das crianças escravas recém-nascidas batizadas (designadas como crioulos escravos batizados). Constatamos a preferência por uniões endogâmicas, principalmente quanto à cor, mas também quanto à origem. Procuramos relacionar esses parâmetros ao mercado de escravos e pudemos constatar que havia relação entre as variações nos batismos dos cativos e as oscilações do tráfico de escravos. Para isso, também contribuiu a análise das origens, das idades e da razão de masculinidade dos batizados africanos. Finalmente, ao estudarmos as famílias escravas, nos detivemos às possibilidades de acesso ao matrimônio católico por parte dos escravos e às relações de compadrio, em cruzamento com duas variáveis: o tamanho relativo de plantel e a frequência ao compadrio. Identificamos que a grande maioria dos batizados escravos de Porto Alegre era formada por crianças crioulas naturais, sendo a legitimidade um atributo de menos de 10% dos rebentos batizados. Esses recém-nascidos teriam grandes chances de ter escravos de outros plantéis como padrinhos e madrinhas de seus batizados. Entretanto, esse padrão poderia variar de diferentes formas: o tamanho da escravaria e a frequência com que um escravo era batizado influenciavam sua legitimidade e, também, a condição jurídica, a cor, a origem e até mesmo a pertinência ou não de seu padrinho e de sua madrinha ao mesmo plantel. Essas condições estavam relacionadas às escolhas dos escravos por firmar relações sociais horizontais ou verticais através do compadrio e também ao grau de influência dos senhores nessas relações. No caso dos africanos, o leque de escolhas parece ter sido menor e a

possibilidade do compadrio ser usado como estratégia de administração da mão-de-obra escrava no cativo, por parte dos senhores, foi provavelmente maior.

Palavras-chaves: escravidão, população, propriedade de escravos, família, compadrio.

Resumen

Esta tesis es un trabajo de demografía histórica que examina la población, la configuración de los domicilios y la familia de los esclavos en *Porto Alegre* entre 1810 y 1835. Utilizamos fuentes primarias em serie: la lista de confesados de 1814 y los registros de bautismos de esclavos de 1810 hasta 1835, ambos situados en el Archivo Histórico de la Curia Metropolitana de *Porto Alegre* (AHCMPA). En el contexto de las primeras décadas del siglo XIX, marcado por las dinámicas sociales y económicas de una zona fronteriza, la Provincia de *São Pedro do Rio Grande do Sul*, examinamos la población de *Porto Alegre* teniendo en cuenta la estructura de la propiedad de esclavos y la configuración de los domicilios. Encontramos un gran porcentaje de esclavos en comparación a la población total, dispersa en domicilios encabezados por hombres casados, hombres no-casados y mujeres, correspondiente a casi 2/3 de los domicilios de *Porto Alegre*, que ha demostrado fuerte relación de la capital sureña con la esclavitud en el período estudiado. Estudiamos la familia de esclavos, sea consagrada sea consensual, por medio de la investigación de los colores y de las orígenes de los padres y de las madres de los niños recién nacidos esclavos bautizados (llamados criollos esclavos bautizados). Encontramos la preferencia por los matrimonios endogámicos, sobre todo con base en el color, sino también con base en el origen. Nosotros tratamos de relacionar estos parámetros con los del mercado de esclavos y verificamos que había relación entre las variaciones en los bautismos de los cautivos y las fluctuaciones del comercio de esclavos. Para ello, también contribuyó el análisis de las orígenes, de las edades y de los sexos de los africanos bautizados. Por último, estudiamos las familias de esclavos desde las posibilidades de acceso al matrimonio católico por los esclavos y de las relaciones de compadrazgo por medio de dos variables: el tamaño relativo a la propiedad de esclavos y la frecuencia del compadrazgo. Se ha encontrado que la gran mayoría de los esclavos bautizados en *Porto Alegre* ha sido formada por los hijos naturales criollos, siendo los legítimos menos de 10% de los niños esclavos bautizados. Estos recién nacidos tendrían una

gran oportunidad de tener esclavos de otras propiedades como padrinos y madrinas de su bautismo. Sin embargo, esto podría variar de diferentes formas: el tamaño de la propiedad de esclavos y la frecuencia con que se bautizó el cautivo tendría efectos en su legitimidad y también en el estatus legal, en el color, en el origen e incluso en la pertinencia o no de su padrino y de su madrina a la misma propiedad. Estas condiciones estaban relacionadas con las opciones de los esclavos mediante la firma de relaciones sociales horizontales o verticales a través del compadrazgo, sin eludir la influencia de los señores. Para los africanos, la gama de opciones parecía ser más pequeña y la posibilidad de los señores manejar el compadrazgo en la estrategia de gestión del trabajo esclavo en cautiverio fué probablemente mayor.

Palabras clave: esclavitud, población, propiedad de esclavos, familia, compadrazgo.

Abstract

This work is a paper of historical demography that examines the population, the household types and the slave family in *Porto Alegre* between 1810 and 1835. We use the following primary sources: the *rol de confessados* of 1814 (a kind of parochial census) and the records of slave's baptisms of 1810-1835, both of *Porto Alegre*. In the context of the first decades of the nineteenth century, which was marked by social and economic dynamics of a border area, the *Capitania of São Pedro do Rio Grande do Sul*, we examined the population of *Porto Alegre* considering the structure of slave property and the household types. We found a large percentage of slaves dispersed in different ownership headed by married men, not married men and women and it corresponds nearly 2/3 of the households of *Porto Alegre*. This demonstrated the strong bond of the southern capital with slavery. We studied the slave family, married and consensual, through the investigation of colors and origins of the fathers and of the mothers of baptized slave children (named baptized slave *crioulos*). We found the preference for endogamous marriages, especially by color, but also by origin. We related these parameters to the slave market and we found that there was relationship between variations in baptisms of the captives and the slave trade fluctuations. It contributed for this the analysis of origins, ages and sex ratio of African baptized. Finally, we studied the slave families looking for the possibilities of Catholic marriage and baptism. We found that the majority of baptized slaves were illegitimate children in *Porto Alegre*. These newborns would

have a good chance of having slaves from other ownership as godfathers and as godmothers. However, this pattern could vary in different ways: the size of the slave ownership and the frequency a slave was baptized influenced their legitimacy and also the legal status, color, origin of their godfather and godmother and if they lived or not in the same household. These conditions and the management of the householders influenced the slaves to keep horizontal or vertical social relations. For Africans slaves the range of choices was smaller and the baptism was used most probably as management strategy under slavery by householders.

Keywords: slavery, population, slave ownership, family, *compadrio*.

Agradecimentos

Este trabalho é resultado de um esforço coletivo. Não só o autor, mas várias pessoas colaboraram para que as intenções de um projeto de pesquisa se materializassem, finalmente, nesta dissertação. Agradeço a minha família, pelo apoio constante, em especial a minha mãe, Joana, motivo de eu estar aqui, escrevendo estas palavras, e a minha mulher, Débora, que sempre acreditou que chegaríamos juntos ao fim dessa jornada. E virão muitas outras, se Deus quiser.

Minha imensa consideração a todos os amigos que colaboraram de alguma forma. Na pessoa de três entrego meus agradecimentos a todos. Fábio Gai Pereira, companheiro de caminhada (eu mestrando em História, ele em Filosofia); Jonatas Caratti, pelo apoio técnico que se transformou em amizade; e Luciano Costa Gomes, colega de Mestrado que contribuiu com suas críticas e sugestões a esta dissertação.

Meu muito obrigado a todos os colegas de trabalho que colaboraram e que me apoiaram quando precisei, com sugestões, incentivos, críticas, substituições de aulas, etc. Aos de Porto Alegre, Portão, São Leopoldo, Alegrete, Pelotas e Sapucaia do Sul, meu agradecimento sincero. Com muitos estreitei laços de amizade.

Agradeço a minha orientadora, Helen Osório, pela dedicação ao me orientar mesmo quando as minhas dúvidas e dificuldades pareciam não permitir que se alcançassem os objetivos esperados. Aos professores doutores, Fábio Kühn, Paulo Moreira e Regina Xavier, meu reconhecimento e agradecimento por aceitarem o convite para formarem a banca de defesa deste trabalho. Aos professores Paulo e Regina, bem como à professora Dr^a Silva Petersen, agradeço também por terem participado da banca de qualificação. Sem suas devidas críticas, este texto não teria chegado a bom termo.

Como estudante formado na escola pública, não poderia deixar de agradecer a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por oferecer as condições – materiais e humanas - para a produção deste trabalho.

Também devo agradecer ao Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, em especial à historiógrafa e arquivista Vanessa Gomes de Campos, pela dedicação para com a conservação das fontes e pela disposição em atender a mim e a tantos outros pesquisadores que escrutinam documentos paroquiais.

Agradeço às professoras e colegas do IFSul – campus Sapucaia do Sul, Inessa Carrasco Pereyra Kratz (Língua Espanhola) e Verônica Pasqualin Machado (Língua Inglesa) pela atenção e cuidado dispensados na revisão dos resumos em língua estrangeira.

Minha gratidão à minha família, meus tios, tias, primos e cunhados, pelos incentivos e alertas quando necessário. E aos tantos tios e primos emprestados que se vai somando ao longo do caminho. Obrigado àqueles que torceram, incentivaram e oraram para que este trabalho se efetivasse. Muito na vida pessoal também foi escrito em paralelo ao traçado deste texto, a exemplo do reencontro com meu pai, depois de tantos anos. Quero ainda recordar, com carinho, de minha avó, meu tio e dos demais familiares que já partiram. A eles minha memória, minha oração e meu agradecimento. Por certo os alicerces da minha trajetória pessoal e acadêmica foram também assentados com apoio de todos eles.

Finalmente, a Deus, Altíssimo, minha devoção e meu mais profundo agradecimento por permitir que eu vivesse todos os momentos deste trabalho, e de tudo mais que advir. Deus verdadeiramente sabe.

O Baptismo é o primeiro de todos os Sacramentos, e a porta por onde se entra na Igreja Catholica, e se faz, o que o recebe, capaz dos mais Sacramentos, sem o qual nem-um dos mais fará nelle o seu efeito. (...) A materia deste Sacramento é a agoa natural (...). A fôrma são as palavras (...) em vulgar: Eu te baptizo em nome do Padre, e do Filho, e do Espírito Santo.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,

Livro I, Título X, v. 33

Sumário

Introdução.....	22
Sob a ótica da negociação.....	23
Um olhar sobre a historiografia da família escrava.....	25
No primeiro momento, as interpretações deterministas raciais e a invisibilidade da família escrava.....	27
Os postulados de Gilberto Freyre e as críticas dos paulistas: repensando o ser escravo.....	31
Mudanças de abordagem na historiografia: a família escrava vem à tona.....	37
O trato de fontes seriadas.....	39
O rol de confessados: documento eclesiástico e espécie de censo populacional.....	41
Os registros de batismo: porta de entrada para a vida social.....	45
Objetivos deste trabalho.....	51
1º Capítulo: População e propriedade de escravos na Porto Alegre de 1814.....	53
1.1 Porto Alegre: de arraial a capital no contexto das disputas platinas.....	53
1.2 As populações da Capitania do Rio Grande de São Pedro e de Porto Alegre no início do século XIX.....	62
1.3. Estrutura de posse de escravos em Porto Alegre em 1814.....	77
1.4. Configuração dos fogos de Porto Alegre em 1814.....	90
1.4.1. Fogos sem escravos.....	90
1.4.2. Fogos com escravos.....	95
Conclusão.....	105

2º Capítulo: Possibilidades para a família escrava na capital sul-riograndense.....109

2.1. Família no contexto colonial – olhares da historiografia.....	110
2.2. Relações entre o tráfico negreiro e os batismos de escravos.....	115
2.3. As famílias escravas que batizavam seus rebentos.....	120
2.4 Batismos de africanos – outras correspondências com o tráfico.....	147
Conclusão.....	157

3º Capítulo: o compadrio a partir do batismo de crioulos e africanos escravos na Porto Alegre das primeiras décadas do século XIX.....163

3.1. Compadrio e escravidão em duas perspectivas historiográficas.....	163
3.2. Duas variáveis para uma apreciação do compadrio escravo: o tamanho relativo de plantel e a proximidade ao compadrio.....	170
3.3. O batismo de escravos em Porto Alegre: uma porta para o estabelecimento de relações sociais sob o cativo.....	178
3.3.1. O compadrio em torno do batismo de crianças crioulas escravas.....	181
3.3.2. Padrões demográficos em torno do batismo de escravos africanos.....	203
Conclusão.....	211

Conclusão final.....217

Epílogo.....224

Apêndices.....225

Fontes.....233

Referências.....234

Anexos.....244

Anexo A: Primeira página do *Rol da Desobriga da Freguezia de Porto Alegre no anno de 1814*.....244

Anexo B: Página 141 do Livro de Batismo de Escravos nº 2, 1797-1820.....245

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 População do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1780, 1802 e 1814.....	63
Tabela 1.2 Taxas de crescimento populacional do Rio Grande de São Pedro ao ano (população total e população escrava).....	66
Tabela 1.3 População de Porto Alegre em 1780, 1802 e 1814.....	67
Tabela 1.4 População de Porto Alegre segundo os róis de 1792 e 1814.....	69
Tabela 1.5 Taxas de crescimento populacional de Porto Alegre ao ano (população total e população escrava).....	73
Tabela 1.6 Número de fogos de Porto Alegre por faixa de tamanho de plantel de escravos (1814).....	80
Tabela 1.7 Distribuição da posse de escravos em Porto Alegre, 1814.....	85
Tabela 1.8 Quartis dos 25% maiores e 25% menores proprietários de escravos (Porto Alegre – 1779 a 1814).....	86
Tabela 1.9 Índices demográficos da posse de escravos (Porto Alegre, 1779 a 1814).....	88
Tabela 1.10 Chefes de domicílios sem escravos, por sexo e situação matrimonial, Porto Alegre, 1814.....	91
Tabela 1.11 Configuração dos fogos sem escravos, segundo a situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814.....	92
Tabela 1.12 Índices demográficos dos fogos sem escravos, segundo a situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814.....	93
Tabela 1.13 Distribuição dos agregados nos fogos sem escravos, segundo a situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814.....	94

Tabela 1.14 Chefes de fogos com escravos, por sexo e situação matrimonial, Porto Alegre, 1814.....	95
Tabela 1.15 Configuração dos fogos com escravos, segundo a situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814.....	96
Tabela 1.16 Índices demográficos dos fogos com escravos, segundo a situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814.....	97
Tabela 1.17 Distribuição dos escravos nos fogos, segundo sexo dos escravos e situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814.....	98
Tabela 1.18 Presença dos agregados nos fogos com escravos, segundo a situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814.....	100
Tabela 1.19 Presença dos agregados por tamanho de plantel de escravos (Porto Alegre, 1814).....	101
Tabela 1.20. Razão de masculinidade dos escravos, por faixa de plantel e sexo do proprietário – Porto Alegre, 1814.....	103
Tabela 2.1 Percentuais de batizados escravos crioulos e africanos por período - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	124
Tabela 2.2 Batizados de escravos crioulos legítimos e naturais - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	126
Tabela 2.3 Cor das mães dos escravos crioulos batizados - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	129
Tabela 2.4 Cor dos pais dos escravos crioulos batizados como legítimos - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	132
Tabela 2.5 Origens das mães de crioulos escravos batizados - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	133
Tabela 2.6 Origens dos pais de escravos crioulos batizados como legítimos - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	135

Tabela 2.7 Cor dos pais e das mães de crioulos escravos batizados como legítimos - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	143
Tabela 2.8 Origens dos pais e das mães de crioulos escravos batizados como legítimos - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	144
Tabela 2.9 Pais livres ou forros x mães de escravos crioulos batizados como legítimos - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	146
Tabela 2.10 Variação da faixa etária dos escravos africanos batizados em Porto Alegre, por sexo (1810 a 1835).....	149
Tabela 3.1 Faixas de tamanho relativo de plantel de escravos - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	173
Tabela 3.2 Faixas de tamanho relativo de plantel de - Porto Alegre, 1810 a 1815.....	174
Tabela 3.3 Comparação percentual entre as faixas de tamanho de plantel de escravos a partir do rol de confessados de 1814 e as faixas de tamanho relativo de plantel de escravos a partir dos registros de batismos de 1810 a 1815 em Porto Alegre.....	175
Tabela 3.4 Proximidade dos plantéis relativos de escravos ≥ 8 às relações de compadrio - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	177
Tabela 3.5 Escravos batizados segundo o tamanho relativo de plantel de escravos - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	179
Tabela 3.6 Escravos batizados segundo a proximidade às relações de compadrio - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	181
Tabela 3.7 Legitimidade dos escravos crioulos batizados segundo os tamanhos relativos de plantel de escravos - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	182
Tabela 3.8 Legitimidade dos escravos batizados segundo a proximidade às relações de compadrio - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	183

Tabela 3.9 Presença da madrinha e do padrinho ao batismo dos escravos, segundo os tamanhos relativos de plantel - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	185
Tabela 3.10 Presença da madrinha ao batismo de escravos crioulos, segundo os tamanhos relativos de plantel e a legitimidade dos batizados - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	187
Tabela 3.11 Situação jurídica dos padrinhos dos crioulos escravos batizados, segundo o tamanho relativo de plantel - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	190
Tabela 3.12 Situação jurídica dos padrinhos dos crioulos escravos batizados, segundo a proximidade ao compadrio - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	191
Tabela 3.13 Situação jurídica das madrinhas dos crioulos escravos batizados, segundo o tamanho relativo de plantel - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	194
Tabela 3.14 Situação jurídica das madrinhas dos crioulos escravos batizados, segundo a proximidade ao compadrio - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	196
Tabela 3.15 Pertinência do padrinho escravo ao mesmo plantel do crioulo escravo batizado, segundo o tamanho relativo de plantel - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	198
Tabela 3.16 Pertinência do padrinho escravo ao mesmo plantel do crioulo escravo batizado, segundo a proximidade ao compadrio - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	199
Tabela 3.17 Pertinência da madrinha escrava ao mesmo plantel do crioulo escravo batizado, segundo o tamanho relativo de plantel - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	200
Tabela 3.18 Pertinência da madrinha escrava ao mesmo plantel do crioulo escravo batizado, segundo a proximidade ao compadrio - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	201
Tabela 3.19 Sexo dos batizados africanos segundo os tamanhos relativos de plantel - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	205
Tabela 3.20 Presença da madrinha ao batismo de escravos africanos segundo os tamanhos relativos de plantel - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	206

Tabela 3.21 Situação jurídica dos padrinhos dos africanos escravos batizados, segundo o tamanho relativo de plantel - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	207
Tabela 3.22 Situação jurídica das madrinhas dos africanos escravos batizados, segundo o tamanho relativo de plantel - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	208
Tabela 3.23 Pertinência do padrinho escravo ao mesmo plantel do africano escravo batizado, segundo o tamanho relativo de plantel - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	209
Tabela 3.24 Pertinência da madrinha escrava ao mesmo plantel do africano escravo batizado, segundo o tamanho relativo de plantel - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	210

Lista de Gráficos

Gráfico 1.1 Composição da população com relação ao chefe do fogo - Porto Alegre, 1792 e 1814.....	71
Gráfico 1.2 Percentual de fogos com escravos, por tamanho da propriedade de cativos - Porto Alegre, 1792 e 1814.....	82
Gráfico 1.3 Distribuição da população escrava, por tamanho da propriedade de cativos - Porto Alegre, 1792 e 1814.....	85
Gráfico 2.1 Frequência de batismos de escravos africanos e recém-nascidos em Porto Alegre e projeção de desembarque de cativos no porto do Rio de Janeiro, 1772 a 1800.....	116
Gráfico 2.2 Variação dos batismos de escravos em Porto Alegre e do tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro, 1810 a 1835.....	117
Gráfico 2.3 Áreas de procedência das mães africanas de crioulos escravos batizados como naturais Porto Alegre (1810-1835).....	139
Gráfico 2.4 Áreas de procedência das mães africanas de crioulos escravos batizados como legítimos, - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	139
Gráfico 2.5 Áreas de procedência dos pais africanos de crioulos escravos batizados como legítimos, - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	141
Gráfico 2.6 Variação da faixa etária dos escravos africanos batizados, por sexo - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	151
Gráfico 2.7 Origens dos escravos africanos batizados - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	157

Apêndices

Tabela 1.A Sexo dos senhores de escravos por faixa de tamanho de plantel – Porto Alegre, 1814.....	225
Tabela 1.B Distribuição dos escravos por faixa de tamanho de plantel, segundo o sexo do proprietário e os sexos dos escravos – Porto Alegre, 1814.....	226
Tabela 2.A Áreas de procedência das mães africanas de batizados crioulos escravos - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	227
Tabela 2.B Áreas de procedência dos pais africanos de batizados crioulos escravos - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	228
Tabela 2.C Áreas de procedência dos africanos escravos batizados - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	229
Gráfico 2.A Mães de crioulos escravos batizados como naturais oriundas da África Centro-Atlântica, - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	230
Gráfico 2.B Mães de crioulos escravos batizados como legítimos oriundas da África Centro-Atlântica - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	230
Gráfico 2.C Pais de crioulos escravos batizados como legítimos oriundos da África Centro-Atlântica - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	230
Tabela 3.A Presença da madrinha ao batismo de crioulos escravos segundo a proximidade às relações de compadrio - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	231
Tabela 3.B Menção à Nossa Senhora no lugar da madrinha dos escravos batizados segundo o tamanho relativo de plantel - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	232
Tabela 3.C Ausência da madrinha nos registros de batismo dos escravos segundo o tamanho relativo de plantel - Porto Alegre, 1810 a 1835.....	232

Lista de Figuras

- Figura 1** – Modesto Brocco. *Redenção de Cã*. 1895. Óleo sobre tela. 199cm x 166cm. Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro.....30
- Figura 2** - Mapa da divisão administrativa da Capitania do Rio Grande de São Pedro em 1809, com destaque para o município de Porto Alegre.....56
- Figura 3** – Debret. *Família pobre em sua casa*.....99

Siglas e Abreviaturas

AHCMPA: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

LBEPa: Livros de Batismo de Escravos de Porto Alegre.

RCPA: Rol de Confessados de Porto Alegre.

Introdução

Há muito ficaram para trás os tempos de dúvida sobre os laços de parentesco entre os escravos. Trabalhos sobre as relações sociais da população escrava, em diferentes áreas do Brasil e períodos históricos, têm se tornado cada vez mais presentes, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, com foco nos parâmetros demográficos e nas relações familiares. Utilizando diferentes fontes, como processos criminais, inventários *post-mortem*, censos e registros paroquiais, esses estudos têm demonstrado as possibilidades de parentesco e associação entre os escravos.¹ No cerne dessa temática estão a crítica à tese do escravo reificado e a compreensão de que a violência própria à escravidão não era sinônimo de um escravo desumanizado.²

De modo geral, no final do século XX, os ventos da historiografia sobre a escravidão brasileira anunciavam uma leitura renovada. Senhores e escravos teriam vivenciado uma negociação cotidiana que forçava, mas que também delimitava e constituía os lugares sociais.³ Desenvolveram-se, então, trabalhos sobre as famílias, as irmandades religiosas, as relações de compadrio e outros tantos temas da vivência escrava, revelando as possibilidades e

¹ Tantos trabalhos foram produzidos desde então que alguns historiadores preocuparam-se em produzir sínteses sobre as tendências neste campo historiográfico. Entre essas, ver SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001, capítulo 1: A historiografia recente da escravidão brasileira. Ler também ROCHA, Cristiany Miranda. **História de famílias escravas**: Campinas, século XIX. Campinas, SP: Editora da UNICAMP 2004, capítulo 1: A família escrava: um histórico do tema, das fontes e dos problemas.

² Embora tenha sido concebida de forma crítica à idéia da “democracia racial” (que mitigava as mazelas da escravidão) e tenha sólido embasamento sociológico, a tese da reificação do cativo, defendida pelos expoentes da Escola Paulista de Sociologia (Florestan Fernandes e Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, entre outros) retirou do escravo sua capacidade de reação enquanto sujeito histórico e enquanto classe. A crítica a essa visão se processou mais incisivamente a partir da década de 1980, através de trabalhos que procuravam unir o debate teórico com a análise de larga base documental. Ver, por exemplo, LARA, Sílvia Hunold. **Campos da Violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 17-26; 97-113. REIS, João José. SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Os autores apresentam estudos de caso, nos quais os escravos estão inseridos como sujeitos históricos na sociedade escravista e, portanto, atores de escolhas. Em contraposição, houve quem denunciasses essa perspectiva como uma tentativa de matizar a escravidão com cores mais brandas. Veja-se, por exemplo, GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. IN: **LPH: Revista de História**. V. 3, nº 1, 1992, p. 245-266.

³ É possível vincular esse novo olhar da historiografia sobre a escravidão, que reitera como algo sempre presente, com a emergência da história do cotidiano. Como afirmou Sílvia Petersen, a “universalidade da vida cotidiana” é o ponto de encontro entre diferentes teorias. Ver PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. A renovação da historiografia e o tema da vida cotidiana: desfazendo alguns equívocos. IN: MAUCH, Cláudia (org.). **Porto Alegre na virada do século XIX**: cultura e sociedade. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/UNISINOS, 1994, p. 112-125. Revisitando Michel De Certeau, Benito Bisso Schmidt identificou o cotidiano como o *locus* da resistência dos mais fracos. Nesse sentido, o cotidiano é lugar de negociação. Ver SCHMIDT, Benito Bissio. Práticas e táticas: Michel De Certeau reinventa o cotidiano. IN: **Biblos**, Rio Grande, nº6, 1994, p. 79-93. Também é possível entender o potencial de resistência das interações diárias na perspectiva de Agnes Heller. Segundo Heller, no contato cotidiano não estão apenas as pessoas humanas, mas os lugares que elas ocupam na divisão social do trabalho, embora não se possa perder de vista que os contatos pessoais se dão, de fato, entre homens concretos. Ver HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977, p. 359-360.

capacidades dos cativos de negociarem com seus senhores e com os demais membros da sociedade escravista. Negociação, adaptação e conflito tornaram-se palavras entrelaçadas nos estudos sobre escravidão.

Sob a ótica da negociação

Olhar a escravidão sob a ótica da negociação significou quebrar dualismos extremados que colocavam o escravo entre reificação ou rebeldia constantes. Significou, sobretudo, identificar um espaço cotidiano de ação, para além da submissão completa ou da fuga eventual.⁴ Tomou-se a escravidão, então, como processo contínuo do vivido, na sua totalidade, abrindo-se a possibilidade de que personagens até então esquecidos, porque não participantes de fugas ou rebeliões, emergissem para a história. Nessa perspectiva, explica-se a forte influência do historiador inglês Edward Thompson sobre a nova historiografia da escravidão. Para Thompson, os grupos sociais, a exemplo da classe operária inglesa, não podem ser compreendidos como estruturas ou mesmo categorias atemporais, mas sim como

(...) um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados (...). Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. (...) A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais.⁵

Se a escravidão era uma forma de exploração do trabalho, ela se sustentava também numa relação política construída diariamente pelos sujeitos, sintetizada na relação do binômio senhor - escravo. Por isso, para manter a legitimidade do *status* de escravo de um indivíduo, era necessário que se estabelecesse uma relação política entre senhor e escravo, como lembrou Lovejoy

Os aspectos mais técnicos da escravidão, incluindo os elementos de propriedade, trabalho e a condição de estrangeiro, podiam ser invocados arbitrariamente, mas na prática os direitos legais dos senhores geralmente não eram plenamente exercidos. Em geral, era alcançada alguma espécie de acomodação entre senhores e escravos. O nível sociológico dessa relação envolvia um reconhecimento por parte dos escravos de que eles eram dependentes, cuja posição requeria subserviência ao seu senhor, mas

⁴ Em ensaio intitulado “Reconsiderações”, Stuart Schwartz reflete sobre a necessidade de se superar, no debate historiográfico, a dualidade entre escravidão enquanto sistema econômico e social (que, em última instância, não deixa brecha à ação dos sujeitos) e a escravidão enquanto “produto do que era possível exigir ou extrair dos escravos”, ou seja, enquanto resultado da prática dos agentes históricos que retro-alimentava o sistema. Ver SCHWARTZ, 2001, p.293-7.

⁵ THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9-10.

igualmente necessitava da aceitação por parte dos senhores de que existiam limites até onde os escravos podiam ser forçados.⁶

Segundo o autor, na base da escravidão estava uma “acomodação” entre senhor e escravo que envolvia “reconhecimento” e “aceitação”, mas também dependência e “subserviência” a senhores que não exerciam, na maior parte das vezes, seus “direitos legais”. Tratava-se, portanto, da busca por um equilíbrio instável, sempre acompanhado de latente violência.

Eis o escravo enquanto sujeito histórico, causa e resultado de condições concretas, ou seja, o escravo tomado como sujeito. Nas palavras de Silva e Reis, o escravo em sua “resistência permanente a ser um mero objeto nas malhas do sistema”.⁷ Por isso, esses autores também afirmam que

Os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um pólo e outro. O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias. Vencido no campo de batalha, o rebelde retornava ao trabalho disciplinado dos campos de cana ou café e a partir dali forcejava os limites da escravidão em negociações sem fim, às vezes bem, às vezes mal sucedidas. Tais negociações, por outro lado, nada tiveram a ver com a vigência de relações harmoniosas, para alguns autores até idílicas, entre escravo e senhor. Só sugerimos que, ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos.⁸

Finalmente, vale a pena dizer que a percepção da humanidade do escravo não é exclusividade dessa nova historiografia brasileira, mas o resultado de um debate que ultrapassa fronteiras. David Brion Davis resume bem a situação, indicando que o reconhecimento da humanidade do escravo, ainda que a contragosto, era partilhado em diferentes latitudes

Não há evidência de que as forças irrevogáveis da história tenham funcionado para conduzir a escravidão americana suave e pacificamente rumo às fases ascendentes da servidão e da liberdade (...) não há motivo algum para se pensar que a posição do negro foi melhorada por uma corrida do ouro em Minas Gerais, por uma expansão das lavouras cafeeiras do Brasil, ou por um desenvolvimento de novas terras na Jamaica, em Trinidad ou no Mississippi. Todavia, em nenhum país foi possível ignorar a humanidade essencial do cativo, ou negar-lhe, por mais que de maneira inconsistente com a lei, certos direitos e privilégios. Por toda a parte, os mais cuidadosos senhores tinham prudentes esperanças de aumentar esses direitos e privilégios até que, por algum milagre da evolução, os males óbvios da escravidão

⁶ LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África**: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 36.

⁷ REIS; SILVA, 1989, p. 7.

⁸ *Ibidem*.

perdessem a força e o negro, agradecido, desse seu serviço com boa vontade sem coerção. Mas todos esses sonhos e esperanças encalham no simples e sólido fato, durante séculos obscurecido pela filosofia e pela lei, de que um escravo não era uma parte da propriedade, nem um instrumento semi-humano, mas um homem controlado pela força.⁹

Sob a ótica da negociação, a escravidão deixou de ser investigada apenas como relação econômica entre exploradores e explorados e passou a ser objeto de pesquisas cujo mote principal era, de forma geral, identificar as engrenagens econômicas e extra-econômicas que sustentavam um sistema de relações sociais eivado de contradições. Como afirmaram Eduardo Silva e J. J. Reis, somente a existência de “poderosas correntes de negociação e sabedoria política” garantiam “alguma estabilidade” à sociedade escravista.¹⁰

Um olhar sobre a historiografia da família escrava

A identificação e os significados dos laços familiares constituem importantes focos de pesquisa sobre a escravidão no Brasil. O sentido sócio-político da família escrava gerou um debate intenso entre os historiadores, questionando quais seriam os interesses que senhores e escravos poderiam vislumbrar a partir das relações familiares dos cativos.

Debater a família escrava e seus significados tem passado também pela identificação e discussão das conjunturas que permitiam seu surgimento e manutenção no tempo com maior ou menor sucesso.¹¹

⁹ DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 295.

¹⁰ REIS; SILVA, 1989, p. 14.

¹¹ São inúmeros os trabalhos cuja temática é o parentesco escravo. Entre obras já clássicas, citamos a seguir algumas que servem de referência para o presente estudo. No final da década de 1980, José Flávio Motta já sinalizava os caminhos até então trilhados no debate historiográfico e apontava novos. Veja-se o trecho seguinte de MOTTA, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829. IN: **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 5, n° 1, jan./jun, 1988, p. 71-73. Na mesma época, Stuart Schwartz produziu um trabalho de fôlego: ver SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, capítulo 14. Nessa obra, o autor refere-se ao parentesco entre os escravos como parte da organização das estratégias de vida dos mesmos, dentro dos limites do cativo, contrapondo-se à historiografia anterior que via na família escrava a marca de uma “patologia social”. Ver também GÓES, José Roberto. **O Cativo Imperfeito**. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993. Nesse trabalho, o autor relaciona a reprodução do cativo ao estabelecimento de vínculos de parentesco entre os escravos, através do matrimônio e do compadrio. Com Manolo Florentino, o tema foi ampliado para incluir a influência do tráfico de escravos sobre as famílias cativas no tempo: ver FLORENTINO, Manolo. GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Por sua vez, Robert Slenes procurou distanciar-se da perspectiva de Florentino e Góes, dando enfoque à família escrava como elemento de resistência à escravidão e espaço de recriação das heranças sociais africanas: ver SLENES, Robert. **Na senzala uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil

Portanto, o estudo da família escrava na história implica tanto um debate conceitual sobre a escravidão enquanto sistema e prática social quanto considerações objetivas sobre casos concretos, a partir de registros e dados que constituem fontes para análises quantitativas e qualitativas. Assim, embora o presente trabalho seja um estudo de cunho histórico-demográfico, procuramos não perder de vista o aspecto também qualitativo da análise, seja na comparação com estudos afins, seja no debate teórico.

O debate sobre a família escrava tem sido travado sempre em diálogo com as mudanças demográficas e econômicas em questão. Constituem elementos fundamentais para uma análise da família escrava a estrutura da propriedade de escravos, bem como o percentual de cativos em dada população, entre outros parâmetros. Mediando os dados, a discussão teórica perpassa temas como os significados das relações sociais estabelecidas sob o cativo, as possibilidades de ação dos escravos e as implicações desses e de outros aspectos sobre o próprio sistema escravista.

Por certo, não há apenas uma leitura possível de um debate historiográfico tão complexo quanto esse, nem apenas uma forma de reportá-lo. Procuramos identificar aquelas que são, a nosso ver, as principais abordagens que pautaram a discussão historiográfica ao longo do tempo, procurando contextualizar as contribuições de diferentes autores em relação ao debate acadêmico e suas implicações políticas. Isso nos levou a enxergar a produção historiográfica não apenas como um diálogo fechado de especialistas, mas como um exercício perpassado por questões sociais, culturais e políticas próprias a cada época. Esse exercício contribuiu para a circunscrição do objeto e para a delimitação dos problemas de nosso trabalho.

Desde já, há de se ter claro que não pretendemos reportar todos os autores e todas as nuances no presente exercício, mas estabelecer um marco para nossas reflexões: como chegamos a essa ou àquela abordagem e com quem estamos dialogando.

Estruturamos nossas reflexões dividindo o debate em três momentos, identificando como, em cada uma delas, temas recorrentes foram abordados de formas diferentes.¹²

O primeiro desses momentos é composto pelas últimas décadas do Império e o início da República, até a década de 1930, quando o debate sobre a escravidão no Brasil se

Sudeste, século XIX. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011. Sheila Faria produziu um ensaio com objetivo de sistematizar as interpretações em debate sobre as possibilidades de formação de comunidades escravas em FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. IN: **Tempo**: Revista de História da UFF, vol. 11, n° 22, jan. de 2007, p. 122-146.

¹² Como asseverou Stuart Schwartz, a crescente produção historiográfica sobre a escravidão no Brasil implica uma dedicação de especialista. Ver SCHWARTZ, 2001, p. 22, nota 2. Por certo, não há uma única forma de analisar tão rico debate. Portanto, a apropriação que se segue é fruto de nossas leituras e preocupações específicas.

encontrou eivado por diferentes correntes de pensamento, herdeiras tanto do liberalismo do século XVIII como do evolucionismo do século XIX. Atemo-nos particularmente às correntes deterministas, ditas raciais, porque as mesmas estarão em diálogo e, ao mesmo tempo, comporão um discurso a ser superado por Gilberto Freyre no momento seguinte.

O segundo momento começa na década de 1930 e o principal destaque é a obra de Gilberto Freyre. Partindo de uma perspectiva cultural, Freyre trava uma discussão com determinismos físicos e biológicos que até então imputavam ao negro a impossibilidade de civilização. Por sua vez, nas décadas de 1950 e 1960, as perspectivas freyreanas sobre a escravidão, os papéis e as relações de escravos e de seus senhores foram criticadas nas produções de um grupo de pesquisadores paulistas que ficou conhecido pelo epíteto de Escola Paulista de Sociologia.

O terceiro momento começa na década de 1970, com trabalhos de cunho histórico e demográfico que colocam em questão as prerrogativas dos sociólogos paulistas sobre a escravidão no Brasil, em particular a tese da anomia. A partir de então, proliferaram temas, estudos e novas abordagens, tomando-se sempre por base a pesquisa documental primária. Em 1988, o centenário da abolição dá impulso a esse novo momento e os anos 2000 vêm a emergência de estudos regionais sobre aspectos tão diversos como a sociabilidade escrava, as trajetórias pessoais e a inserção dos libertos no pós-abolição.

Outros aspectos sobre a historiografia da família escrava são ainda discutidos no item 2.1 desta dissertação (p. 114) como subsídio às análises do segundo capítulo.

No primeiro momento, as interpretações deterministas raciais e a invisibilidade da família escrava

O panorama científico entre as últimas décadas do Brasil Imperial e as primeiras do Brasil Republicano é marcado por influências diversas: o positivismo de Comte, o liberalismo político, herança do Iluminismo e da Revolução Francesa, e as teorias deterministas do evolucionismo e do darwinismo. Para explicar a composição e as dinâmicas da sociedade brasileira, as teorias raciais ganhavam terreno. Tentava-se identificar a composição racial do Brasil e retirar daí conclusões sobre o futuro da população do país, tanto em termos de viabilidade reprodutiva quanto civilizatória.

O perigo, segundo aqueles que advogavam as teorias raciais, era a presença de negros e mulatos no Brasil, o que comporia uma população de baixo grau de civilização, híbrida, deformada e mesmo feia, segundo aqueles pensadores. Temia-se o aumento da população

negra e mestiça, incapaz de civilizar-se segundo alguns estudiosos da época. Ao mesmo tempo, duvidava-se da capacidade reprodutiva dos mulatos. O drama era este: estaria o Brasil fadado ao fracasso como nação por conta de sua composição racial?¹³

Embora a teoria da evolução fosse um paradigma comum, os defensores das teorias raciais não eram unânimes nos seus pressupostos e conclusões.

O termo raça, introduzido no início do século XIX, colocou um desafio aos pressupostos unitários dos iluministas quanto à humanidade porque opôs o debate sobre cidadania – centrado na ação do indivíduo – a um debate sobre predisposições das raças – centrado numa noção de grupo biológico.¹⁴

Lília Schwarcz explica que, em meados do século XIX, as teorias raciais estavam divididas em dois grandes grupos: aquelas que partiam da monogenia (teorias que compartilhavam a idéia da unidade da espécie humana) e aquelas que defendiam a poligenia (o surgimento geograficamente difuso e diferente dos homens, entendidos como membros de raças distintas).¹⁵

A publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859, influenciou decisivamente os rumos do debate. Obra que se tornou referência obrigatória, os conceitos de Darwin de seleção natural, evolução e hereditariedade influenciaram distintas leituras sobre o comportamento das sociedades humanas, não raro levando a deturpações.

Para os adeptos do darwinismo social, a miscigenação se colocava como um problema. Ao contrário da perspectiva evolucionista social, que estabelecia gradações de civilização e progresso entre as raças, o darwinismo social enfatizava a degeneração, da qual a miscigenação era o símbolo já que o progresso estaria restrito às raças puras. Ganhava força falar-se em diferença, acepção que implica pensar em espécies humanas essencialmente distintas, e não mais em desigualdade, o que implicaria conceber as diferenças sociais como

¹³ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 11-13.

¹⁴ *Ibidem*, p. 47.

¹⁵ Os monogenistas carregavam a herança dos iluministas do século XVIII, em particular Rousseau, e também dos dogmas da Igreja. Partiam do pressuposto de que a humanidade era una e de que essa mesma humanidade era imbuída de perfectibilidade e virtualidade. Isso acarretava falar-se num horizonte único de evolução, embora graus de maior ou menor degeneração separassem as populações humanas. Os poligenistas, por sua vez, partiam da idéia de que teriam havido vários pontos geográficos de surgimento da espécie humana, cada um correspondendo às diferentes raças. Esse novo pressuposto, surgido da sofisticação das ciências físicas e biológicas à época, rompia com a unidade humana do modelo iluminista e estabelecia correlação entre aparência exterior e inclinação interior dos homens. Da perspectiva poligenista surgiram os estudos antropológicos, fortemente ligados às ciências naturais num primeiro momento, a exemplo da antropologia criminal de Cesare Lombroso, que argumentava a criminalidade ser resultado de predisposições herdadas. Já a chamada etnologia social ou antropologia cultural permanecia ligada à tradição humanista e monogenista, embora influenciada pelo evolucionismo. Na perspectiva dos etnólogos sociais, as sociedades humanas passam por estágios de progresso, que indicam graus de civilização desiguais, adotando-se o método comparativo para análise. *Ibidem*, p. 43-66.

contingências. A miscigenação era, então, pensada em termos de degeneração social e, portanto, como um fenômeno a ser evitado.

Em termos políticos, o darwinismo social foi a base para justificar práticas conservadoras, como a eugenia e o imperialismo.

De acordo com essa e outras vertentes deterministas raciais, a presença do negro e do mulato era marca degenerativa da população brasileira, fosse por grau de civilização ou por incapacidade ontológica de civilizar-se.¹⁶

No Brasil, frente à realidade miscigenada da população¹⁷, se buscou uma síntese entre a perspectiva darwinista social e a evolucionista monogenista que permitisse justificar as diferenças sociais com base na origem racial e, ao mesmo tempo, permitisse projetar a viabilidade da nação de alguma forma. Essa viabilidade passava por encarar a mestiçagem como um processo que pudesse reduzir o percentual de negros e mulatos do cômputo geral da população do Brasil, o que significava uma aposta de futuro na capacidade regenerativa, não degenerativa da mestiçagem.¹⁸

Uma expressão desse enfoque é o óleo sobre tela intitulado *Redenção de Cã*, de Modesto Brocos, artista da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro no final do século XIX.¹⁹ A obra representa a regeneração da nação brasileira através de um processo de branqueamento via mestiçagem (figura 1).

¹⁶ Dentre os darwinistas sociais, Schwarcz destaca quatro pela representatividade de seus pensamentos: Ernest Renan, Le Bon, Taine e Gobineau. Interessa-nos ressaltar algo sobre os dois últimos autores: Taine, por ter ampliado a noção de raça, aproximando-a à idéia de nação; e Gobineau, que no Brasil encontrou ressonância para sua intransigente condenação à miscigenação, muito porque aqui “a miscigenação não era um prognóstico, um exercício de imaginação, mas uma realidade vivenciada”, como lembra Schwarcz. *Ibidem*, p. 64.

¹⁷ Segundo Larissa Viana, miscigenação e mestiçagem são “processos complementares” que se aplicam ao “processo social e complexo que conduziu à formação de uma sociedade plural e profundamente diferenciada na América portuguesa.” Ver VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 40. Nessa obra, a autora denuncia que esse processo tem sido abordado com dificuldade pela historiografia, quando não negado, por conta de diferentes motivações políticas.

¹⁸ Um exemplo em pessoa dessas contradições era o médico Raymundo Nina Rodrigues. Mulato, divulgador do determinismo biológico, em sua obra não deixou de apontar a suposta inferioridade da raça negra, embora tenha produzido trabalhos de fundo etnográfico que revelaram a influência da religiosidade de matriz afro-brasileira sobre a sociedade em geral, para brancos e para negros, isto é, a religião como traço cultural comum a adeptos brancos, pardos e negros. Ver RODRIGUES, Raymundo Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**: fac-símile dos artigos publicados na Revista Brasileira em 1896 e 1897. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura - Fundação Biblioteca Nacional / Editora da UFRJ, 2006.

¹⁹ Disponível em http://www.rhbn.com.br/uploads/docs/images/images/R_323%20JA.jpg, acesso em 5/9/2013, às 00h e 30min.

Figura 1- Redenção de Cã, de Modesto Brocos



É interessante notar que o processo de branqueamento aventado pelo artista reproduz não só um ideal de “regeneração da raça”, mas também a forma como se daria esse processo: através da união da mulher de cor com o homem branco. A família retratada está alicerçada na presença redentora do branco livre. Para os adeptos das teorias raciais, se o branqueamento era regeneração da raça, a proliferação da cor negra era sua condenação. Explica-se, assim, porque essa escola de pensamento não discutiu a viabilidade da família escrava. Por ser negra, essa família, em que modelo fosse, estaria fadada a reproduzir os supostos defeitos congênitos de sua raça. Sua viabilidade ou inviabilidade, nesse sentido, não se dava pela presença de condições mais ou menos favoráveis, delimitadas, por exemplo, pela escravidão ou pela liberdade, mas pelo simples fato de que a raça se sobrepunha a outros elementos.

Como assinala Schwarcz, ao lado dos discursos liberal e positivista do final do XIX, havia um discurso racial-evolucionista. O cenário no qual essas leituras do Brasil se enfrentavam era pautado pelo fim da escravidão, pela pressão sobre a Monarquia e, com o advento da República, por redefinições da nação e do Estado, no que tange o acesso à cidadania (por grupos e pelos indivíduos) e a definição da identidade da nação brasileira. Por isso, o termo raça, além de sua definição biológica, acabou recebendo uma acepção social,

uma categoria do social. Ao mesmo tempo em que a cidadania se estendia aos ex-escravos, tratou-se de estabelecer critérios de distinção, no que a raça jogou importante papel. Cruzando-se teorias inicialmente contraditórias - o darwinismo social e o evolucionismo social - buscou-se ratificar as gradações raciais, salvaguardando algo do significado de ser branco no período anterior à abolição, ao mesmo tempo em que se enfatizava a mutabilidade racial e o aperfeiçoamento, permitindo uma leitura positiva da miscigenação.²⁰

Os postulados de Gilberto Freyre e as críticas dos paulistas: repensando o ser escravo

Do exposto no item anterior, compreendemos melhor o contexto no qual escreveu Gilberto Freyre, na década de 1930. Ao lançar *Casa Grande e Senzala*, em 1933, Freyre estava dialogando com uma já estabelecida escola racial de pensamento, que advogava o atraso ou mesmo a impossibilidade de civilização do negro. Essa tendência e as correntes de pensamento liberal e positivista que tomaram fôlego nas primeiras décadas da República compõem o cenário de debates. Essas diversas linhas de abordagem assumiram o desafio de “passar em revista” o Brasil escravista e procurar delinear os contornos da identidade do povo brasileiro e, a partir daí, de seu futuro. Tratava-se de objetivos audaciosos, de âmbito nacional.

Freyre dialogou com o pensamento determinista, contestando muitos de seus pressupostos, assumindo outros, deixando conclusões em suspenso. Entretanto, sua postura foi majoritariamente crítica a essas correntes. Freyre se aproximou da antropologia cultural e da etnologia social mais do que das tendências deterministas raciais, embora a própria forma de divisão de sua obra não esconda alguma influência dessas escolas.

Ao falar do papel do negro na sociedade brasileira, Freyre exaltou sua participação na composição da cultura nacional, inclusive sua capacidade intelectual. Embora tenha feito comparações entre o homem branco, o indígena e o negro que podem ser contestadas por terem algo de essencialistas, Freyre esforçou-se para enfatizar a participação ativa do elemento negro na cultura brasileira.²¹

Há de se colocar em perspectiva suas reflexões sobre a qualidade dos africanos que vieram para o Brasil ou os resultados da miscigenação: são temas recorrentes à época em que

²⁰ Não por outro motivo, Schwarcz notara o caráter político, paralelo ao científico, dessas doutrinas. SCHWARCZ, 1993, p. 11-22. Ver também VIANA, 2007, p. 24.

²¹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. IN: SANTIAGO, Silviano (coord.). **Intérpretes do Brasil**. vol. 2, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 397.

Freyre produzia e não se poderia esperar que ele não refletisse sobre elas. O fato importante é que, nesse diálogo, Freyre mais replicou do que corroborou os determinismos raciais. De pronto, Freyre não falou no negro ou no africano, mas em povos negros.²² Ao optar pelo plural e complexificar a questão com elementos históricos e geográficos, Freyre mostrou sua tendência pela primazia do elemento cultural sobre o racial para determinar o grau de civilização dos povos. O autor assim se expressou:

Mas dentro da orientação e dos propósitos deste ensaio, interessamos menos as diferenças de antropologia física (que ao nosso ver não explicam inferioridades ou superioridades humanas, quando transpostas dos termos de hereditariedade de família para os de raça) que as de antropologia cultural e de história social africana. Estas é que nos parecem indicar ter sido o Brasil beneficiado com um elemento melhor de colonização africana que os outros países da América. Que os Estados Unidos, por exemplo.²³

Freyre deu primazia às questões histórico-culturais na sua busca pela identidade nacional. Se fez comparações entre brancos, indígenas e negros e identificou, dentre estes últimos, aqueles de origem sudanesa como mais civilizados, isso não chega a ser o foco de seu trabalho. A presença de argumentos deterministas apenas demonstra que Freyre foi um homem de seu tempo, em diálogo com as teorias de sua época. No entanto, seu foco foram questões culturais e históricas e não se furtou a imputar ao sistema escravista as mazelas que acompanhavam os negros:

Sempre que consideramos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro, é a ação do escravo, e não do negro em si, que apreciamos. (...) O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase da vida independente, deformado pela escravidão. (...) Do mesmo modo, parece-nos absurdo julgar a moral do negro no Brasil pela sua influência deletéria como escravo.²⁴

Freyre viu o negro “deformado” pela escravidão. Embora sua expressão denote certo determinismo porque implica debilidade de potencialidades implícitas, deve-se focar na sua afirmação de que a escravidão foi a principal causa das mazelas morais que, segundo ele, recaiam sobre os negros.

Quanto à vida íntima e familiar, a licenciosidade que Freyre enxergou no padrão das relações na sociedade brasileira era imputada antes à escravidão do que à natureza do africano. Recaía, portanto, qualquer culpa de tal licenciosidade mais sobre o branco livre e senhor do que sobre o negro escravo. Porém, mais ainda sobre o sistema econômico, o qual

²² *Ibidem*, p. 398.

²³ *Ibidem*, p. 413.

²⁴ *Ibidem*, p. 421.

sujeitos de diferentes cores e condições jurídicas respondiam e reproduziam.²⁵ Apesar de tal conclusão, o autor não negou a existência de relações familiares entre os escravos, embora não tenha se atido a elas.²⁶

De fato, Freyre estava pensando naquilo que compunha a identidade brasileira e, portanto, nas relações familiares do “brasileiro”. O objetivo, como já dito, era ater-se à nação, vista como um conjunto unitário. Por isso, é a família patriarcal como noção de família extensa que ressalta em sua obra, não pela negação dos laços familiares entre escravos, mas sim pela sua intenção de enxergar a intimidade brasileira como um todo, do qual o modelo patriarcal pareceu-lhe o único capaz de dar conta.²⁷

Já há algum tempo, a historiografia voltou-se a ler a escravidão e as relações raciais no Brasil principalmente na ótica dos grupos e, mais recentemente, dos indivíduos inclusive. Essas leituras, que respondem a interesses atuais, não responderiam às preocupações de Freyre, que se incluía dentro de um esforço de pensar o Brasil moderno em conjunto.²⁸ Gilberto Freyre dialogou com as escolas deterministas raciais e propôs uma nova forma de ler o Brasil à sua época. Para ele, a miscigenação seria positiva e o resultado desse processo, o brasileiro, teria mais na cultura que na raça a expressão de si mesmo. Como bem resumiram Enrique Larreta e Guillermo Giucci, a obra de Freyre tinha, sobretudo, um propósito:

O caráter apaixonado e apaixonante de Casa-Grande & Senzala encontra-se nessa revelação. É uma descoberta decisiva que o autor quer compartilhar com seus leitores (...) Casa-Grande & Senzala é a representação de um mito, uma crença profunda oferecida para ser compartilhada por uma nação.²⁹

Entretanto, recaí sobre Freyre a crítica de seu modelo de família patriarcal que oblitera a existência de laços familiares entre os escravos. Pode-se também criticar certo reducionismo

²⁵ *Ibidem*, p. 422-426; 475.

²⁶ *Ibidem*, p. 536.

²⁷ Para Freyre, as relações políticas são uma extensão das relações sociais dominantes. Daí o mandonismo e, ao mesmo tempo, a proximidade e as acomodações sociais e culturais que caracterizariam a sociedade brasileira. Ver ITABORAÍ, Nathalie Reis. A família colonial e a construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. IN: **Revista Antropológicas**, ano 9, v. 16 (1), 2005, p. 171-196. Também ver ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas**: Campinas, século XIX. Campinas, SP: UNICAMP, 2004, p. 23.

²⁸ Nunca é demais lembrar que de várias formas Freyre foi inovador, antecipando tendências metodológicas que só tomariam força décadas depois, como na utilização de fontes diversas e não restritas à versão oficial, mas que diziam respeito ao cotidiano das pessoas comuns, como orações, receitas, cantigas e depoimentos orais. Sobre os diferentes direcionamentos, na historiografia, sobre a relação entre cor, raça e cidadania ver VIANA, 2007, p. 21-45. Para uma crítica às leituras racializadas sobre a sociedade brasileira atual, ver FRY, Peter; MAGGIE, Y.; MAIO, M. C.; MONTEIRO, S.; SANTOS, R. V. (orgs.). **Divisões perigosas**. Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2007.

²⁹ LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre: uma biografia cultural**: a formação de um intelectual brasileiro, 1900-1936. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 422-423.

em ver o modelo de sociedade da grande lavoura de monocultura como representativa de todas as regiões do país. Finalmente, a crítica de que, no afã de apresentar a família patriarcal como núcleo de uma cultura nacional, Freyre acabara por apresentar a escravidão no Brasil como menos violenta que a escravidão em outras áreas da América, notadamente nos Estados Unidos.

De fato, Freyre teceu suas argumentações em perspectiva comparada, principalmente com a escravidão norte-americana. Segundo Lara, o diálogo com Frank Tannenbaum levou à caracterização dos seguintes parâmetros: na América Latina, a escravidão teria sido mais branda e harmoniosa em decorrência da proteção dada ao escravo pela tradição legal, pela mediação da Igreja e do Estado nas relações entre senhor e escravo, pela ação do patriarcalismo e pela maior facilidade de inserção social do liberto negro e mestiço; por sua vez, a escravidão norte-americana teria se caracterizado pela ausência de códigos legais que efetivamente protegessem o escravo, pelo controle senhorial direto e incontestável sobre o escravo, tanto na ordem administrativa quanto eclesial, pelo rígido sistema de divisão de cores na sociedade e pela ação de uma maior racionalidade econômica, fruto das relações capitalistas.³⁰

Essa perspectiva comparada foi criticada por sua ênfase na graduação entre maior ou menor violência, brandura ou crueldade. Nas décadas de 1950 e 1960, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso, entre outros discípulos do sociólogo Florestan Fernandes, compuseram um grupo de pensadores que ficou conhecido como Escola Paulista de Sociologia. Esses autores contestaram os pressupostos de Freyre, denunciando-o por ter, segundo eles, uma visão benevolente da escravidão no Brasil e de suas conseqüências sociais, o que se denominou de “mito da democracia racial”. Eles ressaltaram o caráter violento da escravidão, independentemente de nuances culturais ou dispositivos legais.³¹

Enquanto Freyre preocupava-se com elementos culturais, esses autores enfatizaram a estrutura sócio-econômica da escravidão. Focando a dualidade senhor - escravo a partir dessa visão sistêmica, viram toda ação nas mãos dos senhores, sendo os cativos o objeto dessa ação. Assim, pouco de humano restaria ao escravo. Coisificado pela violência extremada do cativo, ao escravo ficaria impossibilitada a vida familiar.³² A promiscuidade e a

³⁰ LARA, 1988, p. 97-98.

³¹ ROCHA, 2004, p. 25. LARA, 1988, p. 100-101.

³² Embora, como recorda Sílvia Lara, Florestan Fernandes tenha se pronunciado matizando as conseqüências dessa estrutura sobre a possibilidade do escravo formar famílias. Ver *Ibidem*, p. 103.

licenciosidade seriam função da escravidão. Em liberdade, essa “deficiência moral” teria sido carregada pelo liberto.³³

Um dos expoentes da Escola Paulista de Sociologia, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, produziu um importante trabalho sobre a escravidão no Rio Grande do Sul no século XIX. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* constituiu-se como um marco historiográfico ao contestar o mito de que “a sociedade gaúcha se formou a partir de princípios democráticos e igualitários”. Essa visão, segundo o autor, teria sido tão intensa a ponto de obliterar as abordagens dos pesquisadores anteriores, refêns dos “valores senhoriais elaborados na sociedade escravocrata gaúcha.”³⁴

Baseado em dados populacionais e relatos de viajantes que apontavam a expressiva presença escrava em várias áreas do Rio Grande do Sul desde pelo menos meados do século XVIII, Cardoso pôde asseverar a utilização da mão-de-obra escrava, embora apostasse que a parca circulação de moeda limitasse a aquisição de cativos. Para o autor, os escravos seriam mais facilmente encontrados nos setores de “economia subsidiária” que se ligavam às áreas de exportação da Colônia, como a produção de charque, couros, trigo e, em menor proporção, nas estâncias de gado. O acesso ao tráfico de escravos se intensificaria quando esses setores fossem capazes de criar as condições para o aumento da renda por unidade produtiva, possibilitando o reinvestimento, e quando o próprio tráfico de escravos estava acelerado, como no início do século XIX. Além disso, o percentual de escravos no conjunto da população também seria significativo nas cidades. Entretanto, nas lavouras de subsistência, a presença escrava seria pequena.³⁵

Em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, Fernando Henrique Cardoso sistematizou a idéia da reificação objetiva e subjetiva do escravo. Segundo o autor

(...) o escravo auto-representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autonômica. Noutras palavras, o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado *coisa*, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações com “sentido”, pois eram ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos *senhores*.³⁶

³³ ROCHA, *op. cit.*, p. 27.

³⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, cap. 2, p. 105-158.

³⁵ *Ibidem*, 2003, cap. 1, p. 55-103.

³⁶ CARDOSO, *op. cit.*, p. 161. Além disso, o autor esclarece que a anomia escrava seria resultado “das próprias condições de trabalho, da representação do escravo como coisa e da aceitação pelos cativos da representação de escravo que lhes era imposta”, à p. 180. Veja-se o capítulo 3, intitulado “Senhores e escravos”.

Cardoso embasa essa tese tomando os relatos dos viajantes como expressão da verdade, sem matizar os olhares brancos e estrangeiros desses cronistas.³⁷ Além disso, o autor esclarece que a anomia escrava seria resultado “das próprias condições de trabalho, da representação do escravo como coisa e da aceitação pelos cativos da representação de escravo que lhes era imposta.”³⁸

Apesar da crítica à ênfase de Freyre na família patriarcal e, principalmente, à ênfase daquele autor mais sobre os encontros e trocas culturais do que sobre a característica violenta da escravidão, Cristiany Rocha viu similitudes entre as abordagens freyreana e aquela da Escola Paulista de Sociologia. Em ambas, seria o sistema escravista o responsável pela fragilidade da vida familiar entre os cativos e não a inferioridade ou degeneração proveniente da raça. Como afirmou Rocha, “muda-se a explicação, mas a conclusão continua a mesma”³⁹, qual seja: a incapacidade do negro-escravo de constituir relações sociais autônomas e moralmente aceitáveis, o que seria decisivamente prejudicial à constituição de famílias.

De fato, as conclusões são semelhantes. Porém, essa análise é um tanto retrospectiva já que há de se ter em mente o contexto no qual essas abordagens foram produzidas.⁴⁰ Como já dissemos, Freyre estava em diálogo com toda uma tradição determinista racial que enfatizava não só a miséria moral do negro, mas atribuía tal situação a sua origem e cor. Freyre produziu um contraponto ao centrar sua análise na cultura e ao denunciar o sistema escravista como elemento fundante de qualquer mal que recaía sobre o comportamento do negro. Não esqueçamos que Freyre atribuía licenciosidade não só ao negro, mas principalmente ao branco, o que implicava ver não a impossibilidade da família escrava, mas a própria família extensa patriarcal permeada pela imoralidade inerente ao sistema escravista.

Por sua vez, os estudiosos paulistas, sobretudo sociólogos, estavam preocupados em fazer uma leitura mais sistêmica da escravidão, enfatizando os mecanismos de dominação que constituíam seu funcionamento e seus efeitos no pós-abolição, principalmente o racismo. Criticaram a discussão baseada na comparação entre a escravidão brasileira e norte-americana

³⁷ Décadas depois, Robert Slenes propôs que se fizesse uma leitura dos relatos dos viajantes estrangeiros que procurasse mais os desvios da visão dos brancos do que a realidade vivenciada pelos negros, evitando-se tomar por verdades incontestes as afirmações literais daqueles. Ver SLENES, 2011, p. 139-150.

³⁸ CARDOSO, 2003, p. 180. Veja-se o capítulo 3, p. 159-196.

³⁹ ROCHA, 2004, p. 30.

⁴⁰ O que não significa que não haja nada de semelhante entre as propostas e as trajetórias de Freyre e daqueles “filiaidos” à chamada Escola de Sociologia Paulista. Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda lançaram as bases da modernidade científica no campo das Ciências Humanas no Brasil, embora suas diferenças. Os chamados, “Intérpretes do Brasil” fizeram parte de uma cepa modernizadora da qual Florestan Fernandes, o mentor da ESP, também pôde nutrir-se. Uma análise sobre a moderna Sociologia brasileira encontra-se em ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Sociologia de Florestan Fernandes. IN: **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v.22, nº1, junho de 2010, p. 9-27.

para se focarem na natureza violenta do sistema escravista e nas suas conseqüências nefastas sobre os escravos e seus descendentes. O problema dessa abordagem estruturalista foi que, ao mesmo tempo em que denunciava a anomia do escravo, retirava-lhe a possibilidade de agência no interior do cativo, coisa que a abordagem freyreana não faz.

Diríamos, então, que a constatação de que ambas as abordagens chegaram a mesma conclusão é apenas aparente: enquanto os pesquisadores paulistas viram inviabilidade na família escrava, Freyre se limitou a constatá-la, mas optou em concentrar-se no modelo de família patriarcal, por suas preocupações analíticas e por suas intenções políticas, inclusive.

Mudanças de abordagem na historiografia: a família escrava vem à tona.

A partir da década de 1970, sobretudo após o centenário da abolição da escravidão no Brasil, trabalhos de cunho demográfico, reconstrução de trajetórias e temas como sociabilidade escrava, mobilidade social e inserção na sociedade pós-escravista ganharam fôlego.⁴¹ No lugar de concepções estruturalistas fechadas, sejam brandas ou rígidas sobre a escravidão, ganhou corpo uma abordagem dialógica entre os sujeitos e o sistema, no qual esses são mais do que resultados de estruturas pré-concebidas, mas elementos dinâmicos constituintes de uma estrutura também dinâmica.

De fato, há uma mudança entre as pesquisas que se realizam a partir da década de 1970 e as abordagens anteriores. Deixa-se de se enfatizar o tratamento para se focar o funcionamento da escravidão em diferentes arranjos sociais.

Metodologicamente, amplia-se o uso e o cruzamento de fontes diversificadas. Os trabalhos com base em relatos de viajantes ou afirmações teóricas, que caracterizaram muito das produções dos sociólogos de formação, dão espaço a trabalhos baseados em extensa documentação primária.

A perspectiva comparativa com a historiografia norte-americana continua, mas não mais focada na graduação da violência, mas sim nas diferentes formas de vivência escrava de acordo com elementos conjunturais como o tráfico e a estrutura de posse de escravos. Sobretudo, essas mudanças refletem-se nas abordagens sobre a família escrava.

Nos Estados Unidos, por exemplo, Eugene Genovese encontrou laços verticais entre a família escrava e a família senhorial estadunidenses. Esses laços seriam marcas, na interpretação do autor, da dominação paternalista. Genovese escreveu na intenção de mostrar

⁴¹ SCHWARTZ, 2001, p. 32-48.

que a interação entre senhores e escravos contribuiu para a construção da cultura do Velho Sul dos Estados Unidos, ou seja, os escravos não seriam seres passivos frente à dominação senhorial. O autor enfatizou que “a escravidão deu ao Sul um sistema social e uma civilização com uma estrutura de classes, uma comunidade política, uma economia, uma ideologia e padrões psicológicos peculiares (...)”.⁴²

Herbert Gutman, por sua vez, enfatizou os laços horizontais da família escrava, separada da família senhorial. Concluiu que houve amplitude dos laços familiares que alicerçaram as bases de uma comunidade escrava e de sua inserção no mundo livre do pós-abolição nos Estados Unidos, isso graças a uma capacidade adaptativa que viabilizou a socialização e a transmissão de valores culturais e comportamentos. Segundo Gutman, a partir do exame de fontes de cunho demográfico, a maioria das crianças escravas teria partilhado da convivência de ambos os pais (“*double-headed kin-related households*”). O autor produziu seu texto em diálogo com Daniel Moynihan, que via nos três séculos de escravidão a causa de uma possível desagregação dos valores morais dos negros, resultando numa espécie de patologia responsável pela desorganização da vida familiar dos afro-americanos no século XX. Gutman criticou essa visão como sendo a continuação de uma corrente conservadora, que teria sido influenciada pelos pesquisadores E. Franklin Frazier e Stanley Elkins.⁴³

No Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, recrudescer o debate sobre os modos de produção historicamente vigentes no país e, portanto, voltou-se ao período colonial como objeto de estudo. De modo geral, os trabalhos desse período enfatizaram o caráter violento da escravidão, mas reconheceram o paternalismo como elemento integrado, ora em paralelo, ora subordinado àquela. Também se contestou a tese de que uma maior violência estava ligada a um maior grau de racionalidade econômica, em oposição às relações mais humanizadas das estruturas patriarcais.⁴⁴ Trabalhos demográficos na década de 1970 e 1980 comprovaram também a vida social e familiar. Assim como na historiografia americana, identificou-se que o ciclo de vida dos senhores tinha conseqüências sobre a estabilidade das famílias escravas.⁴⁵

De modo geral, as conclusões apontaram para o fato de que a estrutura de posse de escravos exercia implicações nas relações sociais desses últimos. Na fase de formação dos plantéis haveria predomínio de homens jovens; na fase de estabilidade verificar-se-iam mais famílias e escravos mais velhos (o que implica pensar em maior taxa de dependência); ao

⁴² GENOVESE, Eugene. **A Economia Política da Escravidão**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976, p. 9.

⁴³ GUTMAN, Herbert. **The Black family in slavery and freedom, 1750-1925**. New York / Toronto: Random House, 1976. Ver, principalmente, a introdução e os capítulos 1, 2, 3 e 4.

⁴⁴ LARA, 1988, p. 102-110.

⁴⁵ ROCHA, 2004, 37-42.

longo do tempo surgiriam arranjos comunitários complexos, envolvendo uma rede social de gerações, ligada por laços consangüíneos, e também através do parentesco ritual.⁴⁶

Na década de 1990, o debate sofreu algumas alterações: já não era mais preciso comprovar a existência de famílias escravas, de sua capacidade de articulação comunitária e de seus laços horizontais no tempo. As discussões voltaram-se para as configurações das famílias escravas em diferentes contextos: famílias nucleares, extensas ou matrifocais, além da existência de famílias mistas (formadas por escravos com libertos ou com livres).⁴⁷

Temas variados tornaram-se recorrentes na historiografia brasileira sobre a família escrava. A questão da legitimidade foi vista por Sheila Faria como dependente de uma série de elementos, entre estes, a proximidade dos bispados e o maior ou menor acesso e adesão dos escravos ao casamento católico. Sobretudo, tem-se procurado compreender os significados atribuídos ao matrimônio. De maneira geral, a restrição do universo social do escravo imposta pelos senhores tem se mostrado bastante generalizada, o que explicaria a ausência de casamentos entre propriedades. Entretanto, tal política não impediria as uniões consensuais. Quanto ao compadrio, mantêm-se como referenciais as observações de Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, que apontam para uma antítese entre as instituições do compadrio e da escravidão. Entretanto, isso não significa que o tema esteja pacificado. Roberto Góes não viu tal oposição ao estudar os batismos de escravos da freguesia de Inhaúma, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. Ao contrário, para esse autor o batismo e a escravidão teriam convivido bem, numa simbiose estrutural.⁴⁸

O trato de fontes seriadas

Na presente pesquisa, o trabalho com fontes quantitativas implicou um conjunto de procedimentos metodológicos. Em suma: categorização, divisão, seleção, compilação, tabulação e computação dos dados.⁴⁹ Seguiram-se o tratamento e a análise da informação,

⁴⁶ *Ibidem*, p. 35-36.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 31-35.

⁴⁸ Ver FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 52-68; 322-326. GUEDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. IN: REIS, J. J. (org.) **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1988, p. 33-59. GÓES, 1993, p. 11-17; 51-104. Um olhar sobre a historiografia mais recente encontra-se em ROCHA, 2004, p. 42-48; Veja-se também SLENES, 2011, p. 35-76.

⁴⁹ Tratam-se de problemas da “tecnologia da pesquisa” da demografia histórica. Ver FURET, François. A História quantitativa e a construção do fato histórico. IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, s/d, p. 73-91.

além do necessário cotejamento com outros estudos. Esses procedimentos técnicos estão longe de serem neutros.⁵⁰ Na verdade, constituem um grande desafio, vimos na prática, à manipulação de fontes seriadas e dados quantitativos. Muitas vezes, determinado procedimento impõe uma leitura específica, um ponto de inflexão do qual não se pode voltar atrás, ou só se pode alterar com grande dificuldade. O historiador sempre se vê lidando com determinados pressupostos e perguntas. A demográfica histórica, à guisa de objetividade, busca na série de eventos repetitivos um controle sobre os eventos históricos. Entretanto, corre-se o risco de se constituir “um objeto muito mais abstrato que o homem concreto” e, portanto, a mercê da subjetividade de quem o propõe.⁵¹

Portanto, se não é possível deixar as fontes falarem por si, já que entre o documento e a história há a mediação do historiador, é preciso saber lê-los e compilá-los de forma a que respondam claramente às perguntas formuladas. Dito de outra forma, o historiador deve, dignamente, deixar explícitas as dificuldades e escolhas ao longo do processo, revelando as inquietações que o levaram às perguntas e os procedimentos que o levaram às respostas. Como um fio que atravessa todo o trabalho, a coerência metodológica e teórica é o que torna a pesquisa historiográfica relevante. Eis que, de certo modo, há uma qualidade nos números, antes de qualquer quantidade. O trabalho demográfico, ironicamente, é antes qualitativo para que possa ser depois, e só depois, quantitativo.

Contudo, apesar de seus desafios e dos seus limites, a demografia histórica tem sido um campo fundamental para que se produzam análises diacrônicas sobre aspectos estruturais das sociedades, principalmente quando se trata das camadas de baixo, muitas vezes esquecidas ou silenciadas. Nesse sentido, a demografia histórica toma parte no esforço de representar “a totalidade, o conjunto do social [do qual faz parte] o homem comum, o anônimo que nada distingue”, como afirmou Pierre Chaunu.⁵² O mesmo autor reconheceu serem os registros paroquiais “a mais maciça de todas as fontes, a fonte por excelência dos humildes”.⁵³ No caso do Brasil, as fontes paroquiais têm sido usadas para revelar aspectos

⁵⁰ A demografia busca regularidades, permanências que fundam a própria possibilidade desse campo científico. Os objetos da demografia são muitas vezes familiares, como o nascimento e a morte, mas dependendo do filtro aplicado à seleção, podem-se inverter causas e conseqüências de uma questão. Portanto, o domínio do contexto é fundamental para uma abordagem demográfica de sucesso. Ver VÉRON, Jacques. **Aritmética do homem: a demografia entre ciência e política**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993, p. 9-56.

⁵¹ FURET, François. História “eventual” e história serial. IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, s/d, p. 61-65. Na mesma coletânea, ver também FURET, François. A História quantitativa e a construção do fato histórico. IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, s/d, p. 73-91.

⁵² CHAUNU, Pierre. Os novos domínios da história serial. IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, s/d, p. 66-72.

⁵³ *Ibidem*, p. 69-70.

populacionais em relação à escravidão, dando visibilidade à massa de anônimos escravos, libertos e dos brancos pobres, inclusive.⁵⁴ No presente trabalho, utilizamos extensamente dois tipos de registros paroquiais, conforme detalhamos a seguir: um rol de confessados e uma série de registros de batismo de escravos.

O rol de confessados: documento eclesiástico e espécie de censo populacional

Segundo as Constituições do Arcebispado da Bahia, o rol de confessados atestava uma desobrigação eclesiástica do pároco e dos fiéis.

Os responsáveis por receber a confissão eram os membros do clero regular e aos confessados dar-se-ia a devida licença, isto é, a desobrigação no ano. Os clérigos deveriam, no domingo do Bom Pastor (quarto domingo do tempo pascal)⁵⁵ proceder à declaração de desobrigação de cada paroquiano através de um documento: o rol de confessados, documento com força de carta de certidão, no qual também deveriam constar os excomungados por não cumprirem a obrigação do sacramento. Tratava-se, portanto, de documento com força de fé pública, ameaçadoramente pública.⁵⁶

Quanto ao registro em si, as Constituições davam instruções claras. O levantamento dos confessados e comungados deveria ser feito após o domingo da septuagésima e até o domingo da quinquagésima (períodos entre o Natal e a Quaresma contados de forma decrescente e preparatórios para a Páscoa). No documento, deveriam constar os nomes, sobrenomes e lugares de morada de todos os fregueses. Mandava-se assentar os fregueses casa por casa, dividindo-se cada domicílio por um risco e procedendo-se o assento de adultos e menores aptos à confissão. Deveria constar também a ocupação, as relações de parentesco entre os moradores e, além disso, a condição social de cada um. Maiores e menores poderiam ser identificados pela notação que acompanharia seus nomes, feita em colunas separadas: para os adultos, dever-se-ia assinalar “CC.” (obrigados à confissão e comunhão); para os menores,

⁵⁴ SOUZA, Gláucia Silva; BRITO, Esther Rosa de. Núcleo de estudos sobre escravidão em Minas Gerais - NEEMG: análise das fontes paroquiais como possibilidades de compreensão de aspectos da sociedade escravocrata no triângulo mineiro do século XIX. IN: **Anais do II Congresso Internacional de História: História e Mídia**, UFG/Jataí, 2011, p. 1-10.

⁵⁵ Um comentário esclarecedor sobre o sentido litúrgico desta data para a Igreja Católica pode ser acessado em <http://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/comentario-evangelho/500042-quarto-domingo-da-pascoa-evangelho-de-joao-10-27-30>, acesso em 23/8/13, às 18h26min.

⁵⁶ Sacramento da Igreja, a confissão era uma obrigação imposta pela condição dos fiéis, para com Deus e para com a Igreja. Como seres humanos, quando reconhecessem suas vergonhas (na idade de sete anos ou mesmo antes), homens e mulheres deveriam também assumir sua falibilidade e, portanto, a possibilidade de aderirem ao pecado. Daí o sacramento da confissão ser a porta necessária para a graça de Deus agir sobre os pecadores contritos. Ver VIDE, Sebastião da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editoria, 2007, p. 61-65. (edição fac-símile).

assinalar-se-ia apenas “C.” quanto aos crismados, a notação, em terceira coluna, deveria ser “Chr.” e aos ausentes dever-se-ia anotar “Aus.”

Segundo as Constituições, o rol era confeccionado em mais de uma etapa. Nos três domingos antes da quaresma, o pároco deveria exortar os fiéis ao cumprimento da confissão durante aquele período, preparando-se para tal através do exame de suas consciências e prestando declaração ao referido pároco sobre o número de fiéis residente em sua casa. A declaração do número de residentes de cada casa era uma obrigação de todos os “fregueses”. No caso, essa obrigação parece ter sido dirigida aos chefes das casas.⁵⁷

Após a primeira etapa (da exortação), entre o domingo da septuagésima e o da quinquagésima, os párocos deveriam fazer como mandava a instrução a seguir:

Para constar, que todos os fieis cumprem com a obrigação da Confissão, e Communhão na Quaresma, mandamos a todos os Vigarios, e Parochos de nosso Arcebispado, que em cada anno, passada a Dominga da Septuagesima, per si, e não por outrem, (salvo a distancia for de seis legoas para cima, porque neste caso poderá ser por outrem) fação Rol pelas ruas, e casas, e fazendas de seus freguezes, o qual acabarão até a Dominga da Quinquagesima, sendo possível, e nelle escreverão todos os seus freguezes por seus nomes, e sobrenomes, e os lugares, e ruas onde vivem.⁵⁸

Portanto, os párocos deveriam visitar as casas de seus paroquianos para compor o rol de cada ano, anotando as informações sobre os moradores de cada domicílio. Entretanto, o registro definitivo era feito em outro momento, após as diligências, copiando-se as anotações em livro apropriado.⁵⁹

O rol constava de uma desobrigação não só para os fregueses, mas também para os párocos, que deviam encaminhar o documento selado e certificado para o bispado, comprovando que administraram o sacramento aos paroquianos ou detalhando os casos nos quais alguns, dentre esses, não cumpriram a comunhão e confissão, eximindo-se de responsabilidade sobre eles.⁶⁰

Originalmente, o rol deveria ser encaminhado ao escrivão da câmara episcopal, que o arquivaria e repassaria ao pároco lista com os nomes dos fregueses que não cumpriram com suas obrigações eclesiásticas para publicação dos mesmos e procedimentos contra os rebeldes.⁶¹ Multas poderiam ser aplicadas nesses casos. Entretanto, administrar penas já não cabia mais à Igreja no século XIX, embora constassem das Constituições no texto original.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 61-62.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 61.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 62.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 63-4.

⁶¹ *Ibidem*, p. 64-5.

Sinal dos tempos, os itens que previam multas e interferências da Igreja na esfera do Estado foram ab-rogados entre a publicação das Constituições, no início do século XVIII, e a segunda edição, de meados do século XIX. Nesse século, se observava com dificuldade a prática dos párocos remeterem os róis ao vigário. Por sua vez, há muito não se publicava o rol dos excomungados à porta das Igrejas, no entendimento de que esse rigor não era de acordo com os tempos, embora a excomunhão ainda pudesse ser aplicada.⁶²

Portanto, o rol se assemelhava a um amplo recenseamento dos fregueses, devendo identificar sexo, faixa etária, situação matrimonial, estrato social, ocupação, referências de localização e condição jurídica. Ficavam de fora as crianças abaixo dos sete anos, porque estavam desobrigadas à confissão e também não eram aptas à comunhão.

Entretanto, sabemos que essa documentação raramente trazia todas essas informações. O rol dos confessados de Porto Alegre de 1814, por exemplo, apresenta apenas a listagem de nomes dos fregueses em seqüência, com um traço separando os fogos e abreviaturas identificando tratarem-se da mulher do chefe do fogo, de seus filhos e de seus escravos, além de agregados. É possível, assim, identificar o número de pessoas que compõem o domicílio, bem como seu sexo, estrato social e situação jurídica, além das relações consangüíneas do núcleo familiar (pais, mães e filhos).

Luciano Gomes pesquisou os róis de confessados de Porto Alegre de seis anos (1779, 1780, 1781, 1782, 1790 e 1792) no final do século XVIII. Além de encontrar as referências ao número de residentes do fogo, parentesco em relação ao chefe, sexo e condição jurídica, as fontes também apresentavam as idades dos fregueses, inclusive das crianças menores de 7 anos. Além disso, os róis pesquisados por Luciano Gomes também indicavam se os fogos localizavam-se na área interna ou externa aos muros da vila de Porto Alegre, permitindo investigar padrões distintos de configuração dos fogos e de tamanho das escravarias para os espaços rural e urbano.⁶³

Entretanto, no rol de confessados de Porto Alegre de 1814 não estão registrados os locais de residência dos fregueses, nem qualquer referência à área na qual se localizava o fogo, se urbana ou rural, de forma que a fonte nos permitiu apenas investigar a configuração da população e do tamanho das propriedades escravas, fogo a fogo, sem alusão à localizações geográficas específicas. Também não há referência às idades dos fregueses, tão só a seus nomes, do que inferimos tratarem-se dos aptos à confissão e comunhão e, portanto, maiores

⁶² *Ibidem*, consultar o Apêndice às **Constituições...**, p. 152.

⁶³ GOMES Luciano Costa. **Uma cidade negra**: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802. (dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS/PPGH, 2012, p. 24-26; 76-78.

de 7 anos. Ao que parece, os párocos tornaram-se mais lacônicos após a virada do século XVIII para o XIX.

Quanto aos escravos, esses foram listados sem qualquer anotação em relação aos laços consangüíneos, procedimento que os párocos só realizaram quando se tratava do núcleo familiar em torno do chefe do fogo. Dessa forma, não foi possível identificar a existência de famílias escravas através do rol, a não ser inferir a sua possibilidade pela presença de homens e mulheres no mesmo plantel.⁶⁴

Luciano Gomes recorda que o padre Ruben Neis tomou os róis de confessados como fonte, após amplo trabalho de campo para recuperar esta documentação, com o objetivo de mensurar, entre outras coisas, o peso da população escrava no conjunto da população da região dos campos de Viamão, tendo encontrado 40% de escravos segundo o rol de 1788.⁶⁵

Conforme Fábio Kühn, essa documentação eclesiástica é fundamentalmente importante no estudo de áreas para as quais inexitem listas nominativas (como era o caso de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX). Ao estudar a população de Viamão entre meados do século XVIII e início do século XIX, Kühn também se utilizou dos róis de confessados daquela freguesia no período. O autor pôde asseverar que

Os dados trabalhados permitiram reavaliar a importância da população escrava na formação da sociedade colonial sul-rio-grandense, ao evidenciarem a expressiva presença de cativos de origem africana desde o seu período formativo, além de lançarem alguma luz sobre as diversas formas de apropriação da mão-de-obra (escravos, administrados, camaradas e agregados) na economia colonial do extremo sul da América portuguesa.⁶⁶

As análises que pudemos proceder neste trabalho, a partir do rol de confessados de Porto Alegre no ano de 1814, buscaram identificar padrões sobre a composição da população, dos fogos, da estrutura da propriedade escrava e das possibilidades de formação da família escrava (pela constatação da maior ou menor presença de homens e mulheres cativos nos fogos), constituindo panorama demográfico da Porto Alegre do início do século XIX e colaborando para o entendimento da estrutura populacional da América portuguesa meridional e das relações sociais estabelecidas nesse contexto.

A fonte estava legível em sua maior parte. Porém, o ataque de traças e a ação da umidade, ao longo do tempo, danificaram partes do documento, principalmente as metades

⁶⁴ Algumas poucas vezes os registros faziam referência aos laços matrimoniais que uniam agregados. Porém, quanto aos escravos, não identificamos qualquer menção.

⁶⁵ NEIS, Ruben. **Guarda Velha de Viamão**. Porto Alegre: Sulina, 1975, p.41, *apud* GOMES, 2012, p. 20-21.

⁶⁶ KÜHN, Fábio. Gente da fronteira: sociedade no sul da América portuguesa – século XVIII. IN: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 47-48.

inferiores das folhas. Cada página apresenta cerca de 120 nomes de fregueses e algumas dezenas de fogos, podendo variar pelo tamanho do conjunto dos moradores dos fogos e dos plantéis de escravos. São 42 páginas ao todo, sendo que a deterioração de algumas folhas pode ter comprometido cerca de 10% a 15% da informação. Ainda assim, em algumas vezes foi possível resgatar parte dos dados. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando se pôde contabilizar o número total de fregueses de um determinado fogo, embora não fosse possível identificar o nome e, por consequência, o sexo de todos eles devido à precariedade da documentação.

Para a tabulação dos dados, utilizou-se o programa *Microsoft Acces*, que integra o pacote do *Microsoft Office*, sendo que cada fogo foi considerado uma unidade de censo e corresponde, portanto, a um registro. Para cálculos e gráficos, utilizou-se o programa *Microsoft Excel*. A fonte analisada foi intitulada *Rol da Desobriga da Freguezia de Porto Alegre no anno de 1814* (conforme Anexo A) e foi composta ao longo da quaresma de 1814, sendo transcrita e finalizada em 5 de agosto do mesmo ano.

Os registros de batismo: porta de entrada para a vida social

As Constituições do Arcebispado da Bahia continham as definições sobre o significado, a administração e o registro dos batismos. O batismo, segundo as Constituições, é um dos sete sacramentos previstos na doutrina católica, ao lado da confirmação (crisma), eucaristia, penitência (confissão), extrema-unção, ordem e matrimônio. Os sacramentos são bênçãos solenemente administradas pelo clero, cuja validade depende do cumprimento da devida matéria, forma e intenção quando de sua administração e através dos quais os fiéis alcançam a graça de Deus se arrependidos e com firme propósito de emendarem-se.⁶⁷

De todos os sacramentos citados, é o batismo aquele de maior extensão, quer simbólica, quer em número, porque administrado a todos quando do nascimento ou na idade adulta desde que com entendimento e consentimento, e porque é porta de entrada de todos à Igreja.

*O Baptismo é o primeiro de todos os Sacramentos, e a porta por onde se entra na Igreja Catholica, e se faz, o que o recebe, capaz dos mais Sacramentos, sem o qual nem-um dos mais fará nelle o seu efeito. (...) A materia deste Sacramento é a agoa natural (...). A fórmasão as palavras (...) em vulgar: Eu te baptizo em nome do Padre, e do Filho, e do Espírito Santo.*⁶⁸

⁶⁷ VIDE, 2007, p. 10-12.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 12-13.

Vê-se, então que o batismo é sacramento essencial para o fiel e aquele que o identifica, religiosa e socialmente, como católico. Habilitar-se a receber os Sacramentos era passo fundamental para a entrada na vida social e para colocar-se frente às instituições eclesiásticas e estatais, uma vez que nos períodos colonial e imperial eram os ritos católicos adotados como marcos temporais da vida social, sendo utilizados para identificação dos sujeitos na ausência de registros oficiais do Estado.

A administração do batismo envolvia uma solenidade que representava a transição entre morte e vida, representando a nova condição de cristão assumida pelo fiel e sua salvação adquirida por graça de Deus e absolvição dos pecados progressos. Era o pároco tido como único ministro legítimo para administrar o batismo porque ordenado para tal, salvo em casos de necessidade. Também cabia ao batismo ser administrado nos templos edificadas para esse fim, quer igrejas ou capelas autorizadas. O pároco deveria estar devidamente paramentado, vestindo estola roxa (símbolo de penitência) até o pronunciamento das palavras *Credis in Deum* e após estola branca (símbolo de pureza e vida). O ritual se completava com a imersão da criança em água, e na impossibilidade de assim se fazer, por debilidade do recém-nascido ou por falta de água suficiente, por efusão, deitando-se água sobre seu corpo ao fazer-se o sinal da cruz.

Em último caso, por necessidade devido à proximidade da morte, era possível batizar por imersão, efusão ou aspensão, em qualquer lugar e por intermédio de qualquer pessoa, fosse inclusive herege, infiel ou excomungado, desde que tivesse intenção de batizar segundo as instruções da Igreja.⁶⁹

A matéria do batismo era a água natural, e a forma as palavras ditas em cerimônia própria e com a intenção devida. Cumpria-se assim a necessidade de matéria, forma e intenção para validade da administração desse sacramento, bem como para sua eficácia redentora, descrita como segue

Causa o Sacramento do Baptismo effeitos maravilhosos, por que por elle se perdoão todos os pecados, assim original, como actuaes, ainda que sejam muitos, e mui graves. É o baptizado adoptado em filho de Deos, e feito herdeiro da Gloria, e do Reino do Ceo. Pelo Baptismo professa o baptizado a Fé Catholica, a qual se obriga a guardar; e póde, e deve a isso ser constrangido pelos Ministros da Igreja. (...) Quanto a necessidade, e importancia deste Sacramento devemos crer, e saber, que é totalmente necessario para a salvação (...) Por tanto devem os pais ter muito cuidado em não dilatarem o Baptismo a seus filhos, por que lhes não suceda sahirem desta vida sem elle, e perderem para sempre a salvação.⁷⁰

⁶⁹ *Ibidem*, p. 15-18.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 13-14.

Eis os efeitos do batismo descritos nas Constituições. Embora as relações da Igreja com o Estado se alteraram entre o início do século XVIII (quando foram redigidas e sancionadas as Constituições) e os meados do século XIX (quando da 2ª edição), o papel da Igreja manteve-se forte na vida social e na organização jurídica do próprio Estado brasileiro.

Ainda que universal, o batismo de escravos diferia-se do dos livres. Essa diferença vinha de dúvidas quanto à intenção e a compreensão dos escravos frente ao batismo e acabava por interferir na administração desse sacramento tanto para os escravos adultos como para os recém-nascidos e, como veremos, tinha o potencial de gerar implicações na vida social dos escravos. Para melhor compreensão, investigamos como os escravos são descritos nas Constituições e, numa perspectiva temporal, quais artigos que implicavam interferência na vida dos escravos e na administração do seu trabalho foram ab-rogados, derogados ou mantidos na íntegra entre a 1ª e a 2ª edição da obra.

A administração do batismo para os escravos implicava considerações diferentes caso se tratasse de recém-nascidos ou adultos. Quantos aos recém-nascidos, tidos por ingênuos, a administração não diferia do batismo das crianças livres. Quanto aos adultos, impunham-se condições diferentes, como segue

Posto que nos meninos se não requeira disposição alguma, para que valida, e lícitamente se lhes administre o Baptismo, porque Christo, e a Igreja supre a vontade, e intenção, que lhes falta; com tudo para se haver de administrar aos adultos, que tem já uso de razão, devem elles ter ao menos intenção habitual de receber o Baptismo, estar instruidos na Fé, e ter contrição, ou attrição dos peccados da vida passada. Por tanto (...) mandamos a cada um dos Parochos do nosso Arcebispado, não administrem o Sacramento do Baptismo aos adultos, sem que primeiro examinem o animo, com que o pedem, e sem que os instruaem na Fé, e lhes ensinem ao menos o Credo, ou Artigos da Fé, o Padre nosso, Ave Maria, e Mandamentos da Lei de Deos; e lhes ensinem como não sómente devem crer os mysterios da Fé Catholica, e confessal-os com a boca, mas justamente ter intenção de receber o baptismo, e dor, e arrependimento dos peccados da vida passada com proposito de emenda: e lhes declarem como pelo lavatório do Baptismo se lava, e alimpa a alma do peccado original, e tambem dos actuaes, que commetterão antes do Baptismo, e como deixão de ser filhos da ira, e passão a ser herdeiros da Gloria, e de escravos do demônio, se fazem filhos adoptivos de Deos.⁷¹

A dúvida que recaía sobre os escravos adultos não era quanto à necessidade do batismo para sua salvação, mas quanto ao entendimento do significado do sacramento e quanto à intenção dos escravos africanos.

⁷¹ *Ibidem*, p.18-19.

Da parte da Igreja, esperava-se que os escravos, ainda que “*são muitos delles tão buçaes e rudes*” aprendessem minimamente os significados dos dogmas, dos sacramentos e das orações católicas, e apenas na impossibilidade de assim aprenderem, poderiam os clérigos administrar o batismo ainda que não compreendessem suas palavras.⁷²

*E no que respeita aos escravos, que vierem da Guiné, Angola, Costa da Mina, ou outra qualquer parte em idade de mais de sete annos, ainda que não passem de doze, declaramos, que não podem ser baptizados sem darem para isso seu consentimento, salvo quando forem tão buçaes, que conste não terem entendimento, nem uso de razão, porque não constando isto, a idade de sete annos para cima tem por si a presunção de juizo, quem chega a ella (...)*⁷³

Aproximamo-nos mais de compreender o que se esperava, ao menos oficialmente, dos escravos para se habilitarem ao batismo. Embora a Igreja intencionasse batizar todas as almas, fica claro que o batismo não era acessível sem um preparo mínimo que, se não cumprido, poderia causar constrangimento ou negação da administração do sacramento. Salvo dos ditos escravos boçais, porque equiparados a crianças, segundo a norma, na sua incapacidade de aprender e formular juízo.

Cabia aos clérigos proceder à instrução dos escravos adultos, considerando se eram ladinos ou boçais. As Constituições previam que os escravos deveriam saber um conjunto de rezas e fórmulas que dessem conta dos principais artigos da fé católica e de seus dogmas. O desconhecimento desse número mínimo de fórmulas poderia caracterizar, aos olhos da Igreja, a incapacidade dos escravos aprenderem mais do que a suposta boçalidade lhes permitia ou, doutra parte, o desleixo de seus senhores na observação dos ditames cristãos lhes impedia.

A prática social, entretanto, deveria se situar em algum ponto entre a vontade dos senhores e a disposição dos clérigos e dos escravos. De fato, esse cenário está sugerido nas próprias Constituições:

Porêm, porque a experiencia nos tem mostrado, que entre os muitos escravos, que ha neste Arcebispado, são muitos deles tão buçaes, e rudes, que, pondo seus senhores a diligencia possivel em os ensinar, cada vez parece, que sabem menos, compadecendo-nos de sua rusticidade, e miseria, damos licença dos Vigarios, e Curas, para que constando-lhes a diligencia dos senhores em os ensinar, e rudeza dos escravos em aprender, de maneira que se entenda, que ainda que os ensinem mais, não poderão aprender, lhes possão administrar os Sacramentos (...) E sejão advertidos os Vigarios, e Curas, que desta licença não tomem ocasião para administrarem os Sacramentos aos escravos com facilidade, pois se lhes não dá, senão quando constar, que precedeo muita diligencia por parte dos senhores, e pela grande rudeza dos escravos não bastou, nem bastará provavelmente aque ao

⁷² *Ibidem*, p. 21-22.

⁷³ *Ibidem*, p. 23.

*diante fizerem, antes procedão com atenção examinando-os primeiro, e ensinando-os, a ver se podem aproveitar, porque não dem motivo aos senhores a se descuidar da obrigação, que tem de ensinar a seus escravos, a qual cumprem tão mal, que raramente se acha algum, que ponha a diligencia que deve: errando tambem no modo de ensinar porque não ensinão a Doutrina por partes, e com vagar, como é necessario a gente rude, senão por junto, e com muita pressa.*⁷⁴

Fica clara a ênfase dada pelas Constituições sobre a atenção na prática de senhores e de clérigos quanto aos ensinamentos da doutrina católica aos escravos. Cita-se cinco vezes que a licença de se descuidar da instrução devida só é válida quando da constatação da *rudeza* do cativo. Evidentemente, tamanho alerta não faz sentido se as práticas que são objeto das críticas aos senhores e aos clérigos, no referido artigo das Constituições, não fossem comuns a ponto de se afirmar, textualmente, que era raro encontrar um senhor que procedesse devidamente com seus escravos quanto às instruções da doutrina católica.

Outro ponto a considerar é a denúncia, contida no trecho supracitado das *Constituições*, de que os senhores dirigiam-se aos seus escravos em conjunto e de forma apressada com respeito à instrução católica. Veremos, entretanto, que também a Igreja consentia muitas vezes em proceder aos batismos de escravos em conjunto, o que inferimos a partir de registros de batismo de escravos adultos anotados coletivamente.

Tal como os róis de confessados, os registros de batismo eram escritos em livros apropriados. No caso da freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, objeto do presente estudo, os livros estavam separados por condição jurídica dos batizados no período por nós estudado. Portanto, os documentos pesquisados compunham-se de livros de registros de batismo específicos para escravos, alocados por anos. Os registros de batismo de escravos investigados alcançam o número de 5021, englobando um período de tempo de 26 anos, de 1810 até 1835. De maneira geral, quando da pesquisa *in loco*, a fonte encontrava-se bastante preservada no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA), de modo que a perda de informações pela ação de traças, umidade ou qualquer outro fator foi mínima, da ordem de algumas dezenas de registros. Cada página continha, geralmente, 4 ou 5 registros. Num livro de 200 páginas, frente e verso, somavam-se então algo em torno de 1600 a 2000 registros. Para agilizar a coleta de dados e facilitar a transcrição sem depender dos horários de funcionamento do AHCMPA, os registros foram fotografados. Assim como procedemos com o rol de confessados de 1814, tabulamos os dados utilizando o programa

⁷⁴ *Ibidem*, p. 22.

Microsoft Acces. Cálculos e gráficos foram produzidos com o auxílio do programa *Microsoft Excel*.

Schwartz lembra-nos que os registros de batismo são fontes preciosas para nos aproximarmos do que foi a escravidão no Brasil colonial. Através deles, temos a possibilidade de analisarmos, ao menos, as relações entre cinco indivíduos, a saber, o batizado, seu pai, sua mãe, o padrinho e a madrinha.⁷⁵ Assim se apresentaria um registro de batismo, em tese. Na prática, em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XIX, a ocorrência mais comum de registros batismais de escravos incluía o nome do batizado, de sua mãe, de seu senhor, do padrinho e da madrinha. Na verdade, se incluirmos o reverendo que realiza a cerimônia de batismo, o número potencial de indivíduos constante do registro sobe para seis. No caso de batizados legítimos, a lista deve ser ampliada pela menção do pai do batizado. Quanto aos padrinhos e às madrinhas, o fato de serem escravos implica na designação do senhor de cada um deles, que pode ser ou não o mesmo do batizado. Isso quando se tratava de batismos de crianças, pois no caso de escravos africanos, os registros tendiam a ser muito mais sucintos, não havendo referência aos pais ou às mães dos batizados e, muitas vezes, nem às madrinhas. Portanto, um registro de batismo de escravo pode fazer menção a uma considerável gama de nomes, possibilitando identificações e variados cruzamentos para efeito de análises.

Para Góes, esse tipo de documentação – os registros paroquiais – permite uma leitura “mais próxima, mais circunscrita, disponível a interrogações mais precisas.”⁷⁶ Parece-nos que, ao fazer tal consideração, o autor tinha em mente o caráter quantitativo dos dados oriundos de uma fonte seriada e a possibilidade, a partir desses dados, de tecer análises que compõem um contexto, como uma teia de limites e possibilidades. É também esse o nosso intuito no presente trabalho.

Com se verá, a partir os registros de batismo de escravos procuramos apontar, circunscrever e inferir possibilidades de relações sociais sob o cativo em Porto Alegre, no início do século XIX, tais como a formação de casais (consensuais ou sacramentados) e o estabelecimento de parentescos rituais (apadrinhamento e compadrio), relações essas mediadas por características da população escrava como a razão de masculinidade e de africanidade da população escrava no interior dos plantéis.

O Anexo B apresenta uma página do 4º livro de batismo de escravos da freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.

⁷⁵ SCHWARTZ, 1988, p. 65.

⁷⁶ GÓES, 1993, p. 22.

Objetivos deste trabalho

Temos consciência de que os trabalhos no campo de estudo da família escrava têm sido produzidos, nos últimos tempos, com o intuito de superar a análise estatístico-demográfica e apresentar uma história mais “vertebrada”. Está é uma forte tendência hoje. Daí a prática do cruzamento de fontes de cunho quantitativo e qualitativo. Entretanto, também está claro que a abordagem da história demográfica tem sido indispensável para fazer emergir um cenário coerente, que orienta e sustenta a qualidade da reflexão em diferentes áreas da história.⁷⁷ Ainda mais com relação ao estudo da família, a demografia histórica tem sido essencial para demonstrar que os conceitos de família e os arranjos familiares no Ocidente são muito mais plurais e mutantes no tempo do que se imaginava.⁷⁸ A demografia histórica permitiu visualizar constâncias e repetições, mas também variedades e transformações, ligando-se também à história social como importante ferramenta, principalmente a partir dos anos de 1960 e 1970.⁷⁹

Para um cenário pouco explorado, como a Porto Alegre do início do século XIX, um exercício longitudinal era ainda uma demanda. Por isso o presente trabalho constitui-se, essencialmente, como um exercício de demografia histórica. Compreendemos que tal elaboração colabora para a continuidade do debate historiográfico ao apresentar e discutir os resultados alcançados com os dados de outros cenários afins, através do uso do método comparativo. Além disso, as análises feitas, naquilo que pôde ou não ser respondido pelas fontes, sugerem novas indagações e, portanto, novos caminhos de pesquisa. No futuro, esperamos que isso permita o cotejamento entre os resultados apresentados nesta dissertação e os dados de outros trabalhos.

No primeiro capítulo, objetivamos reconhecer o grau de presença da população escrava na Porto Alegre do início do século XIX, bem como identificar as características da estrutura da propriedade escrava na cidade. A partir da análise de dados populacionais do final do século XVIII e início do século XIX, identificamos os grupos sociais, por condição jurídica, que compunham as populações da capitania do Rio Grande de São Pedro e da cidade de Porto Alegre no período estudado. Analisamos também a composição dos fogos da freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre a partir do rol de confessados de

⁷⁷ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 25-40.

⁷⁸ FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 229-245.

⁷⁹ CASTRO, Hebe. História social. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 41-54.

1814, considerando aqueles que tinham ou não escravos, bem como o sexo e a situação matrimonial dos chefes dos fogos, identificando o padrão da distribuição da posse de escravos. Em suma, neste capítulo, procuramos identificar o percentual de escravos frente à população total, a estrutura da propriedade escrava e a configuração dos fogos com e sem escravos.

No segundo capítulo, procuramos reconhecer as características da população escrava de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX, bem como os arranjos familiares vivenciados pelos cativos. Para isso, analisamos os registros de batismo de escravos referentes aos anos de 1810 a 1835 considerando um conjunto de variáveis demográficas como cor, origem e sexo dos escravos. Através do índice de legitimidade dos batizados crioulos cativos, investigamos como aquelas variáveis estavam relacionadas ao maior ou menor acesso ao matrimônio e à formação da família escrava, quer sacramentada quer consensual. Procuramos identificar a relação entre o tráfico de escravos e seus efeitos sobre a composição da escravaria, principalmente através da análise das origens, das cores e das idades de escravos africanos batizados em Porto Alegre em contraste com os dados do tráfico para o Rio Grande de São Pedro e também através da variação da legitimidade, no tempo, dos escravos crioulos de Porto Alegre.

No terceiro capítulo, analisamos as relações de compadrio em torno dos batizados de escravos. Consideramos a estrutura de posse de escravos e a frequência com que os cativos das maiores propriedades eram levados à pia batismal. Para tanto, testamos a utilidade de duas variáveis demográficas: o tamanho relativo de plantel e a proximidade ao compadrio. Nosso principal objetivo foi investigar de que forma o tamanho da propriedade escrava influenciava as relações dos escravos em torno do batismo, a exemplo da escolha dos padrinhos e das madrinhas. Não deixamos, nesse exercício, de considerar as diferenças entre o batismo de crianças crioulas escravas e o batismo de escravos africanos.

1º Capítulo: População e propriedade de escravos na Porto Alegre de 1814

1.1. Porto Alegre: de arraial a capital no contexto das disputas platinas

O período que abrange o presente estudo sobre Porto Alegre apresentava um conjunto de dinâmicas políticas, econômicas e sociais cujo pano de fundo eram as disputas territoriais protagonizadas por portugueses e espanhóis no sul da América do Sul. Em estudo sobre a economia e a sociedade sul-rio-grandense entre os séculos XVIII e XIX, Helen Osório constatou que a dinâmica entre os interesses de coloniais e metropolitanos tinha como palco um espaço *continuum*: a região do rio da Prata, caracterizada por uma paisagem agrária comum que incluía o Rio Grande de São Pedro do Sul, a Banda Oriental do Uruguai e os campos do entorno de Buenos Aires. Esse espaço platino estava marcado, no período colonial, por dinâmicas de circulação econômica e populacional, ditadas por conflitos armados e por uma noção de fronteira como processo em construção, isto é, como zona de limites variáveis de um espaço em disputa, não como linha divisória estática.⁸⁰ Porto Alegre e suas relações sociais inseriam-se nesse contexto.

Em meados do século XVIII, as Coroas de Portugal e de Espanha disputavam o controle do espaço platino, ora através de negociações diplomáticas que chegavam a envolver outros atores, como a Inglaterra e a França, ora através de contendas militares que convulsionavam a região.⁸¹ A área do Rio da Prata era foco do expansionismo espanhol, em direção ao norte, e português, rumo ao sul, o que levou a uma seqüência de conflitos militares.

Portugal disputava o acesso aos mercados da região platina porque ambicionava os metais preciosos escoados pelas águas do Rio da Prata, além da possibilidade de apresamento dos gados xucros bovino e eqüino e de proteção contra qualquer tentativa de avanço espanhol em direção às Minas Gerais e ao Rio de Janeiro. Por isso, a Coroa portuguesa fundou a Colônia do Santíssimo Sacramento em 1680, no estuário do Rio da Prata, e o forte de Jesus, Maria e José em 1737, no sul do Continente de São Pedro. Este último daria origem à vila de Rio Grande, em 1747. Sobre a Colônia de Sacramento e sua inserção característica na

⁸⁰ OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, p. 53-75.

⁸¹ As disputas militares na região do Rio da Prata levaram as Coroas ibéricas, enfraquecidas no decurso do século XVIII, a buscar o apoio de outras potências, notadamente a Inglaterra, a qual recorria Portugal, e a França, a qual recorria a Espanha. Ver COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. (dissertação de Mestrado). Niterói: UFF/PPGH, 2006, p. 28-29.

ocupação e no comércio do espaço platino, Fabrício Prado assim se expressou: “A situação da fronteira surge como uma característica que, antes de limitar, era o próprio potencial da região. A fronteira, o ponto de contato com o outro, era a própria peculiaridade e o atrativo da região.”⁸²

O Tratado de Madri foi assinado em 1750 com o intuito de estabelecer a paz na região através do reconhecimento da posse da terra de fato, isto é, a partir do princípio de que as áreas de ocupação espanhola e portuguesa na região seriam o ponto de partida para a demarcação definitiva dos limites territoriais. Segundo o Tratado de Madri, a Colônia de Sacramento caberia à Espanha e esta, por sua vez, entregaria as Missões orientais a Portugal.

Entretanto, as dificuldades de demarcação das fronteiras territoriais, a resistência indígena que levou à Guerra Guaranítica (1753-1756) e a impossibilidade de controle das pretensas linhas fronteiriças levaram à revogação do Tratado de Madri, através da assinatura do Tratado de El Pardo, em 1761. A Espanha voltaria a contestar, então, as possessões portuguesas no Continente de São Pedro, o que resultou na invasão da Colônia de Sacramento, em 1762, e da vila de Rio Grande, em 1763. O fato levou à transferência da população e das instâncias de governo da Capitania do Rio Grande de São Pedro para Viamão.

Dez anos depois, em 1773, o então governador José Marcelino de Figueiredo teve sucesso em seus intentos de transferir mais uma vez o governo, fixando o aparato institucional no arraial que daria origem a Porto Alegre.⁸³ Embora com a reconquista de Rio Grande, em 1776, tenha-se pleiteado a realocação do governo naquela vila, Porto Alegre manteve-se como capital.⁸⁴

Para Adriano Comissoli, a fixação do governo da Capitania em Porto Alegre obedecia a interesses estratégicos e econômicos: Porto Alegre estava mais resguardada que Rio Grande e Viamão de um novo ataque castelhano, além de possibilitar um ataque planejado visando a retomada de Rio Grande. A nova capital também se localizava mais ao “centro” do

⁸² Segundo Fabrício Prado, já desde o final do século XVII e as primeiras décadas do século XVIII, a Colônia de Sacramento fazia parte de um arranjo econômico complementar ao porto de Buenos Aires, de modo que, ainda que ilicitamente, circulavam rotineiramente comerciantes hispânicos e luso-brasileiros com suas mercadorias no estuário do rio da Prata. Ver PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento: A situação na fronteira platina no século XVIII. IN: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n° 19, julho de 2003, p. 82 e 102.

⁸³ COMISSOLI, 2006, p. 28-36.

⁸⁴ Em documento intitulado *Notícia particular do continente do Rio Grande do Sul*, datado de 19 de janeiro de 1780, o oficial da Junta da Real Fazenda em Porto Alegre, Sebastião Francisco Bettamio, defende o retorno da capital à vila de Rio Grande. Ver FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 89-92.

Continente de São Pedro, o que permitia o desenvolvimento comercial já que, por seu porto, escoavam-se os produtos de outras localidades da Capitania.⁸⁵

Segundo Sérgio da Costa Franco, a ocupação da área que corresponde à cidade de Porto Alegre teve início em meados do século XVIII, com o surgimento de um arraial no que era conhecido inicialmente como Porto de Viamão, depois Porto do Dorneles e em seguida, quando elevada à freguesia em 1772, São Francisco do Porto dos Casais. Esta última denominação referia-se à presença de casais açorianos que se assentaram na área, esperando deslocarem-se em direção ao oeste, uma vez que o objetivo da Coroa era direcionar os ilhéus para o povoamento dos Sete Povos das Missões. Esse projeto foi abandonado com o Tratado de El Pardo, de 1761, e a população do Porto dos Casais deitou raízes e ampliou-se, como atestam os registros de batismo da época. Em 1773, ano em que o Porto dos Casais passou a sediar o governo da Capitania do Rio Grande de São Pedro, o orago da freguesia foi trocado para Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.⁸⁶

Em 1777, tropas espanholas conquistaram a Colônia de Sacramento e a ilha de Santa Catarina. O tratado de Santo Ildefonso estabeleceu que a Colônia de Sacramento permanecesse sob controle espanhol, mas a ilha de Santa Catarina foi devolvida à Coroa portuguesa. Segundo Osório, certa instabilidade manteve-se até o fim da demarcação territorial. Porém, a partir de 1780, seguiu-se um período de relativa paz e desenvolvimento econômico que perdurou até 1810.⁸⁷

Em 1808, Porto Alegre é oficialmente elevada à vila, após pelo menos cinco anos de reivindicações nesse sentido. Contudo, somente em 1809 houve a confirmação da elevação e, em 1810, sua efetiva instalação.⁸⁸ Portanto, Porto Alegre tinha assegurada sua posição como

⁸⁵ COMISSOLI, 2006, p. 38-44.

⁸⁶ FRANCO, 2000, p. 9-13. COMISSOLI, 2006, p. 40. Moacyr Flores detalha que os açorianos instalaram-se na foz do arroio Dilúvio desde 1752, esperando serem transferidos para as Missões. Na espera, plantaram trigo nas terras limítrofes dos sesmeiros Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcelos (que recebera as terras do arroio Dilúvio ao Guaíba) e Sebastião Francisco Chaves (a quem coube as terras do arroio Dilúvio e o arroio Cavalhada). Ver FLORES, Moacyr. Origem e fundação de Porto Alegre. IN: DORNELLES, Beatriz (org.). **Porto Alegre em destaque: história e cultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p.13-14.

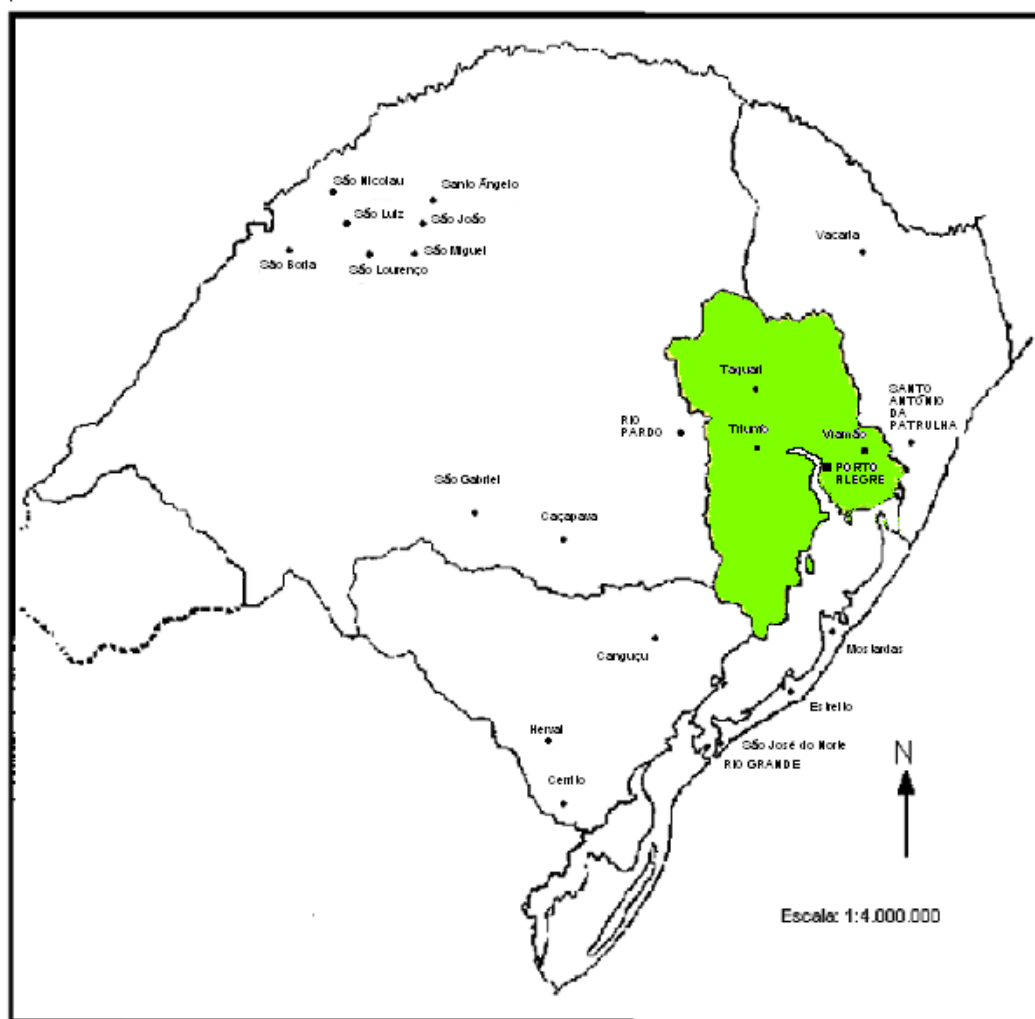
⁸⁷ OSÓRIO, 2007, p. 68-70.

⁸⁸ O sítio eletrônico do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul apresenta um detalhamento das decisões legislativas que definiram estatuto e limites de Porto Alegre. Consta nesse detalhamento que a provisão de 7 de outubro de 1809 confirmara o alvará de 23 de agosto de 1808 que criara a vila de Porto Alegre no povoado então existente, considerando as 4 freguesias do município: Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Nosso Senhor Jesus do Triunfo e Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia. Em 14 de novembro de 1822, a vila de Porto Alegre fora elevada à cidade e capital da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, já durante o período imperial que principiava. Finalmente, em 24 de outubro de 1832, um decreto regencial dividira a freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus em 3, sendo criadas as freguesias de Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Rosário. Tratava-se da cidade que crescia como centro urbano, o que correspondia, administrativamente, a sucessivas subdivisões administrativas e eclesiásticas ao longo do tempo. Ver http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314037899.ISAD_Tabelionatos.pdf, p. 4, acesso em 18/11/2012, às 18h e 07min.

centro de governo na província já no início do século XIX. Na época, a Capitania estava dividida em quatro municípios - Porto Alegre, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande - de modo que a extensão territorial do município era bem maior do que a atual, conforme o mapa a seguir (Figura 2).

Figura 2

Mapa da divisão administrativa da Capitania do Rio Grande de São Pedro em 1809, com destaque para o município de Porto Alegre



Fonte: Adaptado de RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **Evolução Municipal, 1809-1996**. Porto Alegre: CORAG, 2002, p. 9.

De acordo com a divisão administrativa quando da criação dos primeiros quatro municípios do Rio Grande de São Pedro, a área do município de Porto Alegre abrangia um espaço extenso, desde o centro-sul do atual Rio Grande do Sul para além das terras no entorno

de Triunfo, Taquari e Viamão. A freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus correspondia à sede da vila de Porto Alegre e às áreas próximas ao redor.⁸⁹

Segundo Márcia Miranda, a divisão territorial da Capitania obedecia a critérios distintos, de acordo com a administração eclesiástica, judiciária ou militar. “As freguesias correspondiam à circunscrição eclesiástica.” Já as vilas “correspondiam ao território sobre o qual era exercida a jurisdição civil e judiciária de suas respectivas câmaras.” Entretanto, a autora alerta que “essas subdivisões mesclavam-se e eram usualmente utilizadas pela administração como subdivisões internas.”⁹⁰ Moacyr Flores recorda que segundo as Ordenações do Reino, as terras na colônia estavam sob jurisdição da Igreja Católica, através da Ordem de Cristo, de forma que qualquer vila era precedida por uma divisão territorial eclesiástica – a freguesia. Esta correspondia à sede de um povoado, com sua igreja matriz, e às áreas geográficas ao entorno, onde se erigiam capelas locais. A base do município era, pois, a freguesia.⁹¹

Como vimos, o contexto de criação da vila de Porto Alegre e de sua ratificação como capital foi marcado pelo processo de ocupação da terra e por conflitos militares no espaço platino. Nas primeiras décadas do século XIX, novas contendas iriam rememorar a instabilidade que foi característica de meados do século XVIII.

Entre 1810 e 1828, a região platina foi convulsionada por um novo e intenso período de disputas políticas e conflitos armados devido à desestabilização do domínio espanhol e português no sul da América. O Rio Grande de São Pedro se envolveu diretamente nos conflitos através da ocupação, por tropas luso-brasileiras, da Banda Oriental entre 1811 e 1812 e, após um período de revés, entre 1815 e 1821, quando se estabeleceu o controle português na Banda Oriental que passou a ser denominada Província Cisplatina. Conforme Osório, manteve-se o estado de beligerância e, portanto, de instabilidade política e econômica na Capitania, depois Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, com as conseqüentes “operações de guerra, saques, requisições de gado e roubos” até a independência do Uruguai em 1828.⁹²

Segundo Márcia Miranda, o Rio Grande de São Pedro caracterizava-se como “estalagem”, isto é, abrigo, espécie de espaço de proteção e provisão para as atividades

⁸⁹ Gabriel Aladrén recorda que Porto Alegre era “uma pequena vila colonial”, rodeada por outras freguesias (Viamão, Aldeia dos Anjos) e por um extenso entorno agrícola. ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 16-19.

⁹⁰ MIRANDA, Márcia Eckert. **Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS / Ministério público do Estado do RS / CORAG, 2000, p. 47.

⁹¹ FLORES, 2004, p. 16.

⁹² OSÓRIO, 2007, p. 70.

bélicas ofensivas e defensivas na zona de fronteira. De acordo com essa autora, as intenções expansionistas da Coroa lusitana em direção ao Rio da Prata, que levaram à fundação de Colônia do Sacramento no final do século XVII, caracterizaram a área do Continente de São Pedro como “zona de passagem, marcada pela transitoriedade e conflito, na qual se confrontaram culturas e projetos de colonização diferentes.”⁹³ Essa característica foi particularmente intensa nas primeiras décadas do século XIX, quando tropas, primeiro a serviço do império português, depois do brasileiro, envolveram-se em disputas pela Banda Oriental. Assim, tendo sido o palco de estréia das ações militares do Brasil monárquico, a disputa pela região cisplatina cercava-se de questões políticas que influenciaram a definição dos marcos institucionais do Brasil imperial no primeiro reinado.⁹⁴

Como zona de contenção e avanço de tropas numa fronteira móvel e transitória, o Continente de São Pedro teve sua sociedade militarizada com o passar dos anos, o que não significou a concentração de recursos nas mãos da Coroa, mas a admissão de certa autonomia para os setores privados continentinos que controlavam recursos indispensáveis às ações militares, como homens, armas e animais. No Rio Grande de São Pedro, a tributação implicava não só coação e concentração, mas também cooperação e partilha. Era o estado de guerra que possibilitava essa conformação particular entre os interesses do poder central e dos grandes proprietários sul-rio-grandenses.⁹⁵

Conforme João Fragoso, em prefácio à tese de Osório, perceber o sistema colonial não mais como simples influxo da metrópole sobre a colônia significa abrir novas perspectivas de análise. Implica compreender que a dinâmica colonial pressupunha protagonismo de ambos os lados, envolvendo “conflitos e acertos de distintas redes sociais – formadas por diferentes estratos metropolitanos e elites coloniais (...)”.⁹⁶ Havia um conjunto de fatores que caracterizavam a sociedade colonial como uma “formação econômica social” própria, o que incluía o espaço platino: a compreensão de que as Colônias apresentavam dinâmicas socioeconômicas internas e que interagiam com a Metrópole, sendo co-protagonistas nesse processo; a percepção do espaço platino como uma paisagem contínua; finalmente, a

⁹³ MIRANDA, Márcia Eckert. **A estalagem e o império**. Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831). (Tese de Doutorado). Campinas/SP: UNICAMP, 2006, p. 36.

⁹⁴ Ver PEREIRA, Aline Pinto. Diálogos cruzados: política interna e externa no Primeiro Reinado – um olhar sobre o Prata. IN: **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO**, Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 19 a 13 de julho de 2010 p. 1-11.

⁹⁵ MIRANDA, *op. cit.*, p. 9-11; 36-46; 65-71.

⁹⁶ FRAGOSO, João. Prefácio. Prefácio. IN: OSÓRIO, 2007, p. 16.

marcante mobilidade da fronteira, representada na circulação de pessoas e bens, na instabilidade da posse da terra e na oscilação entre momentos de paz e de guerra.⁹⁷

De fato, nas tensões e conflitos que marcaram o espaço platino no início do século XIX, César Guazzelli identificou notáveis sul-rio-grandenses entre os atores políticos que se posicionavam frente aos interesses em disputa. Bento Gonçalves, por exemplo, teria oscilado entre o apoio do projeto autonomista de Artigas para a Banda Oriental e o serviço às forças luso-brasileiras. O autor destaca que, à margem das variações políticas, o espaço contíguo dos territórios na zona platina permitira a Bento Gonçalves e a outras tantas lideranças político-militares a circulação de idéias, principalmente das propostas federalistas e autonomistas frente ao centralismo de Buenos Aires.⁹⁸

Os sul-rio-grandenses eram hábeis em perceber as possibilidades e conseqüências econômicas das convulsões da região. Como afirmou Guazzelli, as pretensões bragantinas sobre a Banda Oriental eram lidas pelos estancieiros do Rio Grande de São Pedro como possibilidade de ampliação de estâncias e rebanhos.⁹⁹ A instabilidade proporcionou espaço para o conflito armado que resultou na independência uruguaia: a guerra da Cisplatina, entre 1825 e 1828. Entretanto, embora tenha contribuído à estabilização e delimitação das fronteiras, a independência do Uruguai não tornou o espaço platino impermeável à circulação de homens, de bens e de idéias. O raio de ação no qual se davam os debates e as mobilizações era amplo, abrangendo, inclusive, Porto Alegre.¹⁰⁰

Também o império brasileiro não abandonara as intenções em relação ao território oriental. Em 1831, buscou apoio europeu para uma nova intervenção na região sob o argumento de que era impossível controlar os problemas na fronteira. De fato, as incursões de Lavalleja a partir do território sul-rio-grandense indignavam as autoridades de Montevidéu e prenunciavam uma nova guerra pela Banda Oriental. No entanto, o que de fato ocorreu foi a

⁹⁷ OSÓRIO, 2007, p. 40-43.

⁹⁸ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio da Prata. IN: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 92.

⁹⁹ Quando da efetiva anexação da Banda Oriental ao Reino, o general Lecor, governador da então Província Cisplatina, se debateu entre os interesses dos orientais que reivindicavam a devolução de propriedades e, por outro lado, dos estancieiros sul-rio-grandenses que as ocuparam. GUAZZELLI, 2004, p. 93-95.

¹⁰⁰ Fructuoso Rivera e Juan Lavalleja, líderes de facções orientais, não entraram em acordo. Rivera assumiu o primeiro governo do Uruguai e, pouco tempo depois, Lavalleja fez-lhe oposição, refugiando-se na fronteira do Rio Grande de onde organizava incursões ao Uruguai. Lavalleja teria estabelecido contato com Bento Gonçalves, chegando a buscar apoio em Porto Alegre para recompor “o antigo projeto de Artigas de uma confederação unindo a Banda Oriental com as províncias do *litoral* argentino e mais o Rio Grande.” Em 1832, chegou a funcionar uma sociedade secreta em Porto Alegre, composta por muitos militares, entre eles Bento Gonçalves, cujo intuito era “adquirir partidistas”. Cf. GUAZZELLI, 2004, p. 102-103.

organização de um movimento armado autonomista no Rio Grande de São Pedro, desembocando na Revolução Farroupilha em 1835.¹⁰¹

Os anos que se seguiram continuaram pautados pela dinâmica do *continuum* espacial platino, com tratados e preparativos militares alternando-se na ordem do dia.¹⁰²

A partir do exposto acima, pode-se depreender o quanto é preciso compreender as dinâmicas populacionais e econômicas no Rio Grande de São Pedro sempre em conexão com o desenrolar das disputas econômicas, políticas e militares do espaço platino. Mesmo o período que se seguiu após a independência uruguaia não foi caracterizado por total estabilização da fronteira. A circulação de homens e de suas idéias e, inclusive, a circulação de seus conflitos estava sempre em voga.

Embora mais protegida do que outras áreas, Porto Alegre não estava isolada desse contexto.¹⁰³ Saint-Hilaire notara a repercussão das ações de Artigas e Lecor na Cisplatina, bem como das tratativas que procuravam estabelecer os limites entre os domínios espanhóis e portugueses no Prata. Suas impressões sobre os acontecimentos na Cisplatina mudavam de acordo com as opiniões que ouvia e quanto mais se inteirava dos fatos. O botânico francês também comentara a circulação de indígenas das Missões e a presença de prisioneiros estrangeiros na capital da província. Saint-Hilaire parece ter testemunhado a circulação de pessoas, idéias e informações característica da região platina, o que influenciou a redação de suas memórias de viagem na época.¹⁰⁴

Como asseverou Guazzelli, a “fronteira marcara uma alteridade, mas possibilitara uma convivência pautada pela ação autônoma dos que faziam ali suas vidas e suas guerras, e por vezes tinham interesses comuns.”¹⁰⁵

Portanto, o período entre 1810 e 1835, coberto por nossa pesquisa, foi marcado por conflitos e instabilidades, além de compreender mudanças administrativas que tiveram reflexos na composição da população de Porto Alegre. Procuramos levar em consideração

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 102-107.

¹⁰² Em 1838, os farroupilhas assinaram o tratado de Cangüé com o Estado Oriental, estabelecendo reconhecimento mútuo e intenções de formação de uma aliança militar. Em 1841, um novo tratado entre as partes estabelecia como seria a divisão dos recursos dispensados, entre homens, armas e cavalos, para uma intervenção na província de Entre-Rios, na chamada mesopotâmia argentina, o que também significava abandonar qualquer possibilidade de aproximação com a Confederação Argentina governada desde Buenos Aires. Cf. GUAZZELLI, 2004, p. 108-110.

¹⁰³ OSÓRIO, 2007, p. 128.

¹⁰⁴ As impressões de Saint-Hilaire sobre a guerra contra Artigas mudaram após conversas com diferentes personagens que integravam o conflito. O viajante francês teve oportunidade de ouvir e registrar informações de diferentes sujeitos como autoridades políticas, militares, religiosos e refugiados. Ver SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999, p. 35-39.

¹⁰⁵ GUAZZELLI, 2004, p. 117-118.

essas instabilidades nas nossas apreciações sobre a dinâmica populacional em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX.

Considerando o contexto apresentado até aqui, nos próximos itens fazemos uma análise histórico-demográfica da Capitania do Rio Grande de São Pedro e de Porto Alegre no início do século XIX. Nossas fontes são compostas por levantamentos populacionais da Capitania e de Porto Alegre no ano de 1814. Porém, o principal documento que analisamos é o rol dos confessados da freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, do mesmo ano de 1814. De forma geral, o censo paroquiano registra a população por fogo, discriminando sexo e condição jurídica dos sujeitos. Dessa forma, possibilita uma análise da configuração das unidades de censo¹⁰⁶, bem como da estrutura de posse de escravos, incluindo a razão de masculinidade dos cativos por faixa de plantel.

O quadro demográfico que emerge permite também a comparação diacrônica com dados da Capitania do Rio Grande de São Pedro e de Porto Alegre no final do século XVIII. Para isso, dialogamos principalmente com os dados dos mapas de população e dos róis de confessados analisados por Luciano Gomes e publicados em sua dissertação de mestrado, na qual o autor debruçou-se sobre objeto de pesquisa análogo ao nosso.¹⁰⁷ Também procuramos comparar o cenário populacional da Capitania e de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX com outras áreas no período colonial.

Portanto, os itens a seguir estão assim divididos: primeiro, procedemos à análise de dados populacionais da Capitania e de Porto Alegre entre o final do século XVIII e o início do século XIX; logo após, analisamos a estrutura da propriedade de escravos em Porto Alegre a partir dos dados de 1814; finalmente, o último item compreende a configuração dos fogos de acordo com a posse ou não de escravos.

¹⁰⁶ Fábio Kühn utiliza o termo “unidade de censo” ao referir-se a cada fogo em seu estudo sobre a Viamão colonial. Também adotamos os dois termos, mas utilizamos, por vezes, o termo domicílio como sinônimo, embora saibamos que este último é menos neutro que os outros dois. Ver KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: sociedade no sul da América portuguesa – século XVIII*. IN: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. 2004, p. 48.

¹⁰⁷ GOMES, 2012.

1.2. As populações da Capitania do Rio Grande de São Pedro e de Porto Alegre no início do século XIX

A comparação da configuração da população de Porto Alegre e da Capitania do Rio Grande de São Pedro permite-nos analisar o peso dos grupos de diferentes condições jurídicas no somatório da população total. Contamos, para tanto, com os dados de um “censo” populacional de 1814, ano que pertence ao primeiro subperíodo analisado nesta pesquisa, como também com um levantamento eclesiástico: o rol de confessados do mesmo ano.

Não sabemos o modo como os censos populacionais da Capitania do Rio Grande de São Pedro e de Porto Alegre do ano de 1814 foram confeccionados. De toda forma, há de se considerá-los uma aproximação que, no cruzamento com outras referências (no caso, os dados do rol de confessados de Porto Alegre do mesmo ano), colaboram para uma análise histórico-demográfica.¹⁰⁸ Utilizamos também os dados populacionais de anos anteriores, em particular números de 1779, 1780 e 1802, que foram trabalhados por Luciano Gomes em sua pesquisa de cunho histórico-demográfico sobre Porto Alegre entre 1772 e 1802 a partir do exame de mapas de população.¹⁰⁹

No decorrer das análises, procuramos debater os dados em diálogo com os resultados de outras pesquisas, privilegiando trabalhos que tenham feito uso dos mesmos tipos de fontes em estudos sobre diferentes áreas do Rio Grande do Sul e do Brasil no fim período colonial e início do imperial. Procuramos tecer relações dos dados populacionais com as dinâmicas econômicas de cada área.

Na tabela 1.1, apresentamos os números da população da Capitania do Rio Grande de São Pedro nos anos de 1780, 1802 e 1814. A comparação entre os dados permite-nos verificar mudanças na configuração populacional entre dois períodos da história sul-rio-grandense: as últimas décadas do século XVIII e o início do século XIX.

¹⁰⁸ Os dados do censo populacional de Porto Alegre de 1814 estão publicados em FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul**. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, p. 50.

¹⁰⁹ GOMES, 2012, p. 35-38.

Tabela 1.1

População do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1780, 1802 e 1814						
	1780		1802		1814	
	#	%	#	%	#	%
Branços	12.821	71,5	20.224	55,1	32.300	48,2
Índios	-	-	1.264	3,4	8.655	12,9
Libertos	-	-	2.233	6,1	5.399	8,1
Escravos	5.102	28,5	12.970	35,3	20.611	30,8
Total	17.923	100	36.691	100	66.965	100

Fontes: Para 1780 e 1802, ver GOMES, 2012, p. 37. Para 1814, ver FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1986, p.50.

Em 1814, a população da Capitania era composta por 30,8% de escravos, de acordo com os dados exibidos na tabela 1.1. Em 1802, o percentual de escravos era de 35,3% e em 1780 de 28,5%. Percebe-se que em 1814 houve diminuição percentual da participação de escravos no cômputo da população sul-rio-grandense em relação ao ano de 1802. Entretanto, há de se considerar três fatores: primeiro, tomando-se os extremos entre os anos analisados (1780 e 1814), houve crescimento no percentual de escravos frente à população total; segundo, em números absolutos, a população escrava e a população total em 1814 são quatro vezes maior que as respectivas populações em 1780, enquanto a população branca cresceu cerca de duas vezes e meia; terceiro, o crescimento do percentual de libertos é também sinal do peso da população escrava. Portanto, a participação de escravos e negros na Capitania, longe de ter diminuído, aumentou ao longo do tempo. A evolução desses dados demográficos pode ser explicada a partir da dinâmica econômica na qual estava inserido o Rio Grande de São Pedro entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

A década de 1780 representou o início de uma fase de crescimento econômico para o Brasil, de forma geral, que perduraria até pelo menos a segunda década do século XIX devido ao aumento da produção agrícola e da participação da colônia portuguesa nas exportações mundiais de produtos primários¹¹⁰. No plano interno, segundo Frago e Florentino, o período entre cerca de 1790 e cerca de 1840 pode ser denominado como “colonial tardio” e foi caracterizado pela consolidação do capital mercantil interno, para a qual concorria o acesso

¹¹⁰ Colaboraram para isso as revoltas sociais nas Antilhas, a exemplo da Revolução Haitiana de 1792, mas também processos que começaram nas décadas anteriores e afetaram os preços e as exportações para a Europa de produtos primários como o açúcar, a exemplo da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e da independência estadunidense. Ver SCHWARTZ, Stuart, 1988, p. 337-355. Também KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2010, p. 92-102.

relativamente fácil a alimentos, terras e mão-de-obra, garantindo certa autonomia em relação às flutuações do mercado externo. Esse conjunto de fatores contribuiu à consecução de um projeto elitista arcaico, focado na manutenção das desigualdades sociais que favoreciam a elite mercantil residente na Colônia.¹¹¹ Nesse contexto, a abertura de mercados externos aos produtos da economia colonial e a consolidação do mercado interno não eram contraditórios, com já se pensou, mas fenômenos interligados.¹¹² O Rio Grande de São Pedro teria participação especialmente na exportação de charque e trigo para outras áreas da América portuguesa e de couros para a Europa.¹¹³ Essa dinâmica econômica refletiu-se no crescimento da população livre e cativa, principalmente desta última, na Capitania sulina.

Segundo dados publicados por Francisco Luna e Herbert Klein, em trabalho de síntese sobre a escravidão e a dinâmica demográfica no Brasil Colonial e Imperial, o percentual de cativos na capitania do Rio Grande de São Pedro teria oscilado, de modo geral, entre cerca de 21% e cerca de 34% entre o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX¹¹⁴, ficando ao redor de 30% durante as fases de estabilidade e aceleração do tráfico de escravos¹¹⁵ e decaindo para 21% na metade da década de 1840, efeito provável das dificuldades do tráfico negreiro a partir da lei de proibição do comércio transatlântico de escravos de 1831. Os dados da tabela 1.1 corroboram a afirmação de Luna e Klein sobre a população escrava do Rio Grande de São Pedro.

Cabe comparar os dados referentes à Capitania sulina com outras áreas. Sempre que possível, procuramos levar em conta aspectos como o maior ou o menor intercâmbio comercial das áreas em questão com os mercados interno ou externo e a vinculação direta ou não com as rotas do tráfico de escravos (o que influenciava no preço e, por conseqüência, no acesso ao mercado de cativos).

Segundo Klein e Luna, no Paraná, onde a economia estava ligada à pecuária e à agricultura voltadas ao mercado local, os escravos perfaziam cerca de 17% da população entre

¹¹¹ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo com projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 41-59; 83-86.

¹¹² SCHWARTZ, 2001, p. 123-170.

¹¹³ O charque foi o produto com maior crescimento do valor das exportações sul-rio-grandenses entre 1790 e 1821. O trigo sofreu não só com o ataque da praga da ferrugem, a partir de 1814, como com as conjunturas de guerra que consumiam homens e provisões. Ver OSÓRIO, 2007, p. 183-223.

¹¹⁴ KLEIN; LUNA, 2010, p. 194.

¹¹⁵ Em trabalho já clássico sobre o tráfico transatlântico da África para o porto do Rio de Janeiro e a formação de famílias escravas, Manolo Florentino e José Roberto Góes propuseram subdividir o seu período de estudo em três fases, de acordo com as variações no volume de desembarques de escravos africanos no porto do Rio de Janeiro: denominada fase A, entre 1790 e 1807, a primeira fase foi caracterizada pela estabilidade do tráfico transatlântico de escravos; a segunda, denominada fase B, entre 1810 e 1825, apresentou aceleração do comércio de cativos; a terceira foi caracterizada pela crise da oferta de escravos africanos, denominada fase C, entre 1826 e 1830. Ver FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 47-56.

1800 e 1830. Essa parcela é bem menos significativa do que aquela dos cativos no Rio Grande do Sul, cuja economia também era voltada à pecuária e à produção de alimentos, mas os vínculos com o tráfico de escravos eram maiores. A Paraíba apresentava em 1811 apenas 14,4% de escravos na população, tendo diminuído seu percentual que fora de 22% em 1798. Na verdade, o número absoluto de escravos cresceu com o passar do tempo. Porém os senhores paraibanos queixavam-se das dificuldades logísticas do comércio de escravos e, principalmente, da falta de braços cativos já que “os melhores eram vendidos para o Rio de Janeiro.”¹¹⁶ Áreas com maior acesso ao tráfico de escravos tinham percentuais maiores de cativos no conjunto de suas populações. Na Bahia, em 1819, os escravos eram cerca de 31% para toda a Capitania. Já em Minas Gerais, em 1804, a população escrava perfazia 34% do total de habitantes num período em que a mineração já cedera espaço à produção de gêneros agrários para exportação ou voltados ao mercado interno, isto é, numa fase na qual havia se constituído plantéis escravos maduros. Finalmente, no Rio de Janeiro, em 1821, os escravos representavam c. 53,2%.¹¹⁷ Portanto, em comparação com outras áreas, o Rio Grande de São Pedro apresentava percentuais nada desprezíveis de população escrava entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, só tendo contingente consideravelmente menor ao Rio de Janeiro, este ligado diretamente aos mercados externos, inclusive ao tráfico atlântico de escravos.

Tomando em consideração o estudo de Gabriel Berute sobre o tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro entre 1790 e 1825, a partir de 1809 inicia-se um processo de aceleração do tráfico de escravos para a capitania, que se intensifica, sobretudo, a partir de 1810 e segue até 1824.¹¹⁸ De fato, em contrapartida às suas exportações, a capitania sulina era um dos principais destinos dos escravos africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro. Isso ajuda a compreender porque o percentual de escravos frente à população total da capitania era alto, nesse período, quando comparado a outras áreas do Brasil, como o Paraná e a Paraíba, ou equivalente ao montante de cativos daquelas áreas fortemente ligadas à economia escravista e aos circuitos mercantis exportadores, como a Bahia ou as Minas Gerais.

A forte vinculação com o tráfico de escravos impactava nos índices de crescimento demográfico da população total e da população escrava. Pesquisando róis de confessados, Luciano Gomes encontrou taxa de crescimento da população total do Rio Grande de São

¹¹⁶ KLEIN; LUNA, 2010, p. 192-3. Sobre a Paraíba, ver ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**. População, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 106-107.

¹¹⁷ KLEIN; LUNA, *op. cit.*, p. 192-195.

¹¹⁸ BERUTE, Gabriel. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 40-47.

Pedro de 2,5% entre 1780 e 1802.¹¹⁹ Por sua vez, Helen Osório encontrou uma taxa ainda maior ao examinar mapas de população. Segundo a autora, a população total do Rio Grande de São Pedro cresceu 3,4% ao ano entre 1780 e 1805.¹²⁰

Em outras regiões brasileiras, comparativamente, o último quartel do século XVIII registrou taxas de crescimento análogas para o conjunto da população. No recôncavo baiano, entre 1774 e 1780, a taxa de crescimento populacional foi de 3,1% ao ano. Já em São Paulo, entre 1772-1776, houve taxa de crescimento de 3,7 ao ano da população total.¹²¹ Essas áreas experimentaram, nesse período, crescimento econômico e forte vínculo com o tráfico de escravos.

Recorrendo ainda aos dados de Luciano Gomes, foi possível calcular a taxa de crescimento anual da população da capitania em 5,1% entre 1802 e 1814, isto é, num ritmo dobrado em relação ao período anterior examinado pelo autor.

Quanto à população escrava, foi possível aferir taxas anuais de crescimento de 4,3% entre 1780 e 1802 e 3,9% entre 1802 e 1814. Esses percentuais são semelhantes aos 4,1% encontrados por Osório para o período entre 1780 e 1805 e revelam um crescimento da população escrava em ritmo acelerado entre os últimos decênios do século XVIII e os primeiros do século XIX no Rio Grande de São Pedro.¹²² Os dados constam da tabela 1.2.

Tabela 1.2

Taxas de crescimento populacional do Rio Grande de São Pedro ao ano (população total e população escrava)		
Período	População	Taxa
1780 a 1802	Total	2,5%
	Escrava	4,3%
1802 a 1814	Total	5,1%
	Escrava	3,9%

Fontes: Para 1780 e 1802, ver GOMES, 2012, p. 33. Para 1814, ver FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1986, p.50.

Tais dados e considerações indicam que o crescimento da população experimentado na Capitania do Rio Grande de São Pedro não era exclusividade, mas fruto de dinâmicas populacionais e econômicas que vigiam na América portuguesa. Além disso, os dados

¹¹⁹ GOMES, 2012, p. 35.

¹²⁰ OSÓRIO, 2007, p. 70.

¹²¹ SCHWARTZ, 1988, p. 87-88. GOMES, *op. cit.*, p. 34.

¹²² Segundo o geógrafo Edurado Frigoletto de Menezes, a uma taxa de 3% anual, a população duplica em 23 anos, ver <http://www.frigoletto.com.br/geopop/ocrescim.htm>, acesso em 19/08/2013, à 1h e 55min.

reafirmam a dependência sul-rio-grandense da mão-de-obra escrava e a integração econômica da Capitania aos circuitos produtivos e mercantis que se estruturavam na colônia portuguesa na América.¹²³

Agora, vamos abordar a população escrava de Porto Alegre entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Em Porto Alegre, essa parcela da população também cresceu nesse período, conforme se vê na tabela 1.3. Em 1780, os escravos correspondiam a 30,8% da população total. Já em 1814, esse percentual subiu para cerca de 41%. Porto Alegre, segundo o censo populacional de 1814, tinha um percentual de escravos bem acima do encontrado para toda a Capitania.

Os libertos também tiveram seu contingente aumentado em relação à população total de cerca de 8% em 1802 para 10,4% em 1814. Esse percentual também era superior aos 8,1% de libertos para todo o Rio Grande de São Pedro. Convém ressaltar que antes do início do século XIX, parece ter sido rara a menção a forros nos levantamentos populacionais da Capitania. Nas tabelas 1.1 e 1.3, os libertos não estão presentes nos mapas de população do ano de 1780. Ao que parece, o conjunto dos libertos passou a ser representativo a partir do século XIX, merecendo rubrica específica nos censos populacionais de 1802 e 1814.

Tabela 1.3

População de Porto Alegre em 1780, 1802 e 1814						
	1780		1802		1814**	
	#	%	#	%	#	%
Branços	1224*	69,2*	2008	51,1	2.746	48,3
Índios	--	--	44	1,1	34	0,6
Livres de todas as cores	--	--	305	7,8	588	10,4
Escravos	545	30,8	1570	40,0	2.312	40,7
Total	1769	100	3927	100	5.680	100

Fontes: Para 1780 e 1802, ver GOMES, 2012, p. 34. Para 1814, ver FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1986, p.50.

Notas:

*Segundo, Luciano Gomes, em 1780, o total da rubrica “brancos” se refere a todas às pessoas livres, não exclusivamente brancas.

**Em 1814, havia 431 recém-nascidos, que foram excluídos da soma da população e do cálculo dos seus percentuais por terem condição jurídica indefinida. Se considerados, os dados são os seguintes: total da população de 6.111 pessoas, sendo 44,9% brancos, 0,6% índios, 9,6% livres de todas as cores, 37,8% escravos e 7,1% recém-nascidos.

¹²³ Em fins do século XVIII e início do XIX, o Rio Grande de São Pedro viu o crescimento a pecuária e da indústria do charque ser necessariamente acompanhado pelo aumento da mão-de-obra escrava. Cf. FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 156-8.

Segundo Gabriel Aladrén, a maioria dos alforriados eram crioulos, por origem, e mulheres, por sexo, sinal de que mesmo num contexto de aceleração do tráfico de escravos africanos para o Rio Grande de São Pedro, havia um significativo contingente de escravos crioulos na capitania. Além disso, embora houvesse alforrias gratuitas, principalmente acessíveis aos crioulos, a maioria era paga ou condicionada à prestação de trabalho por um período, o que implicava a necessidade do escravo ter condições de juntar um pecúlio ou mobilizar uma rede social de auxílio. Isto significa que o crescimento do contingente de libertos deve ser compreendido como resultado da costura de laços sociais e econômicos dos escravos no tempo, além, é claro, dos interesses que os senhores retiravam dessa política de manumissão.¹²⁴

Na tabela 1.3, destaca-se também o reduzidíssimo número de indígenas assim identificados em Porto Alegre, praticamente inexistente neste levantamento oficial. É possível que os indígenas tenham sido incorporados, por assim dizer, no cômputo dos chamados “livres de todas as cores”, ou mesmo dentre os brancos. Provavelmente no primeiro grupo, se levarmos em consideração as observações de Aladrén sobre a inserção dos indígenas por baixo na sociedade do início do século XIX.¹²⁵ O mesmo pode ter ocorrido também no cômputo dos indígenas de toda a Capitania, conforme tabela 1.1, sobretudo até o final do século XVIII, já que em 1814 registrou-se um percentual de cerca 13% de índios.

Examinemos a população de Porto Alegre a partir de outra fonte. Em 1792, os escravos correspondiam a 40% da população de Porto Alegre, de acordo com dados dos róis de confessados pesquisados por Luciano Gomes.¹²⁶ Os dados referentes ao rol de confessados de 1814, apresentados na tabela 1.4, permitem um comparativo com o censo populacional do mesmo ano. O percentual de escravos, 48% do total da população, impressiona por ser ainda maior do que o apresentado na tabela 1.3 acima.

¹²⁴ Segundo Aladrén, tratava-se de uma política de caráter paternalista. ALADRÉN, 2009, p. 19-27; 39-42; 44-61.

¹²⁵ O autor propõe que o uso do termo pardo para designar os índios tenha sido adotado no contexto das guerras cisplatinas, com o intuito de equipará-los aos pretos e aos mulatos, como também demonstraram a aplicação de punições iguais para esses dois grupos quando das operações militares; além disso, no mapa de população de 1809 do Rio Grande de São Pedro, os índios foram incluídos entre os forros conforme cálculos de verificação do autor. Aladrén propõe que essa forma de integração colocava os índios num espaço restritivo na hierarquia dos livres. *Ibidem*, p. 136-139.

¹²⁶ GOMES, 2012, p. 40.

Tabela 1.4

População de Porto Alegre segundo os róis de 1792 e 1814				
	1792		1814	
	#	%	#	%
Livres	1.006	50,6	1.694	44
Agregados	188	9,4	295	7,7
Forros	-	-	15	0,4
Escravos	795	40	1.846	47,9
Total	1.989	100	3.850	100

Fonte: RCPA de 1814, AHCOMPA. RCPA de 1792, ver GOMES, 2012, p. 39-40; 273 (Tabela AE 2).

Porto Alegre, como capital do Rio Grande de São Pedro, expandia sua população com rapidez desde o final do século XVIII. Luciano Gomes também assinalou esse processo, relacionando-o à urbanização. Já em 1782, a maioria da população, inclusive dos escravos, residia dentro dos muros da cidade.¹²⁷ Gomes identificou, no final do século XVIII, uma estrutura econômica dinâmica em Porto Alegre, integrada pelo núcleo urbano e o entorno agrícola e vinculada a circuitos comerciais que tinham como centro o Rio de Janeiro. Essa dinâmica econômica incluía a reprodução da escravaria pela reposição de mão-de-obra através do tráfico de escravos, o que ajuda a explicar a crescente presença de cativos na população do município entre a virada do século XVIII e o início do século XIX.¹²⁸ Em 1814, conforme indica a tabela 1.4, o contingente de escravos perfazia quase a metade da população de Porto Alegre.

Quanto aos agregados¹²⁹, Kühn identificou pouca presença desses em Viamão, na segunda metade do século XVIII.¹³⁰ Já em Porto Alegre, em 1792, havia um percentual relevante de agregados (c. 10% da população total), o que também retratava dinamicidade econômica porque correspondia a um setor majoritariamente masculino da população (razão de masculinidade de 119, segundo o rol de confessados de 1792), concentrado nos fogos com

¹²⁷ *Ibidem*, p. 33-35; 71-95 O processo de urbanização de Porto Alegre parece ter sido acelerado na passagem do século XVIII para o XIX. Porém, a distinção entre os espaços urbano e rural deve ser sempre matizada pela estreita vinculação que entre os dois no período colonial, de modo geral. Na capital da capitania da Paraíba, por exemplo, Solange Rocha percebeu a imbricação entre as freguesias ditas urbanas e rurais. Ver ROCHA, 2009, p. 87-105.

¹²⁸ GOMES, *op. cit.*, p. 71-95.

¹²⁹ No rol de confessados de 1814, os chamados “agregados” estão geralmente listados logo abaixo do “núcleo principal” e imediatamente acima dos escravos. Identificados como agregados, não há menção a parentesco com o “chefe do fogo” ou alguém do núcleo principal, mas é possível que algumas vezes tratasse-se de um parente, ainda que não oficialmente reconhecido (filhos bastardos, por exemplo) ou quiçá de forros que coabitam a propriedade, servindo de mão-de-obra suplementar.

¹³⁰ De acordo com o rol de confessados de 1751, eram apenas 7 pessoas, 1,1% da população. Em 1778, somavam 3,1%. Cf. KÜHN, 2004, p. 50 e 54.

escravos e que representava um acréscimo de mão-de-obra aos chefes desses fogos.¹³¹ Em 1814, 295 pessoas ou 7,7% da população de Porto Alegre era composta por agregados. Estes homens e mulheres estavam espalhados em fogos com diferentes configurações. Embora, entre 1792 e 1814, tenha havido diminuição do percentual de agregados de c. 10% para c. 8%, esse grupo continuou compondo importante parcela da população e, provavelmente, continuou tendo relevância para a economia local como aporte extra de mão-de-obra.

Por sua vez, quanto aos libertos, havia apenas 15 forros em Porto Alegre em 1814, isto é, 0,4% da população total, segundo o rol daquele ano, enquanto essa categoria não foi mencionada no rol de 1792. Esses dados nos levam a concluir que é pouco provável que o número real de forros tenha sido explicitamente identificado nos róis de confessados. Uma hipótese é que entre os identificados como agregados houvesse forros. Fábio Kühn também encontrou número escasso de forros ao estudar a população de Viamão na segunda metade do século XVIII. Segundo dados dos róis de confessados daquela freguesia, os libertos correspondiam a 0,8% e 1,4% dos habitantes em 1751 e 1778, respectivamente. O autor atribuiu a pequena parcela de libertos ao sub-registro desse contingente, que seriam inscritos com os livres na maioria dos casos, já que números tão baixos contrastavam com a “realidade étnica efetiva da freguesia”.¹³²

Kühn também identificou que os índios livres e administrados compunham 5,4% da população, segundo o rol de confessados de Viamão de 1751. Por sua vez, no rol de confessados de 1778 da mesma freguesia, a categoria “índios” não foi sequer mencionada. Kühn explicou o fato pela já residual escravidão indígena em 1751 e, em 1778, pelas restrições à escravidão indígena estabelecidas no período pombalino. Ao analisar documento posterior, o rol de confessados de Viamão de 1798, o autor também não faz menção à descrição de indígenas.¹³³ Entendemos que as prescrições do período pombalino tiveram o mesmo efeito sobre o contingente de indígenas em Porto Alegre em 1814, resultando na ocultação dessa população no rol de confessados daquele ano.

Parece que havia uma tendência dos padres que compunham os censos eclesiásticos em resumir a condição jurídica em apenas duas opções diametralmente opostas: livres e escravos. As razões para isso não estão claras, mas podemos imaginar que acabavam por configurarem-se em vantagem para os forros e seus descendentes. Explicamos: numa sociedade de poucos documentos escritos para a identificação dos sujeitos, a omissão da

¹³¹ GOMES, 2012, p. 39-42.

¹³² KÜHN, *op. cit.*, p. 52.

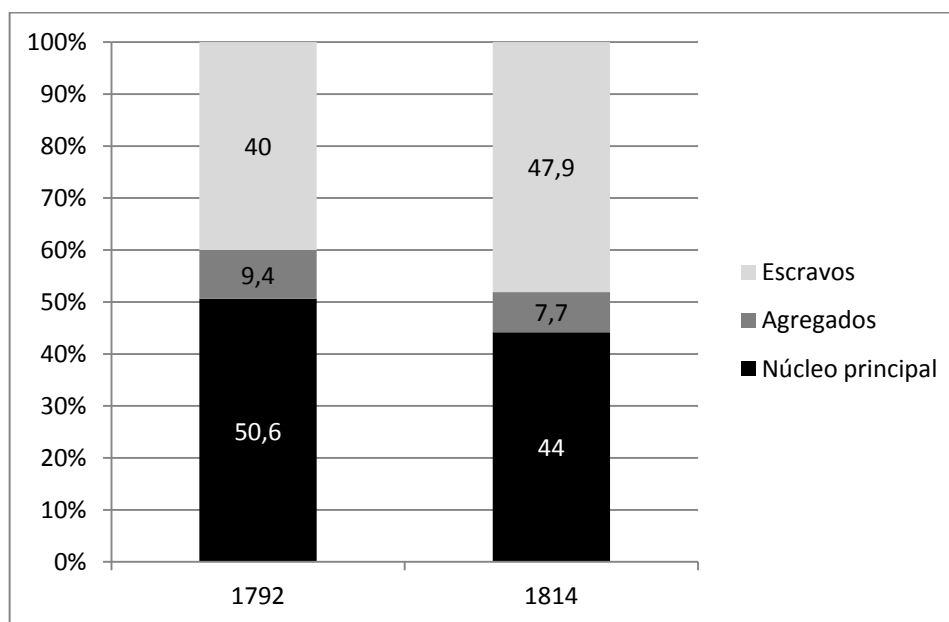
¹³³ *Ibidem*, p. 50-58.

condição de forro simbolizaria a ratificação da liberdade alcançada pelos alforriados e seus descendentes. Embora o reconhecimento social jogasse maior papel na identificação das pessoas do que a oficialidade dos papéis, não se deve subestimar a importância de um documento, raro porque raros eram os documentos escritos, que assemelhava ou mesmo equalizava a condição dos forros aos livres de nascimento, ao menos no papel.

Retomemos os percentuais da tabela 1.4, agora apresentados no gráfico 1.1 a fim de que visualizemos com mais clareza a mudança no panorama demográfico de Porto Alegre entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Para facilitar a comparação, excluimos da coluna referente ao ano de 1814 o percentual de 0,4% de forros.

Gráfico 1.1

Composição da população com relação ao chefe do fogo, Porto Alegre, 1792 e 1814



Fontes: RCPA de 1792 cf. GOMES, 2012, p. 40; RCPA de 1814, AHCMAPA.

Trabalhando com os dados dos mapas de população e dos róis de confessados de Porto Alegre entre 1779 e 1802, Luciano Gomes chegou à conclusão de que os grupos subordinados aos chefes de fogo - escravos e agregados- cresceram, com o passar do tempo, em detrimento do núcleo principal¹³⁴. No início do século XIX, a relação se acentuou: a expansão da

¹³⁴ Luciano Gomes utilizou a expressão “núcleo principal” para identificar o conjunto dos moradores livres de um fogo, descritos no rol de confessados logo abaixo do “cabeça do lar”, ainda que não houvesse relação consanguínea explicitamente registrada. Esse conjunto de pessoas comporia um grupo à parte com relação ao demais moradores, descritos como agregados ou escravos e, em geral, listados no rol de confessados logo abaixo do dito “núcleo principal”. No rol de confessados de 1814 de Porto Alegre, também pudemos identificar esses

participação da população escrava se deu em detrimento do núcleo principal. Entretanto, a intensidade do aumento do percentual dos cativos no conjunto da população pressionou também o grupo dos agregados que diminuiu sua participação com relação à população total. O núcleo principal decaiu de cerca de 50% para cerca de 44%, reflexo da expansão do contingente de população escrava. Não esqueçamos, entretanto, que de acordo com a tabela 1.3, como vimos, a população branca mais que dobrou em Porto Alegre entre 1780 e 1814. O aumento percentual da população escrava em Porto Alegre, portanto, pode ser visto como resultado de um intenso incremento do tráfico de cativos e não como diminuição da população livre. De fato, os preços dos escravos comercializados na vila de Rio Grande entre 1812 e 1822 eram um pouco maiores do que aqueles praticados no Rio de Janeiro, o principal porto fornecedor de escravos para o Rio Grande de São Pedro, mas bastante inferiores, por exemplo, aos preços correntes na Bahia ou nas Minas Gerais, de forma que podemos inferir que o acesso ao mercado de escravos no Rio Grande de São Pedro era relativamente mais fácil aos pequenos proprietários sul-rio-grandenses do que aos pequenos proprietários baianos ou mineiros.¹³⁵ Além disso, como veremos no capítulo 2, as possibilidades de reprodução natural também contribuíram para o aumento do contingente de escravos frente à população total, mas não deviam ser suficientes para explicar o crescimento da população escrava em Porto Alegre.

Como vimos, o percentual de cativos da população total em Porto Alegre em 1814 oscilava entre cerca de 41% e 48%, de acordo com os dados de diferentes fontes. De qualquer modo, o contingente escravo na Porto Alegre do início do século XIX deveria ser algo superior a 40% da população. Em Porto Alegre, havia tendência de crescimento da participação de escravos frente à população total entre o final do século XVIII e o início do XIX (tabelas 1.3 e 1.4). Essa tendência é ratificada quando analisamos as taxas de crescimento anuais dessas populações no período (tabela 1.5).

grupos e, para fins de apresentação e comparação, utilizamos os mesmos termos que esse autor. Ver GOMES, 2012, p. 39-40.

¹³⁵ A partir dos recibos de meia-sisa, Gabriel Berute calculou o valor médio do escravo comercializado na vila de Rio Grande entre 1812 e 1822 em 155\$664 réis, incluindo comércio de cativos crioulos, em geral mais caros. Berute tece comparações com os valores encontrados por outros autores: de acordo com Luiz Paulo Nogueiról, um escravo de “primeira linha” em Porto Alegre custaria em torno de 177\$351 réis em média, na mesma época. Na Bahia, segundo Kátia Mattoso, um escravo homem saía por 347\$500 réis e uma mulher por 270\$000 réis em 1820. Roberto Martins afirmou que em Minas Gerais, os escravos custavam entre 280\$000 e 240\$000 réis em 1810, enquanto no Rio de Janeiro os homens eram comercializados por 145\$000 e as mulheres cativas por 123\$000 réis. Ver BERUTE, 2006, p. 96-99.

Tabela 1.5

Taxas de crescimento populacional de Porto Alegre ao ano (população total e população escrava)		
Período	População	Taxa
1780 a 1802	Total	3,7%
	Escrava	4,9%
1802 a 1814	Total	3,8%
	Escrava	3,3%

Fonte: Para 1780 a 1802, ver GOMES, 2012, p. 36-37. Para 1814, ver FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1986, p.50.

A população escrava de Porto Alegre, embora tenha crescido num ritmo menor entre 1802 e 1814 do que aquele entre 1780 e 1802, continuou tendo seu percentual incrementado numa taxa superior a 3% ao ano, padrão também verificado para o conjunto da capitania de São Pedro no mesmo período, conforme vimos na tabela 1.2 acima.

Ratificando a partir do exposto até aqui, podemos afirmar que a população escrava aproximava-se da metade do contingente populacional de Porto Alegre. Se considerada a população negra, formada por escravos e libertos, compunha mais de 50% dos habitantes da vila de Porto Alegre em 1814. A população indígena seria praticamente inexistente em todo o período entre 1780 e 1814, segundo os critérios adotados nos levantamentos. Na verdade, a maior parte dos indígenas ou de seus descendentes, muitos provavelmente mestiços, deve ter sido incluída como libertos ou livres nos levantamentos populacionais dessa época.

Kühn, estudando a composição da população de Viamão no período colonial, encontrou os percentuais de 43,8% e 46% de escravos para os anos de 1802 e 1830. Identificou, assim, um recrudescimento da propriedade escrava nas primeiras décadas do século XIX, revertendo uma tendência à diminuição da parcela de população cativa que ocorria desde metade do século XVIII.¹³⁶

Em Rio Grande, porta de entrada do tráfico de escravos para a Capitania de São Pedro, os escravos eram 31,2% da população em 1814 e em 1819 tinham aumentado seu percentual para 38,3%.¹³⁷ Por sua vez, na freguesia de São Francisco de Paula (Pelotas), os escravos equivaliam a cerca de 50% da população em 1814 (1.226 pessoas frente a uma população de

¹³⁶ KÜHN, 2004, p. 47-74.

¹³⁷ SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX.** (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo: UNISINOS, 2008, p. 25-26.

2.419 habitantes).¹³⁸ Não esqueçamos que se tratava de freguesia com forte demanda de trabalho escravo devido à indústria do charque.

Os números de 1802 e 1830 em Viamão, assim como os dados de 1814 em Porto Alegre e em Pelotas e de 1819 em Rio Grande, revelam uma participação maior dos escravos no conjunto da população de cada uma dessas freguesias do que o percentual dos escravos frente à população da Capitania do Rio Grande de São Pedro no início do século XIX. No caso de Porto Alegre, o crescimento da população escrava se deu entre as décadas do final do século XVIII e do início do século XIX, tendo sido sustentado por taxas de crescimento populacional acima de 3% ao ano, como vimos. Isso indica que a evolução populacional de Porto Alegre estava fortemente atrelada à dinâmica do tráfico de escravos, o mesmo devendo ser verdadeiro para as freguesias mais próximas ao litoral. Já na fronteira oeste, a dinâmica populacional deve ter sido outra. Segundo estudo de levantamentos populacionais e inventários *post-mortem*, Silmei Petiz pôde afirmar que a fronteira da Capitania do Rio Grande de São Pedro sob a circunscrição de Rio Pardo apresentava, em 1798, cerca de 42% de escravos no conjunto da população. Em 1814, entretanto, esse percentual caíra drasticamente para cerca de 23%.¹³⁹ Esses números confirmam a presença negra na formação da população da região, como asseverou o autor. Entretanto, mostram uma tendência de queda da participação escrava no conjunto da população da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro com o passar do tempo, enquanto os percentuais de Porto Alegre indicam aumento do contingente cativo.

Apesar de algumas discrepâncias entre diferentes áreas da capitania, os dados sobre o contingente da população escrava no início do século XIX indicam a expressiva participação dos cativos no conjunto da população total, bem como sua disseminação no Rio Grande de São Pedro.

Em comparação com outras áreas do Brasil, os números da participação de escravos em Porto Alegre são maiores do que os 20,2% de Sorocaba, interior de São Paulo, em 1810, bem como superiores a variação de 19% a 23% de escravos do planalto e do litoral, respectivamente, da região de Castro, interior do Paraná, em 1804.¹⁴⁰ Por sua vez, a parcela de população escrava em Porto Alegre era congruente com os percentuais concernentes à cidade

¹³⁸ COUTO, Mateus de Oliveira. **A pia e a cruz: a demografia dos trabalhadores escravizados em Herval e Pelotas (1840-1859)**. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2011, p. 181-182.

¹³⁹ PETIZ, Silmei. **Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)**. (Tese de Doutorado). São Leopoldo: UNISINOS, 2009, p. 94-97. Segundo o autor, os sucessivos desmembramentos do município original são uma das causas da diminuição do contingente de população escrava.

¹⁴⁰ SCHWARTZ, 1988, p. 357. KÜHN, 2004, p. 55.

do Rio de Janeiro em 1799 e 1821, respectivamente 34,5% e 46,8%. Ou seja, Porto Alegre tinha nas primeiras décadas do século XIX um percentual de população escrava semelhante ao maior porto receptor do tráfico transatlântico de escravos.¹⁴¹

O rápido incremento demográfico da população escrava de Porto Alegre via tráfico e o seu peso frente à população total, bem como a participação da capital sul-rio-grandense nos circuitos mercantis da colônia, permitiram que Luciano Gomes concluísse que Porto Alegre inseria-se, já no final do século XVIII

(...) como centro administrativo, comercial e logístico no conjunto do Continente do Rio Grande de São Pedro, bem como da magnitude da inserção da economia local no sistema produtivo regional e nos mercados gerenciados pelos comerciantes de grossa ventura fluminenses.¹⁴²

O autor faz tal afirmação tomando para comparação os dados populacionais referentes ao Paraná e freguesias de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e da Bahia. Ao que parece, esse processo acelerou-se nas primeiras décadas do século XIX.

Poucas regiões teriam percentuais superiores à população escrava de Porto Alegre no período estudado. Porém, tratava-se de regiões de antiga ocupação e que, portanto, tinham forte vinculação com o mercado interno e faziam parte do setor agrário-exportador.

Em Minas Gerais, na comarca de Rio das Mortes, o Distrito de Lage apresentou percentuais de população escrava sempre maior a 50% da população total. Segundo Maria Lúcia Teixeira, tratava-se de uma região produtora de animais e alimentos, dominada por fazendas que buscavam a auto-suficiência e que operavam horizontalmente, diversificando a produção e tendo à disposição uma complexa rede de trabalhadores que incluía escravos (com crescente proporção de crioulos) e também pobres livres e libertos.¹⁴³

Por sua vez, para a freguesia de Inhaúma, na zona rural do Rio de Janeiro, José Roberto Góes citou estudo que apontou uma população de 60,3% de cativos em 1821. Tratava-se de uma freguesia que produzia tanto para o setor agrário-exportador quanto para o abastecimento da corte na cidade do Rio de Janeiro e que “tinha o seu escoamento favorecido pela proximidade de Inhaúma ao centro da cidade e por ser cortada por rios em cujas embocaduras situavam-se vários pequenos portos.”¹⁴⁴

¹⁴¹ KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 109-111. A autora consultou mapas de população e códices policiais.

¹⁴² GOMES, 2012, p. 34-35.

¹⁴³ TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito**. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006, p. 38.

¹⁴⁴ GÓES, 1993, p. 53-54.

No Rio de Janeiro, Lara estudou a freguesia de São Salvador de Campos dos Goitacases, que correspondia à vila e aos arredores rurais daquele município fluminense. Campos tinha a terceira concentração de escravos da Capitania do Rio de Janeiro. Em 1799, a população de Campos era de 33.515 habitantes. Os escravos correspondiam a 59% da população campista naquele ano. O alto percentual de escravos estava relacionado à produção açucareira, que se intensificava desde as últimas décadas do século XVIII. Segundo a autora, essa grande parcela de cativos frente à população total se estendeu durante o século XIX, se consideramos a estimativa de Saint-Hilaire que avaliou a população de escravos campista em cerca de 54% em 1816.¹⁴⁵

Já Karasch encontrou um forte incremento da população escrava com a vinda da família real para a cidade do Rio de Janeiro em 1808. Essa população saltou de 34% em 1799 para cerca de 46% em 1821 e, na maior das estimativas, chegou a 56,7% em 1834. No entanto, Karasch percebeu que a população de escravos era instável porque muitos dos cativos estavam em trânsito, aguardando o momento de serem levados ao interior. A autora comparou dados da presença de escravos dentro e fora da cidade e notou um percentual levemente maior de cativos fora dos limites urbanos (na população extramuros, havia quase 50% de escravos, frente a pouco mais de 45% de escravos do total da população dentro da cidade). De modo geral, a autora pôde afirmar que houve um padrão de aumento da população escrava, entre 1808 e 1850, garantindo uma participação de cativos entre cerca de 34% e 40% na população do Rio de Janeiro.¹⁴⁶

Concluindo, vê-se que, no Rio Grande de São Pedro, os escravos ocupavam posição de destaque frente à população total nas primeiras décadas do século XIX. Por sua vez, Porto Alegre tinha um percentual de população cativa ainda mais relevante. Um rápido crescimento demográfico e o alto percentual de população escrava eram indicativos de forte atividade econômica da freguesia nesse período, o que se refletiria na urbanização da vila, depois cidade, e no incremento do capital produtivo, bem como de sua importância administrativa e comercial.

Impossível também não pensar que o grande percentual de escravos de Porto Alegre no início do século XIX não tivesse impacto sobre as possibilidades de costura de relações sociais, incluindo a formação de casais e o estabelecimento de parentesco ritual.

Sobretudo, tratava-se de uma sociedade fortemente dependente da mão-de-obra escrava, na qual a parcela da população que carregava o estigma do cativo, fosse escrava ou

¹⁴⁵ LARA, 1988, p. 134-9.

¹⁴⁶ KARASCH, 2000, 106-110.

liberta, ultrapassava 50% do total em 1814. A configuração populacional da Porto Alegre do início do século XIX ratifica a impressão de Luciano Gomes quanto à Porto Alegre do final do século XVIII: tratava-se de uma “cidade negra”.¹⁴⁷

1.3. Estrutura de posse de escravos em Porto Alegre em 1814

A análise feita por Helen Osório da economia do Rio Grande do Sul colonial é fundamental para a compreensão da constituição da sociedade e da estrutura de posse de escravos no “extremo meridional da América portuguesa”.¹⁴⁸

Osório produziu uma análise da economia e da sociedade do Rio Grande do Sul que se alinha às perspectivas mais atuais sobre a sociedade colonial portuguesa. Rompeu com a visão tradicional da historiografia que colocava o protagonismo da relação entre metrópole e colônia apenas no primeiro elemento, como se as configurações econômicas e sociais coloniais fossem mero reflexo das decisões, pressões e demandas metropolitanas.¹⁴⁹

A partir da noção de que o espaço platino participava de uma formação econômica e social própria, Osório desenvolveu uma análise da estrutura produtiva no Rio Grande do Sul colonial que permite afirmar, como Fragoso, que essa formação desenvolveu os mecanismos e as dinâmicas que garantiam a reiteração do escravismo colonial no tempo: a capacidade de acumulação endógena de capital, o desenvolvimento de um mercado interno e a formação de um grupo mercantil residente.¹⁵⁰

Osório criticou, então, a historiografia tradicional sobre o Rio Grande do Sul que caracterizava a economia sul-rio-grandense como subsidiária ou periférica, preferindo estudar suas vinculações no circuito mercantil através da investigação de sua balança econômica, incluindo o tráfico de escravos, e dos atores que patrocinavam a produção e o comércio. A autora identificou que o Rio Grande de São Pedro não se enquadrava nos dois grandes setores econômicos que capitaneavam a economia colonial de caráter exportador: a mineração e a

¹⁴⁷ GOMES, 2012.

¹⁴⁸ Termo usado pela autora, OSÓRIO, 2007, p. 27.

¹⁴⁹ Osório sugere que é preciso fazer uma leitura das relações econômicas e sociais no Rio Grande de São Pedro numa “dimensão imperial”, que inclui sujeitos de diferentes partes do Império português. Essa perspectiva está presente no trabalho coletivo de FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda B. (orgs.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. A autora critica também o mito da “democracia racial” e da “democracia rural gaúcha”, presente nas obras sobre o Rio Grande do Sul colonial e imperial até a década de 1960, quando o trabalho de Fernando Henrique Cardoso (*Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*) rompeu com a visão de uma sociedade harmônica que só enfrentava conflitos externos. Cf. *Ibidem*, p. 27-32.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 41-43.

monocultura para exportação.¹⁵¹ Entretanto, a Capitania estava integrada como fornecedora de gêneros alimentícios, em especial charque e trigo, além dos couros, para as zonas agrário-exportadoras e também para a metrópole, com uma participação substancial das exportações praticadas através do porto do Rio de Janeiro.

Convém destacar que à parte dessas transações comerciais com o Rio de Janeiro se desenvolveu um comércio, ainda que incipiente, entre a Capitania do Rio Grande de São Pedro e outras áreas da colônia portuguesa na América - como Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco - demonstrando um incremento dos laços comerciais entre as capitanias¹⁵² e, conseqüentemente, evidenciando “a formação de um mercado interno de certa amplitude na colônia” na entrada do século XIX.¹⁵³

Nesse mercado, o Rio Grande de São Pedro participava não só como fornecedor de gêneros alimentícios, mas também como importante importador de escravos da praça comercial do Rio de Janeiro, principalmente.¹⁵⁴ Portanto, ao examinar a estrutura de posse de escravos em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX, procuramos não perder de vista que tal estrutura refletia os laços econômicos que os senhores de escravos da capital sul-rio-grandense mantinham no espaço colonial.

Segundo Osório, a posse de escravos estava dissipada não só no Rio Grande de São Pedro, mas também em outras áreas do espaço platino.¹⁵⁵ Isso era reflexo de “uma estrutura produtiva similar” entre essas áreas, que incluía a propriedade de escravos, entre outros bens. Essa perspectiva de uma estrutura espacial e econômica comum permitiu que Osório se utilizasse do método comparativo em suas análises, do qual também fazemos uso neste trabalho.¹⁵⁶

Nos inventários analisados por Osório, os escravos compunham c. 30% dos bens de produção entre 1810 e 1815 nas propriedades do Rio Grande de São Pedro, caindo para c. 20% em 1825. Entretanto, esse decréscimo não nos deve enganar quanto à importância da propriedade escrava, pois era reflexo muito mais de conjunturas específicas (guerra, aumento

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 8.

¹⁵² Em 1810, a soma das exportações do Rio Grande do Sul girou em torno dos 1.000 contos de réis. Em 1820 esse valor girava em torno de 2.300 contos de réis. Entretanto, faltava moeda circulante na capitania, muito pelas remessas de dinheiro para o Rio de Janeiro, principal parceiro comercial do Rio Grande de São Pedro. O volume de importações do Rio de Janeiro foi de modo geral, maior que as importações entre 1802 e 1821, gerando um déficit com essa praça. Entretanto, ente 1811 e 1821 houve superávit. *Ibidem*, p. 183-223.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 198.

¹⁵⁴ Vinham do porto do Rio de Janeiro cerca de 75% dos escravos do Rio Grande de São Pedro, entre 1792 e 1822. Cf. BERUTE, 2006, p. 67.

¹⁵⁵ Embora nos territórios sob domínio português o peso dos escravos na composição dos patrimônios fosse maior que, por exemplo, o da campanha de Buenos Aires. Ver OSÓRIO, 2007, p. 111-113.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 39-40.

do preço dos escravos e, conseqüentemente, maior concentração da posse de cativos em plantéis maiores) do que de qualquer mudança no modelo produtivo. Segundo Osório, o tamanho médio dos plantéis de escravos era de 5,8 cativos por posse entre 1765 e 1785; no período seguinte, entre 1790 e 1810, subiu para 8,1 e, finalmente, para 9,7 entre os anos de 1815 e 1825. Quanto ao preço, um homem escravo adulto, dos 20 aos 30 anos, valia c. 30% a mais na passagem entre o primeiro e o segundo período e 56% a mais na comparação do terceiro com o segundo.¹⁵⁷

De acordo com Osório, a propriedade de escravos era importante mesmo entre os lavradores mais humildes (aqueles com menos de 100 reses). Dentre estes, a média da posse de escravos era de 3,3 cativos por plantel. Também a participação dos cativos no conjunto do patrimônio era maior do que no monte bruto das maiores fortunas, correspondendo a c. 45% do capital entre 1815 e 1825. Entretanto, se tomados apenas os escravos entre 15 e 40 anos (representando os cativos que de fato compunham um acréscimo de mão-de-obra à unidade produtiva) a média de escravos por plantel caía para 1,2 por proprietário, enquanto os estancieiros teriam 4,8 escravos nas mesmas condições por propriedade. A autora concluiu que a propriedade de escravos era disseminada, mas não necessariamente a mão-de-obra predominante entre as pequenas unidades produtivas.¹⁵⁸ Por isso, Osório julgou prematuro afirmar que o uso de mão-de-obra escrava fosse generalizado nessa faixa de fortuna, uma vez que os inventários retratam sempre os “estratos economicamente superiores da sociedade” (mesmo considerando-se cada faixa em si).¹⁵⁹ Para a autora, o ideal seria uma análise a partir de listas nominativas.¹⁶⁰ Entendemos que nossas reflexões sobre a estrutura de posse de escravos em Porto Alegre podem jogar alguma luz sobre essas questões, ainda que o rol de confessados de 1814 dessa freguesia diga respeito a um meio mais urbano.

Observemos com mais atenção a estrutura de posse de escravos nos fogos de Porto Alegre, através da análise do rol de confessados de 1814. Na tabela 1.6, distribuimos os fogos de acordo com tamanho das propriedades de escravos, em cinco faixas: fogos sem escravos, fogos com 1 a 4 escravos, fogos com 5 a 9, com 10 a 19 e, finalmente, com 20 ou mais cativos, representando respectivamente a ausência de escravos e as propriedades pequenas, médias, grandes e muito grandes.¹⁶¹ Ao todo, eram 689 fogos em Porto Alegre quando do

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 67-71. Nessa análise, a autora excluiu os dados dos inventários exclusivamente urbanos. Quanto à variações de tamanho médio de plantel e preço dos escravos, ver também a nota 39 da p. 71.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 167-179.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 86.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 175.

¹⁶¹ A delimitação das faixas de posse de escravos (faixas de plantel) é um exercício difícil visto que na historiografia encontram-se padrões diferentes, de acordo com variáveis como o maior ou menor acesso ao

levantamento do rol de confessados de 1814. Destes, 241 não possuíam escravos (35%). Os demais fogos incluíam escravos e representavam 65% do total, assim distribuídos: cerca de 46% dos fogos tinham poucos escravos; cerca de 13% eram médias propriedades escravistas; as posses com 10 a 19 escravos, consideradas grandes, representavam cerca de 5% dos fogos; finalmente, apenas 1% dos fogos tinham mais de 20 escravos (posses muito grandes).¹⁶²

Tabela 1.6

Número de fogos de Porto Alegre por faixa de tamanho de plantel de escravos (1814)		
Faixas de tamanho de plantel de escravos	Fogos	%
Sem Escravos	241	35,0
1 a 4	315	45,7
5 a 9	90	13,1
10 a 19	37	5,4
20 ou mais	6	0,9
Total	689	100

Fonte: RCPA de 1814, AHCMPPA.

A maior propriedade listada no rol pertencia a Pedro Pires da Silveira e contava com 35 escravos, dos quais 23 homens e 12 mulheres. Seguiam-se os plantéis do capitão José de Bitencourt Cordeiro, com 27 escravos, sendo 20 homens e 7 mulheres; do doutor dentista Luís Corrêa José, que possuía 16 escravos e 10 escravas; e do Governador e capitão-mor Dom Diogo de Souza, que possuía 22 escravos, todos homens. A lista dos maiores proprietários de escravos porto-alegrenses completava-se com Francisco Batista, que possuía 17 cativos e 4

tráfico de escravos e a atividade econômica de cada local. Schwartz, por exemplo, estipulou faixas diferentes para os senhores de escravos do Recôncavo baiano, fossem eles lavradores ou donos de engenho. Para os primeiros, fazia sentido subdividir a primeira faixa em duas (de 1 a 4 e de 5 a 9 escravos); quanto aos segundos, mesmo os senhores de engenho menos aquinhoados não teriam menos que 5 cativos. Ver SCHWARTZ, 1988, p. 364-5. Percebendo a necessidade de considerar faixas de plantel de escravos menores para um cenário mais urbano, caracterizado por pequenas posses, Luciano Gomes também delimitou a primeira faixa entre 1 e 4 escravos. O mesmo padrão adotamos neste trabalho, viabilizando comparações mais precisas. Ver GOMES, 2012, p.103.

¹⁶² O percentual de fogos escravistas em Porto Alegre se mantém ao redor de 60% entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Para 1792, Luciano Gomes encontrou um contingente menor, de 52%. Entretanto, o fato foi atribuído por Gomes à imigração de indivíduos livres e solteiros para a capital atrás de oportunidades econômicas abertas pelo crescimento de Porto Alegre. Segundo Gomes, a imigração de indivíduos livres e pobres, que viram no crescimento das atividades econômicas de Porto Alegre uma oportunidade de sobrevivência, ajuda a explicar o crescente número de domicílios com apenas 1 morador (em 1779 eram 11 e em 1792 eram 71). Ver GOMES, 2012, p. 98-99. Se assim foi, a dinâmica econômica de Porto Alegre continuou atraindo imigrantes no início do século XIX, pois o rol de confessados de 1814 registra 170 fogos com apenas 1 pessoa, sendo 92 homens e 78 mulheres.

cativas e o coronel José Antônio da Silveira, que possuía 16 escravos e 5 escravas.¹⁶³ Vê-se também que eram todos homens os senhores dos maiores plantéis de escravos de Porto Alegre.

De acordo com os dados apresentados até aqui, vê-se que a posse de escravos em Porto Alegre, no início do século XIX, compreendia não somente uma elite de grandes proprietários de escravos, mas a maior parte dos domicílios, prevalecendo as pequenas propriedades sobre as demais.

Quando comparamos Porto Alegre com a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro entre 1810 e 1835, vemos que a presença de escravos nas propriedades da fronteira era percentualmente maior, atingindo cerca de 90% das mesmas, de acordo com Silmei Petiz.¹⁶⁴ O mesmo se pode dizer com relação a Rio Grande, onde Jovani Scherer encontrou c. 85% das propriedades com escravos, entre 1825 e 1865.¹⁶⁵ Na vila de Cruz Alta, entre 1834 e 1849, 73% das propriedades possuíam escravos, segundo Thiago Araújo, ou seja, também em proporção maior que em Porto Alegre.¹⁶⁶ Ao que parece, abertura da fronteira demandava a presença da mão-de-obra escrava de forma intensa.

Por sua vez, a partir do rol de confessados de 1814, pudemos constatar que a presença escrava em 65% dos domicílios de Porto Alegre era equivalente, por exemplo, aos percentuais de Viamão ou da Paraíba do Sul no final do século XVIII (em Viamão, em 1778, eram 65,3% de fogos com escravos; na freguesia fluminense da Paraíba do Sul, em 1785, eram 65,5%).¹⁶⁷ O percentual de fogos com escravos em Porto Alegre era muito relevante, e inclusive bastante alto se comparado áreas urbanas menos dinâmicas, como São José dos Pinhais, onde Cacilda Machado encontrou apenas 17% dos fogos com escravos em 1827.¹⁶⁸

Passemos a analisar as faixas de tamanho de plantel de escravos. Considerando só as propriedades com cativos, as pequenas posses representavam 70,3% em Porto Alegre, em 1814. Por sua vez, as médias perfaziam 20,1% e as grandes e muito grandes representavam 9,6% em conjunto. Luciano Gomes observou que nas últimas décadas do século XVIII a

¹⁶³ Esses eram os maiores plantéis de escravos registrados no rol de confessados de 1814 e, como se vê, em todos havia expressiva maioria de homens, com exceção do plantel do dentista Luís Corrêa José que apresentava menor desequilíbrio entre os sexos.

¹⁶⁴ PETIZ, 2009, p. 83-87.

¹⁶⁵ SCHERER, 2008, p. 38-39.

¹⁶⁶ ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade**: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 69-71.

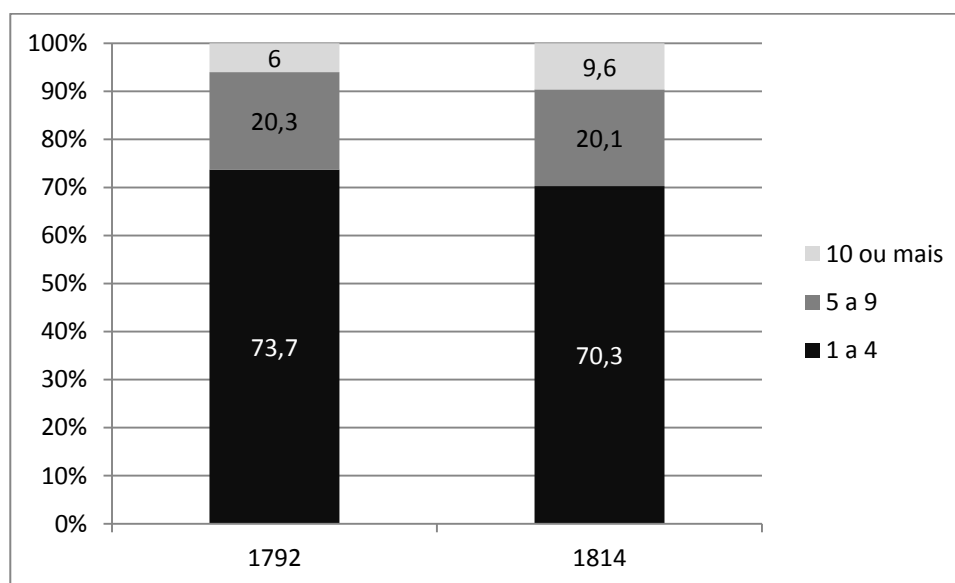
¹⁶⁷ Porém, na Paraíba do Sul o percentual da população escrava não ultrapassava 26% da população total, enquanto em Viamão e em Porto Alegre, como constatamos, era superior a 40%. Ver KÜHN, 2004, p. 55.

¹⁶⁸ MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.26, nº 52, p. 49-77, 2006, 51.

estrutura de posse de escravos em Porto Alegre já apresentava esse perfil. Em 1779, havia 61% dos fogos com escravos, sendo que 65,7% dos domicílios com cativos tinham plantéis de até 4 escravos. Em 1792, prevaleciam as pequenas posses (73,7%), sobre as médias (20,3%) e as grandes, com 10 ou mais escravos, (6%).¹⁶⁹ A principal diferença entre os números de 1792 e 1814 é o substancial aumento da participação de grandes propriedades de escravos no decorrer do tempo, de 6% para quase 10%, em detrimento das pequenas posses que reduzem um pouco sua participação: trata-se de um movimento em direção à concentração da mão-de-obra cativa, embora se mantenha a acentuada presença dos senhores de poucos escravos, acima dos 70% do total. Os dados de 1792 e 1814 são apresentados no gráfico 1.2, a seguir.

Gráfico 1.2

Percentual de fogos com escravos, por tamanho da propriedade de cativos, Porto Alegre, 1792 e 1814



Fontes: GOMES, RCPA de 1792, p. 104; RCPA de 1814 (AHCMPA).

Em comparação com outras áreas, na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro havia um maior percentual das propriedades grandes e muito grandes (acima de 10 cativos) do que em Porto Alegre, totalizando 23% dos fogos, enquanto as posses pequenas (de 1 a 3 escravos) e as médias (de 4 a 9 escravos) representavam 34,7% e 32,4% dos fogos, respectivamente.¹⁷⁰ Em Alegrete especificamente, entre 1831 e 1840, as posses com 11 ou

¹⁶⁹ Ver GOMES, 2012, p. 98-104.

¹⁷⁰ PETIZ, 2009, p 83-84.

mais cativos eram ainda mais representativas, totalizando 32% das propriedades.¹⁷¹ Em Rio Grande, os senhores com mais de 10 cativos eram c. 17% dos proprietários entre 1825 e 1830, isto é, também mais que em Porto Alegre, sendo que as pequenas (1 a 4 escravos) e médias posses (5 a 9) representavam 54,4% e 28,3% dos senhores, respectivamente.¹⁷² Em Cruz Alta, a distribuição dos fogos com escravos era a seguinte: 23,3% dos senhores possuíam mais de 10 escravos (mais uma vez, mais que em Porto Alegre); também 23,3% de médios proprietários; por sua vez, as pequenas posses eram 53,3% do total.¹⁷³ Ressalve-se, entretanto, todas essas pesquisas terem suas análises feitas a partir de inventários *post-mortem*, não com fontes de caráter censitário como são os mapas de população ou os róis de confessados, o que tende a super-dimensionar as grandes posses e sub-dimensionar a participação das pequenas escravarias.

Os percentuais das faixas de tamanho da propriedade escrava em Porto Alegre também diferiam daqueles das regiões que foram ou se mantiveram intensamente atreladas ao mercado externo. Em Minas Gerais, em 1831, o já citado Distrito da Lage apresentava cerca de 60% de pequenas propriedades de escravos (de 1 a 5 cativos), mas também uma ampla parcela de grandes posses (11 ou mais), equivalente a cerca de 34%. Estas detinham 81% dos escravos, frente a 14,2% daquelas. Um panorama de concentração muito mais intenso do que em Porto Alegre, que se refletia também no percentual de fogos com escravos: eram 60,7% dos fogos em 1795 e, em 1831, somavam 51,2%.¹⁷⁴

Entre 1810 e 1825, no Rio de Janeiro, Florentino e Góes encontraram também uma ampla faixa de senhores com grandes posses: 58,7% dos senhores, frente a 16% de pequenas e 25,3% de médias propriedades. Mesmo nesse cenário, a disseminação da posse de escravos rondava os 90% dos fogos, apesar do alto grau de concentração da propriedade escrava. Entretanto, tal concentração tinha seus efeitos: os pequenos proprietários detinham apenas 2% dos cativos, os médios 7,5% e os grandes mais de 90%.¹⁷⁵

Segundo Schwartz, no recôncavo da Bahia, entre 1816 e 1817, a estrutura da propriedade escrava era bem diferente se considerarmos as atividades as quais os senhores se

¹⁷¹ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Os compadres de Estêvão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão na fronteira meridional do Brasil (1821-1845). IN: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho de 2011, p. 6.

¹⁷² SCHERER, 2008, p. 39-44.

¹⁷³ ARAÚJO, 2008, p. 69-71.

¹⁷⁴ TEIXEIRA, 2006, p. 84. A autora trabalhou com as seguintes faixas de tamanho de plantel: 1 a 5; 6 a 10; 11 a 15; 16 a 20; 21 a 25; 26 a 30; acima de 30. Ressalte-se que a autora fez esse levantamento a partir de róis de confessados e listas nominativas.

¹⁷⁵ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 52-53. Os autores examinaram uma amostra de 150 inventários no período. Como dito, tal documentação pode levar ao subdimensionamento dos pequenos plantéis de escravos.

dedicavam. Entre os senhores de engenhos havia apenas 3% de pequenas posses, frente a 97% de grandes proprietários de escravos. Estes detinham 99,4% dos escravos, enquanto os primeiros míseros 0,6%. Já entre os lavradores, 57,1% dos plantéis eram pequenos e 13,8% eram grandes. Nestes estavam 35,3% dos cativos e naqueles 27,7%.¹⁷⁶ Percebe-se que para uma análise mais detalhada, seria ideal conhecer as atividades econômicas dos senhores em cada cenário e de acordo com o tamanho de plantel de escravos. As propriedades escravas dos senhores de engenho baianos, quanto ao tamanho, diferiam em muito das posses dos senhores porto-alegrenses. Porém, se comparadas com as posses dos lavradores da Bahia, havia semelhanças.

Em resumo, Porto Alegre apresentava expressivo percentual de domicílios com escravos e mantinha a característica de dispersão da propriedade escrava em 1814, sendo majoritária a posse de escravos em pequenas propriedades. Entretanto, assistia-se também a uma incipiente concentração da escravaria, fato que poderia ser matizado pela imigração de indivíduos livres que poderiam se tornar senhores de poucos escravos, característica de uma urbe que crescia no início do século XIX. Por sua vez, a comparação com uma gama de cenários diferentes reforça o entendimento de que o viver escravo era plural, dependendo de um conjunto de fatores, como a atividade econômica e o tamanho do plantel. Além disso, os diferentes casos citados apontam para o fato de que a concentração da propriedade escrava, ainda que intensa, não significou a eliminação dos pequenos e médios proprietários nas primeiras décadas do século XIX, embora provavelmente dificultasse a aquisição de cativos por parte destes últimos.

Embora no ano de 1814 a grande maioria dos fogos escravistas em Porto Alegre fosse de pequenos proprietários, esses não detinham a maioria dos escravos. As pequenas propriedades possuíam 34,5% dos cativos e as médias controlavam 31,6%. Parcela significativa dos escravos estava concentrada nos plantéis grandes (25,7%) sendo que já havia se estabelecido um grupo de proprietários com plantéis de escravos muito grandes, acima de 20 cativos, que detinham 8,2% dos escravos, o que revelava o peso das propriedades maiores na estrutura de posse de escravos de Porto Alegre quando comparada com a estrutura de posse no final do século XVIII. Juntos, os plantéis com mais de 10 escravos detinham 33,9% dos cativos. Os dados estão na tabela 1.7, a seguir.

¹⁷⁶ SCHWARTZ, 1988, p. 357-367.

Tabela 1.7

Distribuição da posse de escravos em Porto Alegre, 1814				
Faixas de tamanho de plantel de escravos	Proprietários		Escravos	
	#	%	#	%
1 a 4	315	70,3	637	34,5
5 a 9	90	20,1	583	31,6
10 a 19	37	8,3	474	25,7
20 a 49	6	1,3	152	8,2
Total	448	100	1850	100

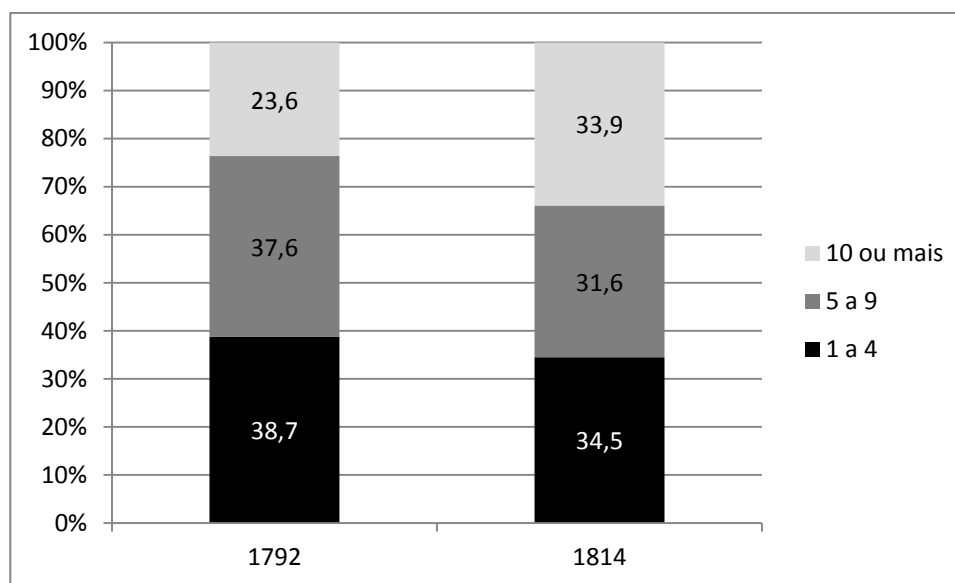
Sem escravos: 241 fogos.

Fonte: RCPA 1814, AHCMPA.

O gráfico 1.3 apresenta o comparativo percentual da propriedade de escravos em Porto Alegre, nos anos de 1792 e 1814 e permite visualizar, com clareza, que a ampliação do contingente de cativos nas grandes propriedades se deu em detrimento das posses médias e pequenas. Os fogos com mais de 10 escravos aumentaram em 10 pontos percentuais a sua participação ao longo do tempo. Recorde-se que, nesse processo, surgiu uma camada de proprietários com plantéis de escravos muito grandes, que embora representassem apenas pouco mais de 1% dos fogos com escravos, detinham mais de 8% dos cativos.

Gráfico 1.3

Distribuição da população escrava, por tamanho da propriedade de cativos, Porto Alegre, 1792 e 1814



Fontes: RCPA de 1792, em GOMES, 2012, p. 105; RCPA de 1814, AHCMPA.

Por sua vez, na fronteira oeste da capitania, entre 1810 e 1835, as pequenas propriedades detinham um percentual de apenas 9,2% dos cativos, enquanto as médias e grandes tinham 27,5% e 63%, respectivamente.¹⁷⁷ Em Rio Grande, entre 1825 e 1830, os senhores com pequenas posses tinham 21,4% dos cativos, seguidos dos senhores de porte médio e grande, com 30,1% e 48% dos escravos, respectivamente.¹⁷⁸ Em Cruz Alta, entre 1834 e 1849, pequenos, médios e grandes proprietários, nesta ordem, tinham 13,8%, 21,7% e 64,5% dos cativos.¹⁷⁹

Vê-se que Porto Alegre apresentava uma distribuição da propriedade escrava menos concentrada que outras freguesias do Rio Grande de São Pedro. Provavelmente, como já mencionado, isso era decorrência da forte urbanização que ocorria na capital sul-riograndense desde o final do século XVIII.

Outro recorte possível para o exame da estrutura de posse de escravos é a separação dos quartis representativos de maiores e menores propriedades de cativos, isto é, a comparação entre os 25% maiores e 25% menores proprietários, o que permite avaliar a distância entre os mais e menos prósperos senhores de escravos.¹⁸⁰ Mais uma vez, utilizamos dos dados de Luciano Gomes sobre o final do século XVIII para estabelecermos um comparativo que permita uma leitura no tempo, conforme tabela 1.8.

Tabela 1.8

Quartis dos 25% maiores e 25% menores proprietários de escravos (Porto Alegre – 1779 a 1814)				
Proprietários	Posse de escravos (%)			
	1779	1782	1792	1814
25% menores	6,1	6,2	6,8	6,1
25% maiores	55,7	55,2	59,4	59,8

Fontes: GOMES, RCPA de 1779, 1782 e 1792, p. 106; RCPA de 1814 (AHCMPA).

Ao analisar os quartis dos maiores e menores proprietários de escravos de Porto Alegre no fim do século XVIII, Luciano Gomes constatou dois fenômenos: a ampliação das pequenas propriedades e o aumento da concentração da posse de escravos entre 1779 e 1792. O autor concluiu que os números retratavam a intensificação do processo de urbanização de

¹⁷⁷ PETIZ, 2009, p. 84.

¹⁷⁸ SCHERER, 2008, p. 41.

¹⁷⁹ ARAÚJO, 2008, p. 70.

¹⁸⁰ Os quartis representam a quarta parte dos dados, de forma que o primeiro e o último quartil indicam os perfis dos quartos extremos da população estudada. Ver BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 8ª Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, p. 102-103.

Porto Alegre: as pequenas propriedades de escravos eram uma marca dos núcleos urbanos, retratando o sucesso econômico de indivíduos ligados a atividades comerciais e militares. Gomes concluiu também que o crescimento das maiores propriedades não se dava em detrimento das menores posses, mas sim da camada intermediária.¹⁸¹ Em 1814, o ¼ dos senhores de escravos que correspondia às menores propriedades detinha 6,1% dos cativos. Por sua vez, o ¼ correspondente aos maiores proprietários possuía 59,8% dos escravos. A intensificação da concentração da propriedade escrava em Porto Alegre, no início do século XIX, acompanhada da existência de uma expressiva camada de pequenos proprietários vai ao encontro da interpretação de Gomes de que a disseminação de pequenas propriedades era sinal do processo precoce de urbanização de Porto Alegre. Entre os 25% maiores proprietários, 18 têm especificadas atividades relacionadas ao ambiente urbano, sendo que 1 é governador, 2 têm patentes militares, 4 são reverendos e outros 4 são doutores (entre estes, 1 “doutor dentista” e 2 “cirurgiões”).¹⁸²

Entretanto, a análise dos quartis referentes à posse de escravos em 1814 (tabela 1.8) corrobora o que já foi observado a partir dos percentuais da distribuição da posse de escravos do mesmo ano (gráfico 1.3): além das posses médias, a tendência à concentração da posse de escravos já impactava os pequenos proprietários, que tiveram tanto seu percentual reduzido frente ao conjunto dos senhores de escravos porto-alegrenses, quanto viram também reduzida sua fatia da escravaria. Além disso, o aquecimento do mercado de cativos no início do século XIX deve ter implicado também no aumento dos preços dos escravos, o que pressionava os pequenos e os médios proprietários e, conseqüentemente, favorecia os senhores de grandes plantéis.

Comparando-se os índices relativos à posse de escravos encontrados a partir do rol de confessados de 1814 com aqueles encontrados por Gomes no final do século XVIII, construímos a tabela 1.9.

¹⁸¹ GOMES, 2012, p. 104-107.

¹⁸² Se o recorte englobasse apenas os plantéis muito grandes de Porto Alegre, em 1814, tinha-se que entre os 6 maiores plantéis de escravos 4 teriam senhores com funções que podem ser vinculadas ao meio urbano: o governador, um dentista e dois militares (um coronel e um capitão).

Tabela 1.9

Índices demográficos da posse de escravos (Porto Alegre, 1779 a 1814)				
	1779	1782	1792	1814
Média	4,2	4	3,7	4,1
Mediana	3	3	2	2
Moda	1	1	1	1
Desvio padrão	3,7	3,8	3,7	4,3

Fontes: GOMES, RCPA de 1779, 1782 e 1792, p. 101; RCPA de 1814, AHCMPA.

Vê-se que a média¹⁸³ de escravos oscila pouco, entre 4,2 e 3,7. Ainda assim a média de 1814 indicou uma reversão de uma tendência decrescente ao longo do tempo.

A moda (número mais freqüente) manteve-se em 1 escravo por posse, reafirmando a alta dissipação da propriedade escrava. A mediana¹⁸⁴, por sua vez, caiu no tempo de 3 para 2, indicando tendência à concentração da posse de cativos numa fase de aceleração do tráfico de escravos, tal como confirma o valor alto do desvio padrão.¹⁸⁵

Os índices demográficos da posse de escravos em Porto Alegre em 1814 reafirmam a dispersão da propriedade escrava, configurando um cenário condizente com um ambiente urbanizado, onde prevalecem as pequenas propriedades, apesar da paralela tendência à concentração da posse de escravos no tempo, como já debatemos.

Embora a média não seja, muitas vezes, a medida ideal para a avaliação do padrão de posse de escravos, esse dado tem sido usado em diversos trabalhos, permitindo comparações. A posse média de escravos em Porto Alegre, em 1814, era de 4,1 cativos por fogo, pouco maior que os 3,7 referentes à cidade do Rio de Janeiro em 1821¹⁸⁶, mas menor do que outras localidades, incluindo Sorocaba em 1810, onde o percentual de população escrava era de apenas 20,2%, mas a média de cativos por posse era de 5,4.¹⁸⁷

Médias maiores eram também encontradas nas propriedades do recôncavo baiano, entre 1816 e 1817, segundo estudo de Stuart Schwartz. Contudo, as médias da posse de escravos estavam relacionadas ao uso da terra. Nas propriedades dedicadas à agricultura de subsistência ou voltadas ao mercado local, como era o caso dos produtores de mandioca, prevaleciam os plantéis pequenos. Era o caso das paróquias de Jaguaripe e Maragogipe, nas

¹⁸³ A média aritmética é o valor que indica o “centro de um conjunto de valores”, BARBETTA, 2012, 91-93.

¹⁸⁴ A mediana representa o centro de um conjunto de valores, dividindo-os ao meio. Essa é uma alternativa quando se precisa representar a posição central de um conjunto de valores assimétricos. Cf. *Ibidem*, p. 100-102.

¹⁸⁵ O desvio padrão é uma medida de dispersão, equivalente à raiz quadrada positiva da variância que, por sua vez, é a média dos desvios quadráticos de um conjunto de valores. Quanto maior o desvio padrão, maior é a dispersão dos valores analisados, isto é, mais heterogêneos eles são. *Ibidem*, p. 93-95.

¹⁸⁶ KARASCH, 2000, 109-111.

¹⁸⁷ KÜHN, 2004, p. 55.

quais a média de posse de escravos era de 4,5 e 4,8, respectivamente. Já nas paróquias açucareiras, como Santo Amaro e São Francisco, a média variava entre 5,2 e 19,5. De modo geral, os lavradores de cana possuíam plantéis com média de 10,5 cativos e os senhores de engenhos tinham a impressionante média de escravos de 65,5 cativos.¹⁸⁸

Em Campinas, outra região ligada a mercadorias de exportação, como o açúcar e o café, encontrou-se a média de 14,9 cativos por posse em 1829¹⁸⁹; o já citado Distrito da Lage, na Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, também apresentou médias dos tamanhos de plantel escravo maiores: de 10,6 e 11,5 em 1831 e 1838, respectivamente.¹⁹⁰

O exame comparativo das médias de posse de escravos indica, mais uma vez, que a dispersão da posse de escravos em Porto Alegre pode estar vinculada à urbanização. Entretanto, também não devemos esquecer que se formava uma elite de grandes proprietários de escravos entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Esse fenômeno aparentemente contraditório deve ser entendido a partir das relações sociais características do período.

Fábio Kühn observou que a hierarquia social baseada na propriedade escrava permitia entender que na freguesia de Viamão, no século XVIII, havia uma “sociedade típica do Antigo Regime português nos trópicos.”¹⁹¹ Também compreendemos que Porto Alegre apresentava, no início do século XIX, uma sociedade nesses moldes, com forte presença de escravos no conjunto da população, dispersão da propriedade escravista por todo o seio social e clara hierarquização social, segundo a qual o topo da pirâmide era ocupado por uma elite estrita de grandes senhores de escravos e a base era composta por uma expressiva população pobre não proprietária de cativos, seguida por uma camada também larga de pequenos proprietários. A elite de grandes proprietários de escravos seria marca principal da hierarquização social característica de sociedades escravistas do Antigo Regime colonial, fazendo com que a dispersão da posse de cativos, ainda que ampla, não pudesse ser confundida com uma equalização da condição social de todos os proprietários de escravos.

¹⁸⁸ SCHWARTZ, 1988, p. 357-367. Como fizemos em relação ao rol de confessados, o autor utilizou uma espécie de censo (as listas nominativas) para o exame da estrutura de propriedade de escravos, tendo considerado cada plantel como unidade de propriedade de escravos. (ver nota 7, p. 445).

¹⁸⁹ SLENES, 2011, p. 78-82 e Apêndice A.

¹⁹⁰ TEIXEIRA, 2006, p. 84.

¹⁹¹ KÜHN, 2004, p. 47.

1.4. Configuração dos fogos de Porto Alegre em 1814

O exame da configuração dos fogos com e sem escravos colabora para a compreensão das diferentes formas de organização social dos habitantes de Porto Alegre e de suas famílias, possibilitando vislumbrar algo dos cenários nos quais as famílias escravas encontravam ou não viabilidade.

Examinamos os fogos de Porto Alegre, de acordo com os dados do rol de confessados de 1814, considerando o sexo e a situação matrimonial dos chefes de cada unidade de censo; a existência ou não de parentesco entre os conviventes; os índices demográficos de ocupação dos fogos (média, moda e mediana); e a presença de agregados e de cativos de acordo com o sexo do chefe do fogo e os tamanhos das posses de escravos, quando existentes.

O rol de confessados de Porto Alegre de 1814 apresenta número de 3.850 habitantes distribuídos em 689 fogos, o que representava uma média de cerca de 6 pessoas por fogo. Em 1782, eram 1625 moradores e 247 domicílios, sendo 6,6 habitantes por fogo.¹⁹² Por sua vez, a vizinha freguesia de Viamão apresentava 1.970 moradores em 354 fogos de acordo com dados de 1811, o que indicava uma média de cerca de 6 habitantes por fogo.¹⁹³

A título de comparação, em 1792, a razão de masculinidade entre os membros do núcleo principal era de 105 e entre os agregados era de 119.¹⁹⁴ Em 1814, a proporção entre homens e mulheres tornou-se negativa em ambos os grupos: 74 homens para cada 100 mulheres no núcleo principal e 83 para cada 100 entre os agregados. Tem-se uma mudança no perfil do núcleo principal e da agregação entre o final do século XVIII e o início do século XIX, o que pode ter resultado em mudanças nos papéis das mulheres nos fogos e também nas atividades desempenhadas pelos agregados(as) e/ou na expectativa dos chefes de fogos quanto a essa mão-de-obra.

1.4.1. Fogos sem escravos

De início, nos deteremos sobre os fogos sem escravos: os 241 domicílios sem escravos identificados no rol de confessados de 1814. A tabela 1.10 apresenta os chefes de fogos sem escravos, divididos por sexo e situação matrimonial. Os homens representavam mais de 2/3 dos chefes de fogos sem escravos e pouco mais da metade deles eram casados. Entre as

¹⁹² GOMES, 2012, p. 76-77.

¹⁹³ KÜHN, 2004, p. 49.

¹⁹⁴ GOMES, 2012, p. 41-43.

mulheres, todas aquelas que eram chefes de fogos não eram casadas (provavelmente viúvas ou mesmo solteiras), representando 32% das cabeças de fogo sem escravos.

Tabela 1.10

Chefes de domicílios sem escravos, por sexo e situação matrimonial Porto Alegre, 1814						
	Casados		Não-Casados		Total	
	#	%	#	%	#	%*
Homens	89	54,3	75	45,7	164	68,0
Mulheres			77		77	32,0
Total	89	36,9	152		241	100,0

Fonte: RCPA, 1814 (AHCMPA). Percentuais na coluna estão indicados com (*).

A ausência de mulheres casadas chefiando fogos era representativa da posição das mulheres na sociedade: oficialmente tuteladas pelo marido, quando casadas, ou pelo pai, quando solteiras. Ao menos é essa a conclusão que se pode chegar ao examinar reiteradamente a lista de fogos no rol de confessados de Porto Alegre de 1814. O documento foi construído listando as pessoas de forma a representar a hierarquia social vigente, ou talvez ideologicamente pretendida: homens casados seguidos de suas mulheres, seus filhos, agregados e, finalmente, escravos do fogo.

Entretanto, a estrutura oficial não deve nos iludir quanto à participação feminina na vida familiar e social. Aquelas mulheres que chefiavam fogos sem escravos representavam, como já dito, quase 1/3 dos mesmos. No caso dos fogos com escravos, como veremos, elas chefiavam ao menos 1/4 dessas unidades.

De qualquer modo, mesmo quando se tratava das unidades mais pobres listadas no rol, a regra foi respeitar a hierarquia social que identificava no homem o chefe do fogo, colocado como cabeça da unidade, ainda que a vida cotidiana apresentasse arranjos familiares mais complexos que os modelos de família patriarcal, nuclear ou estendida.¹⁹⁵

Podemos perceber algo da complexidade dos arranjos familiares dos fogos sem escravos analisando os dados da tabela 1.11. Essa tabela mostra uma maioria de homens casados como chefes desses fogos (89 casos), a maior parte deles vivendo em unidades nucleares, apenas com as esposas (54 casos) ou com suas esposas e filhos (28 casos).

¹⁹⁵ Em 1782, os homens eram 71,7% dos chefes de fogos – tanto sem quanto com escravos - dentro dos muros da vila, enquanto fora da área urbana chegavam a 91%. Segundo Gomes, os dados demonstram, já naquele período, que o “meio urbano possibilitava (ou obrigava) o exercício de relativa autonomia feminina.” Reflexo disso era a situação matrimonial dos chefes de fogos. Em 1782 64,4% dos chefes de fogos dentro da vila eram casados, enquanto os chefes de fogos extramuros alcançavam 93,6% de casados. Cf. GOMES, 2012, p. 84-89.

Tabela 1.11

Configuração dos fogos sem escravos, segundo a situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814							
	Só	Com sua esposa	Com esposa e filhos	Só com seus filhos	Com pessoas sem parentesco indicado	Só com agregados	Total
Homens casados		54	28			6	89
Homens não casados	55			1	11	7	75
Mulheres	36			22	12	5	77

Fonte: RCPA de 1814, AHCMAPA.

Entre os homens não casados (que julgamos serem solteiros, viúvos ou que mantinham união consensual), a maioria vivia só. Apenas 1 deles vivia com seus filhos, sendo mais provavelmente viúvo. Outros 11 homens moravam com outras pessoas livres, sendo que em 7 desses casos coabitavam com outros homens e, em 4 casos, com mulheres sem parentesco identificado, podendo indicar uniões consensuais. Outros 7 homens moravam com agregados.

Finalmente, entre as mulheres que chefiavam fogos sem escravos, 36 delas moravam sozinhas, 22 com seus filhos, 12 com pessoas sem parentesco identificado e 5 com agregados. Fica claro que, excetuando-se os casos dos fogos encabeçados por homens casados, eram aqueles chefiados por mulheres que apresentavam com mais frequência a presença de filhos, provavelmente porque a maioria dessas mulheres fosse composta por viúvas ou mães solteiras, indicativo de arranjos familiares matrifocais e, em alguns casos, de possíveis uniões consensuais.¹⁹⁶

O rol de confessados de 1814 não apresenta a idade dos fregueses, nem dos chefes de fogos. Entretanto, é provável que, de modo geral, os homens casados fossem mais velhos do que os homens não-casados, muito dos quais fossem provavelmente solteiros, senão a maioria. Pode-se supor também que muitas mulheres chefes de fogos fossem viúvas ou mães

¹⁹⁶ O exposto já serviria para demonstrar que a diversidade das configurações dos fogos sem escravos. Entretanto, fora os casos já apontados na tabela 1.11, há outros arranjos que deixam clara a multiplicidade de arranjos familiares que existiam. Entre os fogos chefiados pelos 89 homens casados apontados na tabela 1.11, além dos 6 tipos de agrupamentos especificados, havia um caso de um casal coabitando com uma mulher livre cuja condição não foi identificada. Também, entre os 28 casais que conviviam com os filhos, havia 4 casos que também coabitavam com agregados. Por sua vez, entre os 75 homens não casados, havia o caso de um homem e seu casal de filhos convivendo com uma mulher agregada. Finalmente, entre as mulheres que chefiavam fogos, entre os casos de convívio com pessoas sem identificação de relação parental, havia 10 com outras mulheres e 2 casos com homens, podendo também indicar união consensual e, nesse caso, a rara constatação de que a mulher chefiava o fogo. Dos 5 casos de mulheres chefes de domicílio coabitando apenas com agregados, 1 desses casos era com 1 homem e havia 2 casos de coabitação entre mãe, filha e uma agregada.

solteiras. Corrobora essas hipóteses a presença de filhos nos fogos dos homens casados e das mulheres, o que praticamente não ocorria nos domicílios cujo cabeça era um homem não-casado.

Finalmente, é possível identificar a média, a moda e a mediana das pessoas que coabitavam os fogos sem escravos, incluindo o núcleo principal e os agregados. Esses índices demográficos estão apresentados na tabela 1.12, a seguir.

Tabela 1.12

Índices demográficos dos fogos sem escravos, segundo a situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814			
	Média de pessoas por fogo	Moda	Mediana
Homens casados	3 pessoas (total de 271 pessoas)	2	2
Homens não casados	1,4 pessoas (total de 106 pessoas)	1	1
Mulheres	2,1 pessoas (total de 162 pessoas)	1	2

Fonte: RCPA de 1814, AHCOMPA.

Como se poderia esperar, aqueles fogos que tinham maior média de moradores eram os chefiados por homens casados. Esses apresentavam moda e mediana de 2 pessoas, revelando que a regra dessas unidades era a coabitação de poucos indivíduos, geralmente apenas o casal.

No caso dos fogos chefiados por homens não casados, encontramos média de ocupação de 1,4 pessoa por unidade e moda e mediana igual a 1. Os fogos chefiados por mulheres não casadas tendiam a ter mais pessoas coabitando-os, com média superior a 2 pessoas por unidade, moda igual a 1 e mediana igual a 2. A conclusão é de que era mais fácil encontrar mulheres não casadas convivendo com outras pessoas, fossem filhos, parentes, agregados ou outros indivíduos, do que homens não casados partilhando um fogo com outras pessoas.

Ao contrário de representar maior independência econômica, os índices demográficos dos fogos chefiados por homens não casados eram indicativos de certo isolamento e de maior dificuldade para garantir a sobrevivência. Provavelmente, esses indivíduos viviam em não rara penúria.

Se recordarmos que o número de pessoas de um fogo era também indicativo das possibilidades econômicas daquela unidade, já que maior número de pessoas representava mais mão-de-obra disponível, a constatação de que unidades pobres, sem escravos, eram compostas por poucas pessoas acentua a limitação econômica reinante nesses fogos.

Sendo assim, se pensamos numa escala que fosse da maior a menor possibilidade de “driblar” a pobreza na sociedade daquela Porto Alegre das primeiras décadas do século XIX, considerando os fogos sem escravos, teríamos as unidades chefiadas por homens casados no topo da lista, seguidas por aquelas chefiadas por mulheres e, por último, aqueles fogos encabeçados por homens não-casados. Essa escala, entretanto, constitui apenas uma hipótese visto que aguarda averiguação a partir do cruzamento dos dados do rol de confessados de 1814 com os dados de outras fontes.

Um olhar mais detalhado sobre os agregados que compunham os fogos sem escravos revela algo sobre a presença feminina na Porto Alegre do início do século XIX. A tabela 1.13 apresenta sua distribuição de acordo com o sexo e situação matrimonial do chefe do fogo. Nas unidades chefiadas por homens estava a grande maioria dos agregados, mais de 70% do total de 39 indivíduos. Os fogos chefiados por mulheres apresentavam cerca de 28% dos agregados. A presença de agregados em cada arranjo era proporcional ao percentual dos fogos chefiados por homens ou por mulheres, conforme dados da tabela 1.10 acima.

Tabela 1.13

Distribuição dos agregados nos fogos sem escravos, segundo a situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814				
	Agregados	Agregadas	Total	
	#	#	#	%
Homens casados	4	10	14	35,9
Homens não casados	7	7	14	35,9
Mulheres	5	6	11	28,2
Total	16	23	39	100

Fonte: RCPA de 1814, AHCMPA.

Entretanto, convém jogar alguma luz sobre a expressiva presença de mulheres agregadas, igual ou superior ao número de homens nos 3 arranjos identificados. É possível que algumas dessas mulheres agregadas mantivessem uniões consensuais com os homens chefes de fogos, casados ou não, ou que fossem viúvas ou parentes que não podiam, por diferentes fatores, manterem-se sozinhas.

De todo modo, agregados e agregadas poderiam se somar à mão-de-obra do fogo em que coabitavam ou, na hipótese inversa, fazer aumentar a razão de dependência do domicílio já pobre em que residiam.

1.4.2. Fogos com escravos

Passemos à análise dos fogos com escravos, a partir dos dados da tabela 1.14. A presença de homens como chefes desses fogos era ainda mais acentuada do que nos fogos sem escravos, sendo $\frac{3}{4}$ dos domicílios encabeçados por homens e, dentre esses, também $\frac{3}{4}$ por homens casados. Ao todo, os homens casados controlavam 55,6% dos fogos com escravos.¹⁹⁷ Às mulheres, cabia a chefia de $\frac{1}{4}$ das unidades com escravos, demonstrando que os domicílios com escravos representavam mais ainda a estrutura social centrada na chefia masculina das unidades familiares, se comparada com a configuração dos fogos sem escravos (tabela 1.10 acima). Isso se acentua quando recordamos que boa parte das mulheres não casadas que chefiavam fogos com escravos deveriam ser viúvas que herdaram o plantel de cativos composto conjuntamente com seus falecidos maridos.

Tabela 1.14

Chefes de fogos com escravos, por sexo e situação matrimonial Porto Alegre, 1814						
	Casados		Não-casados		Total	
	#	%	#	%	#	%*
Homens	249	74,6	85	25,4	334	74,6
Mulheres			114		114	25,4
Total	249	55,6	199		448	100,0

Fonte: RCPA de 1814, AHCMPA. Percentuais na coluna estão indicados com (*).

A regra, repetimos, era a tutela feminina por algum homem, preferencialmente o marido. A hierarquia social dessa sociedade de Antigo Regime, encabeçada pela figura do senhor de escravos, em tese, deixava espaço para maior protagonismo da mulher apenas quando da ausência do marido, principalmente quando da morte deste. Entretanto, na prática, a presença recorrente de mulheres como chefes de fogos reiterava que cabia a elas um papel sócio-econômico maior do que o esperado.

O exame dos arranjos familiares nos fogos com escravos corrobora a afirmação acima, conforme tabela 1.15 a seguir.

¹⁹⁷ Porém, sua participação diminuiu ao longo do tempo, já que em 1782 era de 74% e em 1792 era de 66%. Cf. GOMES, 2012, p. 109.

Tabela 1.15

Configuração dos fogos com escravos, segundo a situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814							
	Só	Só com sua esposa	Com esposa e filhos	Só com seus filhos	Com pessoas sem parentesco indicado	Só com agregados	Total
Homens casados		80	124		5	40	249
Homens não casados	37			7	7	29	85
Mulheres	42			37	2	21	114

Fonte: RCPA de 1814 (AHCMPA).

A frequência de homens como chefes de fogos era dominante, principalmente de homens casados com seus filhos, seguidos daqueles que coabitavam apenas com suas respectivas esposas. Destacava-se também o número de agregados vinculados a casais que possuíam escravos, superior aos demais arranjos. Considerando que os agregados poderiam representar um acréscimo de mão-de-obra, esses fogos gozavam de uma condição privilegiada com relação à mobilização de força de trabalho.

Os homens não casados chefiavam algo próximo de 20% dos fogos com escravos. A maioria vivia só com seus cativos, mas cerca de metade dos 85 homens não casados conviviam principalmente com agregados. Mais uma vez, a possibilidade de que esses agregados colaborassem produtivamente ajuda a explicar sua considerável presença nesses fogos. Por sua vez, poucos homens não casados coabitavam apenas com seus filhos. Assumindo-se que esses homens eram viúvos, pode-se concluir que eram raros os arranjos familiares que incluíssem filhos sem a presença de uma figura feminina.

As mulheres chefiavam cerca de 1/4 dos fogos com escravos, proporcionalmente menos do que as mulheres que chefiavam fogos sem escravos. Viviam principalmente sós ou com seus filhos e agregados. Provavelmente, muitas delas eram viúvas de falecidos senhores escravistas e, como se pode constatar, nesses casos era muito comum a coabitação apenas com seus filhos.¹⁹⁸

¹⁹⁸ O exame dos fogos com escravos revelou uma diversidade maior de arranjos do que os 6 tipos estipulados na tabela 1.15. Entre os homens casados, havia 5 casos de homens coabitando com mulheres sem vínculo de parentesco especificado. Nos fogos de homens não casados, eram 7 os casos nos quais havia presença de outros homens e mulheres sem parentesco especificado; havia também outros 4 casos de homens sós com seus filhos e agregados (sempre mulheres agregadas, podendo indicar relação consensual); finalmente, havia ainda 1 caso do que parecia ser uma verdadeira família consensual: um homem não casado e uma mulher livre, sem parentesco específico, coabitavam com 2 outras mulheres agregadas. Nos fogos com escravos chefiados por mulheres, havia

Como também se poderia esperar, em geral, havia mais pessoas compondo os fogos com escravos do que naqueles sem escravos. Nas unidades encabeçadas por homens casados, a média era de quase 4 pessoas coabitando, sendo 2 a moda e 3 a mediana. Entre os fogos chefiados por homens não casados, tinha-se uma média pouco maior que 2 pessoas, 1 de moda e 2 de mediana. Finalmente, entre as mulheres que comandavam fogos com escravos, a média era de 2,5 pessoas por fogo, sendo a moda 1 e a mediana 2.

Tabela 1.16

Índices demográficos dos fogos com escravos, segundo a situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814			
	Média de pessoas por fogo*	Moda*	Mediana*
Homens casados	3,8 pessoas (total de 937 pessoas)	2	3
Homens não casados	2,2 pessoas (total de 189 pessoas)	1	2
Mulheres	2,5 pessoas (total de 289 pessoas)	1	2

Fonte: RCPA de 1814 (AHCMPA). *Excluem-se os escravos.

Em Porto Alegre, em 1814, a moda de valor 1 nos dois últimos casos analisados indica o quanto era comum se encontrar fogos com a seguinte configuração: um homem ou um mulher, chefe de um fogo, vivendo do trabalho de seu escravo e, talvez, coabitando sozinho com este.

Como já afirmamos, o rol de confessados de 1814 não apresenta a idade dos fregueses. Caso o fizesse, poderíamos relacionar a idade dos senhores de escravos com a estrutura de posse e, a partir do cruzamento desses dados, identificar quais eram os plantéis recém-formados e quais eram os mais maduros, sendo aqueles provavelmente menores do que estes últimos.

Entretanto, podemos intuir que os plantéis dos homens casados e das mulheres (muitas provavelmente viúvas) foram formados a mais tempo do que aqueles dos homens não-casados (muitos dos quais provavelmente jovens solteiros, senão a maioria). Isso explicaria porque, nos fogos com escravos, havia 5 vezes mais mulheres coabitando com seus filhos do que homens não-casados vivendo com os seus (37 a 7), conforme tabela 1.15. Explicaria também a menor ocupação dos fogos chefiados por homens não-casados com relação aos chefiados por homens casados ou por mulheres, conforme tabela 1.16.

Finalmente, se essa hipótese estiver correta, provavelmente encontrar-se-iam mais escravos, e mesmo mais agregados, nos fogos de homens casados e nos de mulheres – porque

ainda 10 casos de coabitação com filhos e agregados e 2 casos de mulheres vivendo com outras mulheres livres e agregados.

mais maduros – do que nos fogos chefiados por homens não-casados. Examinemos os dados a seguir, sobre a distribuição dos escravos e dos agregados nos fogos com cativos, levando em consideração a hipótese aventada.

Através do rol de confessados de Porto Alegre de 1814, foi possível identificar o sexo de 1.821 cativos, distribuídos em fogos chefiados por homens casados, homens não-casados e mulheres. A tabela 1.17 mostra esses dados e revela que a grande maioria dos cativos estava alocada em fogos chefiados por homens (80,3%) e, dentre esses, uma maioria ampla de cativos habitava fogos de homens casados (64%). Restava quase 1/5 dos cativos residindo em unidades chefiadas por mulheres e menos de 1/6 em fogos chefiados por homens não-casados.

Tabela 1.17

Distribuição dos escravos nos fogos, segundo sexo dos escravos e situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814					
	Escravos	Escravas	Total		Razão de masculinidade dos escravos¹⁹⁹
	#	#	#	%	
Homens casados	703	463	1166	64	152
Homens não casados	211	86	297	16,3	245
Total para os Homens	914	549	1463	80,3	166
Mulheres	167	191	358	19,7	87
Total	1081	740	1821	100,0	146

Fonte: RCPA de 1814 (AHCMPA).

Nas unidades comandadas por homens, o número de escravos do sexo masculino representava a grande maioria. Entretanto, nas unidades chefiadas por mulheres, a maioria cativa era de mulheres. Observando a razão de masculinidade dos escravos, fica mais clara a disposição dos plantéis de acordo com a configuração familiar de cada fogo. Os fogos chefiados por homens casados concentravam a maioria da escravaria, tanto de homens quanto de mulheres, com razão de masculinidade de 152 homens para cada 100 mulheres. Nos fogos comandados por homens não-casados, a razão de masculinidade era bem maior: 245 escravos para cada 100 escravas. Esse dado vai ao encontro da hipótese de que estes fogos correspondiam aos plantéis de escravos menos maduros, ou seja, constituídos há pouco tempo. Naqueles fogos constituídos há mais tempo, uma razão de masculinidade mais equilibrada poderia dar-se não só através da escolha do senhor na aquisição dos cativos, mas

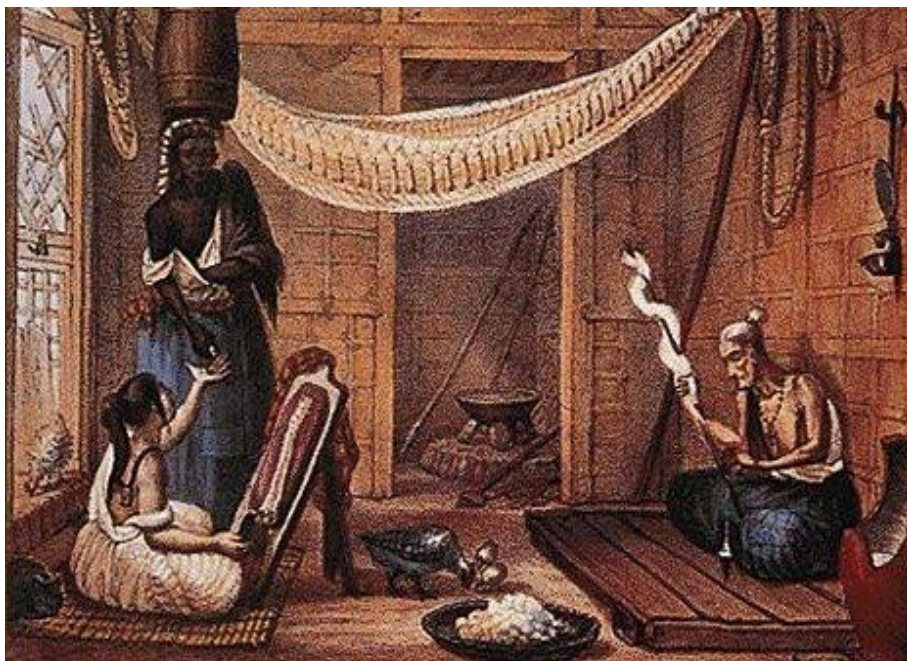
¹⁹⁹ A razão de masculinidade calcula-se através da seguinte fórmula: $n^\circ \text{ de homens} / n^\circ \text{ de mulheres} \times 100$. Ver SCHWARTZ, 1988, p. 287.

como consequência das relações sociais entre os escravos costuradas ao longo do tempo, o que permitiria certo grau de reprodução endógena e, portanto, um equilíbrio maior entre os sexos.

Finalmente, as mulheres que chefiavam fogos tinham mais escravas que escravos, apresentando razão de masculinidade negativa: 87 homens para cada 100 mulheres, no conjunto. É provável que a maioria das mulheres que chefiavam fogos com escravos habitassem em meio urbano, utilizando-se de uma ou mais escravas de ganho.

A gravura de Debret, *Família pobre em sua casa*²⁰⁰, retrata bem essa situação. Não é de se duvidar que a imagem fosse também representativa da condição social de muitas mulheres pequenas proprietárias de escravos em Porto Alegre no início do século XIX.

Figura 3 - Família pobre em sua casa, de Jean-Baptiste Debret



Debret retratou uma escrava carregadeira que repassa a fêria de um dia de trabalho à filha de uma mulher velha e pobre, possivelmente viúva. Assim como não passou despercebido aos olhos do artista francês, é provável que as agruras vividas por mulheres pobres fossem bastante comuns no período colonial, inclusive em Porto Alegre. Essas mulheres dividiriam sua pobreza com uma escrava, ainda que mantivessem sua autoridade de senhoras. No rol de confessados de 1814, encontramos 36 casos de mulheres que chefiavam fogos e tinham apenas 1 escravo. Isto equivale a 31,6% dos fogos com escravos chefiados por

²⁰⁰ Disponível em <http://museucasaalcantara.blogspot.com.br/2011/01/interiores-no-brasil-colonial.html>, acesso em 5/9/13, às 00h e 40min.

mulheres em Porto Alegre. Em apenas 7 casos tratava-se de um escravo homem. Em todos os outros 29, tratava-se de uma mulher escrava (ver Apêndice 1.B).

Além da distribuição dos escravos, também a distribuição dos agregados dizia algo sobre a configuração dos fogos.

Na tabela 1.18, percebe-se que a presença de agregados guardava relação próxima com a proporção de homens e mulheres que chefiavam os fogos com escravos (tabela 1.14). O mesmo já se observara quando analisamos os fogos sem escravos.

Nos fogos com escravos, mais de 71% dos agregados estavam alocados em unidades chefiadas por homens e o restante naquelas chefiadas por mulheres. De fato, podemos ver que a maioria dos agregados dos fogos com escravos estava alocada naquelas unidades chefiadas por homens casados. Na seqüência, aparecem as unidades chefiadas por mulheres e, por último, aquelas encabeçadas por homens não-casados.

Tabela 1.18

Presença dos agregados nos fogos com escravos, segundo a situação matrimonial dos chefes de fogos – Porto Alegre, 1814				
	Agregados	Agregadas	Total	
	#	#	#	%
Homens casados	61	63	124	48,4
Homens não casados	20	39	59	23,0
Total para Homens	81	102	183	71,5
Mulheres	28	45	73	28,5
Total	109	147	256	100

Fonte: RCPA de 1814 (AHCMPA).

Pode-se concluir que domicílios com escravos eram aqueles com maior disponibilidade de força de trabalho, incluindo-se cativos e agregados. Por sua vez, esses recursos estavam principalmente concentrados nos fogos chefiados por homens casados – como vimos. Constata-se que a presença dos agregados era reflexo do *status* social ocupado pelo chefe do fogo, símbolo de sua posição e condição econômica frente à sociedade, assim como também era a posse de escravos. Reiterando, a presença de agregados acompanhava a presença de escravos, ambas sinal do estatuto sócio-econômico do chefe do fogo.

Foi pensando na relação entre estrutura de posse de escravos e presença dos agregados aos fogos que organizamos os dados da tabela 1.19, nos quais os agregados aparecem distribuídos segundo as faixas de tamanho de plantel de escravos.

Tabela 1.19

Presença de agregados por tamanho de plantel de escravos (Porto Alegre, 1814)					
Faixas de plantel	Agregados		Fogos		Relação de agregados / fogo
	#	%	#	%	
Sem escravos	39	13,3	241	35,0	0,2 por 1
1	43	14,6	124	18,0	0,3 por 1
2	34	11,6	91	13,2	0,4 por 1
3	31	10,5	65	9,4	0,5 por 1
4	12	4,1	35	5,1	0,3 por 1
5	16	5,4	33	4,8	0,5 por 1
6	15	5,1	20	2,9	0,8 por 1
7	8	2,7	14	2,0	0,6 por 1
8	11	3,7	7	1,0	1,6 por 1
9	32	10,9	16	2,3	2 por 1
1 a 4	120	40,8	315	45,7	0,4 por 1
5 a 9	82	27,9	90	13,1	0,9 por 1
10 a 19	47	16,0	37	5,4	1,3 por 1
20 a 49	6	2,0	6	0,9	1 por 1
Total*	294	100	689	100	0,4 por 1

Fonte: RCPA de 1814 (AHCMPA).

*Não foi possível identificar o fogo ao qual pertencia um dos agregados.

A grande maioria dos agregados (67,9%) habitava em fogos caracterizados por serem pequenas ou médias propriedades de escravos (de 1 a 9 cativos). À primeira vista, isso nos levaria a supor que a presença de agregados era uma característica das menores unidades escravistas. Entretanto, há de se considerar que os pequenos plantéis de escravos representavam também a grande maioria dos fogos com cativos (58,8%, conforme tabela 1.6). Uma visão mais clara da distribuição dos agregados é obtida quando estabelecemos uma relação entre o número de agregados por faixa de plantel e o número de fogos da cada faixa. Encontramos, então, aproximadamente, uma relação igual ou superior a 1 agregado por fogo nos plantéis médios e grandes. Nos plantéis pequenos, a relação é de 0,4 por 1. Por sua vez, não é de se espantar que a menor relação seja encontrada nos fogos sem escravos: 0,2 agregado por fogo, o que diz algo sobre a situação econômica desses domicílios.

De acordo com o exposto, podemos concluir que a presença de agregados tendia a ser proporcionalmente maior nos médios e grandes plantéis, embora fosse característica de todas as faixas de plantel. Provavelmente, a pujança econômica das maiores propriedades escravistas atraía dependentes de diferentes origens, desde parentes pobres livres a ex-

escravos que se mantinham vinculados aos antigos senhores. É provável que essas pessoas encontrassem a segurança e a estabilidade que de outra forma não obteriam. Da parte dos chefes desses fogos, o conjunto dos agregados representaria uma força de trabalho adicional. Finalmente, convém acrescentar que a relação entre chefes de fogos e agregados provavelmente serviria como ratificação da posição social dos primeiros, como senhores de escravos e, por que não dizer, também de livres.

Observemos agora com mais atenção a configuração dos fogos de acordo com o sexo dos escravos e dos senhores de acordo com os tamanhos dos plantéis.

Já vimos que o peso de homens e mulheres cativos no conjunto dos fogos com escravos de Porto Alegre, em 1814 resultava numa razão de masculinidade de 146. Para o ano de 1782, Luciano Gomes encontrou uma razão de masculinidade de 140 entre os escravos, o que indica que o perfil sexual da escravaria se manteve no decorrer do tempo, apesar da aceleração do tráfico de escravos.²⁰¹

Na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, entre 1810 e 1835, Silmei Petiz encontrou uma maior razão de masculinidade entre os escravos (172 homens para cada 100 mulheres). Ainda assim, o autor ressaltou que se tratava de uma razão moderada, própria de regiões voltadas para o mercado interno, como era o caso, por exemplo, do oeste de Minas Gerais entre 1831 e 1832, com razão de masculinidade de 150 entre os cativos. Segundo Petiz, áreas voltadas à produção para exportação apresentavam desproporção bem maior entre homens e mulheres, como era o caso da região fluminense do Paraíba do Sul, com razão de masculinidade de 232 entre os escravos, na década de 1840.²⁰²

Em Alegrete, entre 1830 e 1851, a razão de masculinidade dos escravos era de 177, segundo Farinatti.²⁰³ Em Rio Pardo, a razão de masculinidade ainda caíria para 134 entre 1846 e 1865, segundo estudo de Roberta Zettel.²⁰⁴ No Distrito da Lage, em Minas Gerais,

²⁰¹Entretanto, segundo Luciano Gomes, quando considerados apenas os escravos em idade de 25 a 29 anos, tinha-se 250 homens para cada 100 mulheres em 1782, conseqüência da desproporção do tráfico de escravos africanos favorável ao sexo masculino. Além disso, o autor alerta para a necessidade de se considerar a preferência dos senhores por alforriar mulheres. Outro fator que interferia era a área do fogo escravista, se intramuros ou extramuros da vila. Em 1782, os escravos que habitavam no interior da vila tinham razão de masculinidade de 114, mas os que habitavam propriedades exteriores apresentavam razão de 197. Cf. GOMES, 2012, p. 47; 117.

²⁰² O autor acrescenta que a razão de masculinidade dos escravos da fronteira oeste sul-rio-grandense se manteve desde pelo menos a segunda metade do século XVIII. Cf. PETIZ, 2009, p. 100-103.

²⁰³ FARINATTI, Luís Augusto. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010, p. 349-351.

²⁰⁴ ZETTEL, Roberta França Vieira. **De mútuo consentimento**: os significados das relações familiares cativas para senhores e escravos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1845 a 1865). (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 58.

havia 158 homens para cada 100 mulheres escravas.²⁰⁵ Em Viamão Márcio Blanco apontou uma razão de masculinidade dos escravos de 175 em 1758.²⁰⁶

De fato, a superioridade do contingente de homens escravos em Porto Alegre, no início do século XIX, em relação às mulheres cativas não era tão acentuada, o que deveria ser resultado do perfil urbano da freguesia, bem como da ação do tempo, que propiciava algum grau de reprodução natural dos escravos. Entretanto, se olharmos para a razão de masculinidade dos cativos de acordo com as faixas de tamanho de plantel e os sexos dos proprietários (tabela 1.20), veremos que a presença de homens e mulheres nas escravarias de Porto Alegre variava muito no início do século XIX.

Tabela 1.20

Razão de masculinidade dos escravos, por faixa de plantel e sexo do proprietário – Porto Alegre, 1814			
Sexo do proprietário de escravos			
Faixa de plantel	Homens	Mulheres	Todos
1	144	24	91
2	139	76	114
3	180	92	151
4	171	39	121
5	145	88	131
6	121	118	120
7	146	250	151
8	124	-	124
9	110	93	106
1 a 4	159	59	120
5 a 9	129	106	124
10 a 19	195	163	189
20 a 49	300	-	300
Todas as faixas	166	87	146

Fonte: RCPA de 1814 (AHCMPA).

Fica claro, de acordo com os dados da tabela 1.20, que a razão de masculinidade dos escravos era tanto maior quanto maior o tamanho do plantel de escravos. Nas pequenas e médias propriedades, essa razão nunca passou de 151, enquanto nos grandes plantéis de escravos a razão de masculinidade era de 189, chegando a 300 nas posses muito grandes. Esse

²⁰⁵ TEIXEIRA, 2006, p. 55.

²⁰⁶ BLANCO, Márcio Munhoz. **Pelas veredas da senzala: família escrava e sociabilidades no mundo agrário** (Campos de Viamão, c. 1740 – c. 1760). (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2012, p. 73.

dado indica que os grandes plantéis de escravos de Porto Alegre em 1814, ainda que numa área urbana, tinham composição semelhante aos grandes plantéis de áreas de outras regiões do país, com prevalência de escravos do sexo masculino. Supomos que razões econômicas, motivadas pelo entendimento de que escravos do sexo masculino representariam maior produtividade da força de trabalho, explicam essa preferência.

Entretanto, ao considerarmos o sexo do proprietário de escravos é possível um olhar mais apurado sobre os dados. Em plantéis de escravos comandados por homens, a razão de masculinidade manteve-se sempre positiva e todas as faixas de tamanho de plantel, fossem senhores casados ou não casados (tabelas 1.17 e 1.20). Entre as mulheres que chefiavam fogos, o quadro era um pouco mais complexo. De fato, como vimos anteriormente ao analisarmos os dados da tabela 1.17, a razão de masculinidade geral nos plantéis de escravos que pertenciam às senhoras era negativa. Porém, conforme a tabela 1.20, constatamos que o que puxava essa razão para baixo eram os pequenos e médios plantéis, principalmente os pequenos, de 1 a 4 escravos. Quando analisamos os plantéis médios, encontramos maioria de cativos do sexo masculino ou certo equilíbrio entre os sexos dos escravos também nos fogos chefiados por mulheres. Nos plantéis ainda maiores, de 10 a 19 escravos, o percentual de homens escravos sobre o total da escravaria é bem maior, superior a 60%, sendo equiparável ao percentual dos plantéis de fogos chefiados por homens. Na última faixa, acima de 20 escravos, não havia mulheres como proprietárias. Na prática, isso demonstra que os maiores plantéis de escravos partilhavam de características comuns, mesmo que pertencessem a fogos comandados por homens ou mulheres.

Convém notar que a razão de masculinidade de 124 nos médios plantéis de escravos pode indicar uma capacidade de reprodução endógena não desprezível, embora a historiografia venha apontando os grandes plantéis como espaços mais propícios à reprodução endógena dos escravos.

Quanto ao sexo dos senhores de escravos, os homens eram 71,4%, 80%, 83,8% e 100% dos proprietários de cativos nas faixas de tamanho de plantel pequeno, médio, grande e muito grande, respectivamente. No geral, em 1814, Porto Alegre apresentava 74,6% dos cabeças de fogos com escravos sendo homens e 25,4% mulheres. Gomes encontrou cerca de 94% de homens entre os proprietários de escravos em 1779 e 84% em 1792 através dos róis de confessados de Porto Alegre daqueles anos.²⁰⁷ Houve, portanto, certo crescimento do número propriedades com escravos controladas por mulheres, principalmente nas menores,

²⁰⁷ GOMES, 2012, p.107.

com 1 ou 2 escravos, nas quais as mulheres representavam 29% e 33% dos proprietários de escravos, respectivamente (ver Apêndice, Tabela 1.A). Ao total, as mulheres comandavam cerca de 20% dos escravos de Porto Alegre (Apêndice, Tabela 1.B).

Apesar da manutenção de padrões sociais que privilegiavam os homens, o papel que tinham as mulheres como chefe de fogos e sua influência econômica em Porto Alegre no início do século XIX ficam patentes.

Conclusão

Ao longo deste primeiro capítulo, pudemos traçar um perfil da população do Rio Grande de São Pedro e de Porto Alegre entre o final do século XVIII e o início do século XIX, focalizando a distribuição da posse de escravos e a configuração dos fogos desta capital. As análises se deram, principalmente, a partir do rol de confessados de 1814, em comparação com dados do censo populacional do mesmo ano e com dados dos róis de confessados de anos anteriores, conforme apresentados por Luciano Gomes em sua dissertação.²⁰⁸

No início do século XIX, a capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul experimentou significativo crescimento da população total e da população escrava. Esse fenômeno estaria ligado ao papel econômico da capitania sulina, como fornecedora de bens primários para outras áreas da colônia, o que conseqüentemente demandava mais mão-de-obra cativa. Essa demanda pôde ser suprida com a aceleração do tráfico de escravos nas primeiras décadas do século XIX. Vinculada principalmente ao porto do Rio de Janeiro, a economia sul-rio-grandense exportava bens primários e importava mão-de-obra escrava. Assim, o acesso ao mercado de escravos carioca ajudou a incrementar muito rapidamente a população cativa do Rio Grande de São Pedro nesse período. Além disso, é preciso reafirmar a dispersão dessa população por várias áreas da capitania, como indicaram trabalhos sobre Pelotas, Rio Grande, a fronteira oeste e outras localidades.²⁰⁹

Por sua vez, no início do século XIX, Porto Alegre apresentava um contingente de população escrava superior a 40% da população total, dado percentualmente maior que o total da população escrava da capitania e também maior que o percentual de cativos de regiões

²⁰⁸ GOMES, 2012.

²⁰⁹ Schwartz lembra que, ao contrário do que se afirmou por um longo tempo na historiografia brasileira, a pequena e a grande produção agrícola (uma voltada para a subsistência e outra para a exportação) não eram dicotômicas, estando “intimamente ligadas numa relação complexa, multidimensional e em mutação histórica.” Isso ajuda a entender a busca, também entre as camadas sociais mais baixas e intermediárias, de recursos até então só atribuídos à elite, como é o caso da mão-de-obra escrava. Ver SCHWATZ, 2001, p. 124-125.

escravistas de ocupação mais antiga, como áreas do sudeste do Brasil. Se considerarmos o rol de confessados de Porto Alegre de 1814, o percentual de escravos subia para 48% da população total. Esse quadro seria decorrência da grande atividade econômica da freguesia de Porto Alegre, bem como do papel administrativo da sede, com o conseqüente crescimento urbano acelerado. Porto Alegre era, no início do século XIX, uma cidade profundamente escravista. Porém, o grande contingente de pessoas com histórias de vida ligadas diretamente ao cativeiro (superior a 50% da população de Porto Alegre quando somados escravos e libertos, segundo o rol de confessados de 1814), além de demonstrar a pujança da cidade e dos senhores escravistas, também constituía um panorama profícuo para a costura de relações sociais entre a população marcada pela escravidão.

Quanto aos libertos, estes só passaram a figurar nos censos populacionais de 1802 e 1814, o que é indício de que sua relevância no conjunto da população da Capitania e de Porto Alegre mereceu menção desde então. O aumento dos percentuais de forros seria representativo da importância de seu peso econômico e social no período. Fenômeno semelhante acontecia com os indígenas que, assim como os forros, só passaram a figurar nos dados dos censos populacionais do início do século XIX. Entretanto, sua menção foi reduzidíssima mesmo no censo populacional de Porto Alegre em 1814, não chegando a 1% da população total da freguesia. O fato pode ser atribuído aos efeitos das reformas pombalinas das últimas décadas do século XVIII, bem com à inserção social dos indígenas pela parte de baixo da escala social, como pardos forros. Tratar-se-ia, portanto de uma assimilação, ao menos nos documentos oficiais, garantindo a manutenção do estatuto social da população branca.

Entretanto, convém ressaltar que observamos a quase ausência de forros e índios no rol de confessados de Porto Alegre 1814. Sobretudo os forros estão muito pouco representados naquela fonte, em comparação com o percentual de libertos constante do censo populacional da freguesia, de forma que os libertos devem ter sido incorporados à população livre no rol de confessados de 1814, provavelmente muitas vezes entre os agregados. Julgamos, então, que havia uma tendência dos padres a dicotomizar os estatutos jurídicos entre as duas categorias primordiais da sociedade escravista: livres e escravos. Essa tendência poderia ser interessante para os próprios forros e seus descendentes que, ao menos em documento oficial, viriam sua condição de ex-escravos obliterada dos registros.

O exame da configuração dos fogos levou à divisão dos mesmos em duas categorias básicas: os fogos com e sem escravos. Em ambos encontravam-se agregados, fenômeno social amplamente presente. Havia agregados em todos os recortes, incluindo os fogos sem e com

escravos, chefiados por homens ou por mulheres, em todas as faixas de plantel. Os agregados eram majoritariamente homens e compunham quase 8% da população da freguesia de Porto Alegre, segundo dados do rol de confessados de 1814. Embora a maioria dos agregados estivesse alocada em pequenas unidades, pôde-se notar que, proporcionalmente, havia uma tendência à sua concentração nas maiores propriedades com escravos. Se a presença de agregados era indicativo de dinamismo econômico, como pareceu indicar sua concentração proporcional nos grandes plantéis de escravos, tratar-se-ia de um indicativo do crescimento econômico de Porto Alegre no período estudado e, muitas vezes, de um aporte de mão-de-obra para além dos plantéis de escravos.

A propriedade de escravos fazia parte de muitos estratos sociais. Em 65% dos fogos havia escravos, sendo preponderantes as pequenas propriedades de cativos. Entretanto, havia uma elite que detinha significativa parcela dos escravos, em plantéis grandes e muito grandes, representando quase 10% dos fogos escravistas e mais de 1/3 de todos os cativos. Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, se observava em Porto Alegre uma tendência à concentração da mão-de-obra escrava nos maiores plantéis, embora se mantivesse a larga dissipação da propriedade de escravos entre plantéis de diferentes tamanhos. Essa expansão das grandes propriedades escravistas já impactava, inclusive, não só os plantéis médios, mas também os pequenos. Porto Alegre não fugia à regra de uma sociedade de Antigo Regime colonial: ao mesmo tempo em que a urbanização se refletia na existência de uma ampla camada de proprietários de escravos, significando amplo compromisso da sociedade livre com a escravidão, consolidava-se uma elite de grandes senhores como topo da pirâmide social.

A grande maioria dos chefes de fogos eram homens, principalmente homens casados. Entretanto, a diversidade de configurações familiares era a regra. As mulheres compunham a maioria dos indivíduos livres, incluindo-se aí os agregados. Não se pode desconsiderar, sobretudo, a presença de mulheres que chefiavam fogos com ou sem escravos. Essas constituíam parcela significativa das unidades de censo, superior a 30% entre os fogos sem escravos e perfazendo cerca de 25% dos fogos com escravos.

Dentre os fogos sem escravos, a média de ocupação era maior nas unidades chefiadas por homens casados, seguida daquelas chefiadas por mulheres e, finalmente, daquelas chefiadas por homens não casados. Se considerarmos que uma média maior de ocupação poderia representar maior reserva de mão-de-obra, seriam as unidades de censo sem escravos, chefiadas por homens não casados, aquelas que teriam maior dificuldade de subsistência.

Os fogos com escravos eram chefiados principalmente por homens casados, seguidos por aqueles chefiados por mulheres e, em menor proporção, por aqueles chefiados por homens

não casados. Ressalte-se que os fogos com escravos apresentavam índices demográficos de ocupação maiores do que os fogos sem escravos. Entretanto, a moda nos fogos escravistas era de uma pessoa livre por fogo, o que indica que deveria ser bastante comum encontrar-se um panorama no qual um senhor ou uma senhora viviam do trabalho de seus escravos, às vezes coabitando com estes. Principalmente os fogos chefiados por homens casados tinham maior ocupação, o que pode ser sinal do tempo de formação dessas unidades, suficiente para que o homem casasse, tivesse filhos, agregasse outros indivíduos, parentes ou não, e adquirisse ou ampliasse seu plantel de escravos. Ao contrário, eram os fogos escravistas chefiados por homens não casados aqueles que apresentavam menor média de ocupação e maior razão de masculinidade dos seus escravos, o que seria um indício de que esses fogos estariam por recém constituir seus plantéis de escravos.

A razão de masculinidade elevada entre os cativos era a regra geral. Porém, ao se examinar os plantéis de acordo com a divisão por sexo dos senhores, encontramos uma tendência a que plantéis de escravos chefiados por homens, casados ou não, tivessem mais escravos do sexo masculino, o que se acentuava nas grandes escravarias. Já os plantéis chefiados por mulheres tinham configurações diferentes de acordo com o tamanho das posses: as pequenas propriedades tinham razão de masculinidade negativa, mas as maiores posses acompanhavam a tendência dos plantéis chefiados por homens de terem razões de masculinidade altas.

Essas configurações permitem afirmar que a Porto Alegre do início do século XIX era firmemente aferrada ao trabalho escravo, em todos os estratos sociais. Era nos fogos com escravos que se observava também a maior presença de agregados e, dentre esses fogos, o fenômeno da agregação era particularmente forte naqueles com grandes escravarias. A presença de agregados era paralela à presença de escravos, ampliando o acesso à mão-de-obra exatamente nas propriedades com grandes plantéis de escravos. No início do século XIX, mantinha-se uma hierarquização clara na sociedade porto-alegrense entre grandes, médios e pequenos senhores de escravos que estendiam também sua liderança sobre homens livres ou forros agregados às suas posses.

2º Capítulo: Possibilidades para a família escrava na capital sul-riograndense

Examinar as características da população escrava como cor, origem, idade e masculinidade pode ajudar a compreender quais eram os critérios utilizados pelos senhores para compor seus plantéis de escravos, bem como o contexto demográfico no qual se dava a ação dos cativos. Por essa razão, muitos estudos têm se debruçado sobre a família escrava, nas suas diversas configurações, como forma de investigar as relações sociais sob a escravidão, tomando-se tanto os senhores quanto os escravos como agentes das mesmas, em diferentes dimensões. Tais estudos partem da perspectiva de que o escravismo não pode ser compreendido por suas relações meramente econômicas, mas consistia num sistema político, no qual ferramentas de acomodação, negociação e resistência estavam na ordem do dia.²¹⁰

No primeiro capítulo, analisamos a população e a estrutura da propriedade de escravos, bem como a composição dos fogos de Porto Alegre em 1814. Entretanto, embora o rol de confessados daquele ano tenha permitido analisar a população de Porto Alegre por fogo, condição jurídica e sexo, essa fonte praticamente cala sobre a cor, a origem e a idade de livres e escravos. Não encontramos sujeitos que tiveram sua cor mencionada. As origens e idades não foram citadas nenhuma vez. De fato, o pároco que compôs o rol de 1814 foi lacônico mesmo quanto à condição jurídica: além da dualidade livres-escravos, em pouquíssimos casos houve menção a forros.²¹¹

Neste segundo capítulo, trabalhamos com os registros de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Trata-se de documentação também seriada, mas que traz informações diferentes daquelas do rol de confessados de 1814,

²¹⁰ Desde os anos 1980 tem se intensificado as publicações, entre ensaios, artigos e livros, muitos fruto de pesquisas de mestrado e doutorado, sobre a importância da família escrava para a compreensão da sociedade escravista nas suas dimensões sociais, políticas e econômicas. Entre esses trabalhos, o cativo é visto como meio que viabiliza e, ao mesmo tempo, limita as condições de formação e manutenção da família escrava no tempo. De modo geral, ora há uma ênfase na dimensão das estruturas sobre as possibilidades de constituição da família escrava (ênfatizando-se, por exemplo, os efeitos das oscilações do tráfico de escravos e do ciclo de vida dos senhores de escravos), ora foca-se na capacidade de ação dos escravos na construção de espaços de autonomia. De muitas formas, os diferentes matizes entre esses extremos têm dominado o debate. É importante ressaltar que ambas as perspectivas superam a discussão sobre a viabilidade ou não da família escrava, que prevaleceu no debate historiográfico antes da década de 1970. Entre tantas obras, vejam-se: FLORENTINO; GÓES, 1997; SLENES, 2011. Esses debates tiveram influência da historiografia americana sobre a família escrava no Velho Sul dos EUA, a exemplo de GENOVESE, 1976; também GUTMAN, 1976, entre outros trabalhos.

²¹¹ Encontramos menção a 12 forros, 7 homens e 5 mulheres. Por vezes, esses forros formavam casais que se encontravam agregados a um determinado fogo.

permitindo identificar, descrever e analisar um conjunto de dados preciosos sobre os escravos – a exemplo da cor e da origem - e seus arranjos familiares.

Partimos da hipótese de que as relações familiares entre os escravos não eram fortuitas. Os escravos seriam agentes de suas uniões, ainda que em contexto ditado pela escravidão e influenciado pelos senhores. Não tivemos condições de investigar as motivações dos cativos para o matrimônio, o que demandaria pesquisar fontes de caráter mais qualitativo, como inventários e registros policiais. Pudemos, sim, inferir possibilidades de escolha a partir dos padrões demográficos encontrados nos registros de batismos, como a preferência por uniões endogâmicas ou exogâmicas e o acesso ou não ao casamento.

Primeiramente, nosso percurso nesse capítulo foi identificar de que forma as variações do tráfico de escravos repercutiam sobre os batismos de escravos de Porto Alegre no período entre 1810 e 1835, de modo a apreciar se havia influência do tráfico de cativos sobre a capacidade reprodutiva e a formação de famílias escravas. Nossa hipótese é de que as oscilações no volume do tráfico de escravos ao longo do tempo, bem como algumas características dos escravos traficados, como a razão de masculinidade, a idade e as diferentes origens dos africanos, influenciavam a consecução das uniões familiares entre os cativos e, conseqüentemente, a natalidade das crianças escravas. Esses aspectos poderiam ser percebidos pela correlação entre o volume de africanos traficados, o número de crianças escravas crioulas batizadas, o percentual de legitimidades destes rebentos e a fração dos casamentos entre homens e mulheres escravos na qual os cônjuges tinham a mesma origem.

Considerando que a razão de legitimidade dos batismos de crianças escravas permite-nos identificar o maior ou menor acesso ao casamento por parte dos cativos, investigamos os percentuais de matrimônios e de relações consensuais entre as uniões escravas e, após, identificamos a cor e a origem das mães e dos pais de crianças escravas batizadas com a intenção de perceber se havia preferências por cônjuges da mesma cor e/ou origem sob o cativo. Antes de iniciarmos nossas análises, convém nos debruçarmos sobre a historiografia referente ao tema.

2.1. Família no contexto colonial – olhares da historiografia

Hebe Mattos de Castro, em trabalho sobre a sociedade escravocrata do sudeste brasileiro, apontou a mobilidade social e espacial como uma das características fundamentais da sociedade colonial, elementos que juntamente com a cor e a condição jurídica compunham,

em maior ou menor medida, as experiências de liberdade e de cativo dos sujeitos livres e escravos. No olhar dessa autora, a liberdade deixa de ser a experiência de uma elite para passar a englobar múltiplos significados auferidos, experimentados e perseguidos por sujeitos das diferentes camadas sociais do Brasil colonial e imperial.²¹² Para os escravos, de modo geral, a liberdade envolvia a disputa por recursos escassos que pudessem aproximá-los das experiências de liberdade dos livres pobres, incluindo aí os forros. Sem negar as dinâmicas coletivas, Mattos de Castro deu atenção aos casos particulares que compunham uma documentação formada, principalmente, por processos criminais e cíveis, procurando identificar o escravo como agente, como sujeito de escolhas. Entretanto, não descartou a importância de uma leitura quantitativa que colaborasse na construção de um panorama de possibilidades. Nas palavras da autora, seu desafio foi:

(...) identificar, a partir da análise de fragmentos de histórias de vida, associada a outros procedimentos, uma matriz cultural comum, que informava a experiência de liberdade e a legitimidade das relações sociais no mundo escravista do sudeste, o caráter polissêmico de suas apropriações diferenciadas, em relação às estratégias dos diversos grupos sociais (...).²¹³

Segundo Mattos de Castro, havia um cenário formado por uma “matriz cultural comum”, mas que não implicava uniformização das perspectivas. Ao contrário, os diferentes significados atribuídos à liberdade e à escravidão guardavam relação com as experiências dos sujeitos, com suas expectativas e estratégias de vida para legitimar suas relações (tratava-se de reconhecimento social, não necessariamente legitimação oficial por parte da Igreja ou do Estado). Daí poder se falar em “caráter polissêmico” das experiências, embora a agência dos sujeitos estivesse principalmente orientada pela busca de legitimação coletiva. Desse ponto de vista, também as estratégias de vida dos escravos estavam orientadas por códigos comuns aos libertos e livres, o que influenciava, inclusive, o estabelecimento das relações sociais, principalmente familiares.²¹⁴

No período colonial, Mattos de Castro relaciona a capacidade de inserção e reinserção social dos sujeitos à família. Para a família, portanto, confluem as estratégias de vida e as capacidades de mobilidade social e espacial.²¹⁵

²¹² O período de estudo de Mattos de Castro abrange, substancialmente, a segunda metade do século XIX. Porém, ao introduzir a discussão sobre a inserção dos sujeitos escravos no meio social, a autora parte sua análise do período colonial. Ver MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, capítulo 1, p. 31-42.

²¹³ *Ibidem*, p. 22.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 15-16.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 32-33.

Sheila Faria também identificou a família como o ponto de convergência das relações sociais e estratégias de vida. Segundo a autora, os sujeitos da Colônia estavam sempre vinculados aos seus laços familiares - quer consangüíneos, quer rituais - de modo que a família influenciava as possibilidades de mobilidade espacial e social. Isso era válido para os homens ricos e pobres livres no Brasil colonial, mas também era determinante para as aspirações dos escravos.²¹⁶ As estratégias de vida dos cativos incluíam, por sinal, a conformação de famílias e laços de parentesco ritual (compadrio) que estabeleciam alianças verticais e horizontais como estratégias de sobrevivência sob o cativo, vislumbrando a possibilidade última da alforria, ainda que essa representasse mais a possibilidade maior de deslocamento espacial do que o imediato distanciamento do estigma da escravidão.²¹⁷ Faria observou que dificilmente se pode falar em indivíduos no período colonial brasileiro. Sobretudo, as vivências eram compartilhadas em grupo, nas tarefas de trabalho, nas irmandades, mas principalmente nas famílias. Eram as famílias instituições fundamentais para a vivência colonial, de forma que a investigação dos laços familiares, consangüíneos e rituais, é fundamental para a pesquisa histórica sobre a dinâmica de qualquer população. Referindo-se ao período colonial, assim Faria se expressa:

É pela família, não necessariamente a consangüínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, originam-se ou convergem. É a família que confere aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no *status* e na classificação social. Pouco, na Colônia, refere-se ao indivíduo enquanto pessoa isolada – sua identificação é sempre com um grupo mais amplo. O termo “família” aparece ligado a elementos que extrapolam os limites da consangüinidade – entremeia-se à parentela e à coabitação. Incluindo relações rituais.²¹⁸

A família é apresentada por Faria como centro da vivência do homem colonial, foco das preocupações e de todo esforço empregado no dia a dia porque também geradora dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos, incluindo aí sua própria identidade. Ao expressar que a família ultrapassa os laços de sangue para incluir os laços de parentesco atribuído, coabitação e rituais, Faria deixa claro que precisamos pensar de maneira ampla quando falamos em família no período colonial. Em particular, ao incluir os laços rituais, a autora deixa evidente que as relações estabelecidas através dos sacramentos, a exemplo do compadrio, são fundamentais para se entender os significados da família no período, inclusive as relações no interior da família escrava. Há de se considerar ainda que os escravos

²¹⁶ FARIA, 1988, p.21; 33; 40-43.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 135.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 21.

“portavam lógicas individuais, coletivas e ativas de respostas ao cativo”, sem desconsiderar que “tal composição ia até certo limite”.²¹⁹

Por sua vez, Manolo Florentino e José Roberto Góes enfatizaram as disputas no interior das escravarias, principalmente entre crioulos e africanos. Estes, porque estrangeiros, estariam menos capacitados a entender os códigos sociais e culturais do Brasil escravista, ao menos de início. Segundo esses autores, o tráfico teria a dúbia função de reposição dos plantéis de escravos e, por outro lado, era o “mecanismo que continuamente instaurava a diferença” no interior das propriedades.²²⁰ A criação de laços de parentesco entre os escravos é vista, dentro dessa lógica, como parte da engrenagem de construção do cativo, do reconhecimento social dos papéis de senhores e escravos por ambas as partes e, portanto, da criação de uma tênue estabilidade, um marco para as relações sociais o qual os autores denominam a “paz das senzalas”.

Entretanto, o mesmo mecanismo que inauguraria o cativo e o reproduziria – o tráfico – também cooperaria para introduzir a tensão na sensível estabilidade do plantel cativo: a introdução de novos escravos, sobretudo africanos, pressionaria as relações estabelecidas no interior dos plantéis, principalmente as relações familiares.

Para Florentino e Góes, a família escrava participava da reprodução do cativo, auferindo uma renda política ao senhor – a estabilidade do plantel - mas possibilitando também a diferenciação social dos escravos que disputavam recursos limitados, assim como também afirmou Mattos de Castro.²²¹

Robert Slenes, por sua vez, procurou enfatizar muito mais a capacidade dos escravos de partilharem heranças culturais comuns, principalmente àqueles cativos oriundos da África Centro-Atlântica, área de onde foi embarcada a grande maioria dos negros escravizados e aportados no Brasil entre os séculos XVIII e XIX. O partilhar de elementos lingüísticos e simbólicos teria possibilitado a organização de uma cultura escrava comum, com base nas heranças, ora entendidas como “africanas”. Por isso, Slenes enfatizou o papel de resistência da família frente ao cativo.²²²

Luciano Gomes, ao estudar a família escrava em Porto Alegre na segunda metade do século XVIII, filiou-se ao ponto de vista de Slenes por considerá-lo mais provocativo e menos funcionalista, como seriam os olhares dos demais autores citados, segundo sua perspectiva.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 292.

²²⁰ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 36.

²²¹ *Ibidem*, p. 30-37.

²²² SLENES, 2011, p. 31-32; 55-63.

De acordo com Gomes, Robert Slenes “procura explicar a família não apenas a partir das lógicas comportamentais dos livres, mas através do próprio entendimento dos escravos.”²²³

De fato, a busca por heranças africanas que possam ter orientado as estratégias de vida dos escravos, principalmente até a metade do século XIX, acrescenta uma dimensão das relações sociais da sociedade escravista colonial que não pode ser esquecida. Entretanto, julgamos prematuro identificar que essa ou aquela hipótese possa dar conta, senão de todas, da maioria das situações concernentes às relações sociais dos escravos, envolvendo a assunção de identidades e, especialmente, a formação de laços de parentesco.²²⁴ Provavelmente, tanto elementos de lealdade como de enfrentamento se faziam sentir na relação de dominação e resistência característica da escravidão, coexistindo no binômio senhor-escravo tensões passíveis de, a qualquer momento, pôr em xeque a estabilidade alcançada, por sua fragilidade implícita. Por isso, consideramos relevantes as tensões provenientes da interação entre os plantéis de cativos e o tráfico de escravos, como asseveraram Florentino e Góes, bem como a influência de heranças africanas na recriação dos laços sociais no interior do cativo, como afirmou Slenes.

Embora nossa posição possa parecer defensiva, preferimos a lembrança de Luciano Gomes de que não se podem interpretar precocemente as relações estabelecidas pelos escravos, que com certeza tinham mais de uma dimensão:

Também acreditamos que o processo de constituição das famílias não tenha um caráter político pré-determinado: a existência de famílias não significava o predomínio incontestado de um sentimento de lealdade. Os escravos poderiam ser leais porque, de modo geral, não havia outra alternativa senão a obediência. Havia um jogo social e político, em que, no mínimo, as aparências de subordinação à ordem deveriam ser respeitadas e em que um dos lados tinha ampla vantagem sobre o outro. No entanto, os resultados desse jogo eram desconhecidos e causavam apreensão em todos os participantes.²²⁵

De certo modo, trata-se de buscar a linha tênue que tenta equilibrar, senão superar, uma aparente contraposição entre estruturas e ação dos sujeitos, entre determinação e agência histórica. Tal como Mattos de Castro assim posicionou-se na introdução de seu trabalho sobre o sudeste escravista no século XIX

A discussão, implícita nesse trabalho, entre liberdade e determinação na história, procura, assim fugir das dicotomias que classicamente acompanham o tratamento do tema. Não se trata de optar por uma abordagem que privilegia o reconhecimento de agentes históricos, individuais ou

²²³ GOMES, 2012, p. 203.

²²⁴ SLENES, *op. cit.*, p. 63.

²²⁵ GOMES, *op. cit.*, p. 204.

coletivos, e de suas motivações e responsabilidades, racionais e conscientes, ou outra que prioriza os fenômenos coletivos e as tendências de longo prazo, que limitam, informam e condicionam a história humana.²²⁶

Esse aparato de considerações sobre a historiografia nos permite apresentar duas assertivas. Primeiro, se as diferentes configurações das famílias escravas dizem muito sobre as experiências de cativeiro individuais e coletivas, então a identificação de variáveis demográficas da população escrava (tamanho dos plantéis, cores e origens dos cativos e vinculações com o tráfico de escravos, entre outras) contribui para a compreensão do contexto no qual os sujeitos agiam. Segundo, se partimos também da hipótese de que os escravos eram agentes das escolhas de seus laços sociais, tais análises não só dizem algo sobre o contexto social, mas também sobre as escolhas dos próprios sujeitos escravos. Esperamos, pois, que as análises subseqüentes contribuam para uma compreensão das escolhas efetuadas pelos escravos frente ao contexto demográfico da Porto Alegre das primeiras décadas do século XIX.

2.2. Relações entre o tráfico negreiro e os batismos de escravos

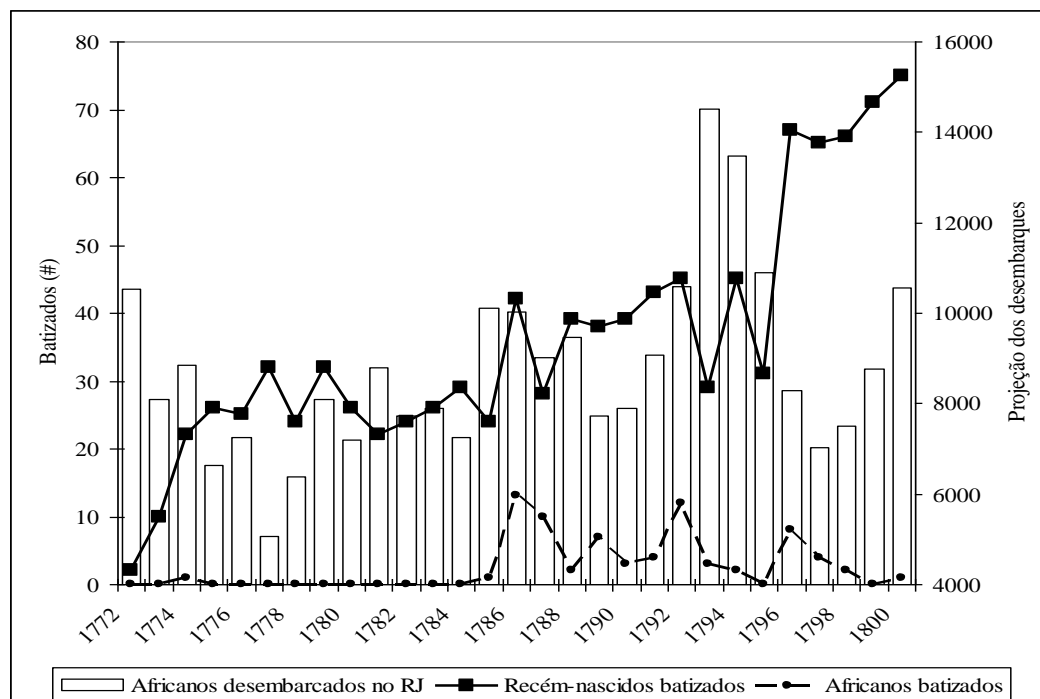
Em comparação com uma projeção do tráfico de escravos para o Rio de Janeiro no final do século XVIII, Luciano Gomes examinou a frequência de batismos de escravos em Porto Alegre e encontrou correspondência entre os dados dos batismos e do tráfico.²²⁷ Reproduzimos o gráfico construído por Gomes, para efeito de argumentação e comparação com os dados do período imediatamente posterior, com o qual trabalhamos. Em nossa análise, este gráfico recebeu o número 2.1, como segue:

²²⁶ Sem pretender dar a última palavra numa questão de difícil solução, a autora contenta-se a afirmar que buscou uma “abordagem integrada” entre o tempo das estruturas e tempo do vivido, da “experiência humana”. MATTOS DE CASTRO, 1995, p. 16-17.

²²⁷ GOMES, 2012, p. 211-214.

Gráfico 2.1

Frequência de batismo de escravos africanos e recém-nascidos em Porto Alegre e projeção de desembarque de cativos no porto do Rio de Janeiro, 1772 a 1800



Fonte: GOMES, 2012, p. 207.

Tomando por referência a curva de escravos recém-nascidos batizados, Gomes percebeu 3 períodos distintos: o primeiro, de 1772 a 1785, de estabilidade dos batismos; o segundo, de 1786 a 1795, de incremento dos batismos; finalmente, o terceiro momento, de 1796 a 1800, quando se constata um novo aumento da administração do sacramento do batismo aos escravos. Duas hipóteses foram aventadas pelo autor para explicar essas variações. Primeiro: a vinculação dos batismos às oscilações do tráfico de escravos. Já que a tendência reinante no tráfico de escravos era o comércio de adultos jovens, portanto aptos à procriação, ter-se-ia que a um aumento do volume do tráfico corresponderia um aumento do número de rebentos escravos tempos depois. Segundo: a maturidade sexual das meninas crioulas. Aquelas mulheres crioulas, filhas de escravas africanas e sobreviventes da primeira infância, aptas a também buscar suas uniões conjugais, promoveriam ainda mais o incremento do número de crianças escravas a serem batizadas. A correlação entre esses dois fenômenos explicaria a crescente média de batismos de rebentos cativos nos 3 momentos distintos percebidos por Gomes, respectivamente 26, 44 e 72 batismos.²²⁸

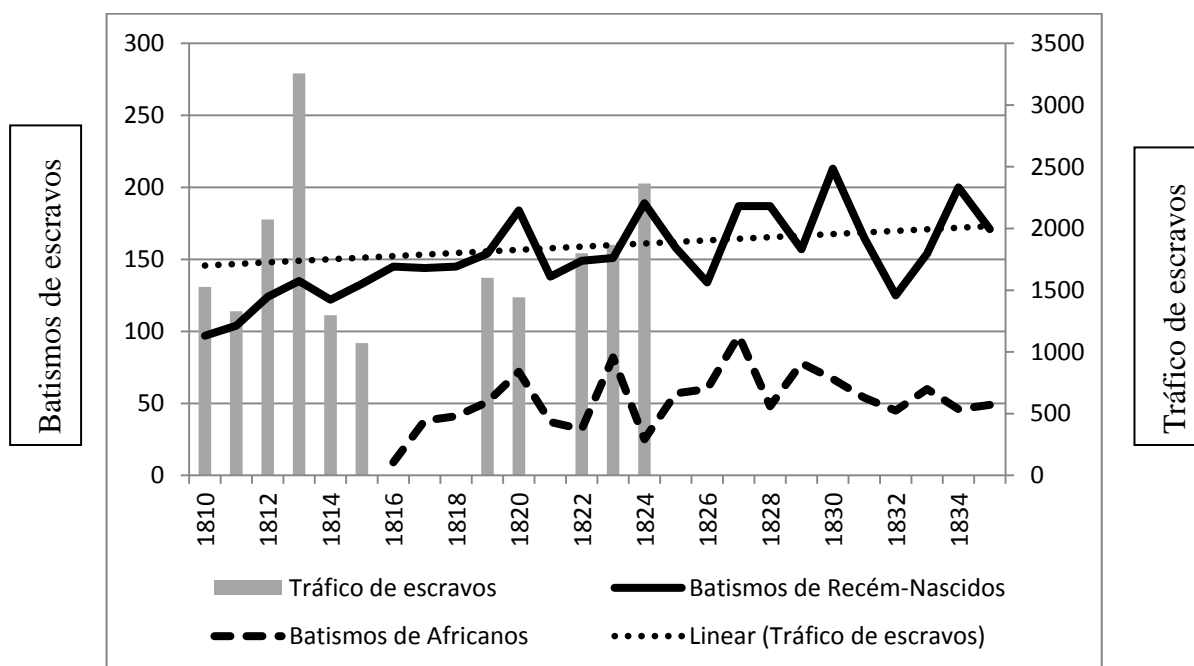
²²⁸ GOMES, 2012, p. 207-209.

Helen Osório e Gabriel Berute, como também assinalado por Gomes, encontraram crescente volume do tráfico de escravos entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX.²²⁹ Entretanto, para testar a hipótese da correspondência entre o volume do tráfico e a frequência de batismos de escravos, Gomes recorreu a uma projeção do tráfico de cativos para o porto do Rio de Janeiro uma vez que os dados de Osório e Berute não compreendiam o período trabalhado por aquele autor.

No gráfico 2.2, pudemos utilizar os dados de Berute referentes ao tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro, em debate com a análise de Osório, uma vez que esses autores tratam de períodos parcialmente congruentes com nossa pesquisa.

Gráfico 2.2

Variação dos batismos de escravos em Porto Alegre e do tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro, 1810 a 1835



Fontes: BERUTE, 2006, p. 40 (tráfico: códigos de polícia e mapas de importação – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro); LBEPA – AHCMPA.

Embora os dados do tráfico não dêem conta de todo o período de nosso estudo, sua linha de tendência acompanha uma trajetória ascendente, em correlação com o incremento do número de batismos de escravos crioulos e africanos, possibilitando que se perceba

²²⁹ OSÓRIO, 2007, p. 221; BERUTE, 2006, p. 40.

correspondência entre o incremento dessas duas variáveis: tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro e freqüências de batismos de escravos em Porto Alegre.²³⁰

A partir das freqüências de batismos de escravos crioulos recém-nascidos e de escravos africanos, entre 1810 e 1835 (gráfico 2.2), identificamos 2 momentos distintos para as primeiras décadas do século XIX.

Entre 1810 e 1819, o número de batismos de crianças ficou entre cerca de 100 a 150 ocorrências anuais e os batismos de escravos africanos foram poucos ou inexistentes, não ultrapassando, como máximo, cerca de 50 ocorrências. A partir de 1820, a freqüência dos batismos de crianças esteve entre cerca de 150 e cerca de 200 ocorrências anuais, com algumas exceções, tendo sido caracterizada por crescente oscilação entre os anos do período (as maiores oscilações da freqüência de batismos de crianças ocorreram entre os anos de 1830 - 213 batismos – e 1832 - 125); por sua vez, a freqüência do batismo de escravos africanos tendeu a estar igual ou acima das 50 ocorrências anuais, apesar de algumas oscilações que puxaram o volume para baixo entre 1820 e 1824. Parte das explicações para esses números parece estar na aceleração do tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro, que pôde ser observada entre 1809 e 1824 de acordo com a pesquisa de Gabriel Berute e está representada, no gráfico 2.2 acima, por uma linha de tendência ascendente.

Em outras regiões do Brasil, o contexto de aceleração do tráfico de escravos também repercutiu na capacidade reprodutiva e, conseqüentemente, na freqüência de batismo de escravos. Em Curitiba, a partir da década de 1780, há um *boom* de batismos de cativos, que saltam de cerca de 120 por ano para cerca de 200. Na virada do século XIX, o volume de batismos de escravos era da ordem de 260 a 280 batizados. Até 1850, os níveis de batismos de escravos estiveram na casa das 200 cerimônias por ano. Segundo Schwartz, o período que se inicia em 1780 foi uma fase de incremento econômico, quando a região de Curitiba se torna principal rota para o escoamento de mulas e gado exportados pelo Rio Grande do Sul para São Paulo e Rio de Janeiro.²³¹

De fato, o aumento do número de batismos de escravos, inclusive dos africanos, poderia ser buscado também na composição dos patrimônios dos moradores de Porto Alegre. Através do estudo de inventários do Rio Grande do Sul por faixas de fortuna, entre 1800 e

²³⁰ Diz-se que se trata de uma correlação positiva, já que os valores dos eixos x (tempo) e y (tráfico de escravos) caminham no mesmo sentido (o volume de escravos traficados aumenta com o tempo). Há, pois, uma associação numérica, mas não necessariamente uma relação de causa e efeito entre as variáveis em questão. A relação entre causa e efeito fica por conta da análise comparativa dos dados, seja sincrônica (com relação ao período que estudamos) ou diacrônica (na comparação com os dados de Luciano Gomes para o final do século XVIII, de acordo com o gráfico 2.1). Ver BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 8ª Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, p.251-254.

²³¹ SCHWARTZ, 2001, p. 276-277.

1825, Osório demonstrou que os patrimônios mais modestos incluíam maior percentual de escravos no montante, já que as maiores fortunas tinham maior possibilidade de investimentos em outros bens. A autora concluiu que os estratos mais pobres ou remediados dentre os inventariados (com fortunas de até 2000 libras) investiam grande parte de seus recursos financeiros em escravos porque se tratava do investimento possível, acessível a eles.²³² Segundo vimos no capítulo 1, Porto Alegre tinha um rápido crescimento populacional entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, tanto entre a população livre quanto entre a população de escravos. Não é de se estranhar, portanto que também em Porto Alegre se presenciasse o aumento do volume de batismo de escravos em paralelo ao incremento econômico, incluindo o tráfico de escravos. Numa cidade que crescia e se urbanizava, é possível inferir que o crescimento do número de batismos de escravos refletia, também, a dinâmica econômica vigente.

Quanto à segunda hipótese aventada por Luciano Gomes para o final do século XVIII – de que o aumento do número de escravas crioulas em idade reprodutiva também contribuiu para o aumento do volume de batismos, já que representava aumento da capacidade geracional da escravaria - veremos que entre 1810 e 1835 havia, de fato, um significativo percentual do número de mães crioulas (cerca de 56%, conforme tabela 2.5, mais adiante), indicando que existiam possibilidades de reprodução natural no interior das escravarias, ainda que insuficiente para a reposição dos plantéis de cativos.

Finalmente, é possível que a dinâmica da fronteira, oscilando entre períodos de guerra e de paz entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX, tenha também sua influência sobre a frequência dos registros de batismo de escravos. Luciano Gomes, como já dito, identificou um incremento dos batismos de escravos em Porto Alegre a partir de 1786, ou seja, logo após o início das demarcações de limites fronteiriços estabelecidos segundo o tratado de Santo Ildefonso, correspondendo ao início de um período de paz, conforme a periodicidade estipulada por Osório.²³³ Entretanto, faltam-nos elementos na presente pesquisa para decifrar como essa dinâmica, de fato, teria influenciado os registros de batismo de escravos em outros momentos, como o início do século XIX, período por nós abordado.

²³² OSÓRIO, 2007, p. 259-266.

²³³ OSÓRIO, 2007, p. 67-75.

2.3. As famílias escravas que batizavam seus rebentos:

Luciano Gomes relata que em 1805 o comerciante Manuel Antônio de Magalhães enviou carta à D. Maria I com a intenção de relatar as dificuldades econômicas da Província de São Pedro e suas causas. Ao tratar da Feitoria do Linho Cãnhamo, faz recomendação de que se promovesse a vinda de casais, inclusive de casais escravos.²³⁴

Não sabemos se de fato houve ação intencional da Coroa de viabilizar a aquisição ou formação de casais escravos na Feitoria do Linho Cãnhamo, como expressa carta de recomendação citada por Gomes. Segundo Renata Johann, a burocracia e a falta de investimento constante na aquisição de novos escravos dificultavam a compra e a venda de cativos, restando a reprodução interna como fator principal de reposição da mão-de-obra.²³⁵ O fato é que além do elevado número de batismo de crianças escravas, a Fazenda Real estava entre os estabelecimentos com mais batismos de crianças escravas legítimas registradas nos livros de batismos de escravos da paróquia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre no período que estudamos (1810-1835), isto é, pouco tempo depois da recomendação do comerciante Magalhães.²³⁶

Dos 27 batismos de escravos da Feitoria do Linho Cãnhamo registrados na paróquia de Porto Alegre ao longo dos 26 anos estudados, nenhum foi de adultos africanos, 20 foram de crioulos legítimos e 7 de naturais. Os batismos de naturais apresentaram 7 mães diferentes (1 criança por cada mãe), enquanto os batismos de legítimos apresentaram 14 mães diferentes (1,4 criança por mãe, média simples). Mesmo não tendo encontrado mães de naturais que depois tenham legitimado suas relações através do casamento, a prevalência de batismos de legítimos e a relação criança/mãe maior nos casos de legítimos indica que o padrão no interior da escravaria da Feitoria era o das uniões matrimoniais.²³⁷ Tratava-se de um padrão muito diferente daquele encontrado nos plantéis de Porto Alegre, como veremos.

²³⁴ GOMES, 2012, p. 195.

²³⁵ Segundo Johann, a “Real Feitoria não era uma empresa escravista típica, especialmente pelo fato da mão-de-obra escrava estar desvinculada do tráfico negreiro e baseada, sobretudo, em sua reprodução interna.” Ver JOHANN, Renata Finkler. **Na trama dos escravos de sua majestade: o batismo e as redes de compadrio dos cativos da Real Feitoria do Linho Cãnhamo (1788-1798)**. (TCC). Porto Alegre: UFRGS/PPGH, 2010, p. 24.

²³⁶ Renata Johann notou o “desaparecimento” dos registros do batismo de escravos da Real Feitoria do Linho Cãnhamo em determinada altura do exame dos livros da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. Ver *Ibidem*, p. 33-34. Os registros da Real Feitoria que encontramos em nossa pesquisa confirmam a suspeita da autora de que parte dos registros “desaparecidos” estivesse nos livros da paróquia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.

²³⁷ Renata Johann trabalhou com 67 registros de batismo de escravos da Real Feitoria do Linho Cãnhamo, tendo encontrado 54 (78,3%) de batizados legítimos e 13 (18,8%) de batizados naturais. Ver *Ibidem*, p. 35-39.

Entretanto, apesar da ausência de batismos de adultos africanos, não podemos afirmar que a Fazenda Real estivesse totalmente fora dos circuitos mercantis do tráfico de escravos para a província. Nem todas as transações com escravos novos resultavam em registros de batismos desses cativos no seu destino final, já que os mesmos poderiam ter sido batizados anteriormente (no porto de embarque, ainda na África, ou no primeiro porto de desembarque no Brasil). Apenas quando tal não ocorria, a legislação colonial insistia na obrigação dos senhores em batizar seus escravos africanos, admoestando-os caso esses se negassem e fossem maiores de 10 anos.²³⁸

Pudemos observar um diferencial na formação desses casais com relação aos casais escravos de outras propriedades: a eventual adoção de sobrenomes pelos escravos genitores, sinal de reconhecimento de uma personalidade frente ao conjunto da escravaria. Ao ler os registros de batismos de crianças escravas da Feitoria do Linho Cânhamo, a impressão é de se estar à frente de um modelo de administração do plantel de escravos que tinha como base a formação de famílias e sua estabilidade no tempo, uma aposta na reprodução endógena, ainda que insuficiente para a plena reposição do plantel.

Nenhum pai ou mãe de crianças escravas da Feitoria teve designação de africano, embora alguns fossem descritos apenas como pretos, o que era indicação de origem africana subentendida. A maioria dos genitores foi descrita como crioulo. Estamos diante de uma escravaria que, se não era formada tão somente por crioulos, tinha neles um grande contingente, o que influenciava o auto-reconhecimento, as relações familiares e um padrão de formação de famílias e de reprodução. Quando observamos os padrinhos e madrinhas relacionados aos batismos dos escravos da Real Feitoria, isso também transparece: também entre eles não há africanos identificados, pretos sim, muitos crioulos e também livres e forros.

No registro de batismo do escravo Severino, nascido em 24/6/1818 e batizado em 31/10 do mesmo ano, constam detalhes raramente presentes quando se trata dos batismos de escravos: uma descrição dos laços familiares de sua família, como em geral só se encontrava nos registros de batismos dos livres.²³⁹ Consta que seus pais são originários de Canguçu²⁴⁰ e

²³⁸ LARA, Silvia Hunold (org.). **Ordenações Filipinas**: livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 308-309. VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, p. 18-23.

²³⁹ Talvez por ter sido registrado pelo reverendo Antônio Vieira da Soledade, sacerdote e político sul-rio-grandense entre 1820 e 1836, o mesmo quis proceder ao registro o mais próximo do que constam as orientações das Constituições do Arcebispado da Bahia. Sobre o reverendo Antônio Vieira da Soledade, ver http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1469&li=3&lcab=1834-1837&lf=3, acesso em 27/8/2013, às 3h e 05min.

²⁴⁰ No chamado Canguçu Velho, área maior do que a do atual município de mesmo nome, instalou-se a Real Feitoria do Linho Cânhamo, depois trasladada para a região do vale do rio dos Sinos. Renata Johann também

que o batizado era filho dos crioulos Pedro dos Santos e Áurea Ferreira e neto paterno de Inácio Pestana e Úrsula de Lima, naturais da fazenda de Santa Cruz²⁴¹, ambos escravos da Real Feitoria, e neto materno de Severino Corrêa e Angélica Maria, naturais também da mesma fazenda de Santa Cruz. A manutenção de laços familiares até a terceira geração está bem clara nesse registro, resistindo às mudanças geográficas da propriedade. Também nota-se a homenagem prestada ao avô materno, através do nome do batizado.

Outro item revelador é a presença de sobrenomes entre os escravos: todos são nomeados como tendo um sobrenome ou nome composto. Esse complemento nominativo, somada à alusão ao local de origem familiar (a Fazenda Santa Cruz) é incomum para os registros de escravos e evoca uma identidade dos sujeitos envolvidos que extrapola sua condição jurídica de cativos. Na verdade, segue um padrão de registro semelhante ao dos sujeitos livres.²⁴²

O registro de batismo de Severino e de boa parte dos batizados escravos da Real Feitoria do Linho Cânhamo estavam longe de ser a regra.²⁴³ Tratam-se, como já dito, de exceções, mas suficientes para demonstrar que o estabelecimento de laços familiares entre os escravos poderiam ser constantes no tempo, desde que as características da escravaria e da administração dos escravos possibilitassem a manutenção da estabilidade familiar.

Infelizmente, os demais registros de batismo de escravos com os quais trabalhamos não apresentam a riqueza de informações daqueles da Feitoria do Linho Cânhamo. Porém, naquilo que os registros comunicam, e também no que silenciam, pudemos identificar e analisar características da família escrava em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX.

identificou a continuidade de solidariedades e famílias entre os escravos da Real Feitoria desde a época na qual a propriedade localizava-se em Canguçu. Ver JOHANN, 2010, p. 21-23.

²⁴¹ Provavelmente refere-se à Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, fundada pelos jesuítas e revertida para a Coroa após o banimento daqueles, no período pombalino.

²⁴² Rodrigo Weimer constatou que no período pós-abolição, os nomes próprios dos escravos e/ou os sobrenomes por eles adotados eram transmitidos de geração em geração, criando linhagens e situando os sujeitos num lugar social que os afastava, pela adoção de um nome e ocultação da menção à cor, do estigma do cativo. Ver WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição.** São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 237-256. Entretanto, ler esse tipo de registro em documentação referente ao período colonial é, de fato, bastante incomum. No seu estudo sobre o Engenho Santana, na Bahia, em meados do século XVIII, Stuart Schwartz também encontrou escravos com sobrenomes adotados provavelmente, dos administradores livres da propriedade. Entretanto, o autor não encontrou crianças com o mesmo nome dos pais ou avós. SCHWARTZ, 1988, p. 327-328. De acordo com as alforrias estudadas por Gabriel Aladrén, a expressão de sobrenomes nos registros dos libertos e a ausência das designações de cor eram sintomas da mudança de estatuto social dos ex-escravos, já que essas seriam características próprias dos livres. Ver ALADRÉN, 2009, p.122-125.

²⁴³ Havia ainda 3 casais cujos cônjuges apresentavam sobrenomes: Marcos Pereira e Leonor Joaquina; Manoel Rodrigues e Custódia do Sacramento; José de Nogueira e Vicência Martinha. Todos eram crioulos.

De fato, a colonização do Rio Grande de São Pedro efetivou-se não só com a vinda de casais livres para ocupação do território, mas também com a formação de famílias escravas. De acordo com Luciano Gomes, as uniões escravas eram interpretadas sob essa dupla ótica: integravam o processo de ocupação do extremo sul da América portuguesa e nasciam sempre sob controle de um senhor de escravos.²⁴⁴ Portanto, conhecer os senhores era fundamental para conhecer as famílias escravas. Nessa ótica, as análises que se seguem procuram dialogar com os dados analisados no primeiro capítulo sobre a composição dos fogos e os tamanhos dos plantéis de escravos na Porto Alegre das primeiras décadas do século XIX.

Como veremos ao tratarmos dos dados referentes à naturalidade das mães e pais escravos, crioulos e africanos formaram uniões, quer consensuais, quer sacramentadas, e batizaram seus rebentos. Convém saber também se havia preferência por uniões endógenas e de que forma a dinâmica do tráfico influenciou nas escolhas dos parceiros e no acesso ao casamento.

O primeiro passo é reconhecer o percentual de crianças batizadas frente ao total de batismos, bem como o percentual de legítimos dentre aquelas.

A tabela 2.1 mostra o número total de escravos batizados na paróquia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. O total de batizados nessa paróquia refere-se às crianças crioulas e aos africanos²⁴⁵, perfazendo estes 21% e aquelas 79% dos 5021 registros de batismo pesquisados. Assim, a imensa maioria (mais de $\frac{3}{4}$ do total) era de escravos nascidos na paróquia ou nas suas imediações e nela batizados, sendo que no quinquênio de 1826-1830 encontra-se o ápice do número de indivíduos batizados desse grupo (878). Para o final do século XVIII, Luciano Gomes encontrou o percentual de 93% de crianças entre os batizados escravos, totalizando 1045 registros de batismo.²⁴⁶ Vê-se que a primeira metade do século XIX apresenta um aumento percentual da participação dos africanos entre os escravos batizados.

²⁴⁴ GOMES, 2012, 195-196.

²⁴⁵ O termo “africanos” diz respeito àqueles escravos cuja data de nascimento não consta do seu registro de batismo, bem como os nomes de suas mães e/ou pais, indicando tratarem-se de jovens ou adultos oriundos do tráfico de escravos. Como a informação das idades (essa sim constante dos registros) variava bastante, não nos pareceu adequado chamar esses escravos de “adultos” ou “novos”, o que poderia causar confusão quanto ao sentido (se se tratava de recém-chegados via tráfico ou de escravos de pouca idade).

²⁴⁶ GOMES, 2012, p. 210-211.

Tabela 2.1

Percentuais de batizados escravos crioulos e africanos por período, Porto Alegre (1810-1835)						
Períodos	Crioulos		Africanos		Totais	
	#	%	#	%	#	%
1810-1815	715	98,9	8	1,1	723	100
1816-1820	772	78,5	211	21,5	983	100
1821-1825	785	77,1	233	22,9	1018	100
1826-1830	878	71,5	350	28,5	1228	100
1831-1835	815	76,4	254	23,8	1069	100
Totais	3965	79	1056	21	5021	100

Fonte: LBEPa - AHCMPA.

Analisando o tráfico de escravos da África para o Rio de Janeiro, Florentino e Góes observaram três momentos distintos do mercado de escravos entre o final do século XVIII e início do século XIX: uma fase de estabilidade do tráfico transatlântico entre 1790 e 1808, a qual denominaram “Fase B”; uma fase de aceleração do tráfico entre 1809 e 1825, a qual denominaram “Fase A”; e finalmente, entre 1826 e 1830 houve uma última investida de fôlego na compra de escravos africanos, em grande parte atribuída ao temor da escassez de braços devido às pressões inglesas pelo fim do tráfico, ou seja, um período de “crise da oferta africana”.²⁴⁷ Uma vez que o Rio de Janeiro era o maior importador de escravos das Américas entre 1790 e 1830 e, igualmente, o maior fornecedor de escravos ao Rio Grande de São Pedro Sul, torna-se interessante comparar nossa população de batizados africanos e crioulos com os períodos estipulados por aqueles autores. Nossa delimitação temporal cobre os dois últimos períodos estipulados (Fase A e crise da oferta africana) e mais o primeiro quinquênio após a primeira interdição legal do tráfico, ou seja, fase de aceleração do comércio de escravos seguida pela queda decorrente da proibição formal a partir de 1831.

Apesar de constantemente aumentar o número absoluto de batizados crioulos até o período de 1826-1830, o percentual relativo desse grupo em relação aos africanos cai progressivamente, resultado da crescente entrada de africanos escravos em Porto Alegre, via tráfico, até o quinquênio de 1826-1830, quando 350 batizados representaram 28,5% do total. De fato, entre 1810 e 1825 (Fase A) pode-se observar um aumento da frequência de batismos de escravos africanos. No período seguinte, entre 1826 e 1830 (crise da oferta africana),

²⁴⁷ FLORENTINO; GÓES, 1997, 47-49.

observa-se o pico de batismos de africanos, o que reflete o aumento do tráfico pouco antes de sua proibição. O período posterior, entre 1831 e 1835 apresenta uma queda acentuada do número de batismos de africanos, possivelmente em razão da proibição do tráfico, o que está de acordo com a observação feita por Florentino e Góes de que a retomada do crescimento do tráfico só se daria a partir da segunda metade da década de 1830.²⁴⁸ O mesmo pode ser observado retomando-se o gráfico 2.2 acima. Fica clara a relação entre o tráfico de escravos e os registros de batismo de escravos.

Por sua vez, não devemos perder de vista que os batismos de crianças constituíram, em, todos os períodos, ampla maioria. Examinemos, pois, os percentuais de legitimidade desses batizados. Compreendem os batizados legítimos aqueles cuja união dos pais é sancionada pela Igreja Católica através do casamento, ou seja, são os filhos resultantes de uniões sacramentadas pela Igreja. Por sua vez, os batizados naturais são aqueles cujas mães são reconhecidas, mas não os pais. Ilegítimos aos olhos das normas católicas, uma vez que não eram fruto de uniões sancionadas pela Igreja, os batizados naturais têm apenas os nomes de suas respectivas mães mencionados nos seus registros de batismo. Entretanto, a ausência da menção aos pais não significava, necessariamente, o desconhecimento de sua pessoa por parte da mãe e da sociedade, mas apenas a desaprovação moral da relação entre os pais por parte da Igreja. As relações consensuais entre homens e mulheres eram mais comuns do que o clero católico gostaria, e não só as relações furtivas, mas também aquelas que formavam laços estáveis e familiares.²⁴⁹

Supomos que o casamento era um objetivo perseguido por muitos, mas apenas alcançado por poucos, uma vez que as condições necessárias para que os noivos pudessem realizá-lo iam desde as proibições por parentesco, ainda que distante, até a necessidade de se ter recursos econômicos para pagar os custos do ritual que legitimava a união. Se essas eram dificuldades consideráveis para a população livre, ainda mais o eram para a população escrava.

Evidentemente, por sua condição, os cativos estavam à mercê da vontade dos senhores e condicionados pela limitação ou ausência de recursos financeiros.²⁵⁰ Há de se levar em

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 48.

²⁴⁹ FARIA, 1998, p. 63-65. A autora recorda que o casamento não era, necessariamente, o início de uma relação conjugal, mas tão somente sua oficialização aos olhos da Igreja. Stuart Schwartz também recorda que o casamento não era o início das famílias, necessariamente. SCHWARTZ, 1988, p. 310.

²⁵⁰ Apesar das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, documento eclesiástico que regulamentava as disposições do direito canônico no Brasil desde o início do século XVIII, prever que o sacramento do matrimônio era acessível aos escravos e não podia ser proibido pelos senhores, a realidade nem sempre era assim e, em muitas ocasiões, a autoridade senhorial, impedimentos financeiros ou complicadas limitações quanto à

conta, pois, que o casamento cativo não era a regra, a ilegitimidade sim fora a regra por longo tempo, inclusive para os livres. Porém, entendemos que isso não depõe contra sua importância, ao contrário. Uma vez que o casamento regularizava, aos olhos da sociedade branca, situações de fato vividas por casais, fossem estes livres ou escravos, o sacramento tornava-se um objetivo a ser perseguido, um sinal de adaptação e civilidade que diferenciava os legitimamente casados daqueles que viviam apenas uniões consensuais não sancionadas pela Igreja. Por isso, partimos do pressuposto que o casamento interessava aos escravos, também na Porto Alegre do século XIX.²⁵¹

A tabela 2.2 mostra os números de batizados legítimos e naturais registrados na catedral no período entre 1810-1835. Através dessa tabela, podemos observar que os legítimos correspondem a apenas 9,7% do total de crioulos batizados no período analisado. Os naturais, por sua vez, correspondem a 90,3%.

Tabela 2.2

Batizados de escravos crioulos legítimos e naturais, Porto Alegre (1810-1835)						
Períodos	Legítimos		Naturais		Totais	
	#	%	#	%	#	%
1810-1815	105	14,7	610	85,3	715	100
1816-1820	82	10,6	690	89,4	772	100
1821-1825	72	9,2	713	90,8	785	100
1826-1830	68	7,7	810	92,3	878	100
1831-1835	58	7,1	757	92,9	815	100
Totais	385	9,7	3580	90,3	3965	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA

A imensa maioria de naturais não deve nos iludir quanto à possibilidade de formação de famílias. Como dito, as dificuldades de acesso ao casamento, principalmente para a população escrava, não impedia que uniões consensuais se estabelecessem. Uma vez que essas uniões, fossem passageiras ou estáveis, não eram registradas, é com dificuldade que o pesquisador consegue levantar dados sobre elas. Entretanto, isso não depõe contra sua existência ou importância para a sociabilidade escrava.

extensão do parentesco constituíam-se em empecilhos para a sacração do matrimônio. Ver VIDE, 2007, p. 125-126.

²⁵¹ Ver FARIA, *op. cit.*, p. 140-147.

Comparando com o período anterior, percebe-se que o acesso ao casamento ficou mais difícil para os escravos.²⁵² Luciano Gomes encontrou um percentual de 23% de crioulos legítimos entre os batizados de escravos em Porto Alegre nas últimas décadas do século XVIII.²⁵³ O percentual de menos de 10% de legítimos que encontramos para o período de 1810 a 1835 e os percentuais decrescentes de cada quinquênio demonstram que havia uma tendência a que o acesso ao casamento se tornasse cada vez mais difícil aos cativos. O baixo índice de legitimidade entre os escravos é ainda mais destacado quando comparado ao percentual de legítimos entre as crianças livres batizadas que, nas últimas décadas do século XVIII era superior a 65% e, no primeiro decênio do século XIX, chegava a 77,4%.²⁵⁴

O cenário das primeiras décadas do século XIX, de aceleração do tráfico de escravos, bem como a preponderância dos pequenos plantéis de escravos em Porto Alegre, como vimos no capítulo 1, deve ter contribuído para esse quadro de forte ilegitimidade entre os cativos.²⁵⁵ Talvez mesmo a estabilidade das famílias escravas fosse afetada.

O mesmo efeito parece ter ocorrido na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, onde Petiz encontrou c. 34% de escravos legítimos entre 1755 e 1809, caindo esse percentual para c. 25% entre 1810 e 1835.²⁵⁶ Ainda assim, trata-se de um percentual bastante superior ao de Porto Alegre. Márcio Blanco, por sua vez, encontrou um padrão muito diferente para Cruz Alta, onde o contingente de crianças legítimas alcançava 63,1% dos batizados em meados do século XVIII.²⁵⁷ Já na freguesia de Santo Antônio da Patrulha, entre 1773 e 1824, Sherol dos Santos encontrou um padrão mais próximo do de Porto Alegre: 15,6% de batizados legítimos entre os escravos.²⁵⁸

Na paróquia de São Francisco, no recôncavo baiano, Stuart Schwartz não encontrou nenhuma criança escrava legítima no ano de 1816, enquanto entre os livres o percentual era de 34%. No final do século XVIII, nas paróquias Rio Fundo e Monte, o mesmo autor encontrou os percentuais de 19% e 15% de escravos legítimos. O autor vincula a pequena legitimidade principalmente às pequenas e médias propriedades, de meios mais urbanos, onde

²⁵² Sheila Faria comentou que as primeiras décadas do século XIX assistiram ao decréscimo do número de casamentos de escravos, de modo geral, na Colônia. Ver FARIA, 1998, p. 339-342.

²⁵³ GOMES, 2012, p. 211.

²⁵⁴ SCOTT, Dario; SCOTT, Ana Silvia Volpi; CAMILO, Nathan. Compadrio na Madre de Deus de Porto Alegre no final do período colonial. IN: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**. Águas de Lindóia/SP, 19 a 23 de novembro de 2012, p. 2.

²⁵⁵ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 120-125.

²⁵⁶ PETIZ, 2009, p. 167-8.

²⁵⁷ BLANCO, 2012, p. 108.

²⁵⁸ SANTOS, Sherol dos. **Apesar do cativo**: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824). (Dissertação de mestrado). São Leopoldo: UNISINOS, 2009, p. 151.

o espaço de autonomia dos escravos seria menor.²⁵⁹ Esse modelo parece valer também para Porto Alegre no início do século XIX, e talvez também para Santo Antônio da Patrulha, ambas localidades de ocupação precoce no Rio Grande de São Pedro, diferindo do padrão das localidades da fronteira aberta, nas quais a legitimidade entre os escravos era maior.

Em Porto Alegre, as uniões consensuais compunham a ampla maioria das relações afetivas entre os escravos e constituíam uma possibilidade de inserção e acomodação para os traficados, na maioria composta por africanos, encontrarem seu lugar no seio da comunidade escrava. É possível constatar isso a partir do percentual de mães africanas e crioulas em relação à legitimidade dos batizados crioulos. Quanto à cor, é possível supor que muitos dos escravos definidos como pretos fossem também africanos, o mesmo ocorrendo com as mães e os pais cuja origem e cor permaneceram indeterminadas e foram identificados apenas como escravos nos registros de batismos.

Passemos à análise das cores e das origens de mães e de pais das crianças escravas batizadas, de acordo com a tabela 2.3.

É preciso dizer que os dados se referem não ao número de mães ou pais, mas ao total de ocorrências das designações de cor e origem de mães e pais de batizados crioulos constantes nos registros. Algumas vezes, portanto, trata-se do mesmo genitor que, ao batizar outro rebento, foi computado novamente. Entretanto, entendemos que isso não interfere nos percentuais especificados nas tabelas, pela aleatoriedade das informações: todos os grupos foram computados da mesma forma. Além disso, essa forma de computar os dados referentes às cores e origens dos batizados permitiu a comparação com outros trabalhos que adotaram a mesma forma de tabulação.

Ao analisarmos as cores das mães das crianças escravas batizadas, constatamos a prevalência ampla das mães pretas, sobre as mestiças (pardas e cabras). As mães pretas totalizaram 55,3% de todas as mães constantes nos registros de batismo de escravos. Quando desconsideramos aquelas mães cujas designações de cor não constavam nos registros de batismo de seus filhos (ditas “indeterminadas”), as mães pretas eram 81,6% do total, frente a 17,8% de pardas e 0,6% de cabras, conforme tabela 2.3, a seguir.

²⁵⁹ SCHWARTZ, 1988, p. 318-19.

Tabela 2.3

Cor das mães dos escravos crioulos batizados em Porto Alegre (1810-1835)									
Cor	Todas as mães			Mães de naturais			Mães de legítimos		
	#	%	%*	#	%	%*	#	%	%*
Pretas	2192	55,3	81,6	2011	56,2	81,6	181	47,0	82,3
Pardas	477	12,0	17,8	438	12,2	17,8	39	10,1	17,7
Cabras	16	0,4	0,6	16	0,4	0,6	-	-	-
Indeterminadas	1280	32,3	-	1115	31,1	-	165	42,9	-
Total	3965	100	100	3580	100	100	385	100	100
Total s/ ind.	2685	-	-	2465	-	-	220	-	-

Fonte: LBEPA – AHCMPA.

*Percentuais sobre o total, excluindo as mães “indeterminadas” (sem menção à cor nos registros).

Silmei Petiz encontrou um percentual bem distinto para a fronteira oeste, onde apenas 34% das mães eram pretas, considerando o total (incluindo as indeterminações) entre 1810 e 1835.²⁶⁰

Por sua vez, para o período de 1772 a 1800, em Porto Alegre, Gomes também encontrou ampla maioria de mães pretas: 84,9%. Quanto às mães pardas, estas representavam 13,8%, e as cabras e mulatas perfaziam 1,3% do total. O autor chegou a esses números considerando apenas as mães cujas cores foram registradas nos livros de batismos, descontando-se, pois, as indeterminadas, assim como também procedemos para o período de 1810 a 1835.²⁶¹

Na comparação com os dados de Gomes para o final do século XVIII, destacam-se a manutenção do alto percentual de mães pretas e um pequeno, mas considerável aumento da participação das mães pardas, bem como a diminuição daquelas descritas como cabras.

Contudo, o aumento de mães descritas como “pardas”, bem como a diminuição percentual daquelas ditas “cabras”, pode ser interpretado como o resultado da ação do tempo e do aprofundamento das relações sociais entre os escravos e entre estes e a população livre. Hebe Mattos de Castro lembrou que o termo “pardo” revestia-se de um sentido social de vinculação ou distanciamento da liberdade, dependendo da circunstância, até meados do século XIX.²⁶² Sheila Faria também asseverou que o termo “pardo” era mais do que uma cor, mas certo reconhecimento social. Ser pardo poderia representar um distintivo social positivo, marca de ascensão social. Segundo Sheila Faria, o termo “pardo” designaria uma condição

²⁶⁰ PETIZ, 2009, p. 124.

²⁶¹ GOMES, 2012, p. 214.

²⁶² MATTOS DE CASTRO, 1995, p. 107.

social de maior proximidade ao mundo livre e/ou maior enraizamento no universo colonial, ou seja, distanciamento das raízes africanas. Por isso, algumas crianças escravas, filhas de pais crioulos e de avós africanos, poderiam ser designadas como pardas, ainda que na cor fossem pretas.²⁶³

Outra possibilidade, que não elimina a primeira, é que essas mães designadas pardas fossem fruto de relações de homens brancos com mulheres escravas. Faria se questionou se entre os escravos, batizados na freguesia de São Gonçalo do Recôncavo da Guanabara, em meados do século XVII e cujos registros indicavam pais incógnitos, não estariam os resultados das relações ilícitas dos senhores brancos com suas escravas. Ao fazê-lo, referia-se a um percentual de cerca de 14% de crianças escravas cujo pai foi omitido no registro.²⁶⁴

Quanto ao termo “cabra”, sua denotação podia ser pejorativa e, portanto, a menor frequência desse termo nos registros pode indicar maior enraizamento dos mestiços na sociedade. Este designativo teria um caráter geralmente degradante, como afirmou Karasch.²⁶⁵ Também não encontramos nenhum registro da expressão “mulata” como designação de cor para as mães dos batizados, tampouco para as crianças ou para os pais, como veremos adiante.

Ao analisarmos em separado as mães de batizados naturais e legítimos, constatamos que as mães de naturais, que correspondem à parcela dominante das genitoras, apresentam os mesmos percentuais já computados para todas as mães. Quanto às mães de batizados legítimos, não há alteração significativa dos percentuais verificados para as mães de batizados naturais: mantém-se a superioridade numérica das mães pretas amplamente (82,3%) frente às mães pardas (17,7%).

Na análise das cores das mães de legítimos, há de se destacar também a ausência da designação “cabra”. Pelo possível caráter inferiorizante do termo, supomos que o mesmo seria inadequado para a mãe de um batizado legítimo (que tivera seu filho dentro das regras do casamento católico ou regularizara sua situação após o nascimento daquele). O desaparecimento da designação “cabra” entre as mães de batizados legítimos também corrobora a valorização das relações sacramentadas pela Igreja na sociedade colonial.

Segundo Gabriel Aladrén, ao discutir a manumissão de escravos em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX, os libertos melhor posicionados social e economicamente tendiam a ser designados pardos, mesmo que fossem de ascendência africana.²⁶⁶ O autor

²⁶³ FARIA, 1998, p. 307.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 319-20.

²⁶⁵ KARASCH, 2000, p. 39. Ver também a discussão sobre a cor no caso policial de Tomé Vitorino, em ALADRÉN, 2009, p. 125-131.

²⁶⁶ ALADRÉN, 2009, p. 88.

recorda-nos que a sociedade colonial era profundamente hierarquizada, sendo que uma das coortes que determinava essa hierarquização era a cor. Longe de serem apenas estáticas, as compreensões sobre as designações de cor estavam em disputa, dentro do processo de mudanças políticas e sociais do período, o que incluía a construção da cidadania a partir da proclamação da independência, o aumento da proporção da população negra, quer africana quer crioula, e o conseqüente aumento do número de negros e pardos libertos ou nascidos livres (ditos “pardos forros”). De acordo com Aladrén

As estruturas hierárquicas do período colonial, profundamente influenciadas pelas divisões estamentais do Antigo Regime português, foram reelaboradas durante o processo de independência. Se em fins do período colonial era reservado um lugar específico para os “livres de cor” (expresso pela categoria de “pardos livres”), cuja intenção era diferenciá-los do conjunto de escravos e ex-escravos e, igualmente, sinalizar para sua ascendência africana, com a promulgação da Constituição de 1824 todos os livres e libertos nascidos no Brasil (ou naturalizados) passaram a ser cidadãos.

Portanto, a construção da nação brasileira e a definição dos direitos de cidadania foram processos marcados não somente por interesses classistas, mas também acompanhados de formas específicas de racialização.²⁶⁷

Portanto, assistiu-se entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX à tendência de distanciar-se a condição jurídica livre, mesmo de ex-escravos, da cor preta e da origem africana, ao que se prestava a designação de “pardo” ou “parda”. Por sua vez, o alto percentual de mães de cor preta reafirma a vinculação da escravidão com a população negra e africana, inclusive quanto à capacidade reprodutiva dos escravos.

Quanto aos pais de batizados legítimos, tinha-se a seguinte distribuição quanto à cor, excetuando os “indeterminados”: 76,3% eram pretos e 22,9% pardos, conforme consta na tabela 2.4. Destaca-se o maior contingente de pardos, na comparação com as mães de batizados legítimos, o que não encontra só explicação nos genitores listados como forros ou livres (são 8 casos), mas num número maior, de fato, de escravos pardos como pais de batizados legítimos. Convém ressaltar a ausência da designação “cabra”, assim como já havia sido identificado no caso das mães de legítimos.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 111.

Tabela 2.4

Cor dos pais dos escravos crioulos batizados como legítimos, Porto Alegre (1810-1835)			
Cor	#	%	%*
Pretos	200	51,9	76,3
Pardos	60	15,6	22,9
Indeterminados	123	31,9	
Branco	1	0,3	0,4
Índio	1	0,3	0,4
Total	385	100	100
Total s/ ind.	262		

Fonte: LBEPa - AHCMPA.

*Percentuais sobre o total, excluindo os pais “indeterminados” (sem menção à cor nos registros).

Para o final do século XVIII em Porto Alegre, Luciano Gomes encontrou os seguintes percentuais, desconsiderando-se os pais cuja cor foi silenciada nos registros de batismos: 87,7% de pretos e 12,3% de pardos.²⁶⁸ Na comparação com nossa pesquisa, além da já referida ausência dos cabras, destaca-se o aumento expressivo (quase o dobro) da proporção de pardos frente ao percentual encontrado por Gomes. Também os dados referentes aos pais indicam o aumento dos escravos crioulos quando comparadas as últimas décadas do século XVIII com as primeiras décadas do século XIX.

Em resumo, se tomarmos que o acesso ao casamento e, portanto, a legitimidade das uniões e dos filhos era um sinal de distinção social, corrobora-se o aspecto social positivo da designação “pardo”, assim como o negativo da designação “cabra” para a cor. Nem nos dados de Gomes, para o final do século XVIII, nem nos dados apresentados por nós, para o início do século XIX, consta a presença de pais “cabras” de legítimos. Com relação às mães de batizados legítimos, como já vimos, um percentual pequeno de “cabras” foi anotado por Gomes para o período entre 1782 e 1800 e nenhum caso para o período posterior, ao qual nos dedicamos. Além disso, embora a maioria das mães escravas fosse de pretas, o percentual de pardas era maior entre as mães de batizados legítimos. Esses percentuais são um indicativo de que a designação de cor poderia depender do tipo de relação social estabelecida, no caso, entre a legitimidade e a ilegitimidade.

Investiguemos a seguir as origens dos genitores de crianças escravas.

²⁶⁸ GOMES, 2012, p.215.

Quanto à origem, a maioria das mães era de africanas (60,2%), seguidas pelas crioulas (39,8%), conforme tabela 2.5. Na Porto Alegre do final do século XVIII, Gomes encontrou 75% de mães africanas e 25% de mães crioulas.²⁶⁹

Berute identificou ampla prevalência de escravos africanos sobre os crioulos, ainda agudizada na passagem da fase de estabilidade (entre 1788 e 1802, quando os africanos representaram 88% do total de cativos traficados) para a fase de aceleração do tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro (1809-1824, quando a proporção de africanos traficados representou 95% do total).²⁷⁰ Por sua vez, Osório, a partir da análise de inventários no período de 1810 a 1825, encontrou equilíbrio entre crioulos e africanos.²⁷¹ Berute sugeriu que tal discrepância indicaria “que, apesar de bem abastecida pelo tráfico, havia uma dinâmica interna na capitania, que possibilitava algum nível de reprodução natural dos cativos.”²⁷² De fato, o percentual bastante significativo de crioulos entre as mães e pais de crianças escravas batizadas, como veremos a seguir, confirma que havia uma dinâmica de reprodução natural entre os escravos, paralela ao afluxo de cativos via tráfico.

Tabela 2.5

Origens das mães de crioulos escravos batizados, Porto Alegre (1810-1835)									
	Todas as mães			Mães de naturais			Mães de legítimos		
	#	%	%*	#	%	%*	#	%	%*
Africanas	2189	55,2	60,2	2059	57,5	61,7	130	33,8	43,8
Crioulas	1447	36,5	39,8	1280	35,8	38,3	167	43,4	56,2
Indeterminadas	329	8,3	-	241	6,7	-	88	22,9	-
Total	3965	100	100	3580	100,0	100	385	100	100
Total s/ ind.	3636	-	-	3339	-	-	297	-	-

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

*Percentuais sobre o total, excluindo as mães “indeterminadas” (sem menção à origem nos registros).

O percentual de cerca de 40% de mães crioulas para o período de 1810 a 1835 evidencia a existência de considerável reprodução endógena, tendo já as filhas de africanas do período anterior gerado seus rebentos. É o que podemos concluir pelo crescimento expressivo do percentual de crioulas entre as mães dos batizados no comparativo entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX.

²⁶⁹ GOMES, 2012, p. 214.

²⁷⁰ BERUTE, 2006, p. 52.

²⁷¹ OSÓRIO, Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. IN: **Segundas Jornadas de História Regional Comparada**, 2005, p. 5 e 15.

²⁷² BERUTE, *loc. cit.*

Por sua vez, os 60% de mães africanas não devem ser minimizados. Podem ser atribuídos ao intenso tráfico de escravos (fase A, de 1810 a 1825, e crise da oferta africana, a partir de 1826) e à capacidade das mulheres africanas de estabelecerem uniões sob o cativo.

As mães de naturais, como representavam a maioria, apresentavam percentuais muito próximos aos das mães em geral: 61,7% de africanas e 38,3% de crioulas. Entretanto, entre as mães de legítimos as escravas crioulas preponderavam: 56,2% de crioulas frente a 43,8% de africanas. Tal qual a análise das cores das mães das crianças escravas já indicava, o casamento se fazia paulatinamente mais acessível às crioulas do que às africanas, embora a maternidade fosse acessível a todas. É provável que as crioulas, provavelmente por sua maior inserção social (o que incluiria o domínio de códigos culturais e o estabelecimento de relações sociais mais amplas), tivessem o caminho ao casamento mais facilitado.

Quanto aos pais, a proporção entre africanos e crioulos era equilibrada, com leve proeminência dos pais africanos: 52,3% e 47,7%, respectivamente (tabela 2.6). Os percentuais se explicam pelo maior volume de homens provenientes do tráfico transatlântico de escravos, o que inseria um número grande de africanos na concorrência do mercado matrimonial.

Os 47,7% de crioulos entre os pais de legítimos não devem ser encarados, portanto, como indício de menor capacidade dos escravos crioulos para estabelecerem relações sancionadas, mas antes demonstram o contrário: o maior acesso desses ao mercado matrimonial, provavelmente por dominarem melhor do que os africanos os códigos culturais, estabelecendo relações sociais e buscando o matrimônio com mais facilidade, apesar do afluxo constante de homens africanos através do tráfico de escravos. Isso fica mais claro quando lembramos que Mattos de Castro afirma que o casamento não se estabelecia entre indivíduos, mas entre famílias, de modo que o reconhecimento anterior de um lugar na comunidade era substancial para dar o passo em direção ao matrimônio. Conforme a autora, a formação de uma família legitimamente reconhecida pela Igreja implicava “certo tempo de permanência na área, convivência e aceitação.”²⁷³

²⁷³ Embora a autora exemplifique essas necessidades através da história de um homem livre do século XVII, chamado Domingos Carvalho, entendemos que essas prerrogativas também se aplicavam aos escravos, ainda no século XIX, em alguma medida, se partimos da hipótese de que os cativos tinham alguma autonomia para firmarem seus laços sociais. Ver MATTOS DE CASTRO, 1995, p. 31-33.

Tabela 2.6

Origens dos pais de escravos crioulos batizados como legítimos, Porto Alegre (1810-1835)			
	#	%	%*
Africanos	146	37,9	52,3
Crioulos	133	34,5	47,7
Indeterminados	106	27,5	-
Total	385	100	100
Total s/ ind.	279	-	-

Fonte: LBEPa - AHCMPA.

*Percentuais sobre o total, excluindo os pais “indeterminados” (sem menção à cor nos registros).

Além disso, o grande percentual de crioulos entre os pais de batizados escravos reflete uma mudança no padrão de acesso ao casamento entre as primeiras décadas do XIX e as últimas do XVIII. Gomes também encontrou maioria de africanos entre os pais de batizados escravos legítimos na Porto Alegre do final do século XVIII, mas numa proporção muito menor do que a que encontramos para o início do século XIX: 80,4% de africanos e 19,6% de crioulos (menos de 1/5 dos pais).²⁷⁴

Até aqui, podemos concluir que, segundo as designações de cor, as mães pretas foram amplamente majoritárias tanto entre os nascimentos de naturais como de legítimos, ou seja, tanto nos batizados de crianças fruto de relações consensuais como daquelas oriundas do casamento. Também entre os pais, houve maioria de pretos, ainda que o percentual de pardos fosse maior que o percentual do mesmo grupo entre as mães. Se pudermos tomar os parâmetros dos registros de batismos como reveladores da realidade da população escrava de Porto Alegre, poderemos afirmar que o conjunto dos dados assevera que a escravidão era primordialmente preta, associada aos homens e mulheres pretos independentemente dos tipos de uniões firmados entre eles, embora os pardos estivessem mais bem representados entre as uniões legítimas.

Por outro lado, ao examinarmos a origem, identificamos uma diferença entre os genitores de batizados naturais e legítimos. No caso das mães de naturais, a maioria era nitidamente africana, embora um percentual próximo a 40% fosse de crioulas. Já no caso das mães de batizados legítimos, a relação se invertia, sendo as africanas cerca de 40% dos casos. A conclusão a que chegamos é de que o acesso ao casamento era maior às escravas crioulas, com relações familiares mais estáveis e que compreendiam os códigos culturais da sociedade

²⁷⁴ GOMES, 2012, p. 215.

escravista. Os dados dos pais de legítimos parecem confirmar essa conclusão mais claramente: entre eles, o equilíbrio entre africanos e crioulos era sinal do acesso mais facilitado ao casamento por estes últimos, apesar da incapacidade da reposição dos plantéis de cativos via reprodução endógena e da aceleração do tráfico de escravos no período estudado. Lembrando-se que Berute encontrou, entre 1809 e 1824, razão de masculinidade de 228 entre os escravos importados para a província de São Pedro, a presença de cerca de 50% de crioulos entre os escravos que aceitaram o matrimônio é reveladora do acesso desse grupo aos recursos necessários para o casamento.²⁷⁵

Os dados apresentados até aqui indicam que as diferentes designações de cor e origem, no seio da própria comunidade escrava, se faziam refletir no acesso a recursos (como o casamento) e na diferenciação social. Interpretamos esses dados como parte de um projeto de sociedade arcaica, como apontaram João Fragoso e Manolo Florentino, que tinha por base a reiteração de mecanismos de desigualdade social, fazendo parte da reprodução de uma hierarquia social excludente. Segundo os autores citados, essa lógica fez parte de um modelo de sociedade vigente entre cerca de 1790 e cerca de 1840, período que os mesmos denominam “colonial tardio”, o que inclui o período de nosso estudo.²⁷⁶ Essa perspectiva se coaduna com as diferenças relacionadas aos designativos de cor em voga na sociedade colonial, como abordamos acima.

Passemos a observar com mais atenção o grupo dos pais e mães africanos, investigando suas áreas de procedência na África. Entendemos que não se tratavam de etnias, mas de origens demarcadas pelo tráfico de escravos, como recordam diversos autores.²⁷⁷

Em seu trabalho sobre o tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro, Berute recorda que era comum aglutinar todos os africanos embarcados num mesmo porto sob uma mesma designação de “nação”. Entretanto, essas designações impostas poderiam ser ressignificadas pelos próprios escravos no “processo de reorientação dos seus critérios de identidade”.²⁷⁸ O autor faz referência à teoria da etnicidade segundo a qual a identidade étnica é definida no jogo entre reconhecimento e diferenciação com o outro, entre influxos

²⁷⁵ BERUTE, 2006, p. 56.

²⁷⁶ FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 18-20.

²⁷⁷ Mary Karasch explica o significado de alguns termos de origem africana bastante recorrentes nas fontes sobre os escravos do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Ver KARASCH, 2000, p. 41-66. Jaime Rodrigues lembra que nação correspondia não à etnia, mas ao porto de embarque na África. Entretanto, poderia haver práticas culturais comuns relacionadas, por exemplo, à língua e à cosmologia. Ver RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa**: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 311-312.

²⁷⁸ Berute faz referência à noção de que a etnia não é parte de uma essência definitiva aos sujeitos, mas algo mobilizado, uma construção. BERUTE, 2006, p. 70-71.

endógenos e exógenos, de forma que, nas palavras de Phillippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart

[...] um grupo não pode ignorar o modo pelo qual os não-membros o categorizam e, na maioria dos casos, o modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com essa exo-definição.²⁷⁹

E ainda, sobre a imposição de um rótulo pelo grupo dominante a outros grupos subalternos, bem quanto à reação destes últimos

[...] o fato de serem coletivamente nomeados acabou por produzir uma solidariedade real entre as pessoas assim designadas, talvez porque, em decorrência desta denominação comum eles fossem coletivamente o objeto de um tratamento específico [...] Quanto mais forte é a dominação (o pólo máximo sendo a situação da escravidão), mais as pessoas às quais se aplica a exo-definição são coagidas a retomá-la por sua conta. Mas ali onde se restabelece o jogo dialético entre exo- e endo-definições é que não a retomam nunca tal qual, mas transformam-na identificando-se com ela.²⁸⁰

Gabriel Aladrén também faz referência à reconstrução das identidades deste lado do Atlântico. Os escravos refaziam pertencimentos através das heranças culturais africanas partilhadas e/ou da ressignificação dos termos designativos de “nação” utilizados pelos traficantes. Nessa perspectiva, as “nações”, embora atribuídas pelos dominantes, tornavam-se “emblemas de identidade étnica de um grupo”, indicando “grupos de procedência” que eram mobilizados aos desafios da condição escrava.²⁸¹ A experiência comum de travessia do Atlântico também constituía essa re-elaboração, conforme análise de Robert Slenes.²⁸² Por sua vez, ao tratar da Revolta dos Malês na Salvador de 1835, Eduardo Silva e João José Reis concluíram que os africanos “recriaram na Bahia uma rede cultural e institucional rica e peculiar, enraizada nas tradições étnicas africanas mas *readaptada ao contexto da escravidão* [...] [grifo nosso].²⁸³

Portanto, ao analisarmos as nações africanas, temos em mente que as preferências do tráfico de escravos por africanos de terminada área eram o *gérmen* não só da escravidão e do

²⁷⁹ POUTIGNAT, POUTIGNAT, Phelipe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 143.

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 145-6.

²⁸¹ ALADRÉN, 2009, p. 64-66. O autor baseia seus argumentos na perspectiva de Mariza Soares, segundo a qual a nação de vê ser entendida como grupo de procedência, de forma que “Esta noção, embora não elimine a importância da organização social e das culturas das populações escravizadas no ponto inicial do deslocamento, privilegia sua reorganização no ponto de chegada.” Ver SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 116. *Apud*. ALADRÉN, 2009, p. 65.

²⁸² SLENES, Robert. “*Malungo, ngoma vem!*”: África coberta e descoberta no Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, nº12, p. 48-67, dez. 1991/fev. 1992.

²⁸³ SILVA; REIS, 1989, p. 101.

escravo, mas também da recriação de identidades que funcionavam, inclusive, para resistir ao cativo.

Procuraremos, através da análise dos dados expostos nos gráficos a seguir, verificar as variações dos pais e mães africanos quanto à sua origem de embarque e quanto ao acesso ao casamento católico, através da legitimidade de seus filhos. Pretendemos também, identificar se os pais e as mães africanos das crianças escravas batizadas tiveram como portos de embarque aqueles mesmos apontados nos dados de importação do tráfico de escravos para o Rio de Janeiro e reexportados para o Rio Grande do Sul. Para isso, utilizamo-nos dos dados das designações de procedência constantes nos registros de batismos e organizados nas tabelas 2.A e 2.B, no Apêndice, em comparação com os dados do tráfico de escravos. As designações foram agrupadas por região geográfica, compondo 3 grandes áreas: África Ocidental, África Oriental e África Centro-Atlântica. Por sua vez, esta área pôde ser subdividida em outras 3 partes: Norte do Congo, Norte de Angola e Sul de Angola.²⁸⁴

Os dados a seguir correspondem àquelas mães e pais africanos cuja origem pôde ser identificada, excluídos os casos que apresentaram apenas designações genéricas como “africano”, “africana”, “de nação” ou “da costa”. Quanto a esse último termo, não encontramos elementos suficientes para afirmar tratar-se de uma localização específica da África como a costa ocidental africana ou a costa central atlântica. Já o termo “da costa leste” pôde ser relacionado à África Oriental.

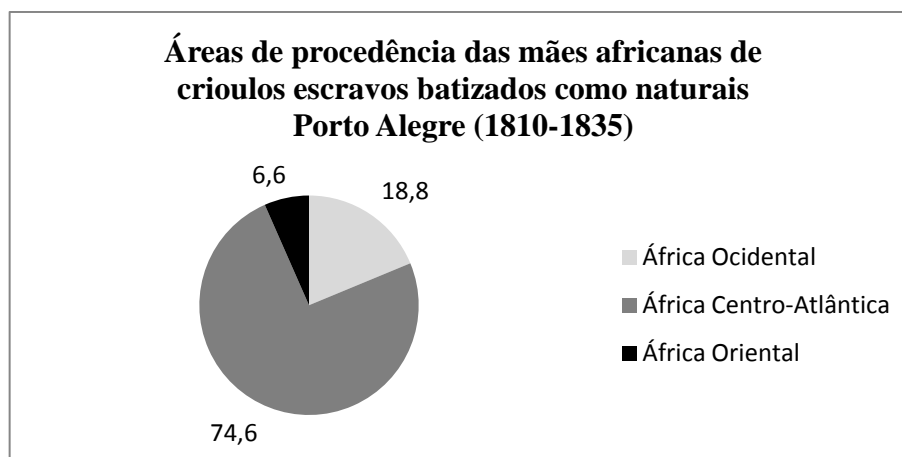
Os dados referem-se às ocorrências dos termos de designação de origem nas fontes, podendo um mesmo pai ou mãe ter sido computado por mais de uma vez caso tenha batizado mais de um filho ao longo do período estudado.

A partir do gráfico 2.3, constatamos que a grande maioria das mães africanas de batizados naturais era originária da África Centro-Atlântica (74,6%), seguidas daquelas oriundas da África Ocidental (18,8%) e da África Oriental (6,6%), em ordem decrescente. Dentre as primeiras, prevaleciam as mães oriundas do Norte do Congo (49,2%) com destaque

²⁸⁴ Mary Karasch, em sua pesquisa sobre os escravos do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, construiu um quadro que indica os portos de embarque dos cativos na África. A autora reuniu os grupos de africanos embarcados por área, estabelecendo a seguinte divisão do continente: África Ocidental (também chamada Costa Ocidental Africana) África Oriental e África Centro-Ocidental. Desta última área, também chamada África Centro-Atlântica ou Centro-Oeste Africano, veio a maioria dos escravos africanos para o Rio de Janeiro, de modo que a autora optou por fazer um exame mais detalhado dos portos de embarque desta área, subdividindo-a em 3 partes: Norte do Congo, Norte de Angola e Sul de Angola. O mesmo modelo foi adotado por Gabriel Berute (que investigou o tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro), bem como por outros autores. Ao procedermos ao tratamento da informação das origens dos escravos africanos, aglutinamos as designações constantes nos documentos da mesma forma, permitindo a comparação dos dados e dando conta das designações utilizadas em duas etapas fundamentais do tráfico de escravos: a travessia do Oceano Atlântico e a remessa dos escravos do Rio de Janeiro para a capitania/província de São Pedro. Ver KARASCH, 2000, p. 45 e Apêndice A.; também BERUTE, 2006, p. 170-3.

para as designações “congo” e “cabinda”; seguidas daquelas mães embarcadas no Sul de Angola (todas “benguelas”) e no Norte de Angola (destacando-se as designações “angola” e “rebolo”), respectivamente 35% e 15,8% das mães da África Centro-Atlântica.²⁸⁵

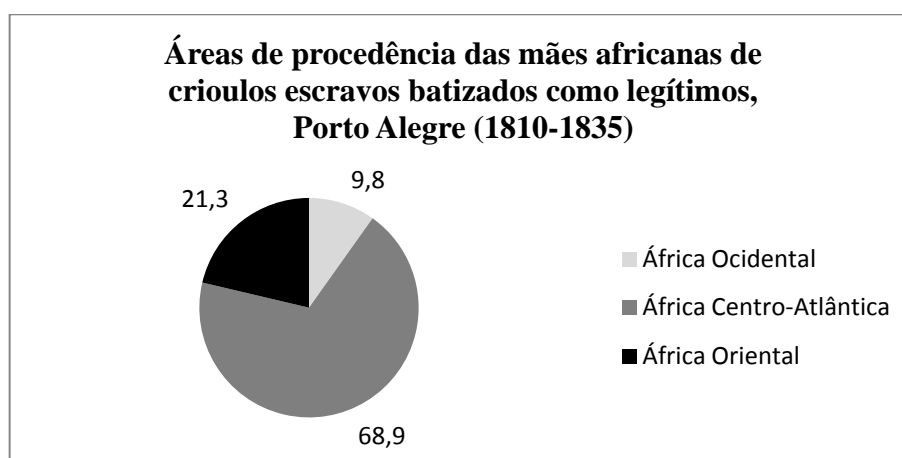
Gráfico 2.3



Fonte: LBEPA - AHCMPA.

No caso das mães africanas de batizados legítimos (Gráfico 2.4), aquelas oriundas da África Centro-Atlântica também compunham ampla maioria (68,9%). Nesse grupo majoritário, observamos um equilíbrio estrito: para cada uma das 3 sub-áreas elencadas (Norte do Congo, Norte de Angola e Sul de Angola) correspondia uma terça parte das mães africanas de batizados escravos legítimos.

Gráfico 2.4



Fonte: LBEPA - AHCMPA.

²⁸⁵ Ver Apêndice, tabela 2.A e gráfico 2.A.

Entretanto, entre as mães da África Ocidental e Oriental há uma inversão da ordem com relação às mães de crianças naturais, pois eram as últimas mais numerosas que as primeiras: as mães da África Oriental compreendiam 21,3% das mães de batizados legítimos, enquanto as mães da África Ocidental eram 9,8% do total.²⁸⁶

Portanto, as mães africanas eram, em geral, oriundas da África Centro-Atlântica, correspondendo a mais de 2/3 das mães, tanto de batizados legítimos quanto de naturais. Na seqüência, em ordem de decrescente de representatividade, estavam as mães da África Ocidental e aquelas da África Oriental. Entretanto, entre as mães de legítimos a parcela de mães oriundas da África Oriental era bem mais significativa, correspondendo a 1/5 das ocorrências e ultrapassando em números aquelas da África Ocidental.

Nos registros de batismos de Porto Alegre das últimas décadas do século XVIII, Luciano Gomes encontrou 88% das mães oriundas do Centro-Oeste Africano. Os 12% restantes incluíam mulheres da África Ocidental e algumas mães com designações indeterminadas.²⁸⁷

Pelo exposto, tanto os dados de Gomes sobre as últimas décadas do século XVIII como os dados que ora apresentamos sobre as primeiras décadas do século XIX indicam ampla maioria das mães provenientes da África Centro-Atlântica (Centro-Oeste africano), seguidas daquelas provenientes da África Ocidental.

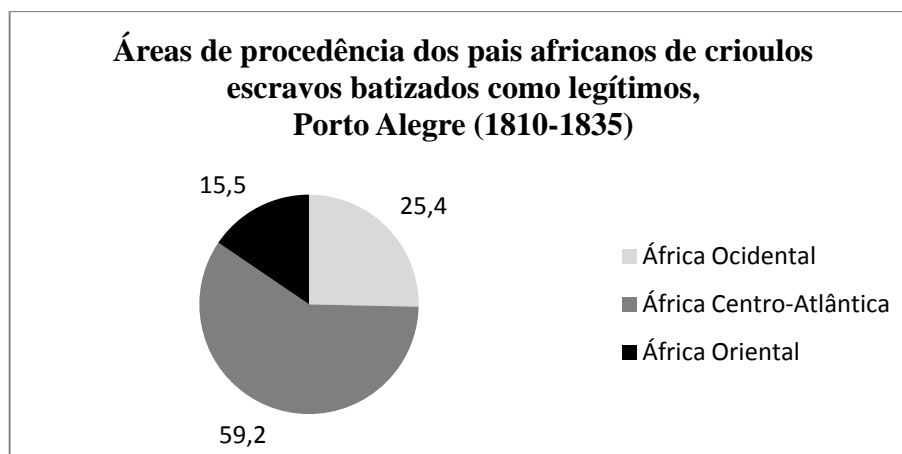
Portanto, o dado novo para as primeiras décadas do século XIX em Porto Alegre é o crescimento do número de mães da África Oriental, principalmente daquelas que batizaram filhos legítimos.

Por sua vez, no gráfico 2.5, ao analisarmos as origens dos pais africanos de batizados legítimos, encontramos a grande maioria (c.60%) originária da África Central-Atlântica, seguidos dos pais oriundos da África Ocidental (c.25%) e da África Oriental (15,5%).

²⁸⁶ Ver Apêndice, tabela 2.A e gráfico 2.B.

²⁸⁷ Entre as designações que não especificam uma área da África em particular, encontravam-se “guiné”, “nação” e “da costa”. Cf. GOMES, 2012, p. 214-215.

Gráfico 2.5



Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Quanto ao grupo majoritário, deparamo-nos com uma ampla maioria oriunda do Norte do Congo (71,4%), com destaque para as designações “congo” e “cabinda”, seguidos dos pais oriundos do Sul de Angola (16,7%), principalmente “benguelas”, e Norte de Angola (11,9%), principalmente “cassanges”.²⁸⁸

Em resumo, as mães e os pais africanos das crianças escravas batizadas eram oriundos, principalmente, da África Central-Atlântica, com destaque para a região Norte do Congo, seguidos dos originários do Sul e Norte de Angola, em ordem numérica decrescente. Entretanto, na passagem do século XVIII para o XIX em Porto Alegre, o quadro demográfico se complexificou, crescendo os contingentes de africanos da África Ocidental e da África Oriental, com destaque principalmente para esta última área.

Jovani Scherer analisou as origens dos escravos africanos entre 1810 e 1830, em Rio Grande, a partir de inventários. O autor encontrou também ampla maioria da África Centro-Ocidental (82,3%), seguidos daqueles traficados da África Ocidental (11,2%) e da África Oriental (6,5%). Escrutinando o grupo majoritário, Scherer encontrou 39,3% do Norte do Congo, 26,2% do Sul de Angola e apenas 16,8% do Norte de Angola.²⁸⁹ Por sua vez, Sherol dos Santos investigou as origens dos escravos africanos de Santo Antônio da Patrulha entre 1773 e 1824 a partir de registros batismo e crisma. Santos constatou que todos os africanos registrados eram oriundos da África Centro-Atlântica, sendo a maioria (56,5%) do Norte de Angola.²⁹⁰ Vê-se que o padrão que encontramos para Porto Alegre na primeira metade do

²⁸⁸ Ver Apêndice, tabela 2.B e gráfico 2.C.

²⁸⁹ SCHERER, 2008, p. 140.

²⁹⁰ SANTOS, 2009, p. 121.

século XIX não diferia de outras áreas do Rio Grande de São Pedro, ainda que se compare dados oriundos de fontes distintas.

Berute, ao analisar as origens dos escravos africanos traficados para o Rio Grande de São Pedro, encontrou também ampla maioria de africanos da África Central-Atlântica, destacando que entre o final do século XVIII e início do XIX merecia menção o grande aumento dos escravos oriundos da África Oriental. Para o período de 1809 a 1824, o autor encontrou 73,5% de escravos oriundos da África Centro-Atlântica, 16,8% provenientes da África Oriental e 9,7% vindos da África Ocidental. O autor atribuiu o aumento expressivo dos escravos afro-orientais às dificuldades dos traficantes de manterem algumas de suas rotas tradicionais de comércio devido à pressão inglesa contra o tráfico e à proibição do comércio de escravos acima da linha do Equador, conforme tratado de 1815.²⁹¹

De acordo com Florentino, a “África Oriental se consolidou como grande fonte abastecedora [de escravos] do porto do Rio depois de 1811.”²⁹² Essa constatação ajuda a explicar o aumento, por nós identificado, das africanas orientais no conjunto das mães de crianças escravas batizadas e reafirma a vinculação de Porto Alegre com o tráfico atlântico de escravos através, principalmente, do mercado do Rio de Janeiro.

Por sua vez, Helen Osório investigou as origens dos escravos africanos nos inventários do Rio Grande de São Pedro entre 1765 e 1825. A autora identificou que apenas 3% eram da África Oriental, 26% provinham da África Ocidental e a maioria, 71% vinham da África Centro-Ocidental. Dentre estes, havia certo equilíbrio entre as diferentes áreas, na seguinte ordem: 26% e 24% do Sul e do Norte de Angola, respectivamente, e 21% do Norte do Congo. A autora considerou normal o alto percentual de africanos da área Centro-Ocidental já que o Rio Grande de São Pedro era caudatário do tráfico de escravos a partir do porto do Rio de Janeiro, receptor dos cativos oriundos daquela área africana. Entretanto, surpreendeu-a o relevante percentual de africanos da África Ocidental, indicando que haveria ligações dos senhores de escravos sul-rio-grandenses com portos receptores de escravos daquela área, provavelmente com o porto da Bahia.²⁹³ De fato, Berute notou o expressivo aumento do tráfico de escravos do porto de Salvador para o Rio Grande de São Pedro entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Entre 1760 e 1770, só 0,3% dos escravos remetidos para fora da Bahia vieram para a Capitania de São Pedro, enquanto

²⁹¹ Entretanto, a amostra com que o autor trabalha para o referido período é muito pequena, devido à precariedade das fontes: são apenas 8 escravos, menos de 1% do total estudado. BERUTE, 2006, p. 70-75.

²⁹² FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 80-81.

²⁹³ OSÓRIO, 2005, p. 5 e 6; 15 e 16.

entre 1811 e 1820 essas remessas representavam 7% das reexportações de escravos da capital baiana.²⁹⁴

Ao detalhar as origens dos escravos oriundos da África Centro-Atlântica, Berute encontrou os seguintes percentuais: 28,5% do Norte do Congo, 57,1% do Norte de Angola e 14,3% do Sul de Angola.²⁹⁵ Os dados de Berute referem-se a uma amostra muito pequena (apenas 8 cativos num universo de 5.399 tiveram a procedência indicada) e por isso fica prejudicada a comparação. Os dados que apresentamos, embora diferentes percentualmente, possibilitam outra apreciação das áreas de procedência dos escravos africanos de Porto Alegre, tanto das mulheres quanto dos homens.

Cabe, agora, investigar se os arranjos matrimoniais obedeceram às clivagens de cor e origem, isto é, se houve ou não preferências endogâmicas entre os escravos.

Tabela 2.7

Cor dos pais e das mães de crioulos escravos batizados como legítimos, Porto Alegre (1810-1835)			
Pai	Mãe		Total
	Preta	Parda	
Preto	170	1	171
Pardo	2	29	31
Total	172	30	202

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Quando analisamos os arranjos dos casamentos entre escravos pela cor (tabela 2.7), constatamos a prevalência das preferências endogâmicas. Em 202 assentos de batismos de legítimos constavam as cores de ambos os genitores. Desses casamentos, 98,5% apresentavam os pais e as mães como tendo as mesmas cores: quase a totalidade.

Ao examinarmos as origens dos pais e mães casados (tabela 2.8), encontramos nos assentos de batismos de legítimos também uma clara tendência à endogamia, embora menos acentuada que a clivagem de cor: de um total de 207 assentamentos que registram as origens de ambos os genitores, em 81,6% dos casos os pares eram formados por dois escravos africanos ou dois escravos crioulos.

²⁹⁴ BERUTE, *op. cit.*, p. 70.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 172-3 (Apêndice 8).

Tabela 2.8

Origens dos pais e das mães de crioulos escravos batizados como legítimos, Porto Alegre (1810-1835)			
Pai	Mãe		Total
	Africana	Crioula	
Africano	85	28	113
Crioulo	10	84	94
Total	95	112	207

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

A tendência endogâmica agia tanto na seleção da cor quanto da origem. Entretanto, a cor parecia ser o aspecto principal. Compreendemos que essa ênfase na cor como característica de formação dos casamentos precisa ser lida dentro do marco ideológico da escravidão que tinha na cor a diferenciação social básica, sinal da proximidade ou do distanciamento em relação ao cativo, de forma que mesmo entre os escravos a cor seria um índice central na escolha do cônjuge. Evidentemente, ao cruzarem-se os dados de cor e origem, seria muito mais fácil encontrarem-se casais de escravos pretos do que pardos em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX. Isso se dava pela prevalência dos escravos africanos. Quanto às uniões mistas, estas eram raríssimas, ao menos àquelas sancionadas pelo casamento católico, conforme tabela 2.7.

Gomes encontrou, para a última década do século XVIII em Porto Alegre, o percentual de 91% de endogamia entre os casais de escravos quando consideradas as origens dos cônjuges e quase 100% de endogamia quando consideradas as cores dos genitores de batizados legítimos.²⁹⁶

Ao compararmos os dados do final do século XVIII e do início do século XIX, constatamos a manutenção da clivagem de cor na composição dos casais que batizaram crianças legítimas. Esse padrão está de acordo com uma tendência já acima mencionada de que a escravidão manteve-se relacionada fortemente à cor preta.

Quanto à origem dos cônjuges, a endogamia também se manteve como modelo, embora uma queda de aproximadamente 9% entre os dois períodos mencionados não possa ser desconsiderada. Se, em relação à cor, a clivagem acentuada não permite visualizar uma zona de contato entre pretos e pardos, por sua vez, ao se examinar as origens dos cônjuges, transparece a possibilidade da formação de casais de origens diversas. Numericamente, quando se tratava de casais com cônjuges de diferentes origens, os dados indicam a maior

²⁹⁶ GOMES, 2012, p. 223.

frequência do casamento de homens africanos com mulheres crioulas (em sua maioria pretas, respeitando-se a clivagem de cor, seguidas das pardas). Outra possibilidade menos frequente era a união de um homem crioulo com uma mulher africana.

Como Mariza Soares, enxergamos no exame dos casamentos de escravos uma rica possibilidade de captar as possibilidades de coesão e dissensão no interior dos plantéis de escravos. Como diz a autora:

(...) as opções matrimoniais são, como se vê, um excelente campo de análise para pensar as diferentes alternativas de organização dos grupos de procedência mostrando como as opções podem se alterar de acordo com o lugar, a época e as condições a que os grupos estão submetidos.²⁹⁷

Suspeitamos que a explicação da ordenação exposta acima quanto aos enlaces de cônjuges de origens diversas deve ter um fundamento demográfico. O mercado matrimonial, num período de aceleração do tráfico de escravos, como eram as primeiras décadas do século XIX, inundava-se de homens africanos. Na Porto Alegre desta época, os escravos africanos eram maioria, mas o contingente de cativos crioulos havia também subido em relação ao final do século XVIII (como vimos com relação às mães e pais das crianças escravas batizadas). Ambos, crioulos e africanos preferiam casamentos endogâmicos, mas também a razão de masculinidade era um dos fatores determinantes da possibilidade para se realizarem ou não tais enlaces. O excesso de homens africanos possibilitava casamentos inclusive com mulheres crioulas que estivessem dispostas a tais uniões. Já as mulheres africanas perfaziam menos casamentos com escravos crioulos pela razão inversa: a escassez de mulheres tornava as africanas também disputadas pelos escravos nascidos no âmbito colonial, embora estivessem em desvantagem nessa disputa em relação à grande maioria de africanos, já que se tinha a preferência por uniões endogâmicas. Ao que parece, num cenário populacional de razão de masculinidade positiva, no qual o percentual de homens era tanto maior quanto maior fosse o plantel de escravos, como vimos no capítulo 1, a decisão quanto ao casamento caberia mais a mulher do que ao homem.

Num exercício simples, considerando os dados da tabelas 2.7 e 2.8 acima, vimos que as ocorrências de casamentos de mulheres crioulas com homens africanos eram quase o triplo do número de enlaces de mulheres africanas com homens crioulos. Entendemos que agiam, nesse sentido, as quantidades dissimilares de homens e de mulheres de cada origem, sobrepondo-se às preferências endogâmicas já expressadas.

²⁹⁷SOARES, Mariza de Carvalho. Identidade étnica, religiosidade e escravidão. Os “pretos mina” no Rio de Janeiro (século XVIII). (tese de doutorado). Niterói: UFF, 1997, p. 105, *apud* FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. IN: **Tempo**: Revista de História da UFF, vol. 11, n22, ano 7, 2006, p. 122-146.

Se tivéssemos que estabelecer uma hierarquia quanto ao acesso ao casamento entre os escravos de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX, diríamos que no topo da escala estariam as uniões entre africanos; seguir-se-iam as uniões entre crioulos; em terceiro lugar, as uniões entre pardos; uma quarta possibilidade seriam as uniões mistas de homens africanos com mulheres crioulas; finalmente, em quinto lugar, estariam os casamentos entre crioulos com mulheres africanas.

Sheila Faria, ao estudar os casamentos entre escravos na freguesia de Campos dos Goytacazes no final do século XVIII, também percebeu que a demografia, isto é, o tamanho de cada grupo de escravos, por sexo, origem e cor, bem como as preferências endogâmicas, agiam na consecução das uniões matrimoniais. Além disso, impedimentos por consangüinidade e o pertencer ou não ao mesmo plantel de escravos também limitavam as possibilidades de casamento para os escravos.²⁹⁸

Mesmo quando analisamos os poucos casos nos quais homens livres ou forros aparecem como pais de batizados escravos legítimos (tabela 2.9), encontramos também a tendência de aproximação pela cor: dos 7 homens forros que contraíram matrimônio com escravas, 5 o fizeram com mulheres de sua mesma cor.

Tabela 2.9

Pais livres ou forros x mães de escravos crioulos batizados como legítimos, Porto Alegre (1810-1835)			
Pai	Mãe		Total
	Preta	Parda	
Branco		1	1
Índio	1		1
Preto	3		3
Pardo	2	2	4
Total	6	3	9

Fonte: LBEPA - AHCOMPA.

Segundo Eliana Goldschmidt, esses homens livres e forros que casavam com escravas o faziam por uma questão de sobrevivência, procurando aproximarem-se dos poucos recursos que o ser escravo de um grande senhor proporcionava.²⁹⁹

²⁹⁸ Segundo Sheila Faria, as possibilidades de contrair matrimônio no período colonial envolviam a maior ou menor possibilidade de encontrar parceiros. Por isso, com relação às mulheres escravas, as possibilidades de casamento seriam maiores para as africanas do que para as crioulas. Ver FARIA, 1988, p. 335-339.

²⁹⁹ GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. **Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo colonial**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2004, p.114.

Em resumo, os dados de nossa investigação sobre as preferências matrimoniais entre os escravos de Porto Alegre no início do século XIX apontam a maior frequência de casamentos endogâmicos, cujo fator principal era a cor dos cônjuges, seguida pela origem dos mesmos, o que confirma uma tendência já observada no século XVIII.³⁰⁰

2.4 Batismos de africanos – outras correspondências com o tráfico

No item 2.2, pudemos verificar que havia vinculação entre os batismos de escravos e as variações no tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro, de forma que o incremento do comércio de escravos para a capitania ao longo das primeiras décadas do século XIX incidiu num aumento das ocorrências de batismos de crianças e de africanos em Porto Alegre. Neste item, examinamos as ocorrências de batismos de africanos com o intuito de identificar as idades, as origens e a razão de masculinidade dos cativos, cruzando os resultados apurados com os dados referentes ao tráfico de escravos. As variações desses 3 parâmetros demográficos, suscetíveis às oscilações do tráfico de escravos, estariam refletidas também nos registros de batismo dos cativos de Porto Alegre entre 1810 e 1835? Eis a pergunta que procuramos responder neste item. Em caso positivo, poderíamos ratificar o grau de vinculação da estrutura de propriedade de escravos em Porto Alegre com a dinâmica do mercado de escravos.

Nos registros de batismo de africanos fazia-se, eventualmente, menção à idade ou faixa etária dos escravos batizados. Algumas vezes, o registro limitava-se a constatação de se tratar de uma criança ou de um adulto. Eram aproximações aos olhos dos senhores³⁰¹ e dos párocos, mas nisso não diferem de outras fontes nas quais aspectos da vida dos cativos são

³⁰⁰ GOMES, 2012, 216-218.

³⁰¹ No mercado do Valongo, no Rio de Janeiro, entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX, relatos dão conta de que os senhores apalpavam, observavam línguas e dentes e faziam com que os escravos corresse e fizessem outras demonstrações de capacidade física que pudesse indicar as idades e seu estado de saúde antes de fecharem negócios. Ver RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 306. Tratava-se de aferição aproximada da capacidade física e das idades dos escravos por parte dos futuros senhores, procedimento que não deveria diferir no Rio Grande de São Pedro. Em outras áreas do Brasil colonial, as idades também eram estipuladas pela aparência. Também investigando o mercado de escravos do Valongo, no Rio de Janeiro, Mary Karasch relembra que se exigia dos escravos que dançassem e se mexessem, como sinal de saúde física aos comparadores, embora se escondessem os verdadeiros sentimentos de apatia e depressão. Além disso, os escravos eram dispostos por idade, sexo e nacionalidade, para facilitar a apreciação dos compradores. Ver KARASCH, 2000, p. 80-82. Sobre a Bahia, Stuart Schwartz afirmou que, apesar da imprecisão na separação das categorias etárias, foi possível examinar a população escrava ao se distinguir entre crianças, adultos e idosos. SCHWARTZ, 1988, p.288.

nos dados a saber através dos olhares de terceiros, em geral brancos livres³⁰². Feita a ressalva, as idades registradas permitem que se percebam quais eram as faixas etárias mais recorrentes entre os escravos africanos em Porto Alegre, entre 1810 e 1835.

Por sua vez, o registro das origens dos africanos batizados obedecia à regra genérica de se fazer menção ao porto de embarque, embora nalgumas vezes fosse feita referência a designações mais específicas.³⁰³

Quanto à razão de masculinidade, trata-se do dado mais preciso do qual dispomos sobre essa população, já que através do nome do escravo (e da concordância de gênero dos termos empregados no registro de batismo, caso houvesse dúvida) ficava patente tratar-se de homem ou mulher. Pudemos, inclusive, calcular a razão de masculinidade para cada faixa etária, investigando se havia ou não variações relevantes entre os escravos africanos batizados.

Gabriel Berute, ao analisar o tráfico de escravos para o Rio Grande do Sul entre c. de 1790 e c. de 1825 através dos códices policiais do Rio de Janeiro e das guias de transporte de escravos, discutiu as características dos cativos importados: faixas etárias e sexo; naturalidade (se africanos ou crioulos) e condição (se ladinos ou boçais).

A análise da variável idade foi prejudicada, no estudo de Berute, pelo sub-registro dessa informação nas fontes, particularmente para os africanos entre os anos de 1809 e 1824.³⁰⁴ Entretanto, apesar das imprecisões ou omissões, o autor pôde estipular faixas etárias de infantes (0 a 14 anos), adultos (15 a 49) e idosos (acima de 50 anos), o que lhe permitiu verificar a participação de cada faixa etária no tráfico de escravos para o sul da América portuguesa de acordo com as fases de oscilação do comércio de escravos, bem como discutir com outros autores que se utilizaram dos mesmos recortes etários em seus estudos.³⁰⁵ Para efeitos de comparação, adotamos o mesmo procedimento em nossa análise.

Segundo estudo de Manolo Florentino sobre o tráfico de escravos a partir do mercado do Valongo e do porto do Rio de Janeiro, entre 1822 e 1833, a exportação dos escravos feita através do mercado carioca era dominada pelos escravos adultos (cerca de 80% do contingente desembarcado), ressaltando-se a faixa de 10 a 14 anos que alcançava o terceiro

³⁰² Sobre os registros de batismo como fontes mediadas pelo olhar do homem branco, GÓES, 1993, p. 21-22. Sobre o uso dos relatos de viajantes e pinturas de artistas como fontes históricas, ver SLENES, 2011, cap. 3, p. 139-238. Esse autor considera que “(...) as opiniões de observadores no século XIX sobre a família escrava são mais úteis para revelar desvios no “olhar” branco do que no “lar” negro.” *Ibidem*, p. 140.

³⁰³ Já fizemos referência à discussão em torno do temo “nação” nas páginas 141 e 142 dessa dissertação.

³⁰⁴ BERUTE, 2006, p. 60.

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 58-59. O autor adota o mesmo recorte das faixas etárias que Stuart Schwartz utilizou em seu estudo sobre a Bahia colonial. Ver SCHWARTZ, 1988, p. 288-290. Ver também FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 131-132.

contingente de escravos ali comercializados (pouco mais de 20%).³⁰⁶ Para o período imediatamente anterior, de 1788 a 1802, Berute pôde constatar o expressivo contingente de crianças escravas traficadas para o Rio Grande de São Pedro: eram 36%, ainda que se tenha que considerar que 56% dos escravos traficados não tiveram a idade referida. Dessas crianças, quase a totalidade tinha entre 10 e 14 anos (c. 32% do total de escravos traficados), constituindo o maior grupo etário, tanto entre africanos quanto entre crioulos. Ainda com relação aos africanos, seguia-se o grupo dos escravos com 15 a 19 anos³⁰⁷, indicando que a preferência do mercado de escravos do sul da América portuguesa era por escravos jovens.³⁰⁸

Os registros de batismos dos cativos de Porto Alegre, entre 1810 e 1835, felizmente mencionam freqüentemente as idades dos escravos africanos, conforme tabela 2.10.

Tabela 2.10

**Variação da faixa etária dos escravos africanos batizados
em Porto Alegre, por sexo (1810-1835)**

Faixas etárias	Homens		Mulheres		Total		% na faixa etária		R*
	#	%	#	%	#	%	H*	M*	
Menos de 5	3	0,5	5	1,4	8	0,8	37,5	62,5	60
5 a 9 anos	6	1,0	5	1,4	11	1,1	54,5	45,5	120
10 a 14 anos	141	23,1	81	22,6	222	22,9	63,5	36,5	174
15 a 19 anos	214	35,1	128	35,8	342	35,3	62,6	37,4	167
20 a 24 anos	173	28,4	103	28,8	276	28,5	62,7	37,3	168
25 a 29 anos	43	7,0	21	5,9	64	6,6	67,2	32,8	205
30 a 34 anos	22	3,6	12	3,4	34	3,5	64,7	35,3	183
35 a 39 anos	2	0,3	-	-	2	0,2	-	-	-
40 a 44 anos	4	0,7	3	0,8	7	0,7	57,1	42,9	133
45 a 49 anos	1	0,2	-	-	1	0,1	-	-	-
Adultos	4	0,7	5	1,4	9	0,7	44,4	55,6	80
Totais	610	100	358	100	968	100	63,0	37,0	169

Fonte: LBEPA - AHCMPA. *H: Homens; M: Mulheres; R: Razão de masculinidade.

³⁰⁶ FLORENTINO, 1997, p. 59; 221. Os dados também estão publicados em FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 131-132; 233.

³⁰⁷ BERUTE, 2006, p. 60-63.

³⁰⁸ O autor ressalta que o entendimento contemporâneo sobre a idade de uma criança não pode iludir quanto ao papel econômico que os jovens escravos tinham nos plantéis. Um jovem de 7 a 8 anos já exercia tarefas e aquele que excedia os 14 anos já não poderia mais ser considerado criança. Ver *Ibidem*, p. 64-65.

Dos 1056 africanos batizados, 968 tiveram sua idade mencionada. A tabela 2.10 apresenta a indicação das idades dos africanos batizados na freguesia de Porto Alegre entre 1810 e 1835, bem como a razão de masculinidade dos mesmos.

Segundo os dados da tabela 2.10, os adultos, na soma das faixas entre 15 a 49 anos, representavam pouco mais de 75% dos batismos de africanos, enquanto que as crianças aproximaram-se de 25%. Registre-se que na documentação não houve referência a idosos, o que com certeza é reflexo não só da pouca participação de africanos velhos no tráfico, mas, principalmente, do tipo de fonte por nós consultada.

Há de se destacar que entre as crianças, a quase totalidade dos registros de batismo refere-se à faixa etária dos 10 aos 14 anos. Também neste levantamento documental, tratava-se do terceiro grupo etário em tamanho, evidenciando as correspondências entre os dados provenientes dos registros de batismo e do tráfico de escravos.

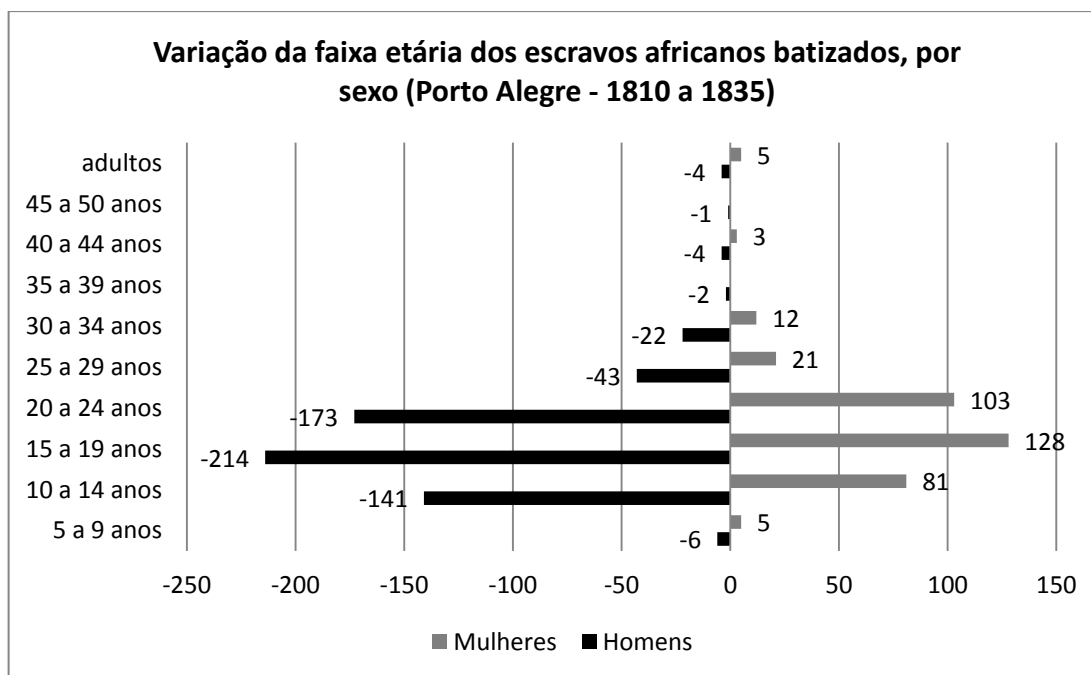
O perfil jovem da escravaria de Porto Alegre já se apresentava no final do século XVIII. A partir do rol de confessados de 1782, Luciano Gomes constatou que 31,4% dos escravos de Porto Alegre eram crianças entre 0 e 14 anos, enquanto cerca de 60% tinham entre 15 e 44 anos. Entre os escravos africanos batizados, Gomes pôde constatar um perfil jovem predominante, em média de 17 anos.³⁰⁹

Há correspondência desses números com os levantamentos sobre o tráfico de escravos: quanto aos africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro entre 1822 e 1833, recorde-se que Manolo Florentino encontrou uma prevalência de adultos ao redor de 80% e também verificou que o grupo das crianças de 10 a 14 anos correspondia ao terceiro mais relevante em tamanho. Também Berute, para o período de 1788 a 1802, encontrou cerca de 1/3 de africanos traficados para o Rio Grande de São Pedro nessa faixa etária, conforme já citado acima.

Para melhor visualização e apreciação, o gráfico 2.6 apresenta uma pirâmide etária dos africanos batizados, de acordo com o número de ocorrências. Como se poderia esperar, a maioria dos escravos africanos estava nas faixas correspondentes a idades mais produtivas, de 15 a 24 anos, sendo adultos jovens.

³⁰⁹ GOMES, 2012, p. 50, 118 e 215.

Gráfico 2.6



Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Decompondo a análise, a faixa etária mais relevante correspondia aos jovens de 15 aos 19 anos, que abrigava cerca de 35% do total (342 africanos batizados), seguida dos adultos entre 20 e 24 anos, que eram c. 30% (com 276) e, como já dito, das crianças entre 10 e 14 anos, c. 23% (222 infantes). Esses percentuais incluíam tanto mulheres quanto homens africanos traficados.

Ressalte-se que o formato da pirâmide etária dos africanos batizados, gráfico 2.6, é semelhante àquela da pirâmide etária analisada por Florentino e Góes a respeito dos escravos africanos reexportados a partir do mercado do Valongo, no Rio de Janeiro, entre 1822 e 1833³¹⁰. Em ambas, o volume principal de africanos, tanto homens quanto mulheres, se concentra nas faixas etárias de 15 a 19 e de 20 a 24 anos. As demais faixas são bastante reduzidas, com exceção das faixas etárias 10 a 14 anos, de 25 a 29 e de 30 a 34 anos, nessa ordem em ambos os levantamentos. Além disso, nos dois estudos o volume de homens é sempre maior que o de mulheres.

Ao somarmos os percentuais de cada grupo para compor três faixas globais - infantes, adultos e idosos - como procederam os autores de *A paz nas senzalas*, encontramos também percentuais correspondentes aos encontrados por eles: enquanto entre os africanos exportados a partir do Valongo os infantes (de 0 a 14 anos) somaram 20,4% e os adultos (de 15 a 49

³¹⁰ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 132 e 233.

anos) somaram 79,1%, entre os africanos batizados em Porto Alegre os percentuais foram de 24,8% para infantes e 75,6% para adultos, conforme tabela 2.10 acima.³¹¹

Convém também tecer comparações com outra pirâmide etária: a dos africanos inventariados na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro entre 1810 e 1835. Construída por Silmei Petiz, essa pirâmide mostra distorções semelhantes às que vemos no gráfico 2.10: base inexistente, indicando percentual nulo de crianças de peito, e concentração nas faixas etárias de 15 a 49 anos, representando os escravos em idade produtiva (79,7%). As diferenças ficam por conta de um percentual considerável de escravos africanos acima de 50 anos (18,1%) e do fato de que a faixa etária dos jovens de 10 a 14 anos era muito pequena (2,2%) na fronteira oeste. Entretanto, ampliando o período cronológico de estudo, Petiz encontrou nada menos que 30% de crianças entre 10 a 14 anos e 37,7% de adultos jovens, de 15 a 20 anos, dentre os africanos batizados, entre 1755 e 1835, na fronteira oeste da capitania de São Pedro. Para explicar esse grande número de crianças africanas batizadas, o autor citou estudo de Manolo Florentino sobre o tráfico de escravos. Segundo esse autor, as pressões internacionais sobre o tráfico de escravos ensejaram novas estratégias de reposição dos cativos por parte dos senhores. Entre essas, o aumento da aquisição de crianças escravas como aposta de longo prazo, além do incentivo à reprodução natural.³¹²

Finalmente, Farinatti encontrou o expressivo contingente de 21% crianças escravas em Alegrete (também na fronteira oeste sul-rio-grandense) entre 1831 e 1850. Esse percentual relevante indica a viabilidade da reprodução endógena dos plantéis de escravos naquela área. Porém, esse dado se referia a todas as crianças escravas constantes dos inventários pesquisados pelo autor e não somente de crianças escravas africanas.³¹³ De fato, os quase 25% de africanos de até 14 anos que constam nos livros de batismo de escravos de Porto Alegre, entre 1810 e 1835, constituem um forte indício das preferências dos senhores porto-alegrenses quando da compra de escravos.

Os batismos de africanos em Porto Alegre, dessa forma, parecem refletir o perfil dos africanos traficados do Rio de Janeiro para o Rio Grande de São Pedro. Os dados dos batismos de africanos em Porto Alegre refletem de forma bastante próxima as preferências do mercado de escravos para o Rio Grande de São Pedro. Se tomarmos os registros de batismos como evidência das preferências dos senhores de escravos, fica clara opção pela compra de cativos em idade produtiva. Não raramente, adquiriam crianças entre os 10 e os 14 anos. Por

³¹¹ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 233.

³¹² PETIZ, 2009, p. 109-114.

³¹³ FARINATTI, 2010, p. 300.

serem muito jovens, mas tendo já superado a primeira infância, afetada por grande índice de mortalidade, é possível que os senhores tenham identificado nessas crianças escravas uma possibilidade de exercer com mais facilidade sua autoridade senhorial, coadunada com a possibilidade de treiná-las para tarefas específicas, como o trabalho doméstico. Além disso, razões de mercado como preço e oferta poderiam tornar atrativa a aquisição de escravos mais jovens, projetando que um maior tempo de efetiva exploração do trabalho compensaria uma taxa de dependência maior nos primeiros anos.

É também provável que a classe senhorial da capitania do Rio Grande de São Pedro não tivesse o aporte monetário necessário para adquirir apenas escravos adultos, de modo que a aquisição de jovens de 10 a 14 anos se tornava atrativa.³¹⁴ Berute concluiu que, em geral, os escravos traficados para o Rio Grande de São Pedro entre o final do século XVIII e o início do século XIX eram bastante jovens, o que era consequência da significativa presença destes no tráfico transatlântico e da recorrente utilização de crianças nas atividades produtivas da sociedade escravista sul-rio-grandense.³¹⁵ Segundo Jaime Rodrigues, os capitães dos navios negreiros preocupavam-se com a “qualidade dos escravos” ao negociá-los na África, sendo que a idade era um dos elementos a ser considerado: “moções e moleconas” entre 10 e 20 anos eram bastante requisitados pelos traficantes e poderiam render maior lucro na venda no Brasil.³¹⁶ Por sua vez, ao comentar a ascensão do porto afro-oriental de Quilimane no tráfico de escravos para o Brasil, Karasch asseverou que “Preços mais baixos e um fornecimento adequado de jovens de dez a quatorze anos de idade atraíam também os traficantes brasileiros”.³¹⁷

Não era desconhecida a participação de crianças em diversas tarefas e, portanto, sua utilidade econômica nas propriedades de escravos. Saint-Hilaire, ao descrever sua visita à charqueada de Gonçalves Chaves na então paróquia de São Francisco de Paula, referiu-se a uma criança escrava que exercia afazeres domésticos. O viajante francês fez referência,

³¹⁴ Segundo Osório, a falta de moeda circulante “Foi uma realidade colonial generalizada”. No Rio Grande de São Pedro, em 1814, a ausência de moeda portuguesa obrigou a Junta da Fazenda Real a receber parte do pagamento do contrato do dízimo “em pesos fortes de prata espanhola”, o que indicava a raridade da moeda portuguesa na capitania. OSÓRIO, 2007, p.209-212.

³¹⁵ Uma criança escrava de 10 anos poderia valer o dobro de uma de 4 anos. Aos 14 anos, seu preço de mercado era próximo ao dos adultos. Quanto a acesso ao mercado de escravos, Berute cita Karasch sobre a primazia que os senhores cariocas teriam na compra dos melhores escravos. BERUTE, 2006, p. 62-65. De fato, essa autora afirma que a boa aparência e condição física do escravo poderiam determinar sua compra, preferencialmente por senhores cariocas, de modo a completar seus plantéis domésticos, enquanto o escravo sem os “padrões brancos de beleza” teria mais chance de ser “mandado para as províncias”. KARASCH, 2000, p. 83.

³¹⁶ Trecho da carta de recomendações do bergantim *Prazeres*, em 1811, citada por Jaime Rodrigues, registra que ao chegar ao porto de Ajudá, na costa ocidental africana, o capitão deveria comprar “boas moleconas, pois que ali são mais baratas que os machos, e aqui dão mais dinheiro.” Ver. RODRIGUES, Jaime. 2005, p. 116.

³¹⁷ KARASCH, *op. cit.*, p. 61.

inclusive, ao regime de trabalho particularmente cruel imposto a essa criança: sempre à disposição dos senhores, submetia-se aos desmandos e caprichos dos amos; sem momento de resguardo que lhe garantisse alguma paz, era obrigada a descansar pelos cantos, sem nunca assentar-se.³¹⁸

Pelo exposto acima, parece se confirmar a relação entre os dados do tráfico de escravos e aqueles dos registros batismais quando se considera a variável idade dos africanos. Se não é possível substituir a ausência da informação sobre a idade dos africanos traficados sub-registrada nas fontes trabalhadas por Berute, é possível, metodologicamente, considerar a consulta dos registros de batismo de escravos africanos como uma fonte viável para uma identificação das faixas etárias dos africanos traficados para o Rio Grande de São Pedro.

Quanto à proporção de homens e de mulheres, Berute identificou que havia cerca de 2 homens para cada mulher entre os escravos traficados para o Rio Grande de São Pedro entre 1809 e 1824, o que resultava numa elevada razão de masculinidade de 225.³¹⁹ Osório, a partir da pesquisa com inventários, encontrou uma proporção de 76% de homens entre os escravos africanos, mais do que a variação de 57% a 73% encontrada no Rio de Janeiro.³²⁰

A razão de masculinidade por nós encontrada, entre os africanos batizados em Porto Alegre, foi calculada a partir de um montante de 1056 africanos adultos dos quais 666 eram homens e 390 eram mulheres, o que resultou numa razão de masculinidade de 171 para o período estudado (entre 1810 e 1835), uma proporção de quase 2 para 1.³²¹ Conforme tabela 2.10, a razão de masculinidade era positiva em quase todas as faixas etárias, sendo maior entre os escravos de 10 a 34 anos, confirmando a preferência por homens escravos em idade produtiva. Apenas entre as crianças menores de 5 anos a razão de masculinidade era negativa.³²²

Luciano Gomes, através dos registros do rol de confessados de 1782 e 1792, encontrou variação da razão de masculinidade entre 141 e 146 para todos os escravos de Porto Alegre. Segundo o autor, isso era reflexo da “intensidade do tráfico de escravos, o qual privilegiava a venda de homens africanos e adultos” e da “ampliada capacidade de aquisição de escravos” da

³¹⁸ SAINT-HILAIRE, p. 73.

³¹⁹ Berute alerta que a menção ao sexo dos escravos foi encontrada em c. 1/3 da documentação, sendo que tanto entre crioulos quanto entre africanos computou-se cerca de 2/3 de homens. A razão de masculinidade dos escravos crioulos traficados no mesmo período era de 206 entre 1788 e 1824. BERUTE, 2006, p. 56-57.

³²⁰ *Ibidem*.

³²¹ O dado de razão de masculinidade de 171 refere-se ao total de africanos batizados, incluindo aqueles cuja idade não foi mencionada nos registros de batismos. Daí a ligeira diferença em relação ao índice de 169 da tabela 2.10.

³²² A razão de masculinidade negativa entre os “adultos” sem especificação da idade, na tabela 2.10, não pôde ser considerada para fins de análise por seu caráter meramente casual.

capital e do Rio Grande do Sul no fim do século XVIII.³²³ A razão de masculinidade mais acentuada das primeiras décadas do século XIX reafirma essa capacidade de aquisição de mão-de-obra escrava, bem como as vinculações da economia sul-rio-grandense com o tráfico de escravos na sua fase de aceleração. Embora, como já dito, se deva ressaltar que os senhores de escravos sul-rio-grandenses encontravam dificuldades para concorrer com os senhores do Sudeste do Brasil pela aquisição daqueles escravos considerados mais produtivos.

Em outras áreas da capitania sulina, também prevaleceram razões de masculinidade positivas, corroborando a preferência e a capacidade de aquisição de escravos do sexo masculino pelos senhores sul-rio-grandenses. Na fronteira oeste, entre 1810 e 1835, Petiz identificou razão de masculinidade de 172 entre todos os escravos e de 292 entre os escravos africanos.³²⁴ Por sua vez, Farinatti calculou razão de masculinidade de 178 para os escravos de Alegrete, entre os anos de 1831 e 1850.³²⁵ Thiago Araújo, em sua pesquisa sobre Rio Grande, encontrou razão de masculinidade de 118 através do exame de inventários entre os anos de 1834 e 1849, mas quando só considerados os escravos africanos, a razão de masculinidade subia para nada menos que 321.³²⁶

Finalmente, vejamos, agora, o que podemos afirmar quanto à naturalidade dos africanos batizados.

Tal qual fizemos em relação aos pais e mães de crianças escravas, procedemos ao levantamento dos portos de origem dos escravos africanos batizados em Porto Alegre, procurando identificar se há correspondência entre as áreas assinaladas nos registros de batismos e aquelas apontadas pelos documentos do tráfico de escravos.

No Apêndice, tabela 2.C, estão indicados detalhadamente os contingentes de escravos africanos batizados. Para a grande maioria, fez-se apenas uma menção genérica que indicava procedência africana. Quanto àqueles que tiveram uma origem descrita, houve prevalência dos denominados cabindas, congos, moçambiques e minas, nessa ordem, seguidos das demais denominações.

Luciano Gomes encontrou 60,6% de escravos vindos do Centro-Oeste Africano e 39,4% da África Ocidental ao pesquisar os batismos de africanos em Porto Alegre, entre os anos de 1772 e 1800.³²⁷ A partir dos dados apresentados por Silmei Petiz, em sua pesquisa sobre a fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro entre 1810 e 1835, encontra-se um

³²³ GOMES, 2012, p. 41 e 50.

³²⁴ PETIZ, 2009, p. 128.

³²⁵ FARINATTI, 2010, p. 298-299.

³²⁶ ARAÚJO, 2008, p. 71.

³²⁷ GOMES, *op. cit.*, p.276. Esses percentuais foram calculados descartando-se os escravos que tiveram indicações apenas genéricas ou desconhecidas de procedência.

percentual de cerca de 29% de escravos africanos entre os inventários pesquisados por aquele autor.³²⁸ Destes escravos, predominavam os africanos da área Centro-Atlântica, seguidos de longe pelos escravos embarcados na África Ocidental e na África Oriental. Petiz calculou os percentuais sem excluir a parcela de africanos sem referência à procedência específica. Ao desconsiderar essa parcela, os percentuais das origens dos africanos batizados na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro entre 1810 e 1835 seriam os seguintes: 70,6% da África Centro-Ocidental, 16,2% da Costa Ocidental Africana e 13,2% da África Oriental.³²⁹

Lembramos que tanto Sherol Santos, sobre Santo Antônio da Patrulha, quanto Thiago Araújo, sobre Rio Grande, encontraram maioria de escravos africanos provenientes do Centro-Oeste Africano em suas pesquisas.³³⁰ Como já referido, Osório também identificou ampla maioria de escravos africanos provenientes da África Centro-Ocidental através do exame de inventários do Rio Grande de São Pedro entre 1765 e 1825, atribuindo tal característica à preponderância do comércio de escravos com o porto do Rio de Janeiro. Seguia-se uma parcela relevante de compras de escravos provenientes da África Ocidental (26%), o que provavelmente indicava o acesso ao mercado de escravos do porto de Salvador.³³¹

O gráfico 2.7 apresenta os percentuais das origens dos escravos africanos batizados em Porto Alegre entre 1810 e 1835 e permite melhor comparação com outros estudos. Nesse gráfico, também aglutinamos as denominações de origem em três grandes grupos, correspondentes a 3 regiões (África Ocidental, África Central-Atlântica ou Centro-Ocidental e África Oriental) e excluímos do cômputo as designações genéricas de origem africana (ex.: africano, nação ou da costa³³²).

Embora os percentuais sejam diferentes, o crescimento do contingente de escravos da África Oriental apontados por Berute no seu estudo sobre o tráfico de escravos também foi percebido em nosso levantamento a partir de registros de batismo, conforme gráfico 2.7. Na fase A, de aceleração do tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro (1809-1824), Berute encontrou aumento do contingente de cativos das Áfricas Ocidental e Oriental, que passaram de 4% e 0,3% para 10% e 2%, respectivamente, em relação aos valores da fase B, de estabilidade do tráfico (1788 e 1802).³³³ Nos registros de batismos de escravos africanos de

³²⁸ PETIZ, 2009, p. 109-110.

³²⁹ *Ibidem*, p. 119-122.

³³⁰ SANTOS, 2009, p. 121. SCHERER, 2008, p. 140.

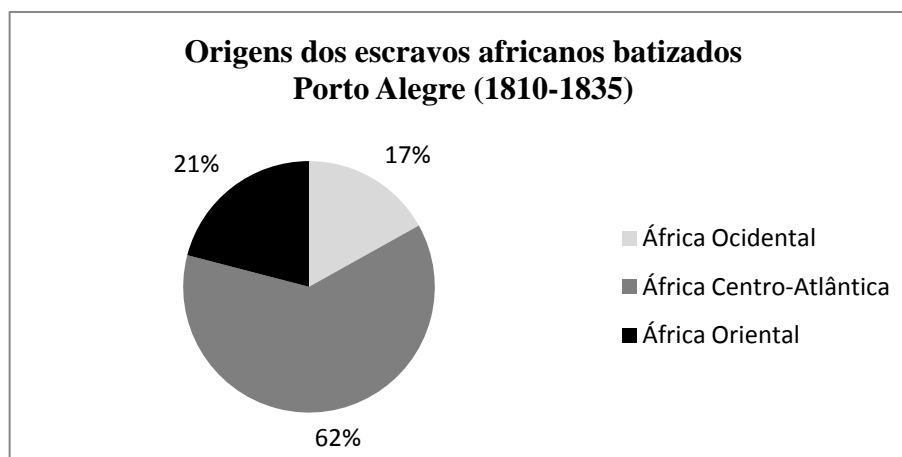
³³¹ OSÓRIO, 2005, p. 5, 6, 15 e 16.

³³² Concordamos com Aladrén, segundo o qual que o termo “da costa” é por demais genérico e não pode ser interpretado como “da costa ocidental”. Ver ALADRÉN, 2009, p. 68-69.

³³³ BERUTE, 2006, p. 70.

Porto Alegre, os cativos do oeste da África eram 17% e da África Oriental eram 21%. Os dados constituem mais uma indicação da relação entre os dados de procedência dos registros de batismos de africanos e os números do tráfico.

Gráfico 2.7



Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Em síntese, os dados do período entre 1810 e 1835 indicam a permanência da maioria de africanos centro-ocidentais e, como mudança significativa em relação ao último quarto do século XVIII, a presença relevante de africanos orientais entre os escravos batizados em Porto Alegre, tendência essa também encontrada entre os pais e mães africanos que batizaram seus filhos na freguesia. Esse dado vai ao encontro do aumento de traficados da África Oriental para o Rio Grande de São Pedro, no início do século XIX, já assinalado por Berute.³³⁴

Conclusão

O incremento de batismos de escravos crioulos recém-nascidos e africanos em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XIX, acompanha a aceleração do tráfico de escravos para o Rio Grande de São Pedro, corroborando uma relação já observada por Gomes, em sua pesquisa sobre a Porto Alegre do final do século XVIII, bem como por outros autores, com relação a outras áreas do Brasil. Provavelmente, a intensificação do tráfico de escravos

³³⁴ BERUTE, 2006, p. 70-75.

repercutiu na capacidade reprodutiva e, conseqüentemente, na freqüência dos batismos de escravos.³³⁵

Entre 1810 e 1835, pudemos identificar que 79% dos batismos de escravos em Porto Alegre eram de crioulos. Embora alto, esse percentual era inferior aos 93% encontrados por Luciano Gomes para o final do século XVIII.³³⁶ De fato, experimentou-se entre 1810 e 1830 um aumento percentual da participação dos africanos entre os escravos batizados, em paralelo ao crescimento do tráfico transatlântico de escravos. O quinquênio imediatamente posterior apresentou declínio do batismo de escravos africanos, provável efeito da primeira proibição do tráfico, corroborando a relação entre o tráfico e os registros de batismo de escravos.

Redirecionando o olhar à maior parcela dos batismos de escravos – aquela dos escravos crioulos recém-nascidos – constatamos um contingente de menos de 10% de legítimos, o qual deve ter sido resultado, principalmente, da aceleração do tráfico e da preponderância de pequenos e médios plantéis de escravos. Tratava-se de um contingente muito reduzido de escravos legítimos, se comparado aos quase 80% de crianças livres batizadas como legítimas na primeira década do século XIX.³³⁷ Além disso, ao se comparar os dados do início do século XIX com os do final do século XVIII, percebeu-se uma diminuição sensível da legitimidade dos escravos batizados: os legítimos eram 23% nesse último período³³⁸ e menos de 10% no início do século seguinte. Isso indica que o sacramento católico do matrimônio, provável objetivo de muitos cativos, era cada vez menos acessível em Porto Alegre. Entretanto, a grande maioria de batizados naturais não significava a impossibilidade de formação de famílias cativas, mas apenas indicava que a prática social generalizada era a das uniões consensuais. Não é à toa que no quadro *Redenção de Cã*, de Modesto Brocos, está representada uma avó preta sem a presença de seu cônjuge. O quadro constituiu uma representação social que vai ao encontro da idéia de que o padrão das relações no cativo era ditado pela ilegitimidade. De fato, ao menos em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX, a ilegitimidade era a regra das uniões entre os escravos. Porém, a exemplo do que Gilberto Freyre já falara em relação ao Nordeste brasileiro, essa aparente frouxidão dos costumes era muito mais fruto da escravidão do que da cor ou da índole dos escravos.

Ao analisarmos cor das mães de batizados escravos, encontramos ampla maioria de mães pretas, tanto nos batismos de naturais quanto nos de legítimos, seguindo padrão que já

³³⁵ Ver GOMES, 2012, p. 211-214. Também SCHWARTZ, 2001, p. 276-277.

³³⁶ GOMES, *op. cit.*, p. 210-211.

³³⁷ SCOTT; SCOTT; CAMILO, 2012, p. 2.

³³⁸ GOMES, 2012, p. 210-211.

era dominante no final do século XVIII em Porto Alegre.³³⁹ Entretanto, no início do século XIX, destacou-se um aumento da participação das mães pardas, bem como a diminuição daquelas descritas como cabras, o que entendemos ter relação com o aprofundamento das relações sociais na freguesia – inclusive da mestiçagem - se considerarmos que as designações de cor jogavam papel nas clivagens sociais. Corrobora essa hipótese a ausência da designação “cabra” entre as mães de batizados legítimos. Pelo possível caráter inferiorizante, o termo não aparece no registro das mães que, embora escravas, estavam de acordo com os cânones da Igreja na sociedade colonial. Entre os pais de batizados legítimos, se constatou padrão similar: ampla maioria de pretos, mas significativo percentual de pardos e ausência da designação “cabra.” Mais uma vez, na comparação com os dados referentes ao final do século XVIII, constatamos a maior presença de pais pardos de crianças escravas legítimas nas primeiras décadas do século XIX (de 12,3% para 22,9%).³⁴⁰

Quanto à origem, a maioria das mães era africana (60,2%), o que atestava sua capacidade de estabelecer uniões apesar do cativeiro. Entretanto, apesar da intensificação do tráfico de escravos, houve crescimento do percentual de crioulas já que, para o século XVIII, Luciano Gomes encontrou 75% de mães africanas em Porto Alegre.³⁴¹ Esses dados indicam que havia um processo de reprodução natural entre os escravos de Porto Alegre, no qual muitas das filhas de escravas africanas (adquiridas algumas décadas antes) já teriam gerado seus próprios filhos no cativeiro. No batismo de escravos recém-nascidos legítimos, a participação de mães e pais crioulos era ainda maior. Entre os pais, os crioulos compunham 47,7%; entre as mães, as crioulas eram 56,2%. Esses percentuais corroboram a significativa participação de crioulos entre os matrimônios de escravos, provavelmente porque esses escravos tinham melhores condições de lidar com os códigos sócio-culturais da sociedade escravista, conseguindo com mais facilidade mobilizar recursos para o casamento.

Em suma, o exame das cores e das origens dos pais e das mães de escravos batizados em Porto Alegre, no início do século XIX, indicou-nos que a família escrava era primordialmente formada por pretos, independentemente dos tipos de uniões firmados entre eles, apesar dos escravos pardos se fazerem mais presentes quando de uniões sacramentadas pelo matrimônio. Por sua vez, quanto à origem, identificamos uma diferença entre os genitores de batizados naturais e legítimos. As mães de naturais eram africanas na sua maioria (cerca de 60%). Já no caso das mães de batizados legítimos, a relação se invertia, sendo as

³³⁹ *Ibidem*, p. 214.

³⁴⁰ *Ibidem*, p.215.

³⁴¹ *Ibidem*, p. 214.

crioulas 56,2%. Entre os pais de batizados legítimos, havia equilíbrio entre africanos e crioulos. Concluimos que o acesso ao matrimônio católico era maior para os escravos crioulos, mas a possibilidade de formação de famílias era acessível a muitos escravos, fossem crioulos ou africanos, já que a imensa maioria dos recém-nascidos batizados era fruto de uniões consensuais.

Ao esquadrinharmos as origens das mães escravas africanas, encontramos a grande maioria, tanto de batizados naturais quanto de legítimos, originária da África Centro-Atlântica (principalmente do Norte do Congo). As mães da África Ocidental compunham o segundo maior grupo, sendo seguidas por aquelas da África Oriental. Estas últimas, no entanto, ultrapassavam as escravas da África Ocidental entre as mães de batizados legítimos.

Também entre os pais africanos, a grande maioria (c.60%) era originária da África Central-Atlântica (também principalmente do Norte do Congo), seguidos daqueles oriundos da África Ocidental e da África Oriental.

A preponderância de escravos da África Central Atlântica em Porto Alegre não era uma novidade, já sendo uma realidade desde o final do século XVIII. Esse padrão também se repetia em outras áreas do Rio Grande de São Pedro. Entretanto, chama atenção o aumento do contingente de mães da África Oriental, principalmente daquelas que batizaram filhos legítimos, nas primeiras décadas do século XIX em Porto Alegre. Esse crescimento ia ao encontro do aumento relevante de escravos afro-orientais traficados para o Rio Grande de São Pedro no início do século XIX, efeito da pressão inglesa contra o tráfico que impunha aos traficantes a necessidade de redirecionarem as rotas do comércio de escravos.

Na Porto Alegre das primeiras do século XIX, quando analisamos os enlaces matrimoniais entre os escravos através de registros de batismo, constatamos a ampla preferência por arranjos endogâmicos, tanto considerando a cor quanto a origem. Entretanto, esse padrão era mais acentuado em relação à cor, o que no nosso entender era indício do papel desse aspecto na diferenciação social no contexto da escravidão no sul do Brasil. Quando de origens diferentes (cerca de 19% das uniões), era mais comum encontrar casais compostos por homens africanos e mulheres crioulas (em sua maioria pretas, respeitando-se a endogamia em relação à cor); também havia casais de homens crioulos com mulheres africanas, embora em menor proporção. Enxergamos aí a imposição de um contexto demográfico no qual o grande número de homens africanos (inflado pela intensificação do tráfico de escravos) disputava com um contingente de escravos crioulos (relevante desde o fim do século XVIII) o mercado matrimonial. O grande número de homens africanos viabilizava casamentos inclusive com mulheres crioulas. Por sua vez, o número reduzido de mulheres africanas, proporcionalmente

aos homens, impactava em menos casamentos com escravos de outra origem, isto é, com crioulos, já que havia preferência pela endogamia. Parece-nos que num contexto populacional com maioria de homens, como era principalmente o caso dos maiores plantéis de escravos, era a mulher escrava quem tinha a primazia na decisão pelo casamento. Concluímos que o acesso ao casamento para os escravos de Porto Alegre, no início do século XIX, se dava na seguinte ordem: as mais comuns eram as uniões entre africanos; em segundo lugar, os casamentos entre crioulos; seguiam-se os enlaces entre pardos; menos comuns eram os casamentos entre africanos e crioulas; finalmente, mais raras eram as uniões entre crioulos e africanas.

Por último, ao trabalhar com os registros de batismo de escravos africanos, buscamos identificar as idades, as origens e a razão de masculinidade desses cativos. Nosso propósito foi verificar quanto a variação desses itens refletia oscilações do tráfico de escravos. Constatamos que a maioria dos escravos africanos batizados em Porto Alegre tinha idades estimuladas entre 15 a 24 anos (cerca de 65% do total), sendo adultos jovens. Outro grupo expressivo era o das crianças com 10 a 14 anos, correspondendo a quase 25% dos africanos batizados na freguesia. Esses números encontravam paralelos tanto no tráfico de escravos reexportados a partir do mercado do Rio de Janeiro quanto no contingente de escravos traficados para o Rio Grande de São Pedro.³⁴²

Outra correspondência foi entre o volume de homens e de mulheres traficados e o contingente de batizados: em ambos os casos, a razão de masculinidade era positiva, sendo que entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, em Porto Alegre, a razão de masculinidade dos africanos batizados subiu de cerca de 145 para 171, o que vai ao encontro da intensificação do tráfico de escravos assinalada no período.

Finalmente, a maioria de batizados da África Centro-Occidental, seguida pelo contingente expressivo de batizados da África Oriental, vai ao encontro de um padrão também observado entre os pais e as mães de batizados escravos recém-nascidos em Porto Alegre e em outras áreas do Rio Grande de São Pedro. Além disso, considerando que o relevante percentual de africanos orientais foi também assinalado por Berute ao estudar o tráfico de escravos para a capitania, o dado referente aos batismos parece constituir mais uma indicação da relação entre os registros de batismos de africanos e os números do tráfico de escravos.³⁴³

Em resumo, se os registros de batismo de escravos guardam relação com os números do tráfico, teríamos através dos batismos um retrato do mercado e da composição dos plantéis

³⁴² Ver FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 131-132, 233. Também BERUTE, 2006, p. 64-65.

³⁴³ BERUTE, 2006, p. 70-75.

de escravos. Em Porto Alegre, por exemplo, pudemos constatar a preferência dos senhores de escravos pela compra de jovens em idade produtiva, muitas vezes crianças entre os 10 e os 14 anos. Razões de mercado como preço e oferta poderiam jogar um papel nessas escolhas, bem como fatores econômicos como o acesso ou não a moeda corrente, o modelo de administração e o tempo de exploração da mão-de-obra desses escravos. A relação entre os batismos de escravos e a distribuição da posse de escravos será aprofundada no capítulo 3.

3º Capítulo: O compadrio a partir do batismo de crioulos e africanos escravos na Porto Alegre das primeiras décadas do século XIX

3.1. Compadrio e escravidão em duas perspectivas historiográficas

Sheila Faria se deteve nos aspectos materiais e sociais relacionados ao compadrio escravo em Campos dos Goitacazes, no final do período colonial. Embora tenha evitado o debate sobre a funcionalidade ou não do compadrio, a autora asseverou que os registros de batismo de escravos com os quais trabalhou demonstravam que “havia certas regras que regiam a escolha dos padrinhos e, dada a origem das fontes, a fortuna e o prestígio social são variáveis que não podem ser desprezadas (...)”.³⁴⁴

Faria faz referência ao debate teórico sobre os sentidos do compadrio na sociedade colonial, em particular o compadrio gerado a partir do batismo de crianças escravas. A princípio, opõem-se duas posições aparentemente antagônicas: uma que advoga a existência de um significado, próprio ao compadrio, que pôde ser reelaborado pelos escravos para fins de organização social em meio à escravidão; e outra que evoca a funcionalidade da instituição do compadrio, tanto para escravos quanto para senhores. Apresentar os dois pontos de vista referidos é o que pretendemos a seguir.

Stephen Gudeman e Stuart Schwartz estudaram as relações de apadrinhamento e compadrio envolvendo o batismo de escravos nas paróquias baianas de Nossa Senhora do Monte - “uma das mais antigas e aristocráticas freguesias do Recôncavo” - e São Pedro de Trararipe e Rio Fundo, ambas ligadas à produção de açúcar no final do século XVIII.³⁴⁵ Gudeman e Schwartz optaram por focar “a forma e o significado” das relações estabelecidas na pia batismal, procurando seus “traços distintivos”. Os autores entenderam que o compadrio não pode ser resumido a um sentido utilitário, como resposta às necessidades de uma dada sociedade, porque partir desse pressuposto resultaria em perguntar, logo em seguida, o porquê da persistência do compadrio como mecanismo útil em diferentes contextos sociais quando outras instituições poderiam cumprir funções análogas.

Trata-se de uma crítica ao enfoque funcionalista, que toma as instituições como mecanismos que “preenchem necessidades sociais”, de modo que bastaria observá-las em

³⁴⁴ No entendimento da autora, os dados dos quais dispunha pouco acrescentariam sobre o significado espiritual da instituição. Ver FARIA, 1998, p. 213.

³⁴⁵ GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 33-59.

interação com os sujeitos, naquilo que fazem e provocam, e conhecer-se-ia o próprio fenômeno. Como assinalaram Gudeman e Schwartz, segundo os investigadores críticos da perspectiva funcionalista “o argumento de que o compadrio “funciona” é insuficiente, pois a família e outros agrupamentos sociais também “fazem alguma coisa””.³⁴⁶

Gudeman e Schwartz afirmaram que é preciso entender o compadrio como “uma construção, um sistema de signos” que tira sua razão de ser não da mera capacidade de adaptação ou de uma dada função em diferentes contextos, mas como instituição que “carrega um significado”, apresenta-se como um “idioma” que é construído e interpretado pelas pessoas enquanto sujeitos, “constituindo uma realidade para elas”. É dessa realidade que os laços estabelecidos na pia batismal retirariam sua reiteração e permanência.³⁴⁷

A partir da perspectiva teórica descrita acima, a qual os autores referem como “análise multicultural comparativa”, Gudeman e Schwartz enxergaram um conflito subjacente na relação entre o compadrio e a escravidão. Entenderam que o compadrio não estabelecia uma relação limitada aos muros da Igreja, mas se projetava para dentro da sociedade em questão, de forma que a escolha dos padrinhos e madrinhas dos batizados escravos da Bahia colonial deveria também ser determinada pelo “contexto social da escravidão.” Por isso, ao identificarem que os senhores não se apresentavam como padrinhos de seus cativos, os dois autores concluíram que essa ausência era reflexo das naturezas opostas destas duas instituições: o batismo católico e a escravidão.³⁴⁸

O compadrio envolveria “associação ou solidariedade” através de um laço espiritual, daí sua oposição aos laços biológicos gerados pela paternidade e maternidade e, por sua vez, aos laços de dominação e exploração característicos da relação senhor-escravo. Nas palavras de Gudeman e Schwartz:

O compadrio é um vínculo não do corpo, ou da carne, ou da vontade humana enquanto expressa na lei civil; ele representa, ao contrário, associação ou solidariedade através da comunhão de “substância espiritual”.³⁴⁹

E mais adiante:

Se o vínculo do apadrinhamento era uma relação espiritual de proteção, o vínculo senhor-escravo era uma relação assimétrica de propriedade. Onde um representava socorro, o outro representava subserviência.³⁵⁰

³⁴⁶ GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 35-37.

³⁴⁷ *Ibidem*.

³⁴⁸ *Ibidem*. A hipótese foi reafirmada também para Curitiba, no século XIX. Ver SCHWARTZ, 2001 p. 263-292.

³⁴⁹ GUDEMAN; SCHWARTZ, *op. cit.*, p. 41-42.

³⁵⁰ *Ibidem*.

A partir dos excertos acima, fica claro porque Gudeman e Schwartz discordaram da idéia de que o compadrio pudesse ensejar laços clientelísticos entre senhores e escravos ou reforçar as relações de dominação próprias à escravidão. Por superiores à própria relação carnal que unia pais e filhos, as relações estabelecidas pelo batismo excluiriam a possibilidade dos pais batizarem os próprios filhos. Por sua vez, devido à característica intrinsecamente violenta à escravidão, o apadrinhamento de um escravo por seu senhor resultaria em contradição insuperável porque oporia dois “idiomas” antagônicos: aquele que convidava à cooperação e outro através do qual se exercia a dominação.

Entretanto, como lembram os autores, a solução encontrada no contexto da sociedade colonial não foi “abolir a escravidão ou o batismo”, mas sim manter ambas as instituições separadas, ao menos naquilo que tinham de potencialmente conflitivo, isto é, evitando que senhores apadrinhassem seus escravos.³⁵¹

Por sua vez, José Roberto Góes estudou o compadrio na freguesia de Inhaúma, subúrbio rural carioca do início do século XIX, tendo dedicado-se a relacionar os padrões de compadrio engendrados a partir do batismo de escravos com o tamanho das propriedades de cativos. O autor procurou identificar aspectos que indicassem a ação dos escravos nas escolhas vinculadas ao batismo, dentro dos limites ditados pelas condições materiais do cativo e pelos interesses dos senhores de escravos.

Para Góes, a escravidão - como sistema econômico, político e social - só encontrava explicação de sua reiteração no tempo caso se considerassem mecanismos de reprodução social do cativo. Para esse autor, portanto, o sacramento do batismo concorria para a manutenção das relações sociais sob a escravidão porque, de outra sorte, não se explicaria sua própria reiteração no âmbito da sociedade da qual fazia parte.³⁵²

Segundo Góes, faltou à análise de Gudeman e Schwartz identificar o “conteúdo político” presente no compadrio de escravos. O batismo dos cativos atava politicamente os pais de um batizado escravo e os seus padrinhos. Para o autor, a face do batismo de escravos exterior à Igreja, no âmbito social, cumpria uma função política: estabelecer alianças onde mais fosse necessário.

Para Góes, o fato dos maiores plantéis de escravos apresentarem índices maiores de compadrio entre cativos do que os encontrados nas menores propriedades, como foi o caso de Inhaúma na primeira metade do século XIX, não é tanto consequência da convivência entre

³⁵¹ *Ibidem*, p. 40-43.

³⁵² GÓES, 1993, p. 168.

um maior número de escravos nos grandes plantéis, mas sim resultado da necessidade de estabelecer laços num contexto marcado pelo conflito. Nas palavras do autor:

Não está na maior convivência a explicação, mas nos problemas suscitados por ela, ditados pelas duras condições da escravidão. Um escravo precisava constituir um aliado em um outro, seu semelhante, não apenas porque em assim procedendo a vida em cativo tornava-se menos difícil. Isto é evidente. O importante a observar é que o compadrio cativo revela um **status quo ante** pautado pelo conflito virtual. Torna-se aliado aquele que **pode** empreender a guerra. A aliança sacramentava a paz.³⁵³

Góes enxergou nos grandes plantéis não apenas a maior possibilidade de convivência entre os escravos, mas também a maior possibilidade de conflito. A comunidade escrava, daí surgida, era mais resultado das alianças necessárias para enfrentar um ambiente hostil, decorrente da escravidão, do que propriamente consequência de reconhecimento e apoio mútuos entre os cativos.

Quanto ao apadrinhamento de crianças escravas por homens livres pobres, mais recorrente em Inhaúma nos pequenos plantéis, tratar-se-ia de uma aliança semelhante – na intenção – àquela estabelecida entre os escravos das grandes propriedades: segundo Góes, esse fenômeno revelava “a busca de um acordo, de um entendimento, entre pessoas cujas condições de vida, por parecidas ou semelhantes, situava-os em posição análoga aos cativos dos grandes agrupamentos.” Muitas vezes, escravos e livres pobres compartilhavam condições materiais semelhantes, embora suas situações jurídicas fossem diferentes.

Essas interpretações de José Roberto Góes foram ampliadas em estudo conjunto com Manolo Florentino, no já clássico *A paz das senzalas*. Nessa obra, os autores contrapuseram o tráfico de escravos à estabilidade das relações no interior dos plantéis de escravos, principalmente no que concernia às relações familiares entre os cativos. O foco é, mais uma vez, a reprodução social do cativo, que estaria marcada por contradições: a família escrava traria uma renda política ao senhor de escravos por conta da estabilização do plantel; o tráfico de escravos, por sua vez, introduzia o escravo novo – o “estrangeiro” – no seio da comunidade cativa, contribuindo à desestabilização da escravaria; porém, o senhor não poderia abrir mão do comércio de escravos porque era através da escravização que se criava e recriava a escravidão no tempo, isto é, reproduzia-se a distinção social entre escravos e livres. Dessa forma, o parentesco escravo, embora sob permanente tensão, criado e recriado, seria parte fundamental da sociedade erguida sobre a exploração da mão-de-obra escrava.³⁵⁴

³⁵³ *Ibidem*, p. 102.

³⁵⁴ FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 36-7.

As duas vertentes apresentadas até aqui compõem o cenário do debate sobre o compadrio e o apadrinhamento de escravos. Como dito, trata-se do antagonismo entre uma visão mais funcionalista, que vê no compadrio escravo uma ferramenta do sistema, acessível aos senhores e aos cativos para que esses tentassem resolver, por assim dizer, as tensões decorrentes do cativeiro e, por outro lado, a perspectiva de que o compadrio encerrava um significado próprio que possibilitava seu uso pelos escravos como “idioma” para tecer alianças, um “idioma” antagônico ao cativeiro. De um lado, a ênfase no conflito e a possibilidade de que o compadrio fosse usado para amenizar as disputas sociais; de outro, a ênfase na cooperação e na comunhão intrínsecas ao batismo, de modo que o compadrio operava como elemento de aglutinação da comunidade escrava, em oposição à tensão da relação senhor-escravo.

Apostamos que esse antagonismo, aparentemente insolúvel, pode ter sua resolução naquilo que Góes já apontou ao analisar a proposição de Gudeman e Schwartz:

Muito provavelmente, os dois autores têm alguma razão quando observaram a dificuldade em reunir, na mesma relação senhor-escravo, sentidos distintos como os concernentes à escravidão e ao compadrio. Mas talvez seja mais adequado supor que a ausência do senhor nas cerimônias de batismo indique apenas a existência de zonas de silêncio e estranhamento.³⁵⁵

José Roberto Góes propôs que o antagonismo entre escravidão e o compadrio de escravos por seus senhores fosse lido como um “estranhamento” pontual, reflexo sim da oposição entre os papéis de senhor/padrinho e escravo/afilhado, mas não como oposição entre as instituições do batismo e da escravidão.

A investigação de Antonio Augusto Arantes sobre os significados eclesiais do batismo e do compadrio nos parece útil para essa argumentação.³⁵⁶ Arantes identificou que o compadrio envolve “laços de solidariedade” e “cooperação econômica”, como Gudeman e Schwartz também o fizeram. Para Arantes

(...) o compadrio constitui-se a partir da reelaboração, em termos de prática social efetiva de grupos católicos em situações históricas e estruturais determinadas, de uma concepção religiosa acerca de família e de nascimento expressa nas Sagradas Escrituras e no rito do batismo. Essa reelaboração pode servir a fins práticos. Mas nada, a meu ver, justifica supor que em sua “utilidade” resida a razão de ser da instituição.³⁵⁷

³⁵⁵ GÓES, 1993, p. 167-8.

³⁵⁶ ARANTES, A. A. Pais, padrinhos e o Espírito Santo: um reestudo do compadrio. IN: ARANTES, A. A.; FELDMANN-BIANCO, Bela; BRANDAO, Carlos Rodrigues (et. al.). **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, p. 195-206.

³⁵⁷ *Ibidem*, p. 197.

A nosso ver, é possível encaixar a argumentação de Arantes no que seria a fissura entre os argumentos de Gudeman /Schwartz e Góes/Florentino. A instituição do batismo tem, segundo a opinião de Arantes, um significado próprio e reconhecido nos contextos dos grupos católicos, mas permite reelaborações em contextos específicos. A “concepção religiosa” acerca da família, a que Arantes se refere, seria a dissociação entre *pater* e *genitor* que estaria contida na Bíblia.

O padrinho seria o “genitor espiritual da criança, para o qual, muito significativamente, a Doutrina da Igreja prevê a proibição explícita de relacionamento sexual com a comadre.” Sendo a relação mística espiritual estabelecida pelo batismo superior à relação mundana da paternidade, o padrinho se sobreporia ao pai biológico e o compadrio contrapor-se-ia ao matrimônio. Finalmente, o compadrio e o apadrinhamento tenderiam ao estabelecimento de um respeito recíproco entre as partes envolvidas, embora houvesse tendência assimétrica favorável ao padrinho. Nas palavras de Arantes, “redefinem-se os aspectos econômicos e políticos da vida familiar de tal modo que o que de início se definia como dependência passa-se a definir como cooperação (...)”³⁵⁸

A interpretação de Arantes ajuda-nos a compreender porque a linguagem do compadrio excluía senhores e escravos da mesma cerimônia de batismo – como insistiram Gudeman e Schwartz – embora pudesse ser reelaborada para o contexto da escravidão, inclusive participando da reprodução social do escravo – como afirmou Góes. A ênfase na cooperação excluía a possibilidade de que senhores apadrinhassem seus escravos, mas isso se explicaria pela identificação do padrinho como “genitor espiritual”, não como *pater*. A dissociação entre os papéis do *genitor* e do *pater* está relacionada, segundo Arantes, com a contraposição dos papéis de padrinho e pai. Nessa ótica, fica claro porque o batismo de escravos por seus senhores não era idioma adequado para o exercício do paternalismo ou do clientelismo – como perceberam Gudeman e Schwartz - mas, ao mesmo tempo, pôde ser reelaborado em massa pelos escravos – como Góes constatou. Essa, talvez, seja uma leitura que possibilite aproximar as duas vertentes do presente debate.

Cacilda Machado também concluiu que em determinados contextos o compadrio de escravos era ultrapassado por diferentes interesses dos cativos e de seus senhores. Foi, por exemplo, o caso da freguesia de São José dos Pinhais, no Paraná, entre o final do século XVIII e o início do século seguinte. Num cenário de pequenas propriedades, o compadrio de escravos ensejava laços de solidariedade dos escravos entre si, entre os escravos e livres

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 199-203.

pobres, mas também entre os cativos e parentes de seus senhores, contribuindo para a reprodução das hierarquias sociais. A autora concluiu que o paternalismo, embora não se manifestasse pelo apadrinhamento de escravos por seus senhores, não estava descartado nas relações estabelecidas a partir do batismo de escravos.³⁵⁹

Lembremos que, segundo José Roberto Góes

A escravidão, para além de eventuais silêncios e modestos estranhamentos, parece ter estabelecido um ótimo diálogo com o batismo cristão. O batizado dos escravos foi um fenômeno maciço, incentivado pelos senhores e procurado pelos escravos – ao menos os de Inhaúma.³⁶⁰

Através de numerosos trabalhos, é possível afirmar, com certeza, que o batizado de escravos foi um “fenômeno maciço” não só em Inhaúma ou São José dos Pinhais, mas também em tantas outras freguesias nas primeiras décadas do século XIX, incluindo Porto Alegre.³⁶¹ Como atestou Schwartz, esse também era o caso de Santiago de Iguape, no recôncavo baiano, e também de Curitiba, no Paraná. Os padrões de compadrio dessas e de outras localidades serão elemento de comparação neste capítulo, em relação aos dados da Porto Alegre das primeiras décadas do século XIX. Além disso, para uma perspectiva no tempo, procedemos à indispensável comparação com os dados do compadrio de escravos de Porto Alegre nas últimas décadas do século XVIII, trabalhados por Luciano Gomes.

Procuramos identificar como o compadrio estabelecido pelos cativos na capital sul-riograndense estava relacionado à estrutura de posse de escravos. Tecemos nossas considerações diferenciando o compadrio forjado em torno do batismo de crianças crioulas do compadrio estabelecido a partir do batismo de escravos africanos. Estes, desvinculados de seus laços

³⁵⁹ MACHADO, 2006.

³⁶⁰ GÓES, 1993, p. 102.

³⁶¹ São vários os trabalhos que abordam a questão do compadrio escravo. Entre esses, além dos trabalhos acima citados, recordamos os estudos a seguir: BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João Del Rei, 1730-1850. IN: **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambú, MG: ABEP, 2004, p. 1-21. A autora examina as relações verticais ou horizontais que envolvem o apadrinhamento de batizados escravos; SCHWARTZ, 1988, p. 330-334. O autor examina o compadrio no Recôncavo da Bahia, no período colonial; SCHWARTZ, 2001, p. 263-292. Schwartz faz um exercício de comparação entre seus estudos sobre o compadrio nas grandes propriedades baianas e num cenário dominado por pequenas propriedades distantes do setor agrário-exportador e de caráter mais urbano – Curitiba. Além de dar conta de uma discussão entre diferentes áreas do Brasil colonial e imperial, a temática tem ampliado seu objeto no tempo, a exemplo de KÜHN, Fábio. Os batismos de escravos na colônia do Sacramento (1732-1759): notas de pesquisa. IN: **Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: UFSC, maio de 2013, p. 1-21. No Rio Grande do Sul, têm sido produzidas muitas pesquisas, geralmente vinculadas a programas de pós-graduação, que redundam em artigos, dissertações e teses sobre o tema da família escrava, ritual e consangüínea. Vejam-se os trabalhos já citados: GOMES, 2012, especialmente o capítulo 6; ZETTEL, 2011, ver o capítulo 3; BLANCO, 2012, capítulo 4; PETIZ, 2009, capítulo 6; SANTOS, 2009, capítulo 3. Sobre trabalhos que vinculam os escravos às redes de compadrio de livres, ver HAMEISTER, Martha D. “A mão separada do corpo não será mão senão pelo nome”: famílias riograndinas e suas redes de relacionamento (Rio Grande, c. 1738 – c. 1763). IN: **Anais do I Colóquio do LAHES**, Juiz de Fora, MG, junho de 2005, p. 1-15.

sociais e forçados a compor novas relações sob a mais imprópria das condições; aquelas, nascidas no cativo e, portanto, inseridas desde o berço no contexto social da escravidão.

3.2. Duas variáveis para uma apreciação do compadrio escravo: o tamanho relativo de plantel e a proximidade ao compadrio

José Roberto Góes escreveu um bem conhecido estudo sobre compadrio escravo intitulado *O Cativo Imperfeito*. Nessa obra, o autor se propôs a investigar o compadrio de escravos considerando a estrutura da propriedade escrava no tempo a partir de duas variáveis por ele propostas: o tamanho relativo de plantel e a aproximação do plantel de escravos ao compadrio.³⁶² Os registros de batismo de escravos foram as fontes utilizadas pelo autor para o cálculo dessas duas variáveis. Embora, como o próprio Góes afirmou, o ideal para estudo da posse de escravos seja o uso de outras fontes, principalmente inventários, o tamanho relativo de plantel apresentou-se como uma variável eficaz para uma aproximação à estrutura de posse de escravos e, a partir dela, pode-se verificar a proximidade dos escravos de um determinado plantel ao compadrio, isto é, a frequência com que escravos de um senhor se faziam batizar.

Dito de outra forma: através dessas duas variáveis, Góes pôde cruzar um conjunto de dados diretos provenientes dos registros de batismo de escravos (como legitimidade e faixa etária dos batizados) com a distribuição dos plantéis de escravos por faixa de tamanho e frequência às cerimônias de batismo, permitindo tecer relações que, de outra sorte, não seriam possíveis.

Góes estipulou que os registros de batismo de escravos permitiriam dar a conhecer os plantéis de cativos de forma relativa. Para isso, considerou o número de mães escravas de um mesmo plantel que levaram seus rebentos à pia batismal e o número de escravos africanos que foram batizados, também do mesmo plantel. Góes utilizou esse procedimento por entender que o número de batismos em si era uma variável por demais acidental para representar o tamanho de um plantel de escravos, uma vez que as mães poderiam dar a luz a várias crianças escravas, de forma aleatória. Ao contrário, a soma dos números de mães escravas e de escravos africanos representaria uma amostra da quantidade de cativos aptos ao trabalho e em idade reprodutiva, indicando também a capacidade de reprodução dos plantéis, quer endógena, quer exógena.

³⁶² GÓES, 1993, p. 24.

As mães poderiam aparecer mais de uma vez no livro de registros de batismo, por isso foi necessário identificá-las em vez de simplesmente contar quantas crianças escravas foram batizadas. Os africanos escravos, por seu turno, foram batizados apenas uma vez e, portanto, cada batismo registrado equivalia ao acréscimo de um escravo aos plantéis de seus senhores. A hipótese de Góes foi de que o somatório do número de mães escravas de um plantel e dos escravos africanos batizados daria, em alguma medida, uma dimensão mínima do tamanho da propriedade de escravos em estudo.³⁶³

Considerando o exposto acima, a partir dos registros de batismo de escravos da freguesia carioca de Inhaúma, nas primeiras décadas do século XIX, Góes estipulou quatro faixas de tamanho relativo de plantel: os proprietários de 1 escravo (fosse a mãe de uma criança escrava batizada ou um africano batizado); aqueles que somaram 2 escravos; aqueles que somaram de 3 a 7 cativos; finalmente, os senhores com 8 ou mais escravos. Cada uma dessas faixas equivaleria, respectivamente, aos plantéis pequenos, médios, grandes e muito grandes.

Contudo, Góes não se limitou apenas a explicar seu método e apresentar seus dados. Para justificar sua metodologia, o autor procurou comparar os percentuais encontrados através da variável tamanho relativo de plantel – por ele proposta – com os percentuais de plantéis escravos apontados em pesquisa de Manolo Florentino sobre o padrão de posse de escravos no Rio de Janeiro. Esse último autor trabalhou com inventários para estudar a posse de escravos no meio rural do Rio de Janeiro, no mesmo período em que Góes propôs o seu estudo para a freguesia de Inhaúma, utilizando-se de registros de batismo de escravos. O resultado dos percentuais de proprietários e escravos por faixa de plantel foi similar nos dois estudos, evidenciando a viabilidade da metodologia e das variáveis demográficas propostas por Góes.³⁶⁴

A essa altura, cabe uma ressalva. Inhaúma, a freguesia estudada por Góes, situava-se no agro-fluminense, sendo área produtora de cana-de-açúcar e café, culturas voltadas à exportação, além de gêneros alimentícios voltados ao mercado interno. As vinculações da freguesia aos circuitos mercantis explicavam, portanto, a presença de grandes propriedades de escravos, dedicadas aos cultivos de exportação, bem como a existência de lavradores com médias e pequenas posses de escravos que produziam alimentos para consumo interno.³⁶⁵ Em cenários como esse, marcados pela presença de grandes propriedades de escravos dedicadas

³⁶³ *Ibidem*, p. 73-74.

³⁶⁴ *Ibidem*, p. 73-77.

³⁶⁵ *Ibidem*, p. 53.

às culturas de exportação, pode-se considerar a divisão dos plantéis nas seguintes faixas: aqueles constituídos de 1 a 9 escravos; os compostos de 10 a 19 cativos; os que compreendiam de 20 a 49 escravos; por último, aqueles plantéis compostos por 50 ou mais escravos. Essas divisões corresponderiam, respectivamente, aos plantéis de escravos pequenos, médios, grandes e muito grandes. Foi assim, por exemplo, que Florentino estipulou as faixas de plantel de escravos para o agro-fluminense na primeira metade do século XIX.³⁶⁶

Por isso, ao comparar as faixas de plantel relativo – oriundas do exame dos registros de batismo de escravos, nas primeiras décadas do século XIX - com as faixas de plantel estipuladas por Florentino – que examinou inventários do meio rural fluminense, no mesmo período – Góes adotou os recortes referidos acima. Segundo a comparação efetuada por Góes, os tamanhos de plantel relativo de 1 escravo, 2, 3 a 7 e 8 ou mais escravos equivaleriam às faixas de plantel de 1 a 9 escravos, 10 a 19, 20 a 49 e 50 ou mais cativos, respectivamente.

Nossa proposta foi dialogar com Góes e com sua metodologia por entender que o exercício teórico-metodológico proposto por esse autor colabora para o estudo do compadrio, principalmente em áreas cuja precariedade da documentação não permita o extenso cruzamento de fontes. Por isso, nos propusemos a adotar sua metodologia e testá-la para outro cenário: a Porto Alegre das primeiras décadas do século XIX, caracterizada pelo crescimento urbano e com a preponderância de pequenos plantéis de escravos, como vimos no capítulo 1 deste trabalho. Dessa forma, na presente pesquisa, utilizamos procedimentos similares, tendo também calculado os tamanhos de plantel relativo a partir dos registros de batismo de escravos, dividindo-os nas mesmas faixas: 1; 2; 3 a 7; e 8 ou mais cativos. O resultado está exposto na tabela 3.1 a seguir. Convém esclarecer que também adotamos as convenções e a metodologia proposta por Góes para identificar os escravos de cada plantel e, conseqüentemente, o tamanho relativo da propriedade escrava: comparação dos nomes, das cores e das origens dos escravos constantes nos registros de batismo, além dos nomes dos seus respectivos senhores.³⁶⁷

³⁶⁶ FLORENTINO, Manolo. **Comércio de almas e infância escrava: uma aproximação demográfica** (Rio de Janeiro, 1790-1835), 1992, p.32, *apud* GÓES, 1993, p. 74-75.

³⁶⁷ GÓES, 1993, p. 24-28.

Tabela 3.1

Faixas de tamanho relativo de plantel de escravos Porto Alegre (1810-1835)				
Tamanho relativo de plantel	Proprietários		Escravos	
	#	%	#	%
1	1037	59,8	1037	28,5
2	337	19,4	674	18,5
3 a 7	307	17,7	1260	34,6
≥ 8	52	3,0	670	18,4
Totais	1733	100	3641	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Segundo a tabela 3.1, a grande maioria dos proprietários de escravos era composta pelo conjunto dos senhores de pequenos e médias posses, correspondente às faixas de plantel relativo de 1 e 2 escravos (79,2% somados) e possuindo, juntos 47% dos escravos. Entretanto, a maioria dos cativos estava nos plantéis grandes e muito grandes, representados pelas faixas de plantel relativo de 3 a 7 escravos e 8 ou mais cativos, totalizando 53% dos escravos e 20,7% dos senhores, somando-se as duas faixas.

A título de comparação, segundo a pesquisa de José Roberto Góes sobre a freguesia de Inhaúma, no Rio de Janeiro, entre 1817 e 1842, as pequenas e médias propriedades representavam 68,7% dos plantéis de escravos e 25,4% dos cativos, enquanto os maiores plantéis somavam 31,3% das propriedades e 74,6% dos escravos.³⁶⁸

Portanto, a princípio, o quadro da propriedade escrava em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XIX, incluiria um grande acesso à propriedade escrava e, ao mesmo tempo, a concentração da posse de cativos nas propriedades maiores. Trata-se de cenário que também pudemos constatar a partir do exame do rol de confessados de Porto Alegre de 1814, no 1º capítulo. Contudo, a concentração de cativos não seria tão marcada quanto aquela registrada na freguesia rural de Inhaúma, no Rio de Janeiro. A explicação estava, provavelmente, numa parcela maior de senhores vinculada ao meio urbano em Porto Alegre, fenômeno que se processaria desde o final do século XVIII, como mencionou Luciano Gomes ao estudar a demografia escrava em Porto Alegre naquele período.³⁶⁹

Portanto, através da variável tamanho relativo de plantel, os dados até aqui discutidos corroborariam o padrão de propriedade escrava em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX, como já debatido no capítulo 1 de nossa dissertação: dispersão da propriedade

³⁶⁸ *Ibidem*, p. 73.

³⁶⁹ GOMES, 2012, p. 252-254.

escrava e existência de uma camada de grandes senhores. Isso é importante para justificar a viabilidade da metodologia adotada. Porém, antes de fazermos conclusões apressadas, estabeleçamos outras relações que ajudarão a ratificar a validade metodológica da ferramenta proposta por José Roberto Góes. Assim como esse autor procurou legitimar sua metodologia comparando seus dados com aqueles oriundos de uma pesquisa com uma fonte mais adequada (inventários) para aferir o tamanho das propriedades de escravos, também julgamos necessário identificar se as faixas de tamanho relativo de plantel eram viáveis para a área e o período que estudamos, isto é, a Porto Alegre das primeiras décadas do século XIX.

Como não dispusemos de um levantamento de inventários que nos levasse a conhecer os tamanhos das propriedades de escravos em Porto Alegre no início do século XIX, optamos por comparar os percentuais de proprietários e de cativos segundo as faixas de tamanho relativo de plantel com aqueles dados obtidos a partir do rol de confessados de 1814. Como vimos no capítulo 1, cada fogo é listado no rol com a anotação dos livres e dos escravos que receberam os sacramentos católicos da confissão, da comunhão e da confirmação. O rol, assim, apresenta um panorama da configuração da população de residência a residência, de propriedade a propriedade, inclusive com relação ao número de escravos de cada senhor.

Para a devida comparação com os dados do rol de confessados de 1814, precisamos fazer o levantamento da variável tamanho relativo de plantel para o período correspondente. Não faria sentido comparar o quadro da população escrava de 1814 com os dados provenientes dos registros de batismo de escravos de todo o período que estudamos, isto é, de 1810 a 1835. Procedemos, então, o levantamento dos percentuais de tamanho relativo de plantel de escravos para o recorte temporal entre 1810 e 1815, esperando que houvesse certa correspondência desses números com aqueles do rol de confessados de 1814. Os dados estão expressos nas tabelas 3.2 e 3.3, a seguir.

Tabela 3.2

Faixas de tamanho relativo de plantel de escravos Porto Alegre (1810-1815)				
	Proprietários		Escravos	
Faixas	#	%	#	%
1	309	76,5	309	54,9
2	56	13,9	112	19,9
3 a 7	38	9,4	134	23,8
≥ 8	1	0,2	8	1,4
Totais	404	100,0	563	100,0

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Tabela 3.3

Comparação percentual entre as faixas de tamanho de plantel de escravos a partir do rol de confessados de 1814 e as faixas de tamanho relativo de plantel de escravos a partir dos registros de batismos de 1810 a 1815 em Porto Alegre

Rol de confessados de 1814			Registros de Batismos de Escravos de 1810-1815		
Tamanho de plantel ¹	% de proprietários ¹	% de escravos ¹	% de proprietários ²	% de escravos ²	Tamanho relativo de plantel ²
1 a 4	70,3	34,5	76,5	54,9	1
5 a 9	20,1	31,6	13,9	19,9	2
10 a 19	8,3	25,7	9,4	23,8	3 a 7
20 ou mais	1,3	8,2	0,2	1,4	8 ou mais

Fontes: ¹RCPA de 1814; ²LBEPa de 1810 a 1815 - AHCMPA.

Como Luciano Gomes verificou em sua pesquisa, cujo período era o final do século XVIII, a “particularidade local” da distribuição da propriedade escrava em Porto Alegre era o acentuado percentual de senhores e escravos na faixa de propriedade de 1 a 9 cativos: em 1792, esse recorte dava conta de c.93% dos senhores e c.73% dos escravos. Por isso, foi necessário considerar as pequenas propriedades como aquelas de 1 a 4 escravos, as médias de 5 a 9, e assim sucessivamente.³⁷⁰ Essa divisão do tamanho da propriedade escrava condizia mais com a realidade das posses em Porto Alegre naquela época. A mesma se mostrou também coerente para o período de nosso estudo, as primeiras décadas do século XIX, de modo que a comparação entre as faixas de plantel de cativos (a partir do rol de confessados de 1814) e de tamanho relativo de plantel (a partir dos registros de batismo de escravos de 1810 a 1815) também levou em conta esse padrão.

Assim como Góes encontrou correspondência entre os tamanhos relativos de plantel escravo em Inhaúma (a partir de registros de batismo de escravos) e as faixas de plantel do agro-fluminense apresentadas por Florentino (provenientes de inventários de senhores de escravos), também encontramos correspondência entre os tamanhos relativos de plantel escravo de Porto Alegre, cujas fontes foram os registros de batismo de escravos, e as faixas de plantel aferidas a partir do rol de confessados da mesma freguesia, na mesma época. Através

³⁷⁰ As faixas de tamanho de plantel aqui adotadas são as seguintes: 1 a 4, pequenas propriedades; 5 a 9, médias; 10 a 19, grandes. A essas, agregamos a faixa de plantel de 20 ou mais escravos, equivalente às posses muito grandes. GOMES, 2012, p. 104-105. Em cenários distantes dos grandes centros escravistas onde predominavam grandes unidades produtivas dedicadas à monocultura para exportação, como eram os engenhos do recôncavo baiano ou do sudeste, tem-se adotado coortes diferentes para a medição dos tamanhos dos plantéis de escravos. Não há, entretanto, consenso na historiografia quanto ao recorte ideal. Há sim aproximações. Por exemplo, em seu estudo sobre Viamão no período colonial, Márcio Blanco adotou as seguintes faixas de tamanho de plantel escravo: 1 a 5 para pequenas posses; 6 a 10 para médias; e 11 ou mais para grandes. Ver BLANCO, 2012, p.79.

da tabela 3.3, percebe-se uma correlação numérica entre os percentuais aferidos através dessas duas fontes, que se não é exata, é bastante próxima, principalmente em algumas faixas de plantel. Evidencia-se, portanto, a viabilidade de se utilizar, também para a Porto Alegre das primeiras décadas do século XIX, a metodologia proposta por Góes para o estudo do compadrio na freguesia carioca de Inhaúma.

Passemos agora à segunda variável estatística proposta por José Roberto Góes: a proximidade dos plantéis de escravos às relações de compadrio.

A “proximidade ao compadrio” revela quanto os escravos de um mesmo plantel fazem-se presentes às relações engendradas nas cerimônias de batismo. Revela também o acesso maior ou menor ao sacramento do batismo por parte dos escravos e às relações daí engendradas, quer por liberalidade ou interesse do senhor, quer por vontade dos próprios cativos. O cálculo é feito considerando-se o número de anos entre o primeiro e o último batismo de escravos do plantel de um determinado senhor e dividindo essa diferença pela soma das cerimônias de batismos dos escravos deste mesmo plantel.

Góes propôs essa variável ao perceber que os escravos de diferentes plantéis compareciam às cerimônias de batismo em frequências distintas, ainda que se tratasse de uma mesma faixa de plantel relativo de escravos. Sua hipótese é que a frequência à pia batismal, e não a quantidade de escravos batizados, era um índice do interesse dos senhores e dos escravos de determinado plantel nas relações de compadrio.³⁷¹

Para o exame da frequência ao compadrio, Góes trabalhou com a faixa dos plantéis relativos maiores: aqueles com 8 ou mais escravos. No total, o autor trabalhou com os batismos de 34 plantéis para compor os dados da variável “proximidade ao compadrio”.³⁷²

Quanto aos intervalos, o autor estipulou 4 faixas, cada uma correspondendo a um intervalo de tempo entre os batismos de escravos de um mesmo plantel. Os intervalos foram indicados por letras: A, para os plantéis de escravos que faziam batizar seus cativos com intervalos não superiores a 1 ano; B, quando os batismos de escravos de um mesmo plantel ocorriam em intervalos de 1 ano a 1 ano e meio; C, quando o intervalo era de 1 ano e meio a 2 anos; e D, para os plantéis cujos batismos de escravos ocorriam de forma mais esparsa, com intervalos superiores a 2 anos.³⁷³

Para Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XIX, procedemos da mesma forma que Góes. Foram analisados os plantéis relativos de 50 proprietários de escravos, num total de

³⁷¹ GÓES, 1993, p. 76-77.

³⁷² Os batismos de escravos em cada plantel foram considerados no tempo, tendo o autor excluído 2 plantéis nos quais os escravos foram todos batizados em um mesmo dia. *Ibidem*, p.77.

³⁷³ *Ibidem*, p. 76-77.

918 batismos em 681 cerimônias (algumas destas coletivas) no decorrer de 26 anos entre 1810 e 1835.³⁷⁴ Veja-se tabela 3.4.

Tabela 3.4

Proximidade dos plantéis relativos de escravos ≥ 8 às relações de compadrio – Porto Alegre (1810-1835)				
Intervalos	Proprietários		Batismos	
	#	%	#	%
A (≤ 1 ano)	13	26,0	340	37,0
B (1 ~ 1½ ano)	15	30,0	268	29,2
C (1½ ~ 2 anos)	15	30,0	210	22,9
D (> 2 anos)	7	14,0	100	10,9
Totais	50	100	918	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XIX, a prática nos plantéis maiores parece ter sido não só a de batizar seus escravos, mas inclusive fazê-lo periodicamente. Mais da metade dos proprietários (56%) batizaram seus escravos numa frequência que não ultrapassava 1 ano e meio, na média. Juntos, foram responsáveis por 66,2% dos batismos entre os grandes plantéis relativos de escravos, isto é, 2/3 dos batizados.

Interessante notar que Góes encontrou dados muito próximos para os primeiros dois intervalos, tanto para os proprietários quanto para os batismos na freguesia de Inhaúma. A partir dos números absolutos apresentados pelo autor, calculamos os percentuais dos proprietários que levaram seus escravos a batizar com periodicidade de até 1 ano (intervalo A) e entre 1 ano e 1 ano e meio (intervalo B) naquela freguesia carioca: foram 26,5% dos senhores e 37,9% dos batismos no primeiro caso e 27,2% dos senhores e 32,4% dos batismos no segundo.³⁷⁵ São valores bastante semelhantes aos verificados em Porto Alegre, indicando que o comportamento dos senhores e dos escravos dos plantéis mais frequentes ao compadrio tendia a ser semelhante, com relação ao batismo, apesar das diferenças sociais e econômicas entre as duas freguesias. Por trás da similaridade dos números estariam, possivelmente, formas semelhantes de compreender e lidar com o compadrio entre os escravos.

³⁷⁴ A partir dos maiores plantéis relativos, num total de 52 casos, investigamos 686 cerimônias de batismo de escravos, algumas destas coletivas. Foram excluídos 2 plantéis relativos de escravos por apresentarem números escassos, que prejudicariam a credibilidade dos dados e da análise. Tratavam-se de senhores que realizaram os batismos de seus escravos em apenas 2 ou 3 cerimônias, tornando inviável vislumbrar um comportamento de proximidade ou não ao compadrio a partir desses batismos. Por fim, a análise se deteve sobre os plantéis relativos de 50 senhores em 681 cerimônias de batismo.

³⁷⁵ GÓES, 1993, p. 77.

Quanto aos dois intervalos seguintes, em Porto Alegre, os dados são os seguintes (conforme tabela 3.4): 30% dos senhores, na faixa dos maiores plantéis relativos, batizaram seus cativos com intervalos de 1 ano e meio a 2 anos (intervalo C), representando cerca de 23% dos batismos de escravos; por sua vez, 14% dos senhores levaram seus cativos à pia batismal em intervalos superiores a 2 anos (intervalo D), correspondendo a cerca de 11% dos batismos. Em comparação com os dados de Góes sobre Inhaúma, há uma inversão: na freguesia carioca, foram 17,6% dos senhores e 13,7% dos batismos na terceira faixa de intervalo; enquanto 23,5% dos senhores e 21,3% dos batismos correspondiam à quarta faixa.

Embora os dados numéricos apresentados não possam indicar se os senhores participaram das cerimônias de batismo de seus escravos ou se apenas as consentiram com as mesmas, eles constituem uma indicação da importância dada à cerimônia de batismo no âmbito de determinado plantel. Como dito, a variável proximidade ao compadrio indica que uma parcela dos grandes plantéis de escravos tinha por característica a assiduidade à pia batismal. Isso revela um procedimento de zelo para com o batismo de escravos, provavelmente decorrente das convicções dos senhores quanto à importância religiosa e social do ritual, mas também, não o descartamos, da forma desses mesmos senhores administrarem seus cativos.

Os dados a seguir ajudam a compreender um pouco mais sobre como se firmavam as relações de compadrio entre os escravos.

3.3. O batismo de escravos em Porto Alegre: uma porta para o estabelecimento de relações sociais sob o cativo

Investigamos agora como um conjunto de variáveis demográficas dos escravos batizados, bem como de seus padrinhos e de suas madrinhas, estava relacionado com as duas variáveis propostas: o tamanho relativo de plantel e a proximidade ao compadrio. O exame dessas variáveis nos ajudará a compor um panorama sobre as relações sociais em torno do batismo de escravos.

Nas tabelas 3.5 e 3.6 temos os escravos divididos entre africanos e crioulos segundo as duas variáveis que nos servem de lente para a observação e para a análise do compadrio.

Tabela 3.5

Escravos batizados segundo o tamanho relativo de plantel de escravos – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Totais	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Africanos	190	14,5	173	19,3	372	19,8	321	34,3	1056	21,0
Crioulos	1118	85,5	724	80,7	1507	80,2	616	65,7	3965	79,0
Totais	1308	100	897	100	1879	100	937	100	5021	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Na tabela 3.5, na faixa de tamanho relativo de plantel de 8 ou mais escravos, encontramos o maior percentual de africanos (34,3%) em comparação às crianças crioulas, embora não o maior valor absoluto de africanos batizados. No outro extremo, na menor faixa de plantel, temos o menor percentual de africanos (14,5%). Podemos afirmar que o batismo de crioulos era amplamente majoritário em todas as faixas de plantel de escravos, somando 65,7% nos maiores plantéis e 85,5% nos menores. No total, o batismo de crioulos escravos compunha 79% de todos os batismos de escravos realizados na freguesia de Porto Alegre entre 1810 e 1835. Quanto aos batizados escravos africanos, esses somavam 21% no total.

Convém ressaltar que Luciano Gomes também encontrou grande maioria de crianças crioulas entre os batizados de Porto Alegre nas últimas décadas do século XVIII.³⁷⁶

Góes também encontrou uma grande maioria de crianças crioulas entre os batizados escravos da freguesia carioca de Inhaúma, entre 1817 e 1842. Nos maiores plantéis, as crianças batizadas compunham 67,7% dos batismos de escravos e, nos menores, a parcela subia para 80,2%. Por sua vez, os africanos (denominados “adultos” por Góes, já que a maioria dos africanos era dessa faixa etária) correspondiam a cerca de 32% nos maiores plantéis e pouco menos de 20% nos menores. No total, os africanos compuseram cerca de 30% dos batizados escravos de Inhaúma e as crianças crioulas cerca de 70%.³⁷⁷

Os números de Porto Alegre e Inhaúma são bastante semelhantes. Em ambas as freguesias prevalecia o batismo de crianças crioulas entre os escravos. Quanto aos africanos, tanto maior era a sua participação entre os batizados quanto maiores eram os plantéis de escravos. Uma vez que esses batizados, descritos muitas vezes como adultos, eram os africanos vítimas do tráfico de escravos, fica evidente que o maior percentual desse grupo na faixa dos maiores plantéis relativos é resultado do maior acesso das grandes propriedades de

³⁷⁶ GOMES, 2012, p. 207.

³⁷⁷ GÓES, 1993, p. 90-91.

escravos ao mercado de cativos, como vimos no capítulo 1. Por isso, os dados constantes da tabela 3.5 corroboram que, tanto em Inhaúma e quanto em Porto Alegre, o acesso ao tráfico de escravos estava mais disponível aos grandes proprietários, embora não na mesma proporção. Em Inhaúma, 83,2% dos escravos adultos [africanos] batizados pertenciam às duas maiores faixas de plantel; em Porto Alegre, eram 65,6%. O acesso ao mercado de escravos em Porto Alegre era um pouco mais aberto aos menores plantéis.³⁷⁸

Talvez o acesso significativo ao mercado de escravos por parte dos pequenos e médios proprietários em Porto Alegre ajude a entender o grande percentual de crianças crioulas escravas pertencentes aos menores plantéis. Em Porto Alegre, 46,5% dos crioulos escravos batizados pertenciam a pequenos e médios proprietários (1.186, somando-se as faixas 1 e 2 de tamanho relativo de plantel). Em Inhaúma, eram apenas 22,5%.³⁷⁹ Ao terem algum acesso a escravos jovens e adultos, via tráfico, pequenos e médios proprietários de Porto Alegre veriam viabilizada a possibilidade de reprodução endógena, o que se refletiria no grande percentual de batismos de crianças escravas naquelas propriedades. De fato, retomando dado do Apêndice, tabela 1.B, eram as pequenas posses aquelas que, no seu conjunto, concentravam a maior parte das mulheres escravas segundo o rol de confessados de Porto Alegre de 1814, principalmente naquelas posses que tinham mulheres por proprietárias. Uma vez que era o ventre escravo que determinava a condição jurídica dos rebentos, não é de se espantar que as posses com maior concentração de mulheres (no caso, as pequenas propriedades) apresentassem grande percentual de crianças crioulas escravas nos registros de batismo ao longo do tempo, quando consideradas conjuntamente.

Passemos à análise da tabela 3.6, que apresenta a divisão dos batismos de escravos em Porto Alegre, entre 1810 e 1835, de acordo com a segunda variável estatística proposta por José Roberto Góes: a proximidade ao compadrio. Lembremo-nos que essa variável diz respeito à frequência com que os escravos de determinado plantel eram batizados e que os dados correspondem às propriedades com mais escravos, ou seja, aquelas com plantel relativo de 8 ou mais cativos.

³⁷⁸ Segundo Helen Osório, que estudou as fortunas dos proprietários de terras e escravos no Rio Grande de São Pedro entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, mesmo os homens mais pobres poderiam ter entre seus poucos bens um escravo. Além disso, entre 33% e 40% dos livres pobres não desenvolviam qualquer atividade agrícola ou pastoril, isto, é, deviam ter suas ocupações vinculadas ao meio urbano. Isso vai ao encontro dos dados que indicam acesso ao mercado de escravos por parte dos pequenos proprietários em Porto Alegre. Ver OSÓRIO, 2007, p. 269-270.

³⁷⁹ Calculamos o percentual para Inhaúma a partir dos números absolutos apresentados por Góes. Ver GÓES, 1993, p. 91.

Tabela 3.6

Escravos batizados segundo a proximidade às relações de compadrio – Porto Alegre (1810-1835)										
	A (≤ 1 ano)		B (1 ~ 1½ ano)		C (1½ ~ 2 anos)		D (> 2 anos)		Totais	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Africanos	104	30,6	82	30,6	70	33,3	50	50	306	33,3
Crioulos	236	69,4	186	69,4	140	66,7	50	50	612	66,7
Totais	340	100	268	100	210	100	100	100	918	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Segundo os dados da tabela 3.6, observa-se que os percentuais de batismos de crioulos escravos eram tanto maiores quanto mais freqüentes eram as cerimônias de batismo, isto é, quanto maior era a proximidade dos plantéis às relações de compadrio. O inverso é verdadeiro entre os batizados africanos: o percentual de batismos é maior entre os plantéis que levam seus escravos à pia batismal com menos freqüência.

Em Inhaúma, Góes também identificou as mesmas tendências. As crianças crioulas escravas batizadas eram cerca de 75% dos batismos nos plantéis cuja freqüência era igual ou menor que 1 ano. Nos plantéis que levavam seus escravos à pia batismal em intervalos superiores a 2 anos, os crioulos correspondiam a 52,6%. Já os escravos africanos (denominados adultos) correspondiam a cerca de 25% dos batismos realizados em intervalos de até 1 ano e cerca de 47% daqueles realizados com freqüência superior a 2 anos.³⁸⁰

Esses resultados reforçam a tese de que o compadrio era fundamentalmente estabelecido em torno do batismo das crianças crioulas escravas, decorrendo dessas cerimônias uma série de relações sociais, além daquelas propriamente religiosas. Entre os escravos africanos, o batismo teria outros significados relacionados.³⁸¹

3.3.1. O compadrio em torno do batismo de crianças crioulas escravas

As tabelas 3.7 e 3.8 apresentam dados sobre as crianças escravas batizadas em Porto Alegre, entre 1810 e 1835, segundo a variação de sua legitimidade de acordo com o tamanho relativo de plantel e a proximidade ao compadrio.

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 94-95.

³⁸¹ Gudeman e Schwartz afirmam que os padrinhos de africanos, em geral escravos, tinham por incumbência social introduzir os escravos novos ao cativo. Esses padrinhos, diferentemente dos casos das crianças, seriam muitas vezes escolhidos pelos senhores para cumprir com esse papel. Ver GUEDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 54-55.

Na tabela 3.7, observa-se que o percentual de crianças crioulas escravas legítimas cresce conforme se passa a observar dos menores plantéis de escravos para os maiores. Nos maiores plantéis, os legítimos correspondiam a 22,6% do total de crianças escravas batizadas, enquanto nos menores representavam meros 4,1%. Somando-se os valores dos plantéis grandes e muito grandes, tinha-se 76,4% das crianças legítimas concentradas nas maiores propriedades de escravos.

Tabela 3.7

Legitimidade dos escravos crioulos batizados segundo os tamanhos relativos de plantel de escravos – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Totais	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Legítimo	46	4,1	45	6,2	155	10,3	139	22,6	385	9,7
Natural	1072	95,9	679	93,8	1352	89,7	477	77,4	3580	90,3
Totais	1118	100	724	100	1507	100	616	100	3965	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Em Inhaúma, Góes também encontrou maiores percentuais de crianças escravas legítimas nas maiores propriedades. Nos maiores plantéis, 26,3% dos crioulos batizados eram legítimos e nos menores apenas 9%. Do total de crianças crioulas escravas legítimas de Inhaúma, 85,7% concentravam-se nos plantéis grandes e muito grandes.

A concentração da legitimidade das crianças crioulas nos maiores plantéis se verificava tanto em Porto Alegre quanto em Inhaúma, embora fosse um pouco mais acentuada nessa última freguesia. Recordando que em Porto Alegre havia, percentualmente, havia mais batismos de crioulos nas pequenas unidades do que em Inhaúma, ratifica-se que essa maior capacidade de reprodução natural não deve ser confundida com mais fácil acesso ao casamento. O que havia em Porto Alegre era a ocorrência de mais nascimentos de naturais, provavelmente fruto de relações consensuais. A família sacramentada pelo matrimônio, tanto em Porto Alegre quanto em Inhaúma, continuava mais acessível aos escravos dos grandes plantéis.

Ao analisarmos a legitimidade das crianças crioulas escravas segundo a proximidade ao compadrio (tabela 3.8), constatou-se que o percentual de crianças legítimas era tanto maior quanto mais freqüentemente os escravos eram levados à pia batismal. Entre os plantéis que o faziam com intervalo de até 1 ano, cerca de 37% das crianças escravas batizadas eram legítimas. Já entre os plantéis que batizavam seus cativos com intervalos superiores a 2 anos,

havia ínfimos 2% de crioulos legítimos, correspondendo a um único caso frente a um total de 50 batismos.

Tabela 3.8

Legitimidade dos escravos crioulos batizados segundo a proximidade às relações de compadrio – Porto Alegre (1810-1835)										
	A		B		C		D		Totais	
	(≤ 1 ano)		(1 ~ 1½ ano)		(1½ ~ 2 anos)		(> 2 anos)		#	%
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Legítimo	87	36,9	26	14,0	25	17,9	1	2	139	22,7
Natural	149	63,1	160	86,0	115	82,1	49	98	473	77,3
Totais	236	100	186	100	140	100	50	100	612	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Mais uma vez, os dados de Porto Alegre são semelhantes aos que Góes encontrou em Inhaúma. Na freguesia carioca, cerca de 39% das crianças escravas batizadas na primeira faixa de intervalos de tempo (identificada pela letra A) eram legítimas.³⁸² Entretanto, na última faixa de intervalos (identificada pela letra D), o percentual de crianças escravas legítimas em Inhaúma caía para cerca de 25% (ainda assim, percentual bem superior ao encontrado em Porto Alegre).

A conclusão de Góes para as variações da legitimidade das crianças crioulas escravas em Inhaúma era que

O matrimônio entre os escravos tornava-se crescentemente possível conforme maiores fossem os plantéis, mas isso acontecia particularmente e com maior intensidade nos que freqüentavam mais assiduamente as cerimônias do batismo cristão (...)³⁸³

Também em Porto Alegre, as variações observadas nas tabelas 3.7 e 3.8 indicam que havia maior acesso ao matrimônio para os escravos dos maiores plantéis e, dentre esses, particularmente àqueles que freqüentavam as cerimônias de batismo com mais zelo, isto é, em intervalos menores de tempo.

Até aqui, emerge um perfil dos batizados escravos em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XIX, à luz dos tamanhos relativos de plantel e da freqüência ao compadrio. Imperavam os batismos de crianças crioulas escravas em todas as faixas de plantel. Porém, principalmente nas pequenas e médias propriedades a proporção de crioulos frente ao total de batizados escravos era percentualmente maior. O acesso ao mercado de escravos por parte dos

³⁸² GÓES, 1993, p. 94.

³⁸³ *Ibidem*, p. 95.

pequenos e médios senhores, embora significativo, era bem menor do que a capacidade de aquisição de novos escravos por parte dos senhores de grandes plantéis. Entretanto, a grande presença de mulheres escravas nas pequenas propriedades ajuda a explicar a presença de muitos batizados de crianças crioulas escravas, o que configura, talvez, uma aposta na reprodução natural desses plantéis através da aquisição de mulheres (cujo valor de mercado era inferior ao dos homens e, por isso, mais acessível aos pequenos e médios proprietários de escravos).

Nas grandes propriedades, batizavam-se mais crianças crioulas – em números absolutos – e também mais crianças legítimas, principalmente nos plantéis que faziam batizar seus escravos com mais frequência. Esse fato indica uma relação entre tamanho de plantel, proximidade ao compadrio e legitimidade que ajuda a entender quais eram as circunstâncias que facilitavam o acesso aos sacramentos – como matrimônio e batismo – aos escravos: em plantéis maiores e mais próximos – leia-se, mais frequentes – às relações de compadrio, nasciam e batizavam-se mais crianças escravas. Também nesses plantéis o percentual de filhos legítimos era maior quando comparado ao percentual das pequenas e médias posses, o que indica maior acesso ao sacramento do matrimônio por parte dos cativos. Finalmente, por sua vez, a maior proporção batismos de escravos africanos ocorria também nos maiores plantéis, mas principalmente naqueles que levavam seus escravos ao batismo com menos frequência à pia batismal, isto é, nos plantéis menos próximos – leia-se, menos frequentes – às relações de compadrio. Tratava-se de uma forma diferente de lidar com o batismo, em comparação ao ritual administrado aos recém-nascidos, o que é indício de que o significado das relações daí decorrentes também deveria ser outro.

Em seguida, examinamos a presença dos padrinhos aos batismos de escravos na freguesia de Porto Alegre, entre 1810 e 1835, de acordo com os tamanhos relativos de plantel e a proximidade ao compadrio. Os dados estão apresentados nas tabelas 3.9 e 3.10 e dizem respeito a todos os escravos batizados, isto é, tanto crianças crioulas quanto africanos.

Tabela 3.9

Presença da madrinha e do padrinho ao batismo dos escravos, segundo os tamanhos relativos de plantel – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Madrinhas	977	74,7	656	73,1	1296	69,0	563	60,1	3492	69,5
Padrinhos	1298	99,2	893	99,6	1873	99,7	931	99,4	4995	99,5
Total de Batismos	1308	100	897	100	1879	100	937	100	5021	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Na tabela 3.9, pode-se observar que a presença do padrinho no batismo de escravos era generalizada, aproximando-se dos 100% em todas as faixas de plantel de escravos. Quanto à presença da madrinha, vê-se que era mais freqüente nos menores plantéis, nos quais cerca de 75% dos batizados tiveram uma madrinha, e menor na faixa dos maiores plantéis, nos quais a madrinha constou nos registros de batismo de cerca de 60% dos escravos batizados. Dario Scott, Ana Scott e Nathan Camilo também encontraram percentual de presença de padrinhos em quase 100% dos casos ao estudar o batismo entre a população livre da freguesia. Por sua vez, a referência à madrinha foi constatada em 2/3 dos registros. Dessa forma, a participação do padrinho parece ter sido a regra, independente da condição jurídica dos batizados. O mesmo pode se afirmar quanto à menor participação da madrinha nos batismos.³⁸⁴

A tendência à maior presença das madrinhas no batismo de escravos dos pequenos plantéis (74,7%) pode ser explicada pela maior proporção de crianças frente ao total dos escravos desses plantéis. O fenômeno inverso também explica a menor presença de madrinhas nos plantéis de escravos muito grandes (60,1%): mais africanos escravos entre os batizados significava outro padrão de relações engendradas a partir do batismo, um padrão no qual o papel da madrinha era muitas vezes dispensado. Essa diferença reforça a idéia de que as relações em torno do batismo - o compadrio, o apadrinhamento e o amadrinhamento – eram diferentes quando se tratasse de crianças ou adultos batizados.

Entretanto, em Inhaúma, José Góes não encontrou a mesma tendência de maior presença das madrinhas nos batizados de escravos de pequenos e médios plantéis. Segundo o autor, não foi possível identificar uma variação relevante da presença da madrinha ao batismo de escravos de acordo com tamanho das propriedades.³⁸⁵

³⁸⁴ Os autores constaram a presença do padrinho em 99,6% dos batismos de livres em Porto Alegre entre 1772 e 1810. A madrinha s fez presente em 74,2% os casos. Ver SCOTT; SCOTT; CAMILO, 2012, p. 4.

³⁸⁵ GÓES, 1993, p. 90-94.

Julgamos que as diferenças entre os padrões encontrados para Inhaúma e para Porto Alegre, no tocante à presença da madrinha aos batismos de escravos, não invalidam o método utilizado até aqui, apenas configuram realidades diferentes.

De fato, muitos estudos têm demonstrado que a presença do padrinho ao batismo era a regra na sociedade colonial, o mesmo não se verificando quanto à presença da madrinha. Nas paróquias baianas de Rio Fundo e Monte, no final do século XVIII, Schwartz percebeu que a presença da madrinha era muitas vezes dispensada, o mesmo não ocorrendo com os padrinhos. De 112 batismos de escravos, em apenas 4 não constavam padrinhos. Já quanto às madrinhas, essas estiveram ausentes em 35 oportunidades.³⁸⁶ Em São João Del Rei, Silvia Brügger identificou que a madrinha era ausente em 3% a 4% das cerimônias de batismo de crianças escravas entre 1811 e 1840.³⁸⁷ No Rio Grande de São Pedro, Sherol Santos identificou a ausência da madrinha em 4% dos batismos em Santo Antônio da Patrulha, entre 1773 e 1824.³⁸⁸ Márcio Blanco, em seu estudo sobre Viamão em meados do século XVIII, percebeu a ausência de madrinhas em 9% dos batismos.³⁸⁹ Petiz identificou que a madrinha se fazia ausente em cerca de 11% dos batismos de escravos na fronteira oeste, entre 1755 e 1835.³⁹⁰ Roberta Zettel apontou a ausência da madrinha dos registros de batismo, ou sua substituição pela menção a uma santa, em 9,5% dos casos, em Rio Pardo, entre 1845 e 1865.³⁹¹

Uma das possíveis explicações para esse fenômeno associa o lugar social de proeminência ocupado pelo homem na sociedade colonial à presença do padrinho em quase toda a cerimônia de batismo, mesmo no caso do batismo de escravos. A ausência freqüente da madrinha, por sua vez, seria reflexo do mesmo princípio: embora as regras eclesiásticas para a administração do batismo previssem a presença de um casal composto por padrinho e madrinha a cada cerimônia, a prática social muitas vezes declinava da presença da madrinha, tendo inclusive havido casos nos quais dois homens apadrinhavam um batizado, em substituição à presença da madrinha.³⁹²

³⁸⁶ SCHWARTZ, 1988, p. 332.

³⁸⁷ BRÜGGER, 2004, p. 7.

³⁸⁸ SANTOS, 2009, p. 153.

³⁸⁹ BLANCO, 2012, p.159.

³⁹⁰ PETIZ, 2009, p. 204.

³⁹¹ ZETTEL, 2011, p. 124-125.

³⁹² Em outros contextos, também foi comum a ausência da madrinha no batismo de escravos, apesar das recomendações em contrário da Igreja. Ver GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 50-55. Quanto às prescrições eclesiásticas sobre os padrinhos e madrinhas, ver VIDE, 2007, p. 26-27.

A seguir, nos deteremos à análise da presença da madrinha aos batismos das crianças crioulas escravas, considerando as variáveis legitimidade e tamanho relativo de plantel. Os dados estão apresentados na tabela 3.10

Tabela 3.10

Presença da madrinha ao batismo de escravos crioulos, segundo os tamanhos relativos de plantel e a legitimidade dos batizados, Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Total de Madrinhas	868	77,6	541	74,7	1115	74,0	446	72,4	2970	74,9
Total de batismos de crioulos	1118	100	724	100	1507	100	616	100	3965	100
Madrinhas de legítimos	37	80,4	38	84,4	126	81,3	112	80,6	313	81,3
Batismos de legítimos	46	100	45	100	155	100	139	100	385	100
Madrinhas de naturais	831	77,5	503	74,1	989	73,2	334	70	2657	74,2
Batismos de naturais	1072	100	679	100	1352	100	477	100	3580	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

A presença da madrinha era mais acentuada quando do batismo de crianças escravas legítimas. Entre essas, em todas as faixas de plantel relativo, a presença da madrinha se fazia em mais de 80% das cerimônias de batismo. Quando se tratavam de crianças escravas naturais, a presença da madrinha era um pouco inferior, ficando ao redor de 74%.

Os dados da tabela 3.10, em comparação com aqueles da tabela 3.9, reafirmam que a ausência da madrinha nos batismos de escravos em Porto Alegre, no período estudado, estava associada aos maiores plantéis de escravos e, possivelmente, à maior presença de africanos batizados nesses plantéis. Basta-se ver que quando considerados apenas os batismos de crianças crioulas escravas, o percentual de presença das madrinhas é maior em todas as faixas de tamanho relativo de plantel.

Para analisar a situação jurídica dos padrinhos, convém termos em conta algumas interpretações de outros estudos. Márcio Blanco identificou 75,2% de livres, 2,3% de forros e 21,8% de cativos entre os padrinhos de escravos de Viamão, em meados do século XVIII.³⁹³

Por sua vez, em Santo Antônio da Patrulha, entre 1773 e 1824, Sherol Santos encontrou entre os padrinhos de batizados escravos 15,6% de livres, 11,8% de forros e 72,7% de cativos. A autora pôde interpretar esses dados como uma tendência dos escravos unirem-se a outros, de mesma condição jurídica.³⁹⁴

Petiz identificou leve maioria de escravos entre os padrinhos de crianças cativas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, entre 1810 e 1835. Foram 47,5% de padrinhos escravos, frente a 40,7% de livres e 10,6% de forros. O autor leu esses números como um indício de que os escravos buscavam uma socialização interna e ampliavam suas famílias através dos laços rituais do compadrio.³⁹⁵

Em Rio Pardo, na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, Zettel encontrou c.44%, c.6,6% e c.48% de padrinhos livres, forros e escravos, respectivamente, em meados do século XIX.³⁹⁶ A autora enxergou nesses números tanto uma tendência ao estabelecimento de relações de solidariedade entre os escravos, como um possível interesse em relações de proteção com os livres.

Gudeman e Schwartz, ao estudar as paróquias baianas de Rio Fundo e Monte, no final do século XVIII, perceberam que a escolha dos padrinhos e madrinhas de batizados escravos era amplamente favorável aos livres, deixando os parceiros de cativo em segundo plano. Explicaram tal fenômeno através da hierarquia própria da sociedade colonial. O homem livre ocupava o ápice da escala social, enquanto o escravo posicionava-se na base da pirâmide. Dessa forma, os cativos escolhiam preferencialmente homens livres como padrinhos de seus rebentos uma vez que estes incorporavam os predicados da liberdade e da propriedade, podendo oferecer alguma proteção a seus afilhados e, talvez, contribuir à sua alforria. Quanto às madrinhas, também prevaleciam as livres, embora um número relevante de escravas que amadrinharam crianças cativas indicava o papel substitutivo que as madrinhas exerciam em relação às mães de seus afilhados.³⁹⁷

No terceiro decênio do século XIX, Schwartz observou que o cenário tinha se modificado. Um número maior de negros livres e libertos e de escravos no conjunto da

³⁹³ BLANCO, 2012, p. 157-158.

³⁹⁴ SANTOS, 2009, p. 152-153.

³⁹⁵ PETIZ, 2009, p. 208-209.

³⁹⁶ ZETTEL, 2011, 125-126.

³⁹⁷ GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 45-48.

população elevou o contingente de padrinhos e madrinhas escravas presentes nos batizados de cativos. O autor interpretou esse fenômeno como uma capacidade maior dos escravos de estabelecerem relações sociais no interior da comunidade escrava, embora o interesse pela busca de laços verticais, com os livres, continuasse presente.³⁹⁸

Em Curitiba, entre o século XVIII e as primeiras décadas do XIX, Schwartz também percebeu mudanças no padrão de escolha dos padrinhos de escravos: até a metade do século XVIII, a preferência recaía sobre os livres; a partir de 1750, o tráfico de escravos alterou a configuração populacional da freguesia, a ponto de que um maior número de escravos tivesse também cativos como padrinhos. Após 1800, ressurgiu o padrão de preferência por pessoas livres para batizarem crianças escravas.³⁹⁹

Sílvia Brügger encontrou os seguintes percentuais em São João Del Rei entre 1811 e 1849: c.75%, c.4% e c.20% para livres, forros e escravos, nessa ordem. A autora assinalou a preferência dos cativos pelo estabelecimento de relações verticais, com pessoas livres, mas indicou também que, com o tempo, houve o aprofundamento de laços entre os escravos: os cativos passaram a preferir estabelecer laços horizontais com sujeitos de mesma condição, fruto, possivelmente, de uma resignificação do compadrio católico por parte dos cativos. Brügger asseverou ainda que os escravos tenderam a escolher como padrinhos pessoas de fora do plantel, seja por causa do tamanho reduzido das unidades, mas também por conta de uma capacidade de circulação espacial. Em geral, mesmo quando escravos, os padrinhos e madrinhas não pertenciam ao mesmo plantel.⁴⁰⁰

Finalmente, Cacilda Machado trabalhou com 67 registros de crianças escravas em São José dos Pinhais, entre finais do século XVIII e início do XIX. Desses, houve padrinhos livres em cerca de 85% dos casos e escravos em cerca de 15%.⁴⁰¹ A ampla maioria de livres indicava, na análise da autora, o desejo dos escravos de firmar laços com pessoas de estrato superior, visando à proteção de seus filhos frente ao cativo e/ou o acesso às propriedades nas quais alguns de seus parentes e amigos viviam. Porém, no contexto de uma localidade deslocada dos circuitos do tráfico de escravos e onde prevaleciam os pequenos plantéis de cativos, a busca por laços verticais entre os escravos e as pessoas livres se dava, muitas vezes, entre os cativos e os parentes de seus próprios senhores, acabando por reforçar também as hierarquias sociais existentes.⁴⁰²

³⁹⁸ SCHWARTZ, 2001, p. 286.

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 281.

⁴⁰⁰ BRÜGGER, 2004, p.5.

⁴⁰¹ MACHADO, 2006, p. 53.

⁴⁰² *Ibidem*, p. 54-74.

Vê-se que a escolha de padrinhos e madrinhas dos batizados escravos dependia de um conjunto de fatores, como o tamanho das escravarias, as variações do tráfico de escravos e o estágio da composição dos plantéis, o que implica pensar o compadrio como mais uma engrenagem das relações sociais sob o cativeiro.

Procuramos analisar a situação jurídica de padrinhos e madrinhas de crianças escravas tendo em mente esse debate. As tabelas 3.11 e 3.12 apresentam a situação jurídica dos padrinhos segundo os tamanhos relativos de plantel e a frequência ao compadrio.

Tabela 3.11

Situação jurídica dos padrinhos dos crioulos escravos batizados, segundo o tamanho relativo de plantel – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Padrinhos livres	539	48,5	338	46,9	627	41,7	234	38,3	1738	44,0
Padrinhos forros	93	8,4	61	8,5	140	9,3	43	7,0	337	8,5
Padrinhos escravos	479	43,1	322	44,7	736	49,0	334	54,7	1871	47,4
Total	1111	100	721	100	1503	100	611	100	3946	100

Fonte: LBEPA - AHCOMPA.

A tabela 3.11 indica preferência pelos padrinhos escravos (47,4%) e livres (44%), sendo minoritários os forros (8,5%). De modo geral, os dados apontam para um duplo interesse: estabelecimento de solidariedade com aqueles de mesma condição jurídica, isto é, com outros escravos; ou preferência por uma relação vertical através do apadrinhamento por alguém de condição jurídica livre. Quanto aos padrinhos forros, julgamos difícil indicar uma causa específica que explique sua presença como padrinhos: para justificar sua escolha, tanto poderiam falar mais alto os laços de solidariedade entre uma família escrava e um ex-companheiro de escravidão, quanto à busca por uma relação com alguém de fora do cativeiro. Apostamos que provavelmente ambos os interesses se conjugavam, embora o peso de cada um na escolha de um padrinho forro devesse variar de acordo com as circunstâncias e o julgamento dos envolvidos. Convém ressaltar que a preferência por padrinhos foi também observada em outras áreas do Rio Grande de São Pedro, como citado acima.

Os dados da tabela 3.11 permitem ainda identificar uma considerável variação na preferência por padrinhos livres ou escravos de acordo com o tamanho relativo das propriedades. Os escravos se apresentavam mais como padrinhos nas propriedades maiores. Compunham cerca de 55% dos padrinhos de crianças escravas nos maiores plantéis e apenas

cerca de 43% dos padrinhos nas pequenas posses. Por sua vez, os padrinhos livres eram preferidos nas propriedades menores: 48,5% nas pequenas posses e apenas 38,3% nas maiores. Os maiores plantéis favoreciam a convivência entre os escravos e, conseqüentemente, a costura de relações sociais. Além disso, lembre-se que havia maior presença de africanos entre os batizados, o que também favorecia a prevalência de padrinhos escravos. A título de comparação, mesmo num contexto onde prevaleciam amplamente os padrinhos livres (Viamão, em meados do século XVIII), Márcio Blanco fez a ressalva de que, ao considerar apenas os maiores plantéis de escravos, a proporção de padrinhos cativos subia para quase 45%.⁴⁰³

Quando considerada a proximidade ao compadrio (tabela 3.12), emerge o seguinte padrão: os padrinhos livres (58%) eram acentuada maioria nos plantéis que batizavam suas crianças escravas com intervalos superiores a 2 anos, isto é, nos plantéis mais distantes às relações de compadrio, enquanto nos plantéis da primeira faixa de intervalos, os padrinhos livres totalizavam apenas 35,5%. Por sua vez, pode-se dizer que os padrinhos escravos eram preferidos nos plantéis mais próximos ao compadrio, isto é, aqueles que batizavam suas crianças cativas em intervalos de até 1 ano, totalizando cerca de 57%.

Tabela 3.12

Situação jurídica dos padrinhos dos crioulos escravos batizados, segundo a proximidade ao compadrio* – Porto Alegre (1810-1835)										
	A		B		C		D		Totais	
	(≤ 1 ano)		(1 ~ 1½ ano)		(1½ ~ 2 anos)		(> 2 anos)		#	%
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Padrinhos livres	82	35,5	67	36,2	50	36,5	29	58,0	228	37,8
Padrinhos forros	17	7,4	17	9,2	6	4,4	3	6,0	43	7,1
Total de Padrinhos escravos	132	57,1	101	54,6	81	59,1	18	36,0	332	55,1
Total	231	100	185	100	137	100	50	100	603	100

Fonte: LBEPA - AHCOMPA.

*Análise sobre os maiores plantéis relativos de escravos, isto é, aqueles com 8 ou mais cativos.

O fato de que nos plantéis de escravos mais próximos ao compadrio preponderassem padrinhos escravos indica a preferência, nesses plantéis, pelo estabelecimento de solidariedades horizontais. Lembramos que é também nesses plantéis que encontramos o

⁴⁰³ BLANCO, 2012, p. 175-176.

maior percentual de batismos de crianças (c.70%, conforme tabela 3.6) e, dentre essas, uma maior ocorrência de legítimos (c.37%, conforme tabela 3.8), indicando maior frequência ao batismo e maior acesso ao matrimônio. Ao que parecem, os dados indicam que nesses plantéis era favorecida a sociabilidade e a formação de famílias escravas.

Em comparação à análise feita por Góes sobre a condição jurídica dos padrinhos em Inhaúma, há 4 constatações a fazer. Primeiro, tanto em Inhaúma quanto em Porto Alegre, havia maiores percentuais de padrinhos livres ou forros nos batismos de crianças escravas que nasciam em plantéis pequenos ou médios, sendo essa tendência mais acentuada em Porto Alegre, pois em Inhaúma os padrinhos livres ou libertos daquelas faixas de plantel não chegavam a 50%, quando somados seus percentuais. Segundo, os percentuais de padrinhos escravos em Inhaúma eram maiores que os de Porto Alegre em todas as faixas de tamanho de plantel, totalizando 66,7% de todos os padrinhos, enquanto em Porto Alegre os escravos representavam menos de 50% do total. Terceiro, entre os padrinhos livres e libertos de Inhaúma, prevaleciam estes últimos, representando 23,9% do total, enquanto o número de padrinhos livres era pequeno, não atingindo 10%. Já em Porto Alegre, prevaleceram amplamente os livres (44% de todos os padrinhos) sobre os libertos (8,5%).⁴⁰⁴ Quarto, quando considerada a proximidade ao compadrio, tanto em Inhaúma quanto em Porto Alegre havia a tendência de que nos plantéis mais freqüentes às cerimônias de batismo (intervalo A) predominassem padrinhos escravos, enquanto nos plantéis menos assíduos ao batismo (intervalos C e D) houvesse maior participação de livres e libertos como padrinhos de crianças escravas.⁴⁰⁵

Em suma, na Porto Alegre das primeiras décadas do século XIX prevaleciam padrinhos livres quando do batismo de crianças escravas nos menores plantéis e, dentre os maiores, naqueles menos freqüentes às relações de compadrio. Os padrinhos escravos se faziam presentes nas maiores propriedades e, dentre estas, principalmente naquelas que batizavam seus escravos com mais assiduidade. Provavelmente, eram esses os plantéis de escravos cuja estabilidade era maior, possibilitando que os escravos estabelecessem uma rede de relações sociais não só mais ampla, como também mais “tramada”, o que direcionava suas escolhas a outros escravos em vez de dar preferência a livres ou libertos. Tratasse de preferência por solidariedades no interior da escravaria, ressignificando, provavelmente, o

⁴⁰⁴ O menor percentual de libertos como padrinhos de crianças escravas em Porto Alegre, com relação ao percentual encontrado por Góes em Inhaúma, deve referir-se a um contingente populacional menor de libertos na capital sul-rio-grandense no início do século XIX em comparação à população de libertos daquela freguesia fluminense.

⁴⁰⁵ GÓES, 1993, p. 78-79, 91-93.

sentido do sacramento católico, como Brügger também afirmou com relação a São João Del Rei. Nos menores plantéis de Porto Alegre e também nos maiores cuja frequência às cerimônias de batismo era escassa, a rede de relações sociais entre os cativos era menos ampla e/ou os laços entre os escravos não eram ainda suficientemente estreitos para favorecer a escolha de padrinhos de mesma condição jurídica. Nessas propriedades, a escolha dos escravos para apadrinharem seus filhos recaía principalmente sobre os homens livres. Mais uma vez, em acordo com a interpretação de Brügger de que nas menores unidades os escravos estabeleciam laços verticais.⁴⁰⁶

Comparando-se os dados de Porto Alegre com os de Inhaúma apresentados por Góes, tem-se que a predominância de pequenos plantéis e o contexto mais urbano da freguesia de Porto Alegre⁴⁰⁷, frente à característica semi-rural e a maioria de grandes plantéis da freguesia carioca, colaboram para explicar as diferenças na escolha de padrinhos entre as duas localidades. Somam-se ainda as ligações mais estreitas dos senhores de Inhaúma ao tráfico de escravos que, embora pudesse contribuir à introdução de disputas no interior dos plantéis de escravos, acabava por resultar na maior possibilidade de se estabelecerem relações horizontais de solidariedade entre os escravos no longo prazo, principalmente nos maiores plantéis e naqueles mais próximos ao compadrio.⁴⁰⁸

Convém ressaltar que os números de Porto Alegre, nos primeiros decênios do século XIX, representavam uma majoração da participação de padrinhos escravos no batismo de crianças cativas frente à conjuntura do final do século XVIII. Para esse período, calculamos os percentuais a partir dos dados apresentados por Luciano Gomes: havia 53,8% de padrinhos livres, 10,4% de forros e 33,5% de escravos. Embora menor que em outras localidades, como Curitiba e São João de Rey, Gomes justificou o maior contingente de padrinhos livres e forros à época pelo aumento das pequenas propriedades, mais significativo na área urbana, e pela intensificação do tráfico de escravos a partir de 1785. O conjunto dos padrinhos livres superou o de escravos a partir do quinquênio de 1791-1795 e, principalmente, entre 1796-1800. Quanto aos libertos, que não constavam nos censos populacionais até 1802, estes compunham cerca de 11% dos padrinhos de escravos entre 1772 e 1800.⁴⁰⁹

Já nas primeiras décadas do século XIX, em Porto Alegre, os padrinhos livres de crianças escravas não eram mais a maioria, mas sim os escravos, que constituíam quase 48%

⁴⁰⁶ BRÜGGER, 2004.

⁴⁰⁷ Ver GOMES, 2012, p. 74-78.

⁴⁰⁸ Quanto aos efeitos do tráfico de escravos no tensionamento e na geração das relações sociais entre os cativos, ver o já citado trabalho de FLORENTINO; GÓES, 1997.

⁴⁰⁹ GOMES, 2012, p. 238-51.

do total, enquanto aqueles representavam 44%. Os forros eram cerca de 8% da população em 1802 e cerca de 10% em 1814 (conforme tabela 1.3), tendo participado de 8,5% dos batismos de escravos entre 1810 e 1835, o que parece indicar que os forros estiveram devidamente representados entre os padrinhos de escravos em Porto Alegre.

Os dados indicam que os escravos conseguiram, com o passar do tempo, tecer mais relações no interior do conjunto da população escrava, principalmente nas maiores propriedades, mas também incluindo os escravos dos senhores de pequenos plantéis. Trata-se de uma mudança significativa no padrão das relações de compadrio entre os escravos, o que acreditamos ser reflexo de mudanças estruturais na composição da população de Porto Alegre ocorridas entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX: aumento da população escrava, aumento da concentração da posse de escravos nos grandes plantéis, efeito do tempo na maturação das relações sociais no interior dos plantéis de cativos, exigindo a busca por laços horizontais, conforme já comentamos no capítulo 1.

Examinamos, a seguir, a situação jurídica das madrinhas das crianças escravas batizadas em Porto Alegre, entre 1810 e 1835. Continuaremos considerando as duas variáveis estatísticas propostas por Góes em seu trabalho sobre Inhaúma: o tamanho relativo de plantel e a proximidade ao compadrio.

Tabela 3.13

Situação jurídica das madrinhas dos crioulos escravos batizados, segundo o tamanho relativo de plantel – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Madrinhas Livres	334	38,5	210	38,8	356	31,9	136	30,6	1036	34,9
Madrinhas Forras	101	11,6	75	13,9	138	12,4	49	11,0	363	12,2
Madrinhas Escravas	433	49,9	256	47,3	621	55,7	260	58,4	1570	52,9
Total	868	100	541	100	1115	100	445	100	2969	100

Fonte: LBEPa - AHCMPA.

De acordo com os dados da tabela 3.13, a participação de madrinhas escravas correspondia ao maior contingente em todos os tamanhos relativos de plantel (52,9%), mas sobretudo nos maiores. As madrinhas livres correspondiam a cerca de 35% do total, apresentando maior percentual entre os pequenos e médios plantéis relativos. Convém também asseverar que as madrinhas forras estavam sobre-representadas, compondo cerca de 12% do total, já que os libertos compunham cerca de 10% da população, segundo dados de

1814. Isso é compreensível, já que a tendência dos senhores era alforriar mais mulheres do que homens, como observou Gabriel Aladrén em trabalho sobre as alforrias em Porto Alegre na primeira metade do século XIX.⁴¹⁰

A prevalência de madrinhas escravas em Porto Alegre, sobretudo nos plantéis relativos grandes (55,7%) e muito grandes (58,4%) é indicativa do interesse em laços de solidariedade horizontal entre os escravos. Essa tendência já foi observada em outros contextos do Rio Grande de São Pedro. Márcio Blanco asseverou que as madrinhas dos batizados escravos de Viamão, em meados do século XVIII, eram 66,4% livres, 2,2% forras e 21,6% escravas. Entretanto, entre os maiores plantéis as madrinhas escravas alcançavam 40% do total.⁴¹¹ Por sua vez, em Santo Antônio da Patrulha, entre 1773 e 1824, Sherol Santos encontrou 27,3% de madrinhas livres, 7,1% de forras e 65,6% de escravas.⁴¹² Na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro, em Rio Pardo, Roberta Zettel encontrou c.36,9%, c.8,5% e c.45% de madrinhas livres, forras e escravas, respectivamente, em meados do século XIX.⁴¹³

Em outras áreas do Brasil, a situação poderia ser diferente. De acordo com os dados de Silvia Brügger, havia cerca de 69% de madrinhas livres, cerca de 23% de madrinhas escravas e apenas 3,5% de forras em São João Del Rei, entre 1811 e 1840.⁴¹⁴ Por sua vez, os dados de Cacilda Machado indicam que as madrinhas livres eram cerca de 82% e as escravas cerca de 16% em São José dos Pinhais, entre o final do século XVIII e o início do século XIX.⁴¹⁵

Quando examinamos o quadro das madrinhas de crianças escravas considerando-se a proximidade ao compadrio (tabela 3.14), identificamos que a maioria dos batismos que tiveram mulheres livres por madrinhas ocorreram nos plantéis menos assíduos às relações de compadrio (intervalo D), correspondendo a 57,5% das madrinhas. Esse número é quase o dobro dos 32,3% de madrinhas livres dos plantéis que levaram seus escravos a batizar com mais frequência (intervalo de tempo A), embora esse último dado seja, ainda assim, maior que os percentuais encontrados nas faixas de intervalo de tempo intermediárias (intervalos B e C).

⁴¹⁰ ALADRÉN, 2009, p. 44-45.

⁴¹¹ BLANCO, 2012, p. 157-158.

⁴¹² SANTOS, 2009, p. 152-153.

⁴¹³ ZETTEL, 2011, 125-126.

⁴¹⁴ BRÜGGER, 2004, p. 7.

⁴¹⁵ MACHADO, 2006, p. 53.

Tabela 3.14

Situação jurídica das madrinhas dos crioulos escravos batizados, segundo a proximidade ao compadrio – Porto Alegre (1810-1835)										
	A		B		C		D		Totais	
	(≤ 1 ano)		(1 ~ 1½ ano)		(1½ ~ 2 anos)		(> 2 anos)		#	%
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Madrinhas Livres	53	32,3	34	25,4	24	23,3	23	57,5	134	30,4
Madrinhas Forras	24	14,6	14	10,4	9	8,7	2	5,0	49	11,1
Madrinhas Escravas	87	53,0	86	64,2	70	68,0	15	37,5	258	58,5
Total	164	100	134	100	103	100	40	100	441	100

Fonte: LBEPA - AHCOMPA.

A tabela 3.14 também apresenta um padrão diferenciado das madrinhas forras em relação às livres, o que não se observou, por exemplo, no exame dos padrinhos libertos: o percentual das madrinhas forras aumentava conforme se passava dos plantéis menos freqüentes ao compadrio para os mais freqüentes. Uma hipótese é que esse padrão diferenciado estava ligado ao papel da madrinha e à condição dúbia das forras de usufruírem da liberdade, mas também estarem próximas ao universo escravo. Se as madrinhas exerciam, de fato, papel de cuidado compartilhado do batizado, compreende-se por que a preferência por forras era maior nos plantéis nos quais as relações de compadrio se estabeleciam com mais freqüência, principalmente se essas mulheres libertas fossem ex-escravas do mesmo plantel da criança batizada (o que suspeitamos, embora não possamos comprovar no presente trabalho). É provável que nessas propriedades houvesse maior estabilidade e necessidade de que os escravos “costurassem” alianças horizontais. As mulheres forras, embora já não escravas, representavam o meio do caminho entre a liberdade e a presença ao cativo, principalmente se os laços sociais e econômicos com o plantel escravo do qual fizeram parte ainda se mantivessem.

As madrinhas escravas estavam principalmente presentes nos plantéis que batizavam seus escravos entre 1 e 2 anos (intervalos de tempo B e C), seguindo-se aqueles plantéis que levavam suas crianças escravas ao batismo com intervalos menores que 1 ano (intervalo A) e, por último, àqueles plantéis que o faziam com intervalos superiores a 2 anos (intervalo D).

A presença de uma maioria de madrinhas escravas nos batizados de plantéis mais próximos ao compadrio reforça a hipótese já aventada em relação às madrinhas forras de que, nesses plantéis, predominava a busca pelo estabelecimento de relações horizontais de

solidariedade entre os cativos, representando a madrinha o papel de cuidadora em paralelo ou mesmo em substituição da mãe escrava.

Em Inhaúma, o maior percentual de madrinhas escravas concentrava-se nos plantéis relativos muito grandes, com 8 ou mais escravos (86,2%), enquanto nos menores plantéis as madrinhas escravas eram cerca de 56%. Vê-se que em Porto Alegre, a variação dos percentuais de madrinhas escravas por faixa de plantel foi menos acentuada (tabela 3.13, acima), o que pode ser explicado pelo fato de que as maiores propriedades de escravos em Inhaúma terem mais cativos do que uma grande propriedade de Porto Alegre já que, quanto à posse de escravos, a distância entre os pequenos proprietários de escravos e os senhores de muitos cativos era maior na freguesia carioca. O padrão, entretanto, era o mesmo em ambas as freguesias: maior contingente de madrinhas escravas em todas as faixas de plantel, principalmente nas maiores.

Quando analisada a proximidade ao compadrio, Góes encontrou cerca de 86% de madrinhas escravas nos plantéis que levavam suas crianças cativas com mais frequência à pia batismal, ou seja, com intervalos não maiores que 1 ano (intervalo A), e impressionantes 93,2% naqueles plantéis que batizavam suas crianças cativas com intervalos de 1 ano a 1 ano e meio (intervalo B).⁴¹⁶ Em Porto Alegre, como vimos, os percentuais não eram tão expressivos. Porém, a exceção dos plantéis mais distantes ao compadrio (intervalo D), a presença de madrinhas escravas sempre foi majoritária.

Na Porto Alegre do final do século XVIII, Luciano Gomes encontrou valores que permitiram o cálculo percentual das madrinhas de crianças cativas por situação jurídica: 37,4% eram livres; 10,3% eram libertas; 32,9% eram escravas e 19,4% dos batismos não tiveram as madrinhas presentes. Excetuando-se os casos de madrinhas ausentes, os percentuais eram os seguintes: 46,4% de livres; 12,8% de forras; 40,8% de madrinhas escravas.

Segundo Gomes, os percentuais das madrinhas de batizados escravos devem ser lidos em paralelo com os percentuais dos padrinhos. Nesse caso, o autor ressaltou que era mais freqüente, na Porto Alegre da segunda metade do século XVIII, a ocorrência de padrinhos e madrinhas livres, com a ressalva de que o percentual de padrinhos escravos era relativamente bem menor do que o percentual de madrinhas escravas. A partir dessa constatação, Gomes identificou, em Porto Alegre, um padrão de relações em torno do compadrio semelhante a

⁴¹⁶ GÓES, 1993, p. 84-85, 93.

outras freguesias no Brasil, segundo o qual o padrinho tinha o papel de protetor, enquanto a madrinha exercia um papel de “segunda mãe”.⁴¹⁷

Os dados sobre a primeira metade do século XIX em Porto Alegre reafirmam essa interpretação: no comparativo com os percentuais do final do século XVIII, não só cresceu a fatia de madrinhas escravas, como estas se tornaram majoritárias (c. 53%) frente às livres (c. 35%). Quanto aos padrinhos, houve aumento do percentual de padrinhos escravos entre um período e outro (de 33,5% para 47,4%). Provavelmente, contribuíram para esse fenômeno a aceleração do tráfico de escravos e o aumento da concentração dos escravos em grandes plantéis.

Resta-nos saber quantos padrinhos e madrinhas, quando também cativos, pertenciam ao mesmo plantel da criança escrava batizada. Examinaremos isso a partir dos dados a seguir.

As tabelas 3.15 e 3.16 dizem respeito à pertinência do padrinho escravo ao mesmo plantel da criança escrava batizada. Podemos observar que a tabela 3.15 cruza os dados com a variável “tamanho relativo de plantel”. Segundo essa tabela, a maioria dos padrinhos escravos era de plantéis diferentes do da criança batizada, totalizando cerca de 78% dos padrinhos escravos. Entretanto, quanto maior o tamanho de plantel, maior a presença de padrinhos do mesmo senhor, chegando a 50% no caso das propriedades de escravos muito grandes.

Tabela 3.15

Pertinência do padrinho escravo ao mesmo plantel do crioulo escravo batizado, segundo o tamanho relativo de plantel – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Padrinhos do Mesmo Plantel	51	10,6	42	13,0	157	21,3	167	50,0	417	22,3
Padrinhos de Plantel Diferente	428	89,4	280	87,0	579	78,7	167	50,0	1454	77,7
Total	479	100	322	100	736	100	334	100	1871	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Como outros dados até aqui discutidos, os números apresentados na tabela 3.15 corroboram a viabilidade da variável “tamanho relativo de plantel” para estimar a quantidade de escravos de cada posse a partir dos registros de batismo de escravos. Seria de se esperar, como de fato indicam os dados, que os menores plantéis apresentassem maior contingente de

⁴¹⁷ GOMES, 2012, p. 243-245.

padrinhos externos às suas posses e que, por sua vez, os maiores plantéis apresentassem o padrão inverso. No caso estudado, as faixas de pequenos (1) e médios (2) plantéis apresentaram percentuais próximos a 90% de padrinhos de outras escravarias. Por seu turno, os maiores plantéis foram aqueles com mais padrinhos escravos da mesma propriedade: nos grandes plantéis relativos (de 3 a 7 escravos) o percentual era alto, cerca de 80%, mas ainda assim inferior aos plantéis menores; nas propriedades muito grandes, o percentual descia a 50%, rivalizando com outros 50% de padrinhos de outros plantéis.

Os dados também reforçam a maior viabilidade do estabelecimento de relações horizontais de solidariedade entre os escravos no interior dos maiores plantéis, incluindo a construção de laços espirituais, a exemplo do compadrio.

Quando considerada a frequência ao compadrio, segundo a tabela 3.16, pode-se observar que nos plantéis que batizavam suas crianças em intervalos inferiores a 1 ano (intervalo A) prevaleceram os padrinhos do mesmo plantel (60,6%) enquanto nos plantéis menos frequentes às relações de compadrio (intervalo D) eram preponderantes amplamente os padrinhos de plantéis diferentes (77,8%).

Tabela 3.16

Pertinência do padrinho escravo ao mesmo plantel do crioulo escravo batizado, segundo a proximidade ao compadrio – Porto Alegre (1810-1835)										
	A		B		C		D		Totais	
	(≤ 1 ano)		(1 ~ 1½ ano)		(1½ ~ 2 anos)		(> 2 anos)			
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Padrinhos do Mesmo Plantel	80	60,6	45	44,6	36	44,4	4	22,2	165	49,7
Padrinhos de Plantel Diferente	52	39,4	56	55,4	45	55,6	14	77,8	167	50,3
Total	132	100	101	100	81	100	18	100	332	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Em resumo, na Porto Alegre do início do século XIX prevaleciam os padrinhos de plantéis diferentes do batizado escravo. Esse padrão era decorrência não só da escolha dos cativos, mas também da estrutura de posse de escravos da freguesia, na qual prevaleciam as pequenas e médias propriedades de escravos, prejudicando que as escolhas de padrinhos pudesse se voltar para o interior dos plantéis. Já nas maiores posses, havia quase um equilíbrio entre padrinhos de dentro e de fora do plantel dos batizados escravos. Porém, num

olhar mais apurado sobre essas propriedades, viu-se que esse padrão era decorrência das escravarias mais freqüentes à pia batismal, ou seja, daquelas que valorizavam as relações estabelecidas através do batismo. Naquelas mais distantes às relações de compadrio, a relação se invertia.

Em Inhaúma, o quadro era bastante diferente. Góes encontrou ampla presença de padrinhos e batizados no mesmo plantel, totalizando 63,9% em todas as faixas de posse e 78,7% nas posses maiores. Entretanto, foi também nos maiores plantéis que Góes identificou os maiores percentuais de padrinhos pertencentes ao mesmo senhor do batizado, assim como também encontramos em Porto Alegre. Ressalve-se que Góes não fez distinção entre o batismo de crioulos e africanos escravos ao proceder a análise para Inhaúma, o que deve ter influenciado os seus dados. Supomos que o fato das propriedades escravas na freguesia carioca terem mais escravos do que em Porto Alegre, como já mencionado, deve também ter contribuído para a circunscrição das relações dos escravos no interior dos plantéis de cativos.

Quando examinada a proximidade ao compadrio, Góes verificou maior presença de padrinhos do mesmo plantel do batizado nas propriedades da primeira faixa de intervalos (intervalo A), isto é, nas posses daqueles senhores que batizavam seus escravos com freqüência de até 1 ano.⁴¹⁸ Em Porto Alegre, como vimos, o mesmo padrão ocorria.

A seguir, analisamos a pertinência das madrinhas escravas ao mesmo plantel da criança crioula escrava no intuito de verificar se, também nesse caso, tal padrão se reafirmava. Na tabela 3.17, examina-se a questão de acordo com o tamanho relativo dos plantéis de escravos, tal qual fizemos com relação aos padrinhos.

Tabela 3.17

Pertinência da madrinha escrava ao mesmo plantel do crioulo escravo batizado, segundo o tamanho relativo de plantel – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Madrinhas do Mesmo Plantel	38	8,8	38	14,8	125	20,1	123	47,3	324	20,6
Madrinhas de Plantel Diferente	395	91,2	218	85,2	496	79,9	137	52,7	1246	79,4
Total	433	100	256	100	621	100	260	100	1570	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

⁴¹⁸ GÓES, p. 78-79, 91-92.

A maioria das madrinhas cativas pertencia a plantéis distintos daqueles dos crioulos batizados, totalizando mais de 79%, assim como já tínhamos constatado em relação aos padrinhos escravos de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX. Entre as madrinhas escravas, pouco mais de 20% pertenciam ao mesmo plantel das crianças escravas batizadas. Destas, a grande maioria estava nos plantéis maiores, principalmente nas propriedades consideradas muito grandes, nas quais representavam cerca de 47% do total. A semelhança com os dados dos padrinhos (tabela 3.15) é muito clara: evidentemente, devido ao tamanho das propriedades, os plantéis pequenos e médios eram aqueles que apresentavam os maiores percentuais de madrinhas de outras propriedades. Por sua vez, nos plantéis muito grandes havia um equilíbrio entre madrinhas de dentro e de fora do mesmo plantel da criança escrava batizada. O tamanho da propriedade, assim como no caso dos padrinhos, jogava um papel decisivo na escolha das madrinhas das crianças crioulas cativas.

Na tabela 3.18, onde constam os números referentes à pertinência da madrinha ao mesmo plantel do batizado segundo a proximidade ao compadrio, constatamos que o maior percentual das madrinhas que compartilhavam o cativo nas mesmas propriedades de seus afilhados estava nos plantéis que batizaram suas crianças cativas com maior frequência (intervalo A). Novamente, encontra-se paralelo com os dados já examinados sobre os padrinhos (tabela 3.16).

Tabela 3.18

Pertinência da madrinha escrava ao mesmo plantel do crioulo escravo batizado, segundo a proximidade ao compadrio – Porto Alegre (1810-1835)										
	A		B		C		D		Totais	
	(≤ 1 ano)		(1 ~ 1½ ano)		(1½ ~ 2 anos)		(> 2 anos)		#	%
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Madrinhas do Mesmo Plantel	48	55,2	43	50,0	28	40,0	2	13,3	121	46,9
Madrinhas de Plantel Diferente	39	44,8	43	50,0	42	60,0	13	86,7	137	53,1
Total	87	100	86	100	70	100	15	100	258	100

Fonte: LBEPA - AHCOMPA.

Reiteramos que ao compararmos os dados de Porto Alegre com aqueles de Inhaúma, convém salientar que a análise de Góes não considerou a distinção entre batismos de africanos e crianças crioulas escravas. Porém, de modo geral e apesar das proporções diferentes, o autor

chegou a conclusões similares: maior participação de madrinhas escravas do mesmo plantel do batizado na faixa composta pelos maiores plantéis relativos (83,7%) e, dentre estes últimos, naqueles plantéis cuja proximidade ao compadrio era mais freqüente (92,2%).⁴¹⁹

De modo geral, a pertinência do padrinho e da madrinha escravos do mesmo plantel da criança crioula escrava era diretamente proporcional ao tamanho relativo do plantel e à proximidade ao compadrio. Dito de outra forma, quanto maior fosse um plantel de escravos, maiores as chances de que o padrinho e a madrinha, se cativos, pertencessem ao mesmo plantel da criança batizada. O mesmo era verdadeiro em relação à proximidade ao compadrio. Quanto mais freqüentes eram os batismos, indicativo de um comportamento de valorização das relações estabelecidas em torno da pia batismal, maior o percentual de padrinhos e de madrinhas escravos do mesmo plantel da criança batizada. Esse padrão, verificado em Porto Alegre e também em Inhaúma, na primeira metade do século XIX, embora em proporções diferentes, demonstra que o tamanho da propriedade escrava e a freqüência com que os escravos de um dado plantel compareciam ao batismo eram determinantes para o tipo de relações sociais que se estabeleciam no cativo: se mais ou menos circunscritas ao plantel de seu senhor; se mais ou menos voltadas ao estabelecimento de laços verticais ou horizontais.

Silvia Brügger também constatou que a maioria dos padrinhos e madrinhas escravos, em sua pesquisa sobre São João Del Rei, era de fora do plantel do escravo batizado.⁴²⁰ Em Alegrete, entre 1821 e 1844, Farinatti impressionou-se com um padrão nitidamente exógeno de apadrinhamento, no qual apenas 12% dos padrinhos e das madrinhas escravos eram da mesma escravaria do batizado cativo. O autor vinculou esse padrão à predominância de pequenas e médias posses de escravos, característica de uma zona pecuária como Alegrete.⁴²¹ Márcio Blanco, ao estudar o apadrinhamento de escravos na Viamão de meados do século XVIII, constatou também que a maioria dos padrinhos e das madrinhas pertenciam a outros plantéis de escravos. Porém, tal qual encontramos para Porto Alegre, as maiores escravarias facilitavam o estabelecimento de laços sociais e, portanto, nestas propriedades o contingente de padrinhos e de madrinhas do mesmo plantel do batizado escravo rivalizava com o percentual de padrinhos e de madrinhas de outras posses.⁴²²

Supondo que os escravos participavam das escolhas dos padrinhos e das madrinhas de seus próprios filhos, os padrões observados até aqui colaboram para a compreensão das possibilidades abertas pelo batismo para a costura de relações sociais e permitem, inclusive,

⁴¹⁹ GÓES, 1993, p. 84-85, 93.

⁴²⁰ BRÜGGER, 2004, p. 5.

⁴²¹ FARINATTI, 2011, p. 5-7.

⁴²² BLANCO, 2012, p.177.

inferir algo sobre os significados das relações estabelecidas, senão vejamos: os grandes plantéis não só apresentavam maiores possibilidades às relações horizontais entre os escravos - pelo número de cativos reunidos numa mesma propriedade - mas de fato constituíram lugares onde esses laços se efetivavam, o que permite inferir que o estabelecimento de redes sociais no interior das maiores posses respondia a demandas dos escravos. Entretanto, não podemos definir o exato significado dessas demandas. Supomos, porém, que havia significados múltiplos porque múltiplas relações eram demandadas: ora para recompor “a paz” no interior dos plantéis ora para reafirmar laços de identidade comunitária e étnica; ora para expandir uma rede de apoio no interior dos plantéis escravos; ora para viabilizar um projeto futuro de alforria; etc.

3.3.2. Padrões demográficos em torno do batismo de escravos africanos

O batismo de africanos escravos estabelecia relações diferentes daquelas do batismo de crioulos. Os escravos africanos não tinham mais suas mães e pais, ou melhor, foram brutalmente separados de suas mães, de seus pais, de suas famílias, de seu mundo. Levar um escravo africano ao batismo significava administrar o sacramento a um estrangeiro.

Portanto, se tratando de estrangeiros, o batismo desses cativos envolvia duas particularidades: era necessário ensinar-lhes o significado do sacramento do batismo e, uma vez realizada a cerimônia, configurava-se uma rede de relações bem menos ampla do que aquela estabelecida pelo batismo de crianças escravas.

Primeiro, era necessário assegurar que o escravo sabia minimamente o credo católico, verificar se compreendia que o batismo introduzia-o ao seio da comunidade cristã, ainda que como escravo. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* orientavam sobre o tema: o escravo só deveria receber o sacramento do batismo após aprender minimamente sobre o credo católico e ser sabatinado sobre o assunto através de perguntas diretas. Esse era, em teoria, o procedimento de acordo com as regras eclesásticas. Na prática, é provável que nem sempre esses cuidados de instrução fossem tomados já que os escravos deveriam seguir a religião dos senhores.⁴²³

Segundo, além do desafio do cativo, para os estrangeiros a escravidão significava a separação de seus laços familiares e a necessidade de compor novas relações. O batismo

⁴²³ Uma vez que eram tomados por “faltos de juízo” ou “furiosos”, as regras canônicas orientavam que se fizessem perguntas aos africanos antes que se lhes administrasse o sacramento do batismo. Isso para se ter certeza de que compreendiam o mínimo do seu significado. Ver VIDE, 2007, Livro Primeiro, Título XIV.

também era oportunidade para tecer uma nova rede social, mas que se limitava aos laços diretos entre padrinho, madrinha e afilhado, ao menos inicialmente. É provável, inclusive, que o padrinho e a madrinha fossem muitas vezes indicados pelo senhor, representando mais um elo que introduzia e prendia o escravo estrangeiro ao cativo do que, propriamente, um laço de apoio ao cativo.⁴²⁴

As cerimônias coletivas de batismo administradas aos escravos africanos eram bastante comuns também na Porto Alegre das primeiras décadas do século XIX. Elas reforçam a percepção de que o batismo de escravos africanos estava envolto por interesses e relações diferentes daquelas que caracterizavam o batismo de crianças escravas. Não era comum haver registros de batismo coletivos de crianças escravas. Quanto aos africanos, porém, as cerimônias coletivas eram freqüentes, indicando que mesmo recebendo um nome cristão, os escravos africanos tinham um longo caminho para terem reconhecidas suas personalidades.⁴²⁵

Os dados apresentados a seguir contribuem para a compreensão das peculiaridades em torno do batismo de escravos africanos em Porto Alegre, na primeira metade do século XIX.

Na tabela 3.19, observa-se que quase 2/3 dos escravos africanos batizados eram de homens, o que permitiu calcular uma razão de masculinidade de 171. Entretanto, quando consideradas as faixas de tamanho de plantel, a razão de masculinidade chegava a 340 na faixa de 8 ou mais escravos. Porém, nos plantéis pequenos e médios tendia-se ao equilíbrio ou até mesmo à preponderância das mulheres, como no caso da faixa de tamanho relativo de plantel de 2 escravos, na qual a razão de masculinidade era negativa, na razão de 90 homens para cada 100 mulheres.

Já tínhamos observado, através do exame do rol de confessados de Porto Alegre de 1814 (tabela 1.20), que os plantéis de escravos pequenos e médios apresentavam razão de masculinidade mais equilibrada, com pequena preponderância de homens escravos. Por seu turno, os plantéis grandes e muito grandes apresentavam uma proporção de homens bem maior no conjunto da escravaria. Os dados ora apresentados, a partir dos registros de batismo de escravos, vão ao encontro desses padrões, contribuindo também para corroborar a viabilidade do uso da variável “tamanho relativo de plantel” para inferência da posse de escravos num dado contexto.

⁴²⁴ GÓES chamou a atenção para a diferença das redes sociais estabelecidas através do compadrio de crianças batizadas e de batizados africanos. O batismo daquelas ensejava, por exemplo, redes mais pulverizadas. Ver GÓES, 1993, p. 105.

⁴²⁵ Também eram comuns as cerimônias coletivas de batismo de escravos africanos no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Ver uma descrição pormenorizada em KARASH, 2000, p. 342-344.

Tabela 3.19

Sexo dos batizados africanos e razão de masculinidade segundo os tamanhos relativos de plantel – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Totais	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Homens	101	53,2	82	47,4	235	63,2	248	77,3	666	63,1
Mulheres	89	46,8	91	52,6	137	36,8	73	22,7	390	36,9
Totais	190	100	173	100	372	100	321	100	1056	100
Razão de masculinidade	113		90		172		340		171	

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

José Roberto Góes suspeitava que, em Inhaúma, os maiores plantéis apresentavam um “desequilíbrio sexual menos acentuado”. Entretanto, a hipótese do autor foi aventada através de números “muito reduzidos”, o que o levou a evitar calcular os percentuais de homens e mulheres escravos nas menores faixas de plantel, deixando sua suspeita sem comprovação.⁴²⁶ Em Porto Alegre este não foi o caso. Como podemos ver na tabela 3.19, a proporção de homens escravos era superior a de mulheres, principalmente nos maiores plantéis.

Já vimos que a presença do padrinho ao batismo de escravos, quer de crianças, quer de africanos, era generalizada (tabela 3.9). Passemos, então, à análise da presença da madrinha ao batismo de escravos africanos, de acordo com a tabela 3.20. Observamos que a presença das madrinhas ao batismo de africanos não chegava a 50% do total de batismos. Se comparados com os batismos de crianças escravas, nos quais a presença das madrinhas rondava os 75% (conforme tabela 3.10), vê-se quão inferior era a presença de madrinhas nos registros de batismo de africanos. Deve-se ainda considerar que havia diferenças por tamanho de plantel. Assim, a presença de madrinhas nos batismos de escravos africanos era bem mais expressiva nos pequenos e médios plantéis do que nos plantéis de escravos grandes e muito grandes.

⁴²⁶ GÓES, 1993, p. 90-91; 94.

Tabela 3.20

Presença da madrinha ao batismo de escravos africanos segundo os tamanhos relativos de plantel – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Madrinhas de Africanos	109	57,4	115	66,5	181	48,7	117	36,4	522	49,4
Total de Africanos Batizados	190	100	173	100	372	100	321	100	1056	100
Madrinhas de Homens	41	40,6	42	51,2	89	37,9	64	25,8	236	35,4
Homens Batizados	101	100	82	100	235	100	248	100	666	100
Madrinhas de Mulheres	68	76,4	73	80,2	92	67,2	53	72,6	286	73,3
Mulheres Batizadas	89	100	91	100	137	100	73	100	390	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Ao analisarmos a presença da madrinha segundo o sexo do africano batizado, emerge a possibilidade de uma leitura mais refinada dos dados. Eram os homens escravos batizados que “puxavam” o percentual de presença de madrinhas para baixo. Apenas cerca de 35% dos registros de batismo de homens escravos apresentavam o nome de uma madrinha. Se fossem escravos de um grande plantel, a possibilidade de homens batizados não terem uma madrinha era ainda maior, sendo de apenas 25,8%. Entretanto, nos pequenos e médios plantéis os percentuais não eram irrelevantes: respectivamente 40,6% e 51,2% de madrinhas constantes nos registros de batismo de homens escravos. Quando se tratava de mulheres escravas, não havia significativa variação da presença da madrinha em cada faixa de plantel, ficando o percentual total ao redor de 73%. Em suma, as mulheres escravas batizadas tinham muito mais madrinhas do que os homens em suas cerimônias de batismo. Quanto aos homens, o tamanho do plantel de escravos exercia um peso considerável, sendo bem maior a possibilidade de ter uma madrinha se o homem africano fosse escravo de um plantel pequeno ou médio.

Teriam os padrinhos e madrinhas de batizados africanos a função de ajudar a aclimação dos novos escravos ao cativo, mais do que funções religiosas? Gudeman e Schwartz apostaram que sim.⁴²⁷ Karasch asseverou que os senhores cariocas indicavam os

⁴²⁷ GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p.54-55.

cativos mais confiáveis para serem padrinhos dos novos escravos.⁴²⁸ Na freguesia de Santiago do Iguape, no Recôncavo baiano, em 1835, Schwartz também encontrou uma maioria de escravos como padrinhos e madrinhas dos batizados africanos.⁴²⁹ Se assim era, uma leitura possível é de que os senhores de pequenos e médios plantéis sentiam a necessidade de mobilizar recursos externos às suas propriedades para sociabilizar seus novos escravos africanos ao cativo. As cerimônias de batismo seriam uma oportunidade ideal para esse propósito, vinculando o escravo africano a ser batizado a um padrinho e a uma madrinha. Fossem eles escravos ou não, serviriam de ponte entre as memórias de uma vida pregressa na África e a nova realidade determinada pela escravidão.

Quanto ao grande percentual de madrinhas nos registros de batismo de escravas africanas, entendemos que também seria resultado de uma estratégia para aclimação das mulheres cativas à escravidão, obedecendo a uma clivagem dada pelo sexo segundo a qual a escrava africana se reportaria preferencialmente, à sua madrinha e o escravo africano se reportaria ao seu padrinho. Em Porto Alegre, a questão da indicação desses padrinhos e madrinhas pelo senhor permanece em aberto, mas com indícios de que, nesses casos, o proprietário tinha parte nessa definição.

A seguir, examinamos a condição jurídica dos padrinhos e madrinhas de escravos africanos. Na tabela 3.21 e 3.22, a análise é feita considerando o tamanho relativo de plantel.

Tabela 3.21

Situação jurídica dos padrinhos dos africanos escravos batizados, segundo o tamanho relativo de plantel – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Padrinhos Livres	49	26,2	38	22,1	76	20,5	68	21,3	231	22,0
Padrinhos Forros	27	14,4	25	14,5	44	11,9	18	5,6	114	10,9
Padrinhos Escravos	111	59,4	109	63,4	250	67,6	234	73,1	704	67,1
Total	187	100	172	100	370	100	320	100	1049	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Os dados referentes à condição jurídica dos padrinhos indicam que prevaleciam amplamente os padrinhos escravos, correspondendo a 67,1%. A preponderância de padrinhos escravos era tanto maior quanto maiores fossem os plantéis de escravos, representado 59,4% nos pequenos plantéis e 73,1% nas propriedades de escravos muito grandes. Padrinhos livres

⁴²⁸ KARASCH, 2000, p. 344-345.

⁴²⁹ SCHWARTZ, 2001, p. 284, 289.

e forros apresentavam a tendência inversa dos padrinhos escravos: quanto menores os plantéis, maior sua participação. Contudo, mesmo nos pequenos plantéis prevaleciam os padrinhos escravos amplamente. Partindo da compreensão de que a indicação dos padrinhos, especificamente no caso dos africanos batizados, era influenciada ou decidida em grande medida pelos senhores, entendemos que é para o reduzido número de padrinhos livres que devemos olhar com mais atenção. Apenas 22% dos padrinhos de escravos africanos eram livres, enquanto no caso das crianças escravas batizadas o percentual dessa parcela era o dobro (tabela 3.11). Esse padrão indica maior dificuldade de acesso ao estabelecimento de relações verticais através do compadrio, provavelmente devido ao estranhamento que muitos africanos tinham, como estrangeiros que eram, em relação à sociedade na qual estavam sendo introduzidos.

Quanto à situação jurídica das madrinhas dos batizados africanos, também prevaleciam as escravas, conforme dados da tabela 3.22. As madrinhas escravas eram a maioria em todas as faixas de tamanho de plantel, totalizando 2/3 do total de madrinhas de escravos africanos batizados, assim como também ocorria com os padrinhos.

Tabela 3.22

Situação jurídica das madrinhas dos africanos escravos batizados, segundo o tamanho relativo de plantel – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Madrinhas Livres	18	16,5	11	9,6	17	9,4	13	11,1	59	11,3
Madrinhas Forras	26	23,9	30	26,1	34	18,8	28	23,9	118	22,6
Madrinhas Escravas	65	59,6	74	64,3	130	71,8	76	65,0	345	66,1
Total	109	100	115	100	181	100	117	100	522	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

É preciso destacar o expressivo percentual de mulheres forras que amadrinharam escravos africanos. Os 22,6% de madrinhas forras representa o dobro do percentual de padrinhos forros (10,9%) como vimos na tabela 3.21. As madrinhas forras prevaleciam sobre as livres, numa relação inversa ao que acontecia com os padrinhos. Provavelmente, esse fenômeno estava ligado à maior presença de mulheres alforriadas na sociedade. De fato, Aladrén constatou que a alforria em Porto Alegre era mais acessível às mulheres do que aos homens na primeira metade do século XIX, como já comentamos.⁴³⁰

⁴³⁰ ALADRÉN, 2009, p. 44-45.

Resta-nos examinar, como também fizemos na análise sobre o compadrio em torno do batismo de crianças escravas, se os padrinhos e madrinhas escravos pertenciam ou não ao mesmo plantel dos seus afilhados africanos cativos.

As tabelas 3.23 e 3.24 tratam da pertinência do padrinho e da madrinha ao mesmo plantel do batizado escravo de acordo com o tamanho relativo de plantel, respectivamente. Na tabela 3.23, observa-se que 60,8% dos padrinhos escravos pertenciam a senhores diferentes daqueles de seus afilhados. Entretanto, essa relação era tanto mais acentuada quanto menor fosse o plantel de escravos. Esse padrão de superioridade numérica dos padrinhos de plantéis diferentes ao do batizado já havia sido observado ao examinarmos os batismos das crianças escravas crioulas (tabela 3.15).

Tabela 3.23

Pertinência do padrinho escravo ao mesmo plantel do africano escravo batizado, segundo o tamanho relativo de plantel – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Padrinhos do Mesmo Plantel	9	8,1	21	19,3	68	27,2	178	76,1	276	39,2
Padrinhos de Plantel Diferente	102	91,9	88	80,7	182	72,8	56	23,9	428	60,8
Total	111	100	109	100	250	100	234	100	704	100

Fonte: LBEPA - AHCOMPA.

A grande distribuição de escravos em pequenos e médios plantéis que caracterizava a propriedade de escravos em Porto Alegre no princípio do século XIX ajuda a compreender essa tendência. Era preciso, para boa parte dos batismos de escravos, procurar padrinhos escravos de outras posses. A exceção eram os maiores plantéis, nos quais era maior a presença de padrinhos dos escravos do mesmo senhor da criança batizada. Esse também era o caso quando de batismos de africanos. Contudo, numa proporção bem maior (mais de $\frac{3}{4}$ dos casos). Esse dado, supomos, se deve muito mais à interferência do senhor na escolha do padrinho quando do batismo de um escravo africano do que à capacidade desse último, recém incorporado ao plantel, de estabelecer alianças dentro e fora da propriedade escrava. Essa possibilidade de interferência senhorial nas relações de compadrio dos escravos já foi aventada em estudo de Carlos Bacellar, que afirmou

A complexidade de arranjos possíveis, as composições e dimensões distintas de cada escravaria, as relações diferenciadas de cada senhor com seus cativos, as redes e os conflitos variáveis em cada caso, tudo contribui

para soluções as mais surpreendentes, que por vezes restam mascaradas sob os números e estatísticas mais gerais. Ainda mais, há que se considerar as alterações na composição da senzala ao longo do tempo, seu ciclo de vida, que influenciava de maneira inevitável as estratégias do compadrio: aumento e diminuição dos contingentes, juventude e envelhecimento dos indivíduos, muitas vezes em íntima relação com a história de sucesso ou fracasso do próprio empreendimento dos negócios e dos relacionamentos de seu senhor.⁴³¹

Quanto às madrinhas escravas, estas pertenciam ao mesmo plantel do batizado escravo africano em apenas ¼ das vezes. A maioria das madrinhas escravas pertencia a plantéis diferentes dos de seus afilhados africanos também escravos: 74,5%. Como no caso dos padrinhos, esse padrão era tanto mais relevante quanto menor eram os plantéis de escravos. Nos batismos de escravos africanos pertencentes a pequenas propriedades, quase 94% das madrinhas pertenciam a outro senhor que não o do seu afilhado. Nos plantéis maiores, entretanto, a relação se invertia e a maioria das madrinhas escravas compartilhava o cativeiro com o escravo africano que amadrinhou. Vejam-se os dados da tabela 3.24.

Tabela 3.24

Pertinência da madrinha escrava ao mesmo plantel do africano escravo batizado, segundo o tamanho relativo de plantel – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Madrinhas do Mesmo Plantel	4	6,2	13	17,6	29	22,3	42	55,3	88	25,5
Madrinhas de Plantel Diferente	61	93,8	61	82,4	101	77,7	34	44,7	257	74,5
Total	65	100	74	100	130	100	76	100	345	100

Fonte: LBEPA - AHCOMPA.

Embora em menor proporção, entendemos que a prevalência de madrinhas escravas do mesmo plantel do africano batizado nas maiores posses se explica pelas mesmas razões já expostas sobre os padrinhos: maiores chances de se encontrar escravas que pudessem amadrinhar outros escravos no interior dos grandes plantéis e maior ingerência dos senhores na escolha da madrinha no caso de batismo de escravos africanos.

Os dados apresentados sobre o batismo e o compadrio de escravos africanos permitiram vislumbrar um determinado padrão, como segue: a maior parte dos batizados

⁴³¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. IN: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho de 2011, p. 5.

africanos era composta por homens, principalmente nos plantéis grandes e muito grandes. Nestes últimos, a razão de masculinidade era muito alta, enquanto nos plantéis pequenos e médios a proporção de homens e mulheres escravos tendia ao equilíbrio ou era, inclusive, favorável a elas. Já havíamos observado essas tendências quando examinamos a razão de masculinidade dos escravos por tamanho de plantel no primeiro capítulo, a partir do rol de confessados de 1814 (tabela 1.20). Mais uma vez, nunca é demais ressaltar, a metodologia de trabalho empregada no exame dos registros de batismo mostra-se compatível com as análises feitas a partir do “censo” paroquial de 1814.

Ao serem realizadas as cerimônias de batismo de escravos africanos, a madrinha estava presente em menos de 50% das vezes. Porém, essa falta era particularmente sentida quando os batizados eram homens. Quanto aos padrinhos, a tendência era a de que fossem escravos, tanto quando se tratava do batismo de homens quanto de mulheres africanas, sendo que nos maiores plantéis havia maior chance de que se tratasse de padrinhos e madrinhas escravos do mesmo senhor do batizado.

Por último convém ressaltar que o padrão de compadrio dos escravos africanos era substancialmente diferente daquele das crianças escravas, indicando que as relações engendradas em torno do batismo de escravos africanos eram de outra ordem. Por isso, cabe fazer a ressalva, não encontramos qualquer tendência digna de menção com relação à proximidade ao compadrio nos batismos dos africanos. Essa variável, por dizer respeito à frequência com que os escravos de um plantel levavam seus membros ao batismo, serve como ferramenta para se aferir algo do comportamento comunitário dos escravos, comunidade na qual, num primeiro momento, os escravos africanos batizados recém ingressavam.

Conclusão

Em Porto Alegre, na primeira metade do século XIX, a maioria dos proprietários de escravos era formada por senhores de pequenos e médios plantéis. Porém, experimentava-se no período um processo de concentração da propriedade escrava⁴³², de forma que a grande parte dos cativos pertencia aos senhores de plantéis grandes e muito grandes. Porto Alegre, então, apresentava um padrão de acesso amplo à propriedade escrava e, ao mesmo tempo, um processo em curso de concentração da posse de cativos.

⁴³² Seja com base no rol de confessados de 1814, seja a partir dos registros de batismo de escravos de 1810 a 1835. Ver gráficos 1.2 e 1.3, também tabela 3.1.

Nesse cenário, para analisarmos as relações de compadrio em torno do batismo de escravos em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XIX, utilizamo-nos de duas ferramentas que permitiram uma análise no tempo a partir dos registros de batismo de escravos: o tamanho relativo de plantel e a proximidade ao compadrio. O tamanho relativo de plantel indica a estrutura de posse de escravos no tempo, tomando a soma das mães de crioulos batizados e dos africanos batizados, de um mesmo plantel, como referência do tamanho da escravaria a que pertencem. A proximidade ao compadrio indica à frequência com que os escravos de um plantel são batizados⁴³³. A viabilidade metodológica dessas variáveis foi atestada por José Roberto Góes em seu estudo sobre o compadrio escravo em Inhaúma. Seguindo os passos de Góes, pudemos também confirmar sua viabilidade para o presente estudo, adequando a metodologia para o contexto de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX.

Através da variável tamanho relativo de plantel, identificamos que embora a maioria dos escravos batizados fosse de crianças crioulas, o percentual de batizados africanos se fazia mais representativo nos maiores plantéis, reflexo do maior acesso dos senhores dessas propriedades ao tráfico de escravos. Entretanto, dizer “maior acesso ao tráfico” por parte dos grandes proprietários não quer dizer “nenhum acesso” por parte dos pequenos. Como vimos, 46,5% das crianças crioulas escravas batizadas em Porto Alegre pertenciam a pequenos e médios proprietários, enquanto na freguesia carioca de Inhaúma, examinada por Góes, eram apenas 22,5%.⁴³⁴ Essa diferença seria reflexo de um mercado de escravos mais aberto a pequenos e médios senhores em Porto Alegre. É provável que estes, ao adquirirem escravos jovens e adultos (sobretudo mulheres, cujo valor de mercado era inferior ao dos homens), pudessem viabilizar alguma reprodução endógena dos seus plantéis.

Através da variável proximidade ao compadrio, constatamos que a maioria dos grandes senhores batizava seus escravos com uma frequência não superior a 1 ano e meio, em média, sendo responsáveis por 2/3 dos batizados escravos da freguesia. Essa prática indica certo zelo para com o batismo de escravos, provavelmente por conta de um conjunto de fatores: convicções religiosas dos senhores; compreensão das conseqüências sociais do batismo; estratégia de administração dos cativos. Sobretudo o batismo de crioulos era administrado com maior frequência, o que reforça a hipótese de que o compadrio era estabelecido, principalmente, em torno do batismo das crianças crioulas escravas.

⁴³³ São considerados, para fins de cálculo, os plantéis de escravos grandes e muito grandes.

⁴³⁴ Cálculo a partir dos números absolutos apresentados por Góes. Ver GÓES, 1993, p. 91.

Constamos também que o percentual de crioulos escravos legítimos era maior nas maiores posses (22,6%) do que nas menores (4,1%). Ao todo, tinha-se mais de $\frac{3}{4}$ das crianças legítimas concentradas nas maiores escravarias, o que leva a concluir que o acesso ao casamento era mais fácil nos grandes plantéis. Além disso, os plantéis que levavam seus escravos a batizar com mais frequência eram aqueles com maior percentual de crianças escravas legítimas, o que vai ao encontro da tese de que a frequência ao compadrio pode ser evidência de maior interesse para com as relações tramadas a partir dos sacramentos católicos. Pudemos constatar, dessa forma, uma relação entre tamanho relativo de plantel, proximidade ao compadrio e legitimidade que colabora para o entendimento das condições de acesso ao batismo e ao casamento católicos pelos escravos: os plantéis maiores e mais próximos às relações de compadrio batizavam mais crianças crioulas escravas, muitas delas legítimas (indício de maior acesso dos escravos ao matrimônio nas grandes propriedades).

Quanto aos escravos africanos, seu percentual maior de batismos nos grandes plantéis, mas sobretudo nas propriedades que administravam o batismo a seus escravos com menos frequência, indica uma forma diversa de lidar com o compadrio daquela dos batizados crioulos.

Estabelecido o perfil dos batizados, pudemos examinar os padrinhos e as madrinhas dos mesmos. Constatamos que a presença de um padrinho era a regra. A figura da madrinha, por sua vez, não se fazia presente em certos casos, principalmente nos maiores plantéis. Nos batismos de escravos dos pequenos plantéis pôde-se relacionar a maior proporção de madrinhas à maior presença de crianças crioulas entre os batizados, de forma que a madrinha assumia, então, um papel de responsabilidade frente ao batizado. Inversamente, nos grandes plantéis muitos dos batizados eram jovens ou adultos africanos, sendo então o papel da madrinha muitas vezes dispensado. A legitimidade também influenciava na presença das madrinhas aos batismos: crioulos escravos legítimos tinham mais chance de terem uma madrinha no seu batismo do que os crioulos naturais. Dessa forma, as variações quanto à presença ou não da madrinha também indicaram que o batismo para crioulos (naturais ou legítimos) e africanos ensejava relações diferentes.

Quanto à condição jurídica dos padrinhos de escravos crioulos, encontramos uma ligeira maioria de escravos (47,4%), seguidos pelos livres (44%) e por uma minoria de forros (8,5%), constatando-se que havia por parte dos escravos, na Porto Alegre dos primeiros decênios do século XIX, tanto o interesse de estabelecer relações verticais com sujeitos de fora do cativeiro quanto o interesse de firmar solidariedade com os iguais. O primeiro caso foi mais frequente quando de batismos de escravos dos plantéis pequenos e médios. O segundo

caso foi mais comum entre os escravos batizados dos maiores plantéis. Além disso, quanto mais freqüentes à pia batismal eram os plantéis de escravos, mais padrinhos escravos se faziam presentes nos batismos. Ao contrário, naqueles plantéis que batizavam seus cativos com menos freqüência prevaleciam os padrinhos livres. Esse cenário nos permitiu afirmar que o tamanho do plantel e a proximidade ao compadrio exerciam influência na eleição dos padrinhos de escravos.

Provavelmente os grandes plantéis de escravos gozassem de maior estabilidade, possibilitando aos cativos costurar relações mais amplas, inclusive no tempo, de forma a influenciar as escolhas de padrinhos em prol de outros escravos. Nos plantéis em que a rede de relações sociais fosse menos ampla (as pequenas posses e as grandes mais distantes ao compadrio) privilegiava-se a escolha de padrinhos livres.

É preciso também considerar as variações das preferências por padrinhos de diferentes condições jurídicas no tempo. Na Porto Alegre do princípio do século XIX, num contexto de urbanização que incluía, ao mesmo tempo, a manutenção da pequena propriedade de escravos e a concentração da posse de cativos, houve aumento do percentual de padrinhos escravos no batismo de crianças cativas (53,8%) frente aos números do final do século XVIII (33,5%).

Quanto à situação jurídica das madrinhas dos crioulos escravos batizados em Porto Alegre, entre 1810 e 1835, constatamos uma maioria de madrinhas escravas, principalmente nos maiores plantéis e, dentre, sobretudo naquelas propriedades que batizavam seus cativos com mais freqüência. Esse padrão já tinha sido observado para os padrinhos, corroborando o interesse dos escravos em firmarem laços de solidariedade horizontal.

Há de se destacar o relevante contingente de madrinhas forras entre os plantéis mais próximos às relações de compadrio. Suspeitamos que tal ocorria por conta da condição particular das mulheres libertas: se, por um lado, haviam ainda conquistado a liberdade, por outro se mantinham (ou eram mantidas) próximas ao cativo.

De modo geral, o padrão para os batismos de crianças crioulas escravas em Porto Alegre, no início do século XIX, representou uma mudança com relação às últimas décadas do século XVIII: os padrinhos e as madrinhas escravas passaram a constituir a maioria, sobrepondo-se a até então maioria de padrinhos e madrinhas de condição livre.

Entendemos essa mudança como efeitos de transformações demográficas ocorridas no período: aumento da população escrava por conta da intensificação do tráfico; aumento da concentração da posse de escravos nos maiores plantéis; efeito do tempo na maturação das relações sociais no interior da comunidade escrava, o que exigia a busca por laços horizontais.

Cabia ainda identificar se padrinhos e madrinhas eram ou não companheiros do mesmo cativo do crioulo escravo batizado. Pudemos constatar que esse aspecto era fortemente vinculado ao tamanho da propriedade de escravos: a grande maioria dos padrinhos escravos pertencia a um plantel diferente do da criança crioula batizada (77,7%). Porém, nos maiores plantéis o percentual de coabitação chegava a 50%. Quando considerada a frequência ao compadrio, o percentual de coabitação subia para 60,6% nos plantéis que batizavam suas crianças crioulas em intervalos inferiores a 1 ano. Já nos plantéis que freqüentavam a pia batismal com intervalos maiores de tempo, preponderavam os padrinhos de plantéis diferentes ao do batizado. Esses dados vão a encontro da hipótese de que o estabelecimento de relações horizontais de solidariedade entre os escravos era mais factível no interior dos grandes plantéis, incluindo a construção de laços espirituais, a exemplo do compadrio.

Quanto às madrinhas escravas, sua pertinência à mesma posse do crioulo escravo batizado estava também vinculada ao tamanho da propriedade. A grande maioria das madrinhas cativas pertencia a plantéis distintos do escravo crioulo batizado (79%). Porém, nos plantéis de escravos maiores, a relação era equilibrada entre madrinhas de fora e do mesmo plantel do batizado. Tratava-se, portanto, de uma relação semelhante a que percebemos sobre os padrinhos: o tamanho das propriedades influenciava a possibilidade de eleger ou não uma madrinha que coabitasse com seu futuro afilhado. Principalmente naquelas posses que batizavam seus escravos com maior frequência, a coabitação de madrinha e afilhado era mais provável. Novamente, encontramos semelhança com o padrão identificado com relação aos padrinhos.

Em síntese, quanto maior o plantel de escravos, maior seria a possibilidade do padrinho e da madrinha, se escravos, coabitarem com o seu afilhado. Também quanto mais freqüentes eram os batismos de um dado plantel (proximidade ao compadrio), maior o contingente de padrinhos e de madrinhas cativos do mesmo plantel do batizado crioulo. As duas variáveis influenciavam o tipo de relações sociais que se estabeleciam no cativo: se mais ou menos fechadas ao interior de uma mesma escravaria; se mais abertas à costura de relações com escravos de outros plantéis.

Os dados referentes ao batismo de escravos africanos eram bem diferentes daqueles das crianças escravas crioulas. As cerimônias coletivas de batismo de escravos africanos, por exemplo, eram muito comuns, reforçando a idéia de que o batismo desses escravos ensejava relações distintas daquelas em torno do batismo das crianças escravas. Entre os escravos africanos batizados, a razão de masculinidade era de 171. Porém, na maior faixa de tamanho de plantel, a razão de masculinidade chegava a 340.

Se a presença do padrinho também se fazia a regra quando do batismo de escravos africanos, a presença da madrinha não chegava a 50% do total de registros. Nos plantéis grandes e muito grandes, essa presença era ainda menor. Ficou claro que a ausência da madrinha tinha relação com o sexo do africano que seria batizado e com o tamanho do plantel a que pertenciam: nos maiores plantéis, se homem, a chance de um escravo ter uma madrinha era de uma em quatro. Se mulher, essa chance subia para quase três em quatro.

Suspeitamos que o grande percentual de madrinhas nos registros de batismo de escravas africanas dos maiores plantéis participava de uma estratégia de administração dos escravos: o senhor participaria da indicação da madrinha de suas novas escravas como forma de aclimatá-la ao cativo.

Quanto à condição jurídica dos padrinhos e das madrinhas dos escravos africanos, observamos uma grande maioria de padrinhos escravos, tanto maior quanto maiores fossem os plantéis. Apenas 22% dos padrinhos de escravos africanos eram livres, o que evidencia que havia grande dificuldade desses escravos para costurarem relações verticais através do compadrio.

Entre as madrinhas dos batizados africanos também as escravas eram maioria. Porém, destacavam-se as mulheres forras que amadrinharam escravos africanos, ainda mais presentes que nos batismos de crianças cativas crioulas, fenômeno que provavelmente encontrava explicação na preferência dos senhores por alforriar mulheres.

Na maioria dos casos, os padrinhos escravos não pertenciam ao mesmo plantel dos batizados africanos. Entretanto, nos maiores plantéis, a relação se invertia já que em 76,1% dos registros de batismo de escravos africanos constavam batizado e padrinho do mesmo plantel. Claramente, assim como no caso das crianças crioulas escravas batizadas, o tamanho do plantel influenciava a escolha do padrinho. Com as madrinhas escravas não era diferente: a grande maioria pertencia a plantéis diferentes dos de seus afilhados africanos, mas nos maiores plantéis a relação se invertia, chegando a 55,3% de coabitação.

Conclusão Final

O uso de técnicas quantitativas permite descrever alguns dados que dificilmente seriam captados pela análise histórica de outra forma. Embora não se esgote em si mesma, no mero exercício de descrição, a quantificação permite que se exponham relações sociais que muitas vezes permaneceriam ocultas. Entretanto, a demografia histórica não tem por objetivo apenas descrever, mas também analisar e propor novos objetos de estudo.⁴³⁵ No presente trabalho, focamos a família escrava em Porto Alegre, no período de 1810 a 1835. As relações sociais daí decorrentes se inseriam em dinâmicas mais largas, que incluíam as disputas e as relações sociais travadas no espaço contínuo platino e as relações econômicas do Rio Grande de São Pedro com a praça comercial do Rio de Janeiro - através da exportação de artigos para o mercado interno (e mesmo externo através da intermediação fluminense) e o tráfico de escravos de lá para cá. Além disso, procuramos considerar também as ações dos escravos que, embora aparentemente congeladas em números frios, encontram expressão de suas possibilidades e práticas silenciadas na análise sistemática de documentos em série.

No capítulo 1, a partir do rol de confessados de 1814, de dados do censo populacional do mesmo ano e de dados de róis de confessados de anos anteriores, traçamos um perfil da população do Rio Grande de São Pedro e de Porto Alegre entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

No início do século XIX, houve grande crescimento da população total e da população escrava no Rio Grande de São Pedro por conta do incremento econômico experimentado através do fornecimento de bens primários para outras áreas da colônia. A crescente demanda por mão-de-obra escrava foi suprida através, principalmente, da compra de escravos vindos do Rio de Janeiro, contribuindo para a dispersão dos cativos por várias áreas da capitania. Porto Alegre, no início do século XIX apresentava mais de 40% de escravos na população total, isto é, um contingente escravo proporcionalmente maior que o da população escrava da capitania e também maior que o percentual de cativos de outras regiões do Brasil de larga tradição escravista. Se considerarmos o rol de confessados de Porto Alegre de 1814, o percentual de escravos ainda aumentaria para 48% da população total, compondo um quadro de profunda ligação ao sistema escravista.

⁴³⁵ Sobre as técnicas quantitativas, ver ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 537-558. Também MARCÍLIO, Maria Luiza (ogr.). **Demografia histórica: orientações e técnicas metodológicas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977, p.41-63.

Nesse cenário, os libertos foram inicialmente preteridos, só passando a figurar nos censos populacionais de 1802 e 1814. Provavelmente, só então seu número e relevância mereceram rubrica específica, no olhar das autoridades. Mesmo assim, no rol de confessados de Porto Alegre 1814, constamos a quase ausência dos forros em comparação com o percentual de libertos constante do censo populacional da freguesia. Suspeitamos que os forros devem ter sido incorporados à população livre naquele documento. Também com os indígenas ocorreu esse silenciamento. Porém, quando inseridos no censo populacional de Porto Alegre de 1814, sua menção não ultrapassou 1% da população total, o que pode ter sido resultado dos efeitos das reformas pombalinas das últimas décadas do século XVIII, bem com da inserção social dos indígenas entre os pardos forros. Ao comporem o rol de confessados de 1814, nos pareceu que os padres de Porto Alegre tiveram a tendência de dicotomizar os estatutos jurídicos entre as duas categorias primordiais da sociedade escravista: livres e escravos. Dessa forma, ao menos em documento oficial, os forros não teriam sua condição de ex-escravos mencionada.

Ainda ao examinarmos o rol de confessados de 1814, encontramos fogos com e sem escravos, tendo encontrado agregados em ambos. Os agregados eram homens na sua maioria e compunham quase 8% da população da freguesia de Porto Alegre, estando principalmente alocados em pequenas unidades. Entretanto, proporcionalmente, havia uma tendência à concentração dos agregados nas maiores propriedades com escravos, indicativo de sua provável função econômica enquanto reserva de mão-de-obra.

A propriedade de escravos era caracterizada pela dispersão, sendo que c.65% dos fogos possuíam escravos, preponderando os pequenos plantéis. Porém, havia uma elite com mais de 10% dos fogos com escravos e mais de 30% de todos os cativos, caracterizando uma tendência à concentração da propriedade escrava que impactava não só os plantéis médios, mas também as pequenas posses. Como dito, Porto Alegre tinha firmes vínculos com o trabalho escravo, no início do século XIX, alicerçando sua hierarquia social na escravidão nos moldes de uma sociedade do Antigo Regime colonial.

A grande maioria dos chefes de fogos eram homens, principalmente homens casados. Porém, havia uma variedade de configurações familiares. As mulheres, ao contrário do que se poderia esperar, chefiavam domicílios com ou sem escravos, representando grande parte dos “cabeças de fogo”: 30% entre os fogos sem escravos e cerca de 25% nos fogos com escravos.

Nas unidades de censo sem escravos, a média de ocupação era maior naquelas chefiadas por homens casados, seguidas daquelas chefiadas por mulheres e, finalmente, daquelas chefiadas por homens não casados. Há de se considerar que a maior média de

ocupação poderia indicar maior acesso a uma reserva de mão-de-obra, de forma que as unidades de censo com menos pessoas indicariam situações propensas a apresentar alguma dificuldade de subsistência.

Em ordem de relevância, os fogos com escravos eram chefiados por homens casados, por mulheres e por homens não casados. Como se poderia esperar, nesses fogos os índices demográficos de ocupação eram maiores do que nos fogos sem escravos. Ainda assim, a moda nos fogos com escravos era de uma pessoa livre por fogo, indicando que seria muito comum encontrar senhores solitários vivendo do trabalho de seu(s) escravo(s). A maior média de ocupação dos fogos foi encontrada naquelas unidades de censo chefiadas por homens casados, o que entendemos como sinal de que houve tempo para um homem casar, ter filhos, agregar outros indivíduos e adquirir ou ampliar seu plantel de escravos. Por sua vez, os fogos escravistas chefiados por homens não casados tinham a menor média de ocupação e, nessa lógica, seriam os menos maduros no tempo.

A maioria dos escravos era formada por homens. Os plantéis de escravos chefiados por homens, principalmente os maiores, tinham mais escravos do sexo masculino. Já nos pequenos plantéis chefiados por mulheres encontravam-se mais escravas, mão-de-obra que amparava possivelmente uma situação de pobreza. Na verdade, pudemos averiguar que a razão de masculinidade dos escravos era tanto maior quanto maiores fossem os plantéis de escravos. Nas grandes posses chefiadas por homens ou por mulheres, os escravos do sexo masculino eram ampla maioria.

Em suma, a Porto Alegre do início do século XIX era substancialmente atrelada à escravidão. Havia um grande contingente de escravos na população total e a propriedade escrava estava dispersa em unidades de vários tamanhos. Por sua vez, o fenômeno da agregação estava fortemente vinculado às grandes escravarias, ampliando o acesso à mão-de-obra nesses plantéis. Ser senhor de escravos deveria ser claramente um distintivo social, mantendo-se uma hierarquia entre chefes de grandes, médias e pequenas escravarias.

A demografia do tráfico, as preferências endogâmicas dos cativos e as ingerências dos senhores influenciavam a formação das famílias de escravos. Entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, Porto Alegre experimentou variações no volume de batismos de escravos que guardavam relação com as oscilações do tráfico de cativos para o Rio Grande de São Pedro. No capítulo 2, vimos que a grande maioria dos batismos de escravos em Porto Alegre, entre 1810 e 1835, era de crioulos. Porém, houve crescimento do contingente de africanos batizados por conta da intensificação do tráfico de escravos até 1830, quando a crise da oferta por conta da proibição do tráfico fez sentir seus efeitos.

A maior parte dos batismos de escravos envolvia crianças (79%), sendo as naturais a imensa maioria (c.90%). O baixo índice de legitimidade dos batizados refletia a aceleração do tráfico de escravos e a maioria de pequenos e médios plantéis de cativos na freguesia. Sobretudo, esse índice representava a crescente dificuldade da população escrava em ter acesso ao matrimônio católico, se comparada à população livre ou mesmo à própria população cativa no final do século XVIII. Entretanto, a grande maioria de batizados naturais não significava incapacidade de formar famílias escravas, mas simplesmente que as uniões consensuais eram a regra.

A maioria das mães e pais de crianças batizadas era composta por pretos, tanto nos batismos de naturais quanto nos de legítimos, o que já se verificara no final do século XVIII em Porto Alegre. Entretanto, no início do século XIX, destacou-se um aumento da participação das mães pardas, possível reflexo do aprofundamento das relações sociais e talvez da mestiçagem na freguesia. Mães e pais de crianças batizadas como legítimas não foram descritos como cabras, corroborando a tese de que esse termo carregava um sentido pejorativo e, portanto, inadequado às mães e aos pais de crianças legítimas.

Quanto à origem, a maioria das mães era africana (60,2%), mas em relação ao final do século XVIII cresceu o percentual de mães crioulas apesar do recrudescimento do tráfico de escravos. Entendemos isso como o resultado de um processo de reprodução natural entre os escravos de Porto Alegre, de forma que filhas de escravas africanas pudessem ter gerado seus próprios filhos. No batismo de escravos recém-nascidos legítimos, a participação de mães e pais crioulos era ainda maior, confirmando o acesso desses escravos ao matrimônio.

Em suma, legítima ou consensual, a família escrava em Porto Alegre era formada principalmente por pretos. No primeiro caso, prevaleciam as mães africanas e os registros de batismo silenciam quanto aos pais. No segundo caso, as mães crioulas eram a maioria e entre os pais havia equilíbrio entre africanos e crioulos. Concluimos que o acesso ao matrimônio católico parece ter sido maior para os escravos crioulos, mas a possibilidade de formação de famílias era acessível a muitos escravos.

Pudemos ainda identificar a origem das mães e dos pais africanos. A maioria era oriunda da África Centro-Atlântica (principalmente do Norte do Congo). Seguiam-se aqueles provenientes da África Ocidental e, em terceiro lugar, aqueles da África Oriental. Assinale-se que entre as mães de batizados legítimos as mães da África Oriental posicionavam-se em segundo lugar, indício de que operava um comércio de escravos com outras áreas abastecedoras que não só o Rio de Janeiro.

Na Porto Alegre das primeiras do século XIX, constatamos a ampla preferência por arranjos endogâmicos entre os escravos, principalmente quanto à cor, mas também quanto à origem. Quando de origens diferentes, era mais comum encontrar casais compostos por homens africanos e mulheres crioulas; também havia casais de homens crioulos com mulheres africanas, embora mais raros. Entendemos tratar-se da influência do tráfico de escravos que inundava o mercado matrimonial com homens africanos. Nesse contexto, pareceu-nos que a mulher jogava um papel fundamental na escolha do cônjuge. O casamento entre os escravos de Porto Alegre, no início do século XIX, parece ter se dado na seguinte ordem de acesso: casais de africanos; casais de crioulos; casais de pardos; casais de africanos com crioulas; casais de crioulos com africanas.

Por fim, procuramos identificar as idades, as origens e a razão de masculinidade dos escravos africanos e suas variações com relação ao tráfico de escravos. Constatamos que a maioria dos escravos africanos batizados em Porto Alegre eram adultos jovens, seguidos pelo grupo das crianças de 10 a 14 anos. Esses números encontravam paralelos tanto no tráfico de escravos reexportados a partir do mercado do Rio de Janeiro quanto no contingente de escravos traficados para o Rio Grande de São Pedro.

Quanto ao sexo dos escravos, o aumento do percentual de batizados do sexo masculino entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX ia ao encontro da aceleração do tráfico de escravos que privilegiava o comércio de homens africanos no período.

Por último, também entre os escravos africanos preponderavam os batizados da África Centro-Occidental, seguida pelos da África Oriental, de acordo com a variação do tráfico no início do século XIX, o que corrobora a relação entre os registros de batismos de africanos e os números do tráfico de escravos.

No capítulo 3, para analisarmos as relações de compadrio dos cativos, adotamos duas ferramentas que permitiram uma análise no tempo a partir dos registros de batismo de escravos: o tamanho relativo de plantel e a proximidade ao compadrio. O tamanho relativo de plantel é calculado pela soma dos africanos e das mães das crianças crioulas batizados, em um mesmo plantel, como referência do tamanho da propriedade escrava. A proximidade ao compadrio indica a frequência com que os escravos de um plantel são batizados, considerando os maiores plantéis para o cálculo.

Porto Alegre, na primeira metade do século XIX, apresentava um padrão de acesso amplo à propriedade escrava e, ao mesmo tempo, um processo em curso de concentração da posse de cativos. Nesse cenário, a maioria dos escravos batizados era de crianças crioulas em

todas as faixas de plantel. Os batizados legítimos concentravam-se, principalmente, nos maiores plantéis de escravos, sobretudo naqueles que batizavam seus cativos em no máximo 1 ano e meio, indicando que nessas posses era maior o acesso dos escravos ao batismo e ao casamento.

Por sua vez, os escravos africanos eram encontrados em maior proporção nos grandes plantéis, reflexo do maior acesso desses senhores ao tráfico de cativos. Sua presença era mais significativa, porém, nas propriedades que administravam o batismo a seus escravos com menos frequência, diferentemente do quadro das crianças crioulas escravas.

Constatamos que a presença de um padrinho no batismo era a regra, enquanto a figura da madrinha não se fazia presente em certos casos. De modo geral, a madrinha estava mais presente nos batismos de crianças crioulas escravas, principalmente legítimas, enquanto no batismo de africanos era comum a sua ausência.

Quanto à condição jurídica dos padrinhos de batizados crioulos, havia uma estreita maioria de escravos (47,4%), seguidos pelos livres (44%) e por uma minoria de forros (8,5%). Nos pequenos e médios plantéis era mais comum que o batizado tivesse padrinhos livres ou escravos de outro plantel. Já nos maiores plantéis era mais comum que o batizado tivesse um padrinho escravo da mesma propriedade. Além disso, quanto mais frequentes à pia batismal eram os plantéis, mais padrinhos escravos havia nos batismos. Ao contrário, naqueles plantéis que batizavam seus cativos com menos frequência prevaleciam os padrinhos livres. Entendemos que o tamanho do plantel e a proximidade ao compadrio influenciavam a escolha dos padrinhos ao restringir ou ampliar a rede de relações sociais dos escravos.

Constatamos um padrão similar ao dos padrinhos quando analisamos a situação jurídica das madrinhas de crianças crioulas escravas batizadas em Porto Alegre, entre 1810 e 1835. Havia uma maioria de madrinhas escravas, principalmente nos maiores plantéis e, dentre estes, principalmente nos mais frequentes ao compadrio, o que entendemos reafirmar o interesse dos escravos em firmarem laços de solidariedade horizontal. Encontramos também um importante conjunto de madrinhas forras entre os plantéis mais próximos às relações de compadrio. Suspeitamos que essas mulheres representavam uma ponte, para os seus afilhados, entre o mundo cativo e o mundo livre.

Numa análise temporal, o padrão para os batismos de crioulos escravos em Porto Alegre, no início do século XIX, representou uma mudança com relação às últimas décadas do século XVIII: os padrinhos e as madrinhas escravas passaram a constituir a maioria, sobrepondo-se a até então maioria de padrinhos e madrinhas de condição livre. Compreendemos essa mudança como efeito de transformações demográficas e econômicas

ocorridas no período: aumento da população escrava por conta da intensificação do tráfico; aumento da concentração da posse de escravos nos maiores plantéis; efeito do tempo na maturação das relações sociais no interior da comunidade escrava, o que leva à busca por laços horizontais (tanto para firmar solidariedades quanto para dissipar tensões).

Para os batizados crioulos, a probabilidade de padrinhos, madrinhas e afilhados partilharem do cativeiro sob os mandos de um mesmo senhor era tanto maior quanto maiores fossem os plantéis e mais freqüentes os batismos. Essa constatação ratifica a hipótese de que os maiores plantéis eram espaços privilegiados para a formação de laços familiares entre os escravos, fossem consangüíneos ou rituais, também na Porto Alegre das primeiras décadas do século XIX.

Finalmente, os batismos de escravos africanos eram bem diferentes daqueles das crianças escravas crioulas, a começar pela freqüente ocorrência de cerimônias coletivas. O padrão de batismo dos africanos apresentava a preferência por padrinhos escravos, fossem os batizados homens ou mulheres e independentemente do tamanho do plantel escravo, indicando maior dificuldade de estabelecimento de relações verticais na sociedade. A ausência da madrinha, principalmente quando o batizado era um homem de um grande plantel (o que era o caso da maioria dos africanos), verificava-se muito mais do que no caso dos batismos de crioulos. Entretanto, quando o batizado era uma mulher africana, a madrinha se fazia mais presente, o que suspeitamos fosse uma indicação do senhor dentro de uma estratégia de administração de sua escravaria.

Na maioria dos casos, os padrinhos e as madrinhas escravos não pertenciam ao mesmo plantel dos batizados africanos. Porém, isso não era verdade nos maiores plantéis. Claramente, assim como no caso dos crioulos escravos, o tamanho do plantel influenciava a escolha dos padrinhos e das madrinhas dos africanos.

Em suma, identificamos que a definição do compadrio escravo em Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XIX, passava pelo tamanho do plantel, pela freqüência ao compadrio, pela origem e faixa etária do batizado e pela legitimidade (se criança fosse). Além disso, as estratégias dos cativos de tecerem relações verticais ou horizontais através do compadrio jogavam seu papel, sempre intercaladas pelas disposições dos senhores de escravos.

Epílogo

Procuramos, nesta dissertação, contribuir ao debate historiográfico de um campo de estudo em permanente expansão: a família escrava e, em específico, o compadrio em torno do batismo de escravos e suas relações. No percurso desta pesquisa, repleto de dúvidas, paradas, retomadas e escolhas, nunca deixamos de lado o compromisso de sermos fiéis às fontes e abertos à crítica de colegas e, principalmente, dos professores que apreciaram este trabalho. Portanto, procuramos dentro do possível atender às recomendações da banca examinadora sobre diferentes aspectos.

Após a defesa do trabalho, para o exercício adequado da reescrita, retornamos à bibliografia para saldar uma dívida com autores e textos ainda não apropriados e que foram, em grande medida, incorporados à discussão. Uma devida revisão ortográfica foi feita, com especial atenção às referências e notas de rodapé.

Embora, para ampliar a abordagem do trabalho, fosse ideal o cruzamento com outras fontes, nos propusemos a um exercício substancialmente demográfico, trabalhando com dados de fontes ainda inéditas. Nessa revisão, procuramos ressaltar as conclusões a partir da análise desses dados, enfatizando a perspectiva comparativa e diacrônica por nós adotada.

A partir das correções feitas, esperamos ter atendido às expectativas para que outros pesquisadores possam utilizar dessa produção como uma ferramenta em seus trabalhos acadêmicos. É preciso dizer que outras análises são possíveis e, inclusive, necessárias. Por exemplo, há muito a aprofundar através do estudo de casos específicos e das redes de relações estabelecidas em torno do compadrio de escravos (utilizando-se, para tanto, do cruzamento onomástico e da micro-análise).

As fontes são ricas, os dados são múltiplos e as possibilidades de análise não foram, por certo, esgotadas. Desejamos que o presente trabalho viabilize outras apreciações no percurso do debate historiográfico que se segue.

Apêndices

Tabela 1.A

Sexo dos senhores de escravos por faixa de tamanho de plantel, Porto Alegre, 1814						
Senhores de escravos, por sexo						
Faixa de tamanho de plantel	Homens		Mulheres		Total	
	#	%	#	%	#	%
1	88	29,6 (71)*	36	33,3 (29)*	124	
2	61	20,5 (67)*	30	27,8 (33)*	91	
3	49	16,5	16	14,8	65	
4	27	9,1	8	7,4	35	
5	26	8,8	7	6,5	33	
6	14	4,7	6	5,6	20	
7	13	4,4	1	0,9	14	
8	7	2,4	0	0	7	
9	12	4,0	4	3,7	16	
1 a 4	225	67,4 (71,4)*	90	78,9 (28,6)*	315	
5 a 9	72	21,6 (80)*	18	15,8 (20)*	90	
10 a 19	31	9,3 (83,8)*	6	5,3 (16,2)*	37	
20 a 49	6	1,8	0	0	6	
Total	334	100 (74,6)*	114	100 (25,4)*	448	100 (100)*

*Em parênteses, percentuais em relação ao total da faixa de tamanho de plantel.

Fonte: RCPA - AHCMPA.

Tabela 1.B

Distribuição dos escravos por faixa de tamanho de plantel, segundo o sexo do proprietário e os sexos dos escravos – Porto Alegre, 1814													
Proprietários por sexo													
Faixas de plantel	Homens proprietários						Mulheres proprietárias						
	Homens escravos		Mulheres escravas		Total		Homens escravos		Mulheres escravas		Total		
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	
1	52	59,1	36	40,9	88	100	7	19,4	29	80,6	36	100	
2	71	58,2	51	41,8	122	100	26	43,3	34	56,7	60	100	
3	92	64,3	51	35,7	143	100	23	47,9	25	52,1	48	100	
4	65	63,1	38	36,9	103	100	9	28,1	23	71,9	32	100	
5	74	59,2	51	40,8	125	100	15	46,9	17	53,1	32	100	
6	46	54,8	38	45,2	84	100	20	54,1	17	45,9	37	100	
7	51	59,3	35	40,7	86	100	5	71,4	2	28,6	7	100	
8	31	55,4	25	44,6	56	100	0		0		0		
9	57	52,3	52	47,7	109	100	13	48,1	14	51,9	27	100	
1 a 4	280	61,4	176	38,6	456	100	65	36,9	111	63,1	176	100	
5 a 9	259	56,3	201	43,7	460	100	53	51,5	50	48,5	103	100	
10 a 19	261	66,1	134	33,9	395	100	49	62,0	30	38,0	79	100	
20 a 49	114	75,0	38	25,0	152	100	0		0		0		
Total	914	62,5	549	37,5	1463	100	167	46,6	191	53,4	358	100	
						80,3*						19,7*	

Fonte: RCPA - AHCOMPA.

Notas: na faixa de 7 escravos havia apenas uma mulher como senhora; Os percentuais com asteriscos (*) foram calculados a partir do total de 1821 escravos identificados no rol de confessados de Porto Alegre de 1814.

Tabela 2.A

**Áreas de procedência das mães africanas de batizados crioulos escravos,
Porto Alegre (1810-1835)**

Origem	Naturais			Legítimos			Todas as Mães		
	#	%	%*	#	%	%*	#	%	%*
Africana	478	23,2		42	32,3		520	23,8	
Da costa	403	19,6		26	20,0		429	19,6	
Benguela	297	14,4	26,0	14	10,8	23,0	311	14,2	25,9
Congo	210	10,2	18,4	7	5,4	11,5	217	9,9	18,0
Mina	195	9,5	17,1	6	4,6	9,8	201	9,2	16,7
Cabinda	195	9,5	17,1	6	4,6	9,8	201	9,2	16,7
Moçambique	75	3,6	6,6	9	6,9	14,8	84	3,8	7,0
Angola	69	3,4	6,0	8	6,2	13,1	77	3,5	6,4
Rebolo	42	2,0	3,7	2	1,5	3,3	44	2,0	3,7
Nação	36	1,7		1	0,8		37	1,7	
Cassange	19	0,9	1,7	4	3,1	6,6	23	1,1	1,9
Monjolo	12	0,6	1,1	1	0,8	1,6	13	0,6	1,1
Calabar	12	0,6	1,1				12	0,5	1,0
Ginja	5	0,2	0,4				5	0,2	0,4
Quissamã	4	0,2	0,4				4	0,2	0,3
Nagô	3	0,1	0,3				3	0,1	0,2
São Tomé	2	0,1	0,2				2	0,1	0,2
Haussá	1		0,1				1		0,1
Banto	1		0,1				1		0,1
Da costa leste				4	3,1	6,6	4	0,2	0,3
Total	2059	100		130	100		2189	100	
*Total sem genéricos	1142		100	61		100	1203		100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Tabela 2.B

**Áreas de procedência dos pais africanos de
batizados crioulos escravos,
Porto Alegre (1810-1835)**

Origens pais	#	%	%*
Africano	48	32,9	
Da costa	26	17,8	
Minas	18	12,3	25,4
Congo	15	10,3	21,1
Cabinda	9	6,2	12,7
Moçambique	8	5,5	11,3
Benguela	7	4,8	9,86
Monjolo	6	4,1	8,45
Cassange	4	2,7	5,63
Da costa leste	3	2,1	4,23
Nação	1	0,7	
Rebolo	1	0,7	1,41
Total	146	100	
*Total sem termos genéricos	71		100

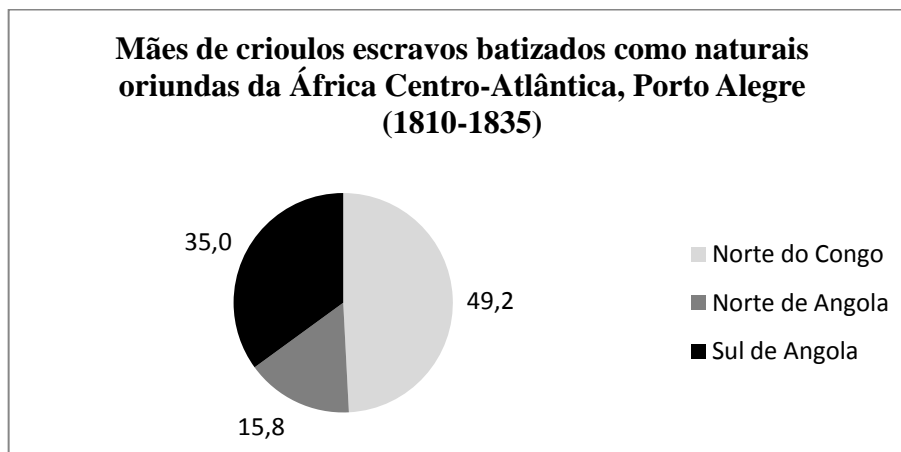
Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Tabela 2.C

Áreas de procedência dos escravos africanos batizados, Porto Alegre (1810-1835)		
Origens	#	%
Africana	471	45,1
Cabinda	143	13,7
Congo	118	11,3
Moçambique	118	11,3
Mina	79	7,6
Monjolo	36	3,4
Angola	18	1,7
Benguela	14	1,3
Cassange	12	1,1
Nagô	11	1,1
Moanje	6	0,6
Rebolo	6	0,6
Jeje	3	0,3
Magogo	2	0,2
Hauçá	2	0,2
Calabar	2	0,2
Macumbe	1	0,1
Ganguela	1	0,1
Climane	1	0,1
Anfe	1	0,1
Total	1045	100,0

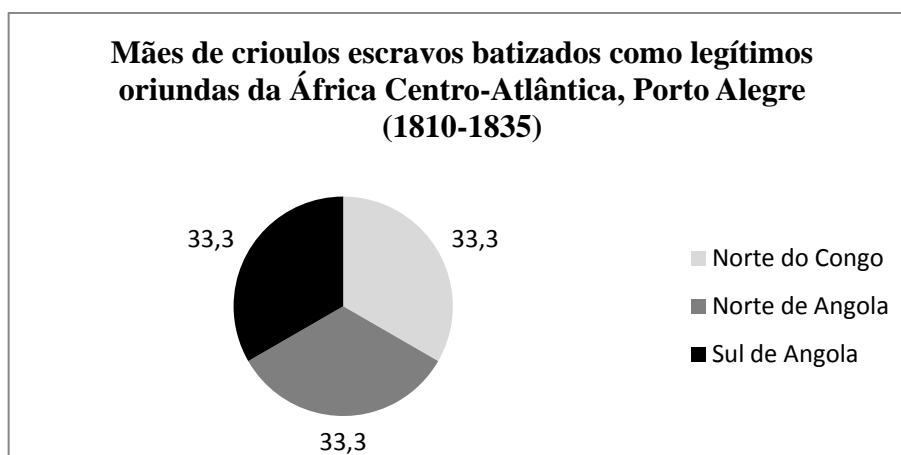
Fonte: LBEPa - AHCMPA.

Gráfico 2.A



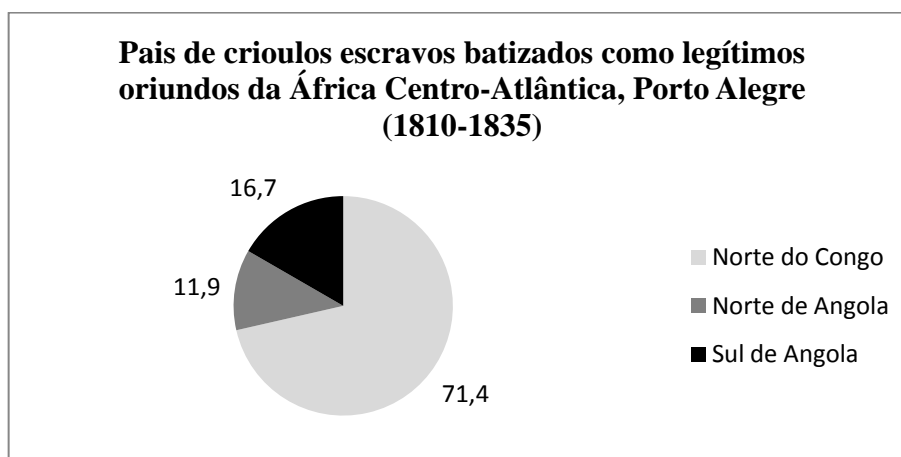
Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Gráfico 2.B



Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Gráfico 2.C



Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Tabela 3.A

Presença da madrinha ao batismo de crioulos escravos segundo a proximidade às relações de compadrio – Porto Alegre (1810-1835)										
	A		B		C		D		Total	
Madrinhas	165	69,9	134	72,0	103	73,6	40	80	442	72,2
Total de Batismos de Crianças	236	100	186	100	140	100	50	100	612	100
Madrinhas de Legítimos	71	81,6	19	73,1	22	88	0	0	112	80,6
Batismos de Legítimos	87	100	26	100	25	100	1	100	139	100
Madrinhas de Naturais	94	63,1	115	71,9	81	70,4	40	81,6	330	69,8
Batismos de Naturais	149	100	160	100	115	100	49	100	473	100

Fonte: LBEPA - AHCOMPA.

A seguir, nas tabelas 3.B e 3.C examinamos os casos nos quais houve a ausência da madrinha. Vemos que a figura da madrinha era muitas vezes substituída por uma referência a uma santa, em geral uma das denominações de Nossa Senhora. Isso aconteceu mais freqüentemente com os batismos de escravos crioulos naturais do que com os de legítimos. Já entre os africanos batizados, a menção a uma santa no lugar da madrinha foi mais freqüente nos registros de homens do que nos de mulheres.

No caso das ausências das madrinhas, sem nem mesmo referências a santas protetoras, isso ocorreu mais entre crianças crioulas do que entre africanos. Porém, esse padrão se deveu principalmente ao fato do volume de batismos de crioulos ser muito maior do que o de africanos e não por qualquer preferência por se amadrinhar africanos. Entre as crianças crioulas, a ausência de qualquer referência à madrinha é mais comum entre os naturais. Entre os africanos, esse fenômeno esteve mais associado ao batismo de homens.

A conclusão é que, de fato, crianças crioulas escravas legítimas tinham mais chance de terem madrinhas e, portanto, de estarem envolvidas nas relações sociais decorrentes desse fato. Por sua vez, os homens africanos corriam grande risco de não serem amadrinhados, nem sequer por menção a uma santa católica.

Tabela 3.B

Menção à Nossa Senhora no lugar da madrinha dos escravos batizados segundo o tamanho relativo de plantel – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Legítimos	4	2,5	2	1,5	10	3,5	8	4,3	24	3,1
Naturais	113	72,0	88	67,7	177	61,2	69	36,9	447	58,6
Total de Crianças	117	74,5	90	69,2	187	64,7	77	41,2	471	61,7
Homens	31	19,7	28	21,5	79	27,3	92	49,2	230	30,1
Mulheres	9	5,7	12	9,2	23	8,0	18	9,6	62	8,1
Total de Africanos	40	25,5	40	30,8	102	35,3	110	58,8	292	38,3
Total	157	100	130	100	289	100	187	100	763	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Tabela 3.C

Ausência da madrinha nos registros de batismo dos escravos segundo o tamanho relativo de plantel – Porto Alegre (1810-1835)										
	1		2		3 a 7		8 ou mais		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Legítimos	5	2,9	5	4,5	19	6,5	19	10,2	48	6,3
Naturais	128	73,6	88	79,3	186	63,3	74	39,6	476	62,1
Total de Crianças	133	76,4	93	83,8	205	69,7	93	49,7	524	68,4
Homens	29	16,7	12	10,8	67	22,8	92	49,2	200	26,1
Mulheres	12	6,9	6	5,4	22	7,5	2	1,1	42	5,5
Total de Africanos	41	23,6	18	16,2	89	30,3	94	50,3	242	31,6
Total	174	100	111	100	294	100	187	100	766	100

Fonte: LBEPA - AHCMPA.

Fontes

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA):

Livro de Batismo de Escravos Nº 2, 1797-1820.

Livro de Batismo de Escravos Nº 3, 1819-1831.

Livro de Batismo de Escravos Nº 4, 1831-1837.

Rol de Confessados de Porto Alegre do Ano de 1814.

Referências

Referências bibliográficas

ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do Sul**: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ARANTES. Pais, padrinhos e o Espírito Santo: um reestudo do compadrio. IN: ARANTES, A. A.; FELDMANN-BIANCO, Bela; BRANDAO, Carlos Rodrigues (*et. al.*). **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, p. 195-206.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade**: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Sociologia de Florestan Fernandes. IN: **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, v.22, nº1, junho de 2010, p. 9-27.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. IN: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho de 2011, p. 1-11.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 8ª Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

BERUTE, Gabriel. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1825. (dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PPGH- UFRGS, 2006.

BLANCO, Márcio Munhoz. **Pelas veredas da senzala**: família escrava e sociabilidades no mundo agrário (Campos de Viamão, c. 1740 – c. 1760). (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João Del Rei, 1730-1850. IN: **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambú, MG: ABEP, 2004, p. 1-21.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Hebe. História social. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 41-54.

CHAUNU, Pierre. Os novos domínios da história serial. IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, s/d, p. 66-72.

COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. Niterói: UFF/PPGH, 2006.

COUTO, Mateus de Oliveira. **A pia e a cruz**: a demografia dos trabalhadores escravizados em Herval e Pelotas (1840-1859). Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2011.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

_____. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. IN: **Tempo**: Revista de História da UFF, vol. 11, n22, ano 7, 2006, p. 122-146.

_____. História da família e demografia histórica. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 229-245.

FARINATTI, Luís Augusto. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

_____. Os compadres de Estêvão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão na fronteira meridional do Brasil (1821-1845). IN: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A Paz das Senzalas**. Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORES, Moacyr. Origem e fundação de Porto Alegre. IN: DORNELLES, Beatriz (org.). **Porto Alegre em destaque**: história e cultura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda B. (orgs.). **O antigo regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. História econômica. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 25-40.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. IN: SANTIAGO, Silviano (coord.). **Intérpretes do Brasil**. vol. 2, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 121-645.

FRY, Peter; MAGGIE, Y.; MAIO, M. C.; MONTEIRO, S.; SANTOS, R. V. (orgs.). **Divisões perigosas**. Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul**. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986.

FURET, François. História “eventual” e história serial. IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, s/d, p. 61-65.

_____. A História quantitativa e a construção do fato histórico. IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, s/d, p. 73-91.

GENOVESE, Eugene. **A Economia Política da Escravidão**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

GÓES, José Roberto. **O Cativo Imperfeito**. Um Estudo sobre a Escravidão no Rio de Janeiro da Primeira metade do século XIX. Vitória: Lineart, 1993.

GOLDSCHMIDT, Eliana Rea. **Casamentos mistos: liberdade e escravidão em São Paulo colonial**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2004.

GOMES, Luciano Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. (dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS/PPGH, 2012.

GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. IN: **LPH: Revista de História**. V. 3, nº 1, 1992, p. 245-266.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no rio da Prata. IN: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. IN: REIS, J. J. (org.) **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1988, p. 33-59.

GUTMAN, Herbert. **The Black family in slavery and freedom, 1750-1925**. New York / Toronto: Random House, 1976.

HELLER, Agnes. **Sociologia de La vida cotidiana**. Barcelona: península, 1977.

HAMEISTER, Martha D. “A mão separada do corpo não será mão senão pelo nome”: famílias riograndinas e suas redes de relacionamento (Rio Grande, c. 1738 – c. 1763). IN: **Anais do I Colóquio do LAHES**, Juiz de Fora, MG, junho de 2005, p. 1-15.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. A família colonial e a construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. IN: **Revista Antropológicas**, ano 9, v. 16 (1), 2005, p. 171-196.

JOHANN, Renata Finkler. **Na trama dos escravos de sua majestade**: o batismo e as redes de compadrio dos cativos da Real Feitoria do Linho Cânhamo (1788-1798). (TCC). Porto Alegre: UFRGS/PPGH, 2010.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2010.

KÜHN, Fábio. Gente da fronteira: sociedade no sul da América portuguesa – século XVIII. IN: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. Os batismos de escravos na colônia do Sacramento (1732-1759): notas de pesquisa. IN: **Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: UFSC, maio de 2013, p. 1-21.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. (org.). **Ordenações Filipinas**: livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre: uma biografia cultural**: a formação de um intelectual brasileiro, 1900-1936. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África**. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.26, nº 52, p. 49-77, 2006.

MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **Demografia histórica**: orientações e técnicas metodológicas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

MIRANDA, Márcia Eckert. **Continente de São Pedro**: a administração pública no período colonial. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS / Ministério público do Estado do RS / CORAG, 2000.

_____. **A estalagem e o império**. Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831). (tese de doutorado). Campinas/SP: UNICAMP, 2006.

MOTTA, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829. IN: **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 5, nº 1, jan./jun, 1988, p. 71-101.

OSÓRIO, Helen. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. IN: **Segundas Jornadas de História Regional Comparada**, p. 1-16, 2005.

_____. **O império português no sul da América**. Estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PEREIRA, Aline Pinto. Diálogos cruzados: política interna e externa no Primeiro Reinado – um olhar sobre o Prata. IN: **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO**, Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 19 a 13 de julho de 2010 p. 1-11.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. A renovação da historiografia e o tema da vida cotidiana: desfazendo alguns equívocos. IN: MAUCH, Cláudia (org.). **Porto Alegre na virada do século XIX: cultura e sociedade**. Porto Alegre: UFRGS/ULBRA/UNISINOS, 1994, p. 112-125.

PETIZ, Silmei. **Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)**. (Tese de doutorado). São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRADO, Fabrício Pereira. **Colônia do Sacramento: A situação na fronteira platina no século XVIII**. IN: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, nº 19, julho de 2003, p. 82-102.

REIS, João José. SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **Evolução Municipal, 1809-1996**. Porto Alegre: CORAG, 2002, p. 9.

ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista**. População, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa**: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**: fac-símile dos artigos publicados na Revista Brasileira em 1896 e 1897. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura - Fundação Biblioteca Nacional / Editora da UFRJ, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

SANTOS, Sherol dos. **Apesar do cativo**: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824). (Dissertação de mestrado). São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca da liberdade**: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX. (Dissertação de mestrado). São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

SCHMIDT, Benito Bissio. Práticas e táticas: Michel De Certeau reinventa o cotidiano. IN: **Biblos**, Rio Grande, nº6, 1994, p. 79-93.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Dario; SCOTT, Ana Silvia Volpi; CAMILO, Nathan. Compadrio na Madre de Deus de Porto Alegre no final do período colonial. IN: **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**. Águas de Lindóia/SP, 19 a 23 de novembro de 2012.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert. “*Malungo, ngoma vem!*”: África coberta e descoberta no Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, nº12, p. 48-67, dez. 1991/fev. 1992.

_____. **Na senzala uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.

SOUZA, Gláucia Silva; BRITO, Esther Rosa de. Núcleo de estudos sobre escravidão em Minas Gerais - NEEMG: análise das fontes paroquiais como possibilidades de compreensão de aspectos da sociedade escravocrata no triângulo mineiro do século XIX. IN: **Anais do II Congresso Internacional de História: História e Mídia**, UFG/Jataí, 2011, p. 1-10.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes**: o Distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VÉRON, Jacques. **Aritmética do homem**: a demografia entre ciência e política. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

ZETTEL, Roberta França Vieira. **De mútuo consentimento**: os significados das relações familiares cativas para senhores e escravos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1845 a 1865). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade**: ex-escravos na serra gaúcha no pós-abolição. São Leopoldo: Oikos, 2008.

Sítios eletrônicos:

http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314037899.ISAD_Tabelionatos.pdf, p. 4, acesso em 18/11/2012, às 18h e 07min.

<http://www.frigoletto.com.br/geopop/ocrescim.htm>, acesso em 19/08/2013, à 1h e 55min.

<http://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/comentario-evangelho/500042-quarto-domingo-da-pascoa-evangelho-de-joao-10-27-30>, acesso em 23/8/13, às 18h e 26min.

http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1469&li=3&lcab=1834-1837&lf=3, acesso em 27/8/2013, às 3h e 05min.

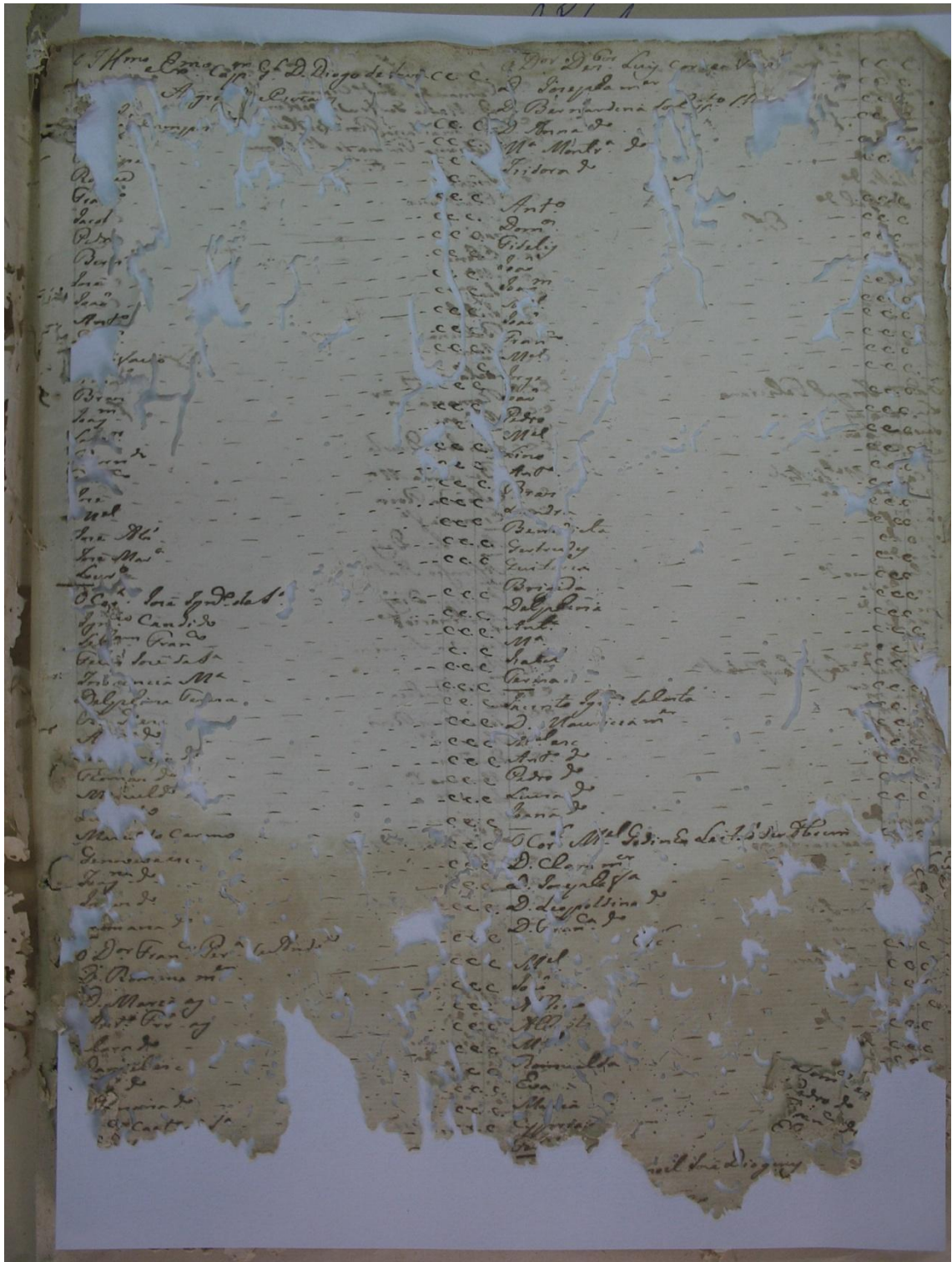
http://www.rhbn.com.br/uploads/docs/images/images/R_323%20JA.jpg, acesso em 5/9/2013, às 00h e 30min.

<http://museucasaalcantara.blogspot.com.br/2011/01/interiores-no-brasil-colonial.html>, acesso em 5/9/2013, às 00h e 40min.

Anexos

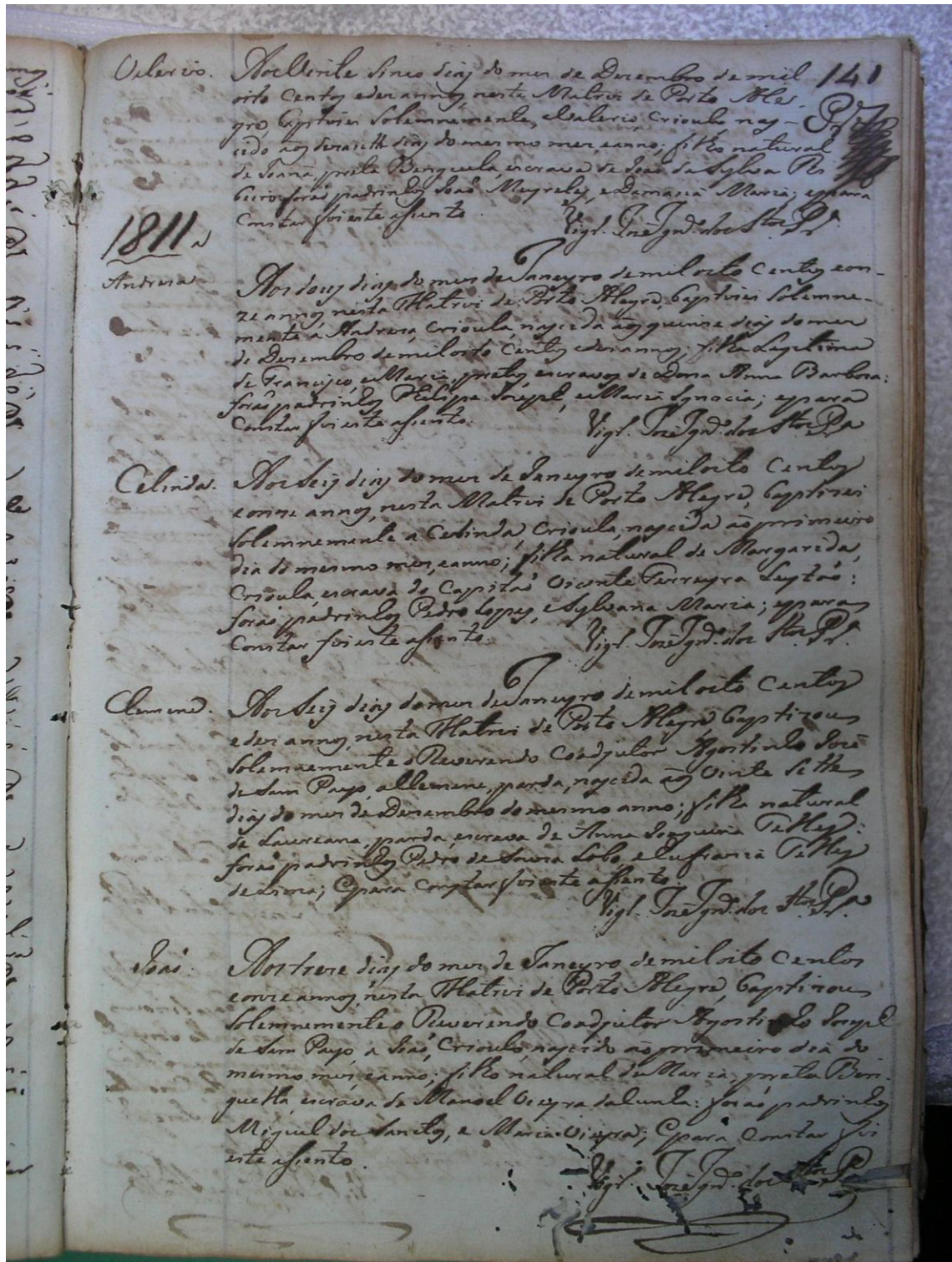
Anexo A

Primeira página do Rol da Desobriga da Freguezia de Porto Alegre no anno de 1814



Anexo B

Página 141 do Livro de Batismo de Escravos nº 2, 1797-1820



Obs.: na margem interna superior vê-se a notação do ano, indicando que os registros de batismo seguintes, a partir daquele ponto, são de batismos administrados no ano de 1811.